

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SUBSECRETARIA DE FORMAÇÃO DE TALENTOS E TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL
SUPERINTENDÊNCIA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO TECNOLÓGICA
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**PLANO DIRETOR PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS
2024-2033**

GOIÂNIA

2023

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Ronaldo Ramos Caiado

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

José Frederico Lyra Netto

CHEFIA DE GABINETE

Thiago Pereira da Silva

**Plano Diretor para Educação Superior no Estado de Goiás
(PDESGO 2024-2033)**

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - Goiânia (GO)
SECTI 2023**

Versão preliminar

SECTI
Secretaria de
Estado de Ciência,
Tecnologia e
Inovação de Goiás



Subsecretaria de Formação de Talentos e Transformação Digital

Superintendência de Capacitação e Formação Tecnológica

Gerência de Educação Superior

Rua 82 s/nº Palácio Pedro Ludovico Teixeira 1º Andar Setor Sul Cep 74088-900

e-mail: gespt.sedi@goias.gov.br

site: <https://www.inovacao.go.gov.br/>

Equipe Técnica, Consultores e Colaboradores

Organizado por:

**SUBSECRETARIA DE FORMAÇÃO DE TALENTOS E TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL**

Robert Bonifácio da Silva, Subsecretário

SUPERINTENDÊNCIA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO TECNOLÓGICA

Alan Carvalho Oliveira, Superintendente

Equipe Técnica da Superintendência de Capacitação e Formação Tecnológica

Aiane de Oliveira Vieira: Gerente de Educação Superior

Alan Francisco de Carvalho: Técnico em Gestão Pública

Eunice Lopes de Souza Toledo: Analista de Educação

José Teodoro Coelho: Assessor

Maysa Pereira Rodrigues: Assessora

Consultores Unesco

Kleber Aparecido da Silva

Mariana de Oliveira Santos

Rafael Oliveira de Souza

Silvana Vieira das Chagas

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	01
2.	DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR	04
2.1	As Discussões Internacionais	04
2.1.1	O impacto da pandemia da Covid-19 na Educação Superior	06
2.1.2	O futuro do trabalho: desenvolvimento de competências e habilidades ao longo da vida	08
2.1.3	Cidadania: a promoção de valores e perfis humanistas em um mundo em constante mudança	10
2.1.4	Conhecimento: colocar a pesquisa e a inovação a serviço das mudanças sociais	11
2.1.5	O futuro humano-digital: a construção de universidades mais acessíveis e inclusivas	12
2.1.6	Sustentabilidade: reinventando universidades para um futuro sustentável	13
2.1.7	Internacionalização: reforçando parcerias para obter objetivos comuns	14
2.1.8	Governança e profissionais: construindo universidades resilientes, inovadoras e socialmente comprometidas	15
2.2	O Contexto Nacional e a Realidade Goiana	16
2.2.1	Goiás, um Estado em transformação	16
2.2.1.1	Panorama da Educação Superior em Goiás	22
2.2.1.2	Tendências da Educação Superior em Goiás: contexto regional e nacional	32
3	A CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS (PDESGO) 2024 - 2033	80
3.1	O PDESGO 2024-2033 e seus Eixos Estruturantes	80
3.2	Elaboração dos Instrumentos de Pesquisa e Coleta de Dados	89
4	DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS	95
4.1	Os Desafios para a Educação Superior em Goiás, segundo os resultados do <i>Survey</i>	95
4.1.1	Perfil dos participantes do estudo	96
4.1.2	Análise dos resultados do <i>survey</i> por categoria de respondente	106
4.1.2.1	Coordenadores de curso e docentes	106
4.1.2.2	Discentes	135
4.1.2.3	Colaboradores do setor produtivo	147
4.1.3	Análise dos resultados do <i>survey</i> por eixo estruturante	159
4.1.3.1	Eixo 1: Gestão Sustentável da Educação Superior	159
4.1.3.2	Eixo 2: Acesso, Permanência e Êxito	160
4.1.3.3	Eixo 3: Ensino, Pesquisa e Extensão	162

4.1.3.4	Eixo 4: Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização	165
4.2	Os Desafios para a Educação Superior em Goiás, segundo os resultados das Entrevistas	167
4.2.1	Representantes do Ensino Médio	169
4.2.2	Gestores de IES	172
4.2.3	Docentes	176
4.2.4	Discentes	180
4.2.5	Representantes do setor produtivo	183
5	PLANO DE AÇÃO PARA OS PRINCIPAIS EIXOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS	186
5.1	Gestão Sustentável da Educação Superior	186
5.2	Acesso, Permanência e Êxito	186
5.3	Ensino, Pesquisa e Extensão	186
5.4	Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização	186
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187
	ANEXOS	191

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) apresenta esta versão preliminar do Plano Diretor para Educação Superior de Goiás para o próximo decênio (PDESGO 2024-2033), um instrumento de gestão e planejamento destinado ao desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Goiás (NBR 12267).

Produto da ação colaborativa de representações de gestores, docentes e discentes das IES instaladas em Goiás, assim como de organizações da sociedade civil e do setor produtivo goiano, o PDESGO 2024-2033 tem sua conclusão e publicização previstas para dezembro de 2023, após a incorporação de contribuições advindas da escuta pública e de audiências públicas a realizarem-se no mês de agosto em 10 municípios goianos de centralidade regional.

Com ele, a SECTI cumpre uma de suas atribuições regimentais que é a de formular, planejar, acompanhar e monitorar as políticas e programas de Educação Superior do Sistema Educativo Superior do Estado de Goiás, assim como de todas as IES implantadas no estado, respeitada sua autonomia, dialogando com este segmento, com representantes do setor produtivo e da sociedade goiana.

A SECTI, portanto, no uso de suas atribuições institucionais e, em consonância com os mandamentos constitucionais e legais referentes aos direitos, garantias e responsabilidades do Estado no que tange à Educação Superior no Estado de Goiás, traz a público este PDESGO 2024-2033. Seu objetivo é orientar, por meio de diretrizes, metas e ações estratégicas para os próximos 10 anos, políticas direcionadas à produção de conhecimento no âmbito das IES atuantes no estado de Goiás, no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação e, assim, subsidiar o desenvolvimento sustentável do estado.

O Sistema Estadual de Educação Superior de Goiás é composto por IES estaduais e municipais, que por força da Lei Complementar nº 26 de 1998, está sob a jurisdição normativa e fiscalizadora do Conselho Estadual de Educação (CEE), inclusive quanto ao credenciamento e autorização de funcionamento das unidades, por meio da Resolução CEE/PLENO Nº 03/2016, que em seu Art. 2º determina que as IES públicas pertencentes ao sistema têm por finalidade:

- I. dar continuidade ao processo de formação para a emancipação humana e para o exercício pleno da cidadania, iniciado na educação básica, cumprindo o seu compromisso social, valorizando a gestão democrática, a organização colegiada e a integração com a comunidade;
- II. contribuir para o desenvolvimento do Estado de Goiás, detectando as potencialidades econômicas e culturais regionais, visando à formação pessoal e profissional do cidadão, ao desenvolvimento da cultura, da ciência e da tecnologia, ao desenvolvimento sustentável de cada microrregião, ao processo de inclusão social, ao respeito à diversidade cultural e à preservação do meio ambiente, de modo especial, do bioma cerrado.

Ao desenvolver este PDESGO 2024-2033 em parceria com segmentos representativos da Educação Superior no estado, das organizações sociais e da economia goiana, a SECTI, almeja que ele seja extensivo a todas as IES atuantes no território goiano, como força indutora, catalisadora e inspiradora de resultados expressivos, decorrentes da sinergia criativa e inovadora de todos os atores que contribuíram para a sua elaboração.

Desse modo, pretende-se com ele criar mecanismos para uma melhor compreensão das demandas atuais da Educação Superior no estado, com o intuito de criar uma agenda para a formulação e implementação de políticas públicas a ela direcionadas nos próximos dez anos.

A partir desta premissa, busca-se:

1. Construir uma Educação Superior inovadora, socialmente comprometida e sustentável;
2. Desenvolver mecanismos eficazes para garantir o acesso do cidadão goiano à Educação Superior, bem como as condições para sua permanência, com vistas a alcançar o êxito acadêmico;
3. Implementar estratégias para integrar o ensino à pesquisa e à extensão, a fim de atender às demandas da sociedade (mercado e comunidade);
4. Promover o empreendedorismo e a inovação, buscando internacionalizar a ciência desenvolvida em Goiás.

A SECTI constituiu uma comissão formada por técnicos representantes de sua equipe gestora, que compõem a Subsecretaria de Formação de Talentos e Transformação Digital, a Superintendência de Capacitação e Formação Tecnológica e a Gerência de Educação Superior em conjunto com consultores contratados por meio de parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), bem como com representantes das IES goianas, do setor produtivo e da sociedade civil, em geral. Desse modo, realizou-se diálogos, reuniões e debates entre especialistas e a sociedade como um todo, nas diversas temáticas que contribuem para a Educação Superior no Estado de Goiás.

Como aporte teórico para a materialização do documento foram utilizados os principais marcos legais destinados à Educação Superior no Brasil e em Goiás e, em especial, o relatório intitulado “*New Visions for Higher Education towards 2030*” (Novas visões para a Educação Superior para 2030), que foi publicado próximo à 3ª Conferência Internacional para a Educação Superior, promovida pela Unesco, em março de 2022.

O relatório foi estruturado em oito eixos de forma a aglutinar as principais temáticas que concernem à Educação Superior na segunda década do século XXI: i) impacto da pandemia de

Covid-19 na Educação Superior; ii) futuro do trabalho e desenvolvimento de competências e habilidades ao longo da vida; iii) cidadania e promoção de valores e perfis humanistas em um mundo em mudança; iv) promoção do conhecimento e necessidade de colocar a pesquisa e a inovação a serviço das mudanças sociais; v) futuro humano-digital e construção de universidades mais acessíveis e inclusivas; vi) sustentabilidade e reinvenção das universidades para um futuro sustentável; vii) internacionalização e reforço de parcerias para alcançar objetivos comuns; governança; e viii) profissionais para construir instituições resilientes, inovadoras e socialmente comprometidas.

A partir destes temas, definiu-se os eixos estruturantes do PDESGO 2024-2033, a saber: i) gestão sustentável da Educação Superior; ii) acesso, permanência e êxito; iii) ensino, pesquisa e extensão; e iv) empreendedorismo, inovação e internacionalização.

A base metodológica desta proposta, por conseguinte, está no Modelo da Quádrupla Hélice da Inovação (ETZKOWITZ; ZHOU, 1998; 2002), que prevê a interlocução entre as universidades, o setor produtivo, os governos locais e a sociedade civil. O objetivo da adoção dessa metodologia na construção do PDESGO 2024-2033 é o de contribuir com o desenvolvimento do ecossistema de inovação e empreendedorismo no Estado.

Para a escuta ativa dos atores envolvidos adotou-se as abordagens quantitativa e qualitativa, por meio dos seguintes instrumentos de geração e análise de dados: i) *surveys* para coordenadores de cursos, docentes e discentes e colaboradores de nível estratégico (presidentes e diretores); tático (gerentes) e operacional (supervisores e demais) de todos os setores da economia (agropecuária, indústria e serviço), bem como ii) questionários semiestruturados e entrevistas com os colaboradores da Gestão Superior das IES (reitores, pró-reitores, diretores, entre outros); discentes e docentes; agentes-chave do setor produtivo; e agentes-chave da Educação Básica (Ensino Médio).

Após a presente introdução, no item 2 faz-se uma apresentação do debate atual em nível internacional acerca dos desafios à Educação Superior, o contexto nacional e das tendências no Brasil e em Goiás, neste último, à luz das recentes transformações socioeconômicas. O item 3 trata das principais referências, definições e procedimentos metodológicos adotados no estudo; no 4, o diagnóstico e perspectivas para a Educação Superior a partir dos resultados do *survey* e entrevistas; e no 5 o plano de ação para os próximos 10 anos.

2. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) mostram que a Educação Superior alcançou avanços significativos nas últimas décadas, incluindo: o aumento no número de matrículas, a intensificação da mobilidade estudantil, a promoção da diversidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de pesquisa e tecnologia. Os números mostram que há cerca de 235 milhões de alunos matriculados em instituições de ensino superior no mundo (Unesco, 2022). No ano 2000, esse número estava pouco acima de 100 milhões, o que nos permite concluir que o acesso à Educação Superior mais do que dobrou nos últimos 20 anos.

O Censo da Educação Superior (Inep, 2022) aponta que, em 2021, no Brasil, haviam 8.986.554 alunos matriculados em IES, o que representa um aumento de 33,3%, frente aos 6.739.689 existentes em 2011.

No período, observou-se a mesma tendência de crescimento para o estado de Goiás, cujo número de matrículas passou de 221.768, em 2011, para 280.974, em 2021, ou seja, uma variação positiva de 21,1%, portanto, abaixo da média nacional.

De forma geral, embora o acesso tenha alcançado índices importantes no mundo todo nas duas últimas décadas, a Unesco enxerga que a chamada “sociedade do conhecimento”, por exigir profissionais altamente capacitados, tem estimulado a massificação dos sistemas de Educação Superior. Dito isso, a comunidade internacional concorda que o ponto focal dos gestores e formuladores de políticas públicas deve ser a promoção da qualidade. Este objetivo, por sua vez, precisa estar alinhado à agenda do desenvolvimento sustentável, haja vista que as sociedades contemporâneas têm enfrentado mudanças econômicas, desafios sociais e ambientais que estão impactando nos sistemas de Educação Superior.

2.1 As Discussões Internacionais

A Unesco destaca que as mudanças globais que vêm impactando os sistemas de Educação Superior estão ligadas primeiramente à revolução digital, que conseqüentemente promove a polarização do mercado de trabalho, a criação de novas profissões e o desaparecimento de outras, a distribuição desigual da riqueza e diversas formas de conflito, adversidades e incertezas. Além destas, há ainda os problemas relacionados às conseqüências da crise provocada pela pandemia da Covid-19. Para a Unesco:

Sistemas de Educação Superior podem contribuir para a agenda global de diversas maneiras. Eles devem não apenas formar trabalhadores qualificados e criar, disseminar e aplicar o conhecimento para a construção de capacidades profissionais,

institucionais e tecnológicas, mas também reter os valores éticos e acadêmicos e propostas alinhadas à fundação do ensino superior (WHEC, 2022 Concept note, p. 3)¹

Em resposta a estas transformações, a Unesco criou, em 2019, a Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, uma iniciativa global que busca reimaginar como o conhecimento e o aprendizado podem moldar o futuro da humanidade e do planeta. O relatório da comissão reiterou a necessidade de construção de “um novo contrato social para a educação”, ou seja, “um acordo implícito entre os membros de uma sociedade para cooperar para alcançar um objetivo comum”, cujo “ponto de partida é uma visão compartilhada dos propósitos públicos da educação” (UNESCO, 2019, p. XII).

Em março de 2022, a Unesco promoveu a 3ª Conferência Internacional para a Educação Superior, que objetivou discutir a necessidade de se definir uma nova visão sobre o significado da Educação Superior. Paralelamente, a *Global University Network for Innovation – GUNi* (Rede Universitária Global para a Inovação), um dos principais *think tanks* mundiais em políticas e gestão da Educação Superior e parceira da Unesco na organização da conferência, publicou o relatório “*New Visions for Higher Education Towards 2030*” (Novas visões para a Educação Superior para 2030), que buscou tanto analisar o contexto da Educação Superior, como trazer essa nova visão para as IES em um período de grandes mudanças globais.

A abordagem usada no estudo tomou como base os conceitos e valores-chave defendidos pela GUNi e pela Unesco: direitos humanos, serviço público, cooperação internacional, desenvolvimento sustentável, inovação e educação para todos. A partir dessas premissas, o estudo analisou o contexto da Educação Superior para construir uma nova visão para as IES a partir de oito grandes temas:

- I. O impacto da pandemia de Covid-19 na Educação Superior;
- II. O futuro do trabalho: desenvolvimento de competências e habilidades ao longo da vida;
- III. Cidadania: a promoção de valores e perfis humanistas em um mundo em mudança;
- IV. Conhecimento: colocar a pesquisa e a inovação à serviço das mudanças sociais;
- V. O futuro humano-digital: a construção de universidades mais acessíveis e inclusivas;
- VI. Sustentabilidade: reinventar as universidades para um futuro sustentável;
- VII. Internacionalização: reforçar parcerias para alcançar objetivos comuns;

¹ Higher education systems can contribute to the global agenda in several ways. They should not only prepare effective skilled labour and the creation, dissemination, and application of knowledge for the construction of professional, institutional, and technological capacities, but also retain the ethical and academic values and purposes that lay at the foundation of higher learning.

Disponível em: <https://en.unesco.org/sites/default/files/whec2022-concept-note-en.pdf>

VIII. Governança e profissionais: construir instituições resilientes, inovadoras e socialmente comprometidas.

A seguir, apresentamos as principais percepções em torno desses oito grandes temas, os quais serviram como base para a elaboração deste Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás (2024-2033).

2.1.1 O impacto da pandemia da Covid-19 na Educação Superior

A pandemia evidenciou as lacunas estruturais dos países de industrialização tardia ou subdesenvolvidos, no que se refere à infraestrutura urbana, de pesquisa, capacidade tecnológica e conhecimento aplicado. A desigualdade estrutural, conseqüentemente, aumentou a divisão digital e a divisão cognitiva (GUNi, 2022).

O acesso limitado à internet é um exemplo disso. No Brasil, 81% da população acima de 10 anos de idade têm acesso à Internet, o que representa 148 milhões de usuários. Observando os dados domiciliares, 81,5% dos domicílios têm acesso à rede mundial de computadores, mas, destes, apenas 38,4% têm tanto acesso à rede quanto computador em casa. Quando analisamos os números pelo agrupamento classe social, podemos perceber a desigualdade estrutural, mencionada no relatório da GUNi (2022), haja vista que o acesso à rede alcança 100% dos domicílios de classe A, 98,1 da classe B, 88,8% da classe C e apenas 61,1% da classe DE. Observando a presença de computador e internet, as diferenças são ainda mais alarmantes: 99,5% dos domicílios da classe A, 82,5% da classe B, 39,9% da classe C e apenas 9,6% das classes D-E têm ambos. Em Goiás, 80,7% dos domicílios têm acesso à internet, dos quais apenas 32,8% têm computador em casa e 19% dos domicílios goianos não dispõem de acesso à internet nem computador (TIC DOMICÍLIOS, 2021).

Pensar em conectividade, todavia, requer que os formuladores de políticas públicas olhem além do acesso. Primeiramente, pois, como os dados mostram, embora grande parte da população tenha acesso à rede, esse acesso se dá por *smartphones*. Para a Educação isso não é suficiente, visto que assistir aulas online (remotas ou EaD), fazer *download* de materiais didáticos e acessar informação de qualidade, de maneira geral, exige melhor conexão, que está majoritariamente concentrada entre as fatias da população com maior poder aquisitivo.

Além da dificuldade de acesso, a crise econômica, social e de saúde pública trouxe ainda outras conseqüências para a Educação Superior, como: a redução no número de novos inscritos e de alunos matriculados; déficits no processo de ensino-aprendizagem; redução do acesso ao

mercado de trabalho e, conseqüentemente, no nível de empregabilidade dos jovens (GUNi, 2022).

No caso brasileiro, observando a série histórica (2011-2021) do Censo da Educação Superior (INEP, 2022), o número geral de ingressantes manteve-se, porém, registrou-se mais matrículas na modalidade à distância que na modalidade presencial. Como mostra o relatório do Inep (2022, p. 14): “o aumento do número de ingressantes entre 2020 e 2021 é ocasionado, exclusivamente, pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 23,3% entre esses anos; já nos cursos presenciais houve um decréscimo de -16,5%”. Na última década, o percentual de ingressantes em cursos de graduação à distância foi de 18,4% em 2011, para 62,8% em 2021.

O número de matrículas também conseguiu se manter estável desde o início da pandemia e, em 2021, atingiu a marca de quase 9 milhões, uma variação positiva de 3,5% em relação a 2020, crescimento registrado inclusive nas IES privadas, que concentram o maior número de alunos. Porém, novamente, vale chamar a atenção para a modalidade a distância, que representou mais de 3 milhões das matrículas de 2021, ou seja, 41,4% dos alunos matriculados em IES fazem cursos a distância. Houve, desse modo, uma queda de 5,5% das matrículas em cursos de graduação presencial entre 2020 e 2021 e um aumento de 26,8% entre 2019 e 2020 e 19,7% entre 2020 e 2021 na modalidade a distância.

No Estado de Goiás, também podemos constatar o mesmo cenário. Os dados do censo (INEP, 2022) mostram que houve uma queda de apenas 1,6% no número de matrículas entre 2019 e 2020 e um aumento de 7,5% de 2020 para 2021. Assim, temos hoje 280.974 alunos matriculados nas IES goianas. Todavia, assim como a nível nacional, esses números foram impulsionados pela modalidade a distância, que seguiu em curva ascendente em Goiás na última década, com maior ênfase para os últimos três anos. Hoje temos 169.331 estudantes goianos matriculados em cursos presenciais (60,27) e 111.643 em cursos a distância (39,73%), enquanto em 2011 a proporção era 87,9% de matrículas presenciais para 12,1% de matrículas a distância.

O déficit de aprendizagem, por sua vez, é um indicador de caráter mais qualitativo que quantitativo. Dados do Enade (2021) quanto à percepção dos estudantes sobre a pandemia nos dão alguns indicativos. Os questionários individuais do Enade (2021) indicaram problemas como: falta de suporte aos estudantes para superação das dificuldades tecnológicas; dificuldade de acesso a referências bibliográficas; falta de domínio dos recursos tecnológicos pelos docentes; uso de didática inadequada para as aulas remotas; recursos tecnológicos e acesso à internet inadequados para o acompanhamento das aulas; queda na oferta de estágio e de

atividades de pesquisa e extensão. Logo, pelo menos metade dos respondentes acreditam que em algum nível as aulas não presenciais e o uso de tecnologias digitais em decorrência da pandemia prejudicaram seus processos formativos e cerca de 30% dos alunos afirmaram que as dificuldades geradas pela pandemia os levaram a pensar em trancar ou desistir do curso.

Hoje, o desemprego no Brasil afeta principalmente os mais jovens, tanto aqueles que teoricamente ainda estão em processo formativo (18 a 24 anos, que correspondem a 30,3% dos desempregados) e, especialmente, aqueles que já finalizaram ou deveriam ter finalizado o período de formação na graduação (25 a 39 anos, faixa etária que responde por 34,9% dos desempregados) (PNAD/IBGE, 2022). Usamos aqui a palavra “teoricamente”, pois, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho² (OIT) “quase um quarto dos jovens brasileiros não estão estudando nem possuem um emprego remunerado”, são os popularmente chamados “nem-nem”.

Para a OIT, o problema não é apenas quantitativo, mas também qualitativo, visto que, no Brasil:

[...]a participação de jovens no mercado de trabalho no Brasil é marcada por vários desafios, como informalidade, baixa remuneração, alto índice de rotatividade, precarização da relação de trabalho e dificuldade de conciliação entre estudos, responsabilidades familiares e trabalho (OIT, 2022).

O caminho, segundo a organização, é a promoção de políticas públicas capazes de promover melhorias de oportunidades e condições para este grupo, as quais incluem: educação, formação profissional, inserção e participação no mercado de trabalho.

Frente a todos os problemas econômicos, sociais, de saúde pública e de infraestrutura identificados, como será o processo de ensino-aprendizagem em uma sociedade pós-pandemia?

2.1.2 O futuro do trabalho: desenvolvimento de competências e habilidades ao longo da vida

Pensar no futuro do trabalho é antes de tudo identificar as mudanças em curso e as mudanças necessárias. Nesse aspecto, o relatório GUNi (2022) chama a atenção para o uso das novas tecnologias, a participação feminina na economia e a polarização entre empregos altamente pagos e empregos com baixos salários. Em seguida, discute o amplo espectro das novas habilidades, com foco nas habilidades transversais e nas habilidades técnicas.

As habilidades transversais são baseadas na formação continuada, na capacidade de adaptação, na criatividade e inovação, no controle emocional, na comunicação, na liderança e na empatia. Já as habilidades técnicas são aquelas ligadas ao desempenho específico de funções.

² Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/temas/emprego/WCMS_618420/lang--pt/index.htm. Acesso: 05 de dezembro de 2022, 09:16.

A partir delas, com base no Fórum Mundial (2020), o relatório da GUNi (2022) apresenta as habilidades requeridas pelo mundo do trabalho para 2025, que incluem:

FIGURA 01: Habilidades do Século XXI

Habilidades transversais	Habilidades técnicas
<ul style="list-style-type: none">• pensamento analítico e inovação;• aprendizado ativo e definição de estratégias de aprendizado; resolução de problemas complexos;• pensamento crítico e capacidade de análise;• criatividade, originalidade e iniciativa;• liderança e influência social;• uso, monitoramento e controle da tecnologia;• design e programação da tecnologia;• resiliência, tolerância ao stress e flexibilidade;• raciocínio lógico, resolução de problemas e ideação.	<ul style="list-style-type: none">• marketing de produtos;• marketing digital;• ciclo de vida de desenvolvimento de software;• gerenciamento de negócios;• publicidade e propaganda;• interação homem-computador;• ferramentas de desenvolvimento;• tecnologias de armazenamento de dados;• redes de computadores;• desenvolvimento web;• gerenciamento de negócios;• empreendedorismo;• inteligência artificial;• ciência de dados;• vendas no varejo;• suporte técnico;• mídias sociais;• design gráfico;• gerenciamento de informações.

Fonte: GUNi (2022)

Para que os alunos possam adquirir tais habilidades, o relatório da GUNi (2022) ressalta que o ensino precisa combinar atividades curriculares com cursos práticos e métodos de ensino-aprendizagem baseados em aprendizagem por projetos e aprendizagem baseada na comunidade, bem como atividades extracurriculares e alocação profissional.

Para que consigamos desenvolver nos alunos essas habilidades é necessário haver uma mudança de paradigma na forma como entendemos o processo de ensino-aprendizagem. Essa mudança de paradigma, todavia, envolve não apenas as IES e seu corpo técnico e docente, mas também os alunos, que precisam assumir a responsabilidade pelo seu aprendizado. Esse novo paradigma deve colocar o aluno no centro do processo educacional e requer que:

- o aluno seja responsável pelo seu processo de aprendizagem;
- alimente a habilidade dos alunos de se respeitarem e construïrem um ambiente digno para todos;
- conecte as jornadas profissionais e educacionais à sociedade civil;

- promova líderes;
- desenvolva autonomia;
- foque na resolução de problemas;
- promova a profundidade do aprendizado;
- implemente a transdisciplinaridade;
- instigue a memória;
- desenvolva novos métodos de avaliação.

Frente às mudanças do mundo do trabalho, os principais papéis das IES são reduzir tensões e se tornarem parte do ecossistema.

2.1.3 Cidadania: a promoção de valores e perfis humanistas em um mundo em constante mudança

Para a GUNi (2022), tanto o desenvolvimento das habilidades transversais quanto a promoção de valores humanistas em um mundo em constante mudança só será possível por meio do ensino das Ciências Humanas dentro de um ecossistema de conhecimento, ou seja, um ecossistema integrado e dinâmico que una as ciências, a tecnologia e outras áreas. Desse modo, o objetivo da Educação Superior deve ser formar cidadãos capazes de: interagir com o meio ambiente de forma coerente e sustentável; construir relações construtivas com outros membros da comunidade; e viver uma vida completa.

Para aprender a se integrar no meio ambiente, as humanidades precisam ser vistas como parte da biosfera, com foco na conscientização sobre a preservação ambiental, pois o modo de vida contemporâneo requer que indivíduos encarem uma realidade multifacetada e em constante mudança. As IES, desse modo, devem oferecer os mecanismos necessários para viver e crescer nesta sociedade.

A fim de aprender a se constituir como comunidade, as IES devem formar cidadãos comprometidos com o trabalho comunitário e a hospitalidade em uma sociedade global, bem como construir o senso de consciência, respeito às diferenças e à diversidade.

Por fim, para cultivar as características que nos tornam humanos, o ensino das Ciências Humanas ajuda a ponderar o foco no indivíduo e o papel das emoções.

A GUNi (2022) indica que para alcançar estes objetivos, o ensino das Ciências Humanas deve perpassar sete áreas temáticas:

- futuras soluções climáticas;
- cultura e identidade em direção à grandes mudanças;

- uso da tecnologia na Educação Superior;
- valores democráticos e digitalização;
- bem-estar familiar e igualdade de gênero;
- melhor comunicação e maior igualdade em saúde;
- intervenção ativa contra a polarização religiosa.

A cobertura dessas temáticas faz-se necessária, pois as Ciências Humanas fazem importantes contribuições à sociedade, à democracia e à proposição de políticas públicas em desafios complexos nas áreas de: saúde, clima, segurança, educação, digitalização e democracia.

Além disso, o ensino transversal das Ciências Humanas aliado à tecnologia são importantes ferramentas de alfabetização midiática e informacional (Unesco, 2019), como forma de lidarmos com o combate a notícias falsas. É papel das IES garantir a “alfabetização digital crítica”, ou seja, garantir que os alunos compreendam não apenas como a tecnologia funciona, mas também seus aspectos sociais, incluindo: o funcionamento da comunicação midiática e as implicações de como as pessoas compartilham, compreendem e consomem informação. Em suma, é papel das IES preparar os indivíduos para que eles se tornem cidadãos criticamente engajados e defender a verdade, a liberdade de expressão e a promoção da democracia.

2.1.4 Conhecimento: colocar a pesquisa e a inovação a serviço das mudanças sociais

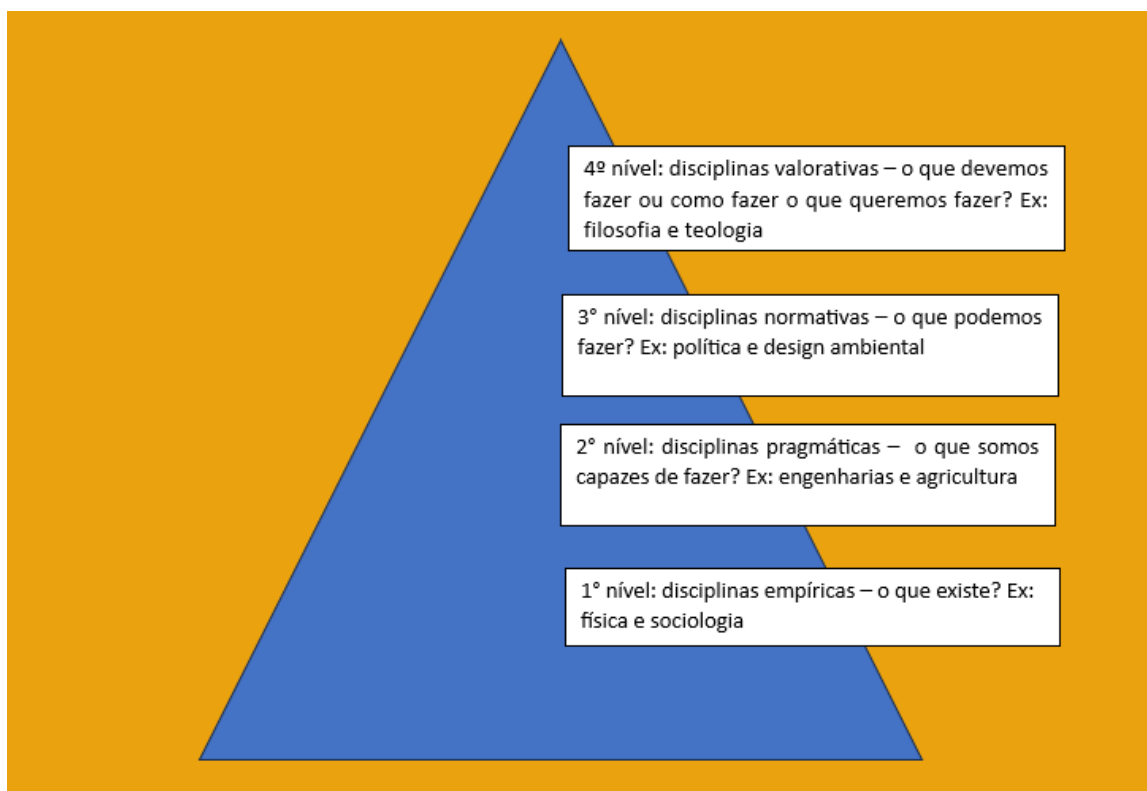
A fim de colocar a pesquisa e a inovação a serviço das mudanças sociais, o primeiro aspecto que o relatório GUNi (2022) coloca em discussão é a sustentabilidade da pesquisa e inovação. Na visão dos colaboradores da rede, as IES precisam compreender qual o seu papel dentro do modelo da quintupla hélice da inovação – Estado, Universidades, Setor Produtivo, Sociedade e Meio Ambiente – sistema de inovação baseado no conhecimento. Nas palavras de Barth (2011 apud SILVA; SILVA; ABUD, 2021, p. 1302), a hélice quintupla propõe um modelo de inovação capaz de “enfrentar desafios do aquecimento global através da aplicação de conhecimento e *know-how*, uma vez que se concentra no social, no intercâmbio e na transferência de conhecimento dentro dos subsistemas de um estado ou nação-estado específico”.

Dito isso, para colocar a pesquisa e a inovação à serviço das mudanças sociais, as IES precisam: construir pontes fortes e estáveis entre a ciência e a sociedade; transformar conhecimento em inovação por meio do desenvolvimento contínuo de pesquisa e transferência

dos resultados para a inovação; tornarem-se universidades empreendedoras e transdisciplinares; compartilhar e cooperar com pesquisa e inovação e abrir-se para o mundo, garantindo o acesso livre ao conhecimento científico; e dar importância à todas as questões que vão além da pesquisa tradicional por meio de novos critérios de avaliação, critérios que vão além das métricas.

Para criarmos uma universidade empreendedora e transdisciplinar, os colaboradores do relatório da GUNi (2022) ponderam que é necessário o envolvimento de toda a instituição e que esse processo precisa ser implementado de forma transversal e transdisciplinar, por meio do que eles chamam de Modelo da Pirâmide da Transdisciplinaridade, como mostra a figura 02.

FIGURA 02: Modelo da Pirâmide da Transdisciplinaridade



Fonte: GUNi/Unesco (2022)

A pirâmide conecta, assim, as humanidades com as ciências, a tecnologia e outras áreas, princípios da Educação 4.0 e 5.0³.

2.1.5 O futuro humano-digital: a construção de universidades mais acessíveis e inclusivas

Esta temática dentro do relatório da GUNi (2022) enfatiza a reflexão sobre o futuro das universidades e os novos modelos de trabalho, com a tecnologia como um meio para facilitar e

³ A Educação 4.0 incorpora e dissemina novas tecnologias ao processo educacional, enquanto a Educação 5.0 desenvolve de forma articulada habilidades técnicas e socioemocionais.

potencializar os desenvolvimentos, mas sem perder de vista os interesses das pessoas, da vida em sociedade, do bem-estar social. Ou seja, não inverter as prioridades e sim garantir que a tecnologia esteja sendo usada como um meio a favor do humano. Nesse sentido, questiona-se: Que modelo de educação podemos construir com a tecnologia disponível para alcançar alunos e o que podemos obter? Como as tecnologias digitais podem ajudar a reduzir os custos da educação e alcançar o máximo possível de pessoas? Como as tecnologias digitais podem ajudar a educação superior a ser mais flexível e adaptável às diferentes necessidades dos alunos? Como as tecnologias digitais podem ajudar a construir bons modelos de ensino-aprendizagem para o mundo de hoje?

Estas perguntas nos levam a refletir sobre a necessidade de desenvolvermos estratégias de complementação entre os modelos on-line e presencial em novos cenários de aprendizagem, a pensarmos na relação entre inteligência artificial e humanismo digital e a refletirmos que a educação para a cidadania digital é um direito e uma prioridade, visto que enfrentamos problemas relacionados à divisão digital devido à desigualdade de acesso e a divisão cognitiva que, por sua vez, está relacionada ao analfabetismo tecnológico e digital.

2.1.6 Sustentabilidade: reinventando universidades para um futuro sustentável

A sustentabilidade é uma das maiores preocupações dos colaboradores da GUNi (2022), pois, segundo eles, ela é uma responsabilidade inevitável da educação. Para eles, a educação deve ser a força motora de certificação e de que o desenvolvimento econômico e social aconteça dentro dos limites do planeta e respeitando os direitos humanos. A fim de alcançar esses objetivos, as IES devem focar em desenvolver políticas de avanço, ambientes de aprendizado transformadores, capacitação de educadores, empoderamento da juventude e aceleração de ações locais.

O relatório aponta algumas atividades em andamento, tais como: implementação do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento nas atividades e operações das IES; aprimoramento das competências de desenvolvimento sustentável dos alunos, docentes e técnicos administrativos; apoio a pesquisas científicas, incluindo aquelas categorizadas como “ciência motivada pela curiosidade”, além de pesquisas transdisciplinares, em resposta aos desafios globais; trabalho com parceiros globais para oferecer soluções inovadoras e alavancar a tecnologia; e defesa da ciência aberta para facilitar a colaboração além das fronteiras nacionais a fim de resolver problemas específicos.

Quais mudanças precisam ser feitas para que tais ideias sejam operacionalizadas nas IES goianas? O que é necessário para realizá-las? Para a GUNi (2022), é necessário conectar os ambientes, as pessoas e as instituições. É necessário também mudar como abordamos o tema sustentabilidade, pois ela precisa ser abordada não apenas a partir da perspectiva ambiental, mas também a partir das perspectivas social e econômica.

De forma mais específica, o relatório da GUNi (2022) coloca que a sustentabilidade ambiental, social e econômica na Educação Superior deve envolver adaptação e transformação quanto às mudanças climáticas. Para tanto, as IES precisam: redefinir suas operações diárias para reduzir emissões, nutrir a biodiversidade e se adaptarem para os impactos das mudanças climáticas; revigorar seu papel cívico para construir comunidades socialmente e economicamente resilientes; redefinir as estruturas de conhecimento das IES para abordar a complexidade interdisciplinar das mudanças climáticas; e focar na sua missão educacional para ajudar os alunos a desenvolverem capacidades emocionais, intelectuais e práticas para conviver com outras pessoas e com o planeta em uma era de mudanças climáticas.

Além destes elementos, a Educação Superior precisa ser considerada um bem comum, logo, o acesso deve ser equitativo e qualitativo e ela deve estar voltada para o progresso e o bem-estar social levando os alunos a repensarem como a economia opera atualmente a fim de pensar em um modelo que seja sustentável.

2.1.7 Internacionalização: reforçando parcerias para obter objetivos comuns

Em um cenário global cada vez mais competitivo, a tendência é que seja exigido dos profissionais um amplo conhecimento e experiência multicultural, proficiência em outros idiomas, habilidades de comunicação intercultural, e que tenham uma ampla visão de um mundo internacionalizado, o que é fundamental para o desenvolvimento global e para os processos de integração entre países.

Para que a sociedade goiana possa acompanhar o ritmo e as competências demandadas neste cenário, o Governo do Estado de Goiás possui o papel fundamental de atuar como um facilitador, promovendo parcerias com instituições estratégicas para a criação de mecanismos que ampliem a capacidade de inovação e a qualidade do aprendizado e de pesquisa.

A cooperação internacional no âmbito da educação é uma maneira eficiente de compartilhamento de conhecimento entre diferentes países, em que é possível produzir projetos de pesquisa conjuntos, aproximar as estruturas curriculares entre as instituições, intercambiar professores, implantar bolsas de estudo (de Tecnólogo, Graduação, Mestrado, Doutorado, Pós-

Doutorado, idiomas), obter financiamentos e organizar seminários e conferências de amplitude internacional.

Como resultado dessas iniciativas, são geradas soluções inovadoras para problemas científicos, educacionais, culturais e de mercado, o ensino e a pesquisa das IES são fortalecidos, é agregado um diferencial na formação dos acadêmicos, professores e demais colaboradores das instituições, e são criadas tecnologias e métodos de ensino. Por meio dessas parcerias, ocorre a internacionalização da Educação Superior de Goiás, a promoção da produção científica do Estado em nível global, o aumento da competitividade e da reputação das IES.

2.1.8 Governança e profissionais: construindo universidades resilientes, inovadoras e socialmente comprometidas

O relatório GUNi (2022) aborda os modelos de governança universitária. Existem três modelos tradicionais: burocrático, colegial e político. O modelo burocrático é baseado na burocracia weberiana, no qual as IES são vistas como pessoas corporativas com responsabilidades públicas, administradas formal e hierarquicamente. O modelo colegial é mais ideológico e considera os posicionamentos da comunidade acadêmica. Já o modelo político é uma combinação do modelo burocrático e do modelo colegial. Segundo os colaboradores do relatório, essa última é uma abordagem mais realista e próxima ao modelo de governança existente na maioria das IES.

Os pesquisadores acreditam, todavia, que precisamos caminhar em direção a um modelo de governança aberto, colaborativo e flexível, que considere o respeito à cultura institucional vernacular, que garanta a participação de toda a comunidade acadêmica no processo decisório, que promova a combinação apropriada de elementos de competição e colaboração com outras universidades e que promova a participação da comunidade local nas questões universitárias.

O maior desafio desse processo, de acordo com o referido relatório, é assegurar que os profissionais da Educação Superior sejam capazes de transitar nas atividades precípuas da universidade (ensino-pesquisa-extensão) e na área administrativa, com essa abertura e consciência de cidadania. Isso significa ter, no ensino, profissionais técnicos, mas também preocupados com o desenvolvimento dos alunos enquanto profissionais e cidadãos. Na pesquisa e na extensão, ter profissionais capazes de colaborar e trabalhar em equipe, abertos à cocriação com instituições e cidadãos, atentos aos impactos sociais da pesquisa e capazes de atuar em rede, inclusive em escala internacional. No corpo administrativo, recomenda-se ter

profissionais que extrapolem as atividades repetitivas e busquem atuar de forma criativa e eficiente.

Em suma, quando se fala em Educação Superior, emerge um impasse inescapável que consiste em conciliar interesses públicos e privados desse Ensino Superior. Se queremos formar cidadãos conscientes, promover a educação inclusiva, e fomentar o desenvolvimento econômico e social, por vezes esses objetivos exigem currículos que não necessariamente as empresas (futuras empregadoras) vão demandar ou absorver. Mas, essa formação crítica e ampla é tão essencial quanto a formação pragmática pautada pelas demandas do ‘mercado’.

2.2 O Contexto Nacional e a Realidade Goiana

Para conseguirmos construir em Goiás uma Educação Superior crítica, ampla e pragmática, que consiga conciliar a necessidade de formar cidadãos críticos e preparados tanto para atuarem em uma sociedade cada vez mais complexa quanto em um mercado em constante mudança, como discutido no debate internacional, é necessário compreender os principais aspectos socioeconômicos e o panorama da Educação Superior no estado.

2.2.1. Goiás, um Estado em transformação

O Estado de Goiás possui uma extensão territorial de cerca de 340 milhões de km², encontra-se inserido na região Centro-Oeste, sendo a sétima unidade da federação em termos de área. Conta com uma população estimada de 7,2 milhões de habitantes distribuídos em 246 municípios, corresponde o 12º estado brasileiro mais populoso. Um estado de grandes proporções que exhibe relevância historiográfica para o contexto nacional e apresenta expressiva diversidade socioeconômica entre os municípios que o compõem (IBGE, 2023; IMB, 2022).

Segundo Vieira, Buainain e Contini (2014) o desenvolvimento de Goiás esteve atrelado a um conjunto de movimentos históricos vivenciados em âmbito nacional. As terras que vieram a constituir o território goiano passaram a ser consideradas ainda no período colonial, em específico entre os séculos XVII e XVIII, no contexto da busca pelo ouro no interior do país. Outros processos históricos, tais como: a Marcha para o Oeste (década de 1930); o Plano de Meta do governo Juscelino Kubitschek (final dos anos 1950); o Milagre Econômico (década de 1970) e especialmente a ocupação econômica e produtiva do Cerrado pelas atividades agropecuárias, também na década de 1970, contribuíram para moldar o perfil socioeconômico de Goiás.

No intervalo de 2016 a 2020 a economia goiana consolidou sua posição como a nona maior economia brasileira contribuindo, em média, com 2,87% do PIB nacional. Em termos regionais é a segunda maior da região Centro-Oeste (28,56% do PIB da região), sendo superada apenas pela economia do Distrito Federal (IBGE, 2023). Os resultados econômicos favoráveis registrados em Goiás podem ser atribuídos ao fortalecimento e crescimento das atividades correlatas ao agronegócio; ao desenvolvimento do setor de serviços, em especial, o segmento comercial e ao crescimento e diversificação do setor industrial principalmente nos segmentos de alimentos e bebidas, automobilismo, produção de medicamentos e beneficiamento de minérios (IMB, 2022).

O desenvolvimento promissor do setor agropecuário, bem como das agroindústrias, impactou positivamente o setor de serviços. Ou seja, a conexão intersetorial – da agricultura para a indústria e ambos para o setor de serviços – pode ser apontada como causa principal dos bons resultados verificados na economia estadual. Cabe pontuar que a economia de Goiás passou a ser caracterizada como moderna em meados da década de 1990, em virtude de um conjunto de investimentos que estimulam a diversificação do setor industrial, em áreas distintas das alternativas relacionadas à vocação histórica para a agropecuária, comércio e logística. Como exemplo, foram observados investimentos na indústria automobilística, farmoquímica e equipamentos de precisão. Esses investimentos financeiros foram, em boa medida, propiciados pelo governo estadual na forma de condições especiais de financiamento e incentivos fiscais (VIEIRA, BUAINAIN, CONTINI, 2014).

Considerando os setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços), cabe destacar que na economia goiana, de forma análoga à região Centro-Oeste e ao Brasil, o setor de serviços posiciona-se como principal conjunto de atividades da economia. Em Goiás, para o período de 2016 a 2020, o setor de serviços foi responsável por aproximadamente 44% do valor adicionado ao PIB estadual, movimentando cerca de 86 bilhões de reais. Para o mesmo período, o setor industrial e o setor agropecuário participaram respectivamente com 19,61% e 10,85%. A Tabela 1 apresenta os percentuais de participação de cada setor econômico, bem como relaciona mais dois itens que fazem parte da estimativa do PIB – os impostos e a administração pública (IBGE, 2023).

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO DE GOIÁS (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020	Média
Agropecuária	10,85%	10,12%	10,17%	10,15%	12,95%	10,85%
Indústria	20,46%	19,33%	18,44%	18,77%	21,03%	19,61%
Serviços	43,77%	44,85%	44,75%	43,75%	40,07%	43,44%

Administração Pública ¹	14,10%	14,94%	15,49%	16,08%	15,12%	15,15%
Impostos ²	10,81%	10,76%	11,14%	11,25%	10,84%	10,96%

Fonte: SIDRA/IBGE (2023) – Tabela 5938.

Nota 1 Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Nota 2 Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes.

Apesar do estado de Goiás vivenciar a lógica econômica e produtiva do agronegócio, a análise em termos dos setores econômicos exhibe que o setor agropecuário não desponta como principal componente do PIB estadual. Isso se dá pelo fato de o setor agropecuário ser apenas uma parte das atividades que integram o agronegócio. Segundo Araújo (2007), o agronegócio corresponde a um fenômeno socioeconômico, percebido a partir da década de 1950, caracterizado pela adoção de novas tecnologias de produção no meio rural, que resultaram em profundas transformações na estrutura produtiva e pela intensa integração da agropecuária com os demais setores da economia.

Para Contini et al (2006, p. 6) “o agronegócio deve ser entendido como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela transformação até seu consumo”. Ou seja, as atividades correlatas ao agronegócio estão conectadas e presentes em todos os setores da economia. No caso específico de Goiás é possível atribuir ao agronegócio a capacidade de estimular a evolução e o crescimento da economia estadual, por estar presente em todos os setores da atividade econômica.

Em comparação com a média nacional, Goiás tem apresentado resultados econômicos mais consistentes. A título de exemplo, no ano de 2020, ainda no contexto pandêmico, o PIB goiano registrou um encolhimento de 1,30% (em termos de volume de produção), ao passo que o PIB brasileiro registrou um retrocesso de 3,30%. Tanto o setor agropecuário quanto o setor industrial contribuíram com o crescimento da atividade econômica no estado, respectivamente com 9,90% e 0,40%. Apenas o setor de serviços foi impactado negativamente com o desenrolar da pandemia, registrando uma queda de 3,50% (IMB, 2022).

Em relação à atividade agrícola, o estado de Goiás posicionou-se em 2021, como 3º maior produtor nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, ofertando 10,18% da produção nacional. Neste contexto, cabe destacar as principais *commodities* agrícolas de Goiás – milho e soja, que dinamizam a atividade exportadora do estado. Além da produção de cana-de-açúcar, que possibilita Goiás se afirmar como um dos maiores produtores nacionais de etanol e açúcar.

Conforme estimativa realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, para a safra 2023/24 espera-se que Goiás produza cerca 73 milhões de toneladas de cana-de-

açúcar, 4,9 bilhões de litros de etanol e 2,5 milhões de toneladas de açúcar, ou seja, que ocupe a 3ª posição no *ranking* nacional na produção de etanol e açúcar (IMB, 2023; IBGE, 2023; CONAB, 2023).

TABELA 2 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM GOIÁS (2021)

	Posição no <i>ranking</i> nacional	Quantidade produzida (em toneladas)
Girassol (em grão)	1º	36.661
Sorgo (em grão)	1º	1.140.088
Tomate	1º	1.026.055
Alho	2º	50.213
Cana-de-açúcar	2º	72.012.198
Milho (em grão)	2º	10.750.433
Algodão herbáceo (em caroço)	3º	138.840
Cebola	4º	181.177
Feijão (em grão)	4º	340.325
Soja (em grão)	4º	13.654.117
Batata-inglesa	6º	177.618
Trigo (em grão)	6º	84.035
Arroz (em casca)	7º	124.510
Cereais, leguminosas e oleaginosas (TOTAL)	3º	99.716.270

Fonte: SIDRA/IBGE (2023) – Tabela 5457.

Em relação aos rebanhos verificou-se o crescimento de 2,82% na criação de bovinos em comparação a 2020, com saldo aproximado de 24 milhões de cabeças de gado, ou seja, 10,82% da oferta nacional. Além da significativa produção de galináceos (98 milhões de cabeças) e suínos (1,5 milhões de cabeças), contribuindo respectivamente com 6,43% e 3,74% da oferta nacional desses rebanhos – conforme ilustra a Tabela 3. Os produtos procedentes da pecuária também contribuem de forma expressiva com a atividade exportadora. Em 2021, as exportações goianas totalizaram US\$ 9,3 bilhões. Desse total cerca de 19% ou US\$ 1,77 milhões das vendas internacionais estiveram relacionadas ao complexo de carne, ou seja, carne bovina (14,50%), carne avícola (4,32%) e suínos (0,18%) (IBGE, 2023; IMB, 2023)

TABELA 3 – PRODUÇÃO DE PECUÁRIA EM GOIÁS (2021)

	Rebanhos (número de cabeças)	Posição no <i>ranking</i> nacional
Bovinos	24.293.954	2º
Galináceos	98.363.163	6º
Suínos	1.592.498	6º

Fonte: SIDRA/IBGE (2023) – Tabela 3939.

No setor de serviços goiano, em 2020, verificou-se a maior representatividade das seguintes atividades: “administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social”; “comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas”; “atividades imobiliárias” e “intermediação financeira, de seguros e previdência complementar e serviços relacionados”, que conjuntamente perfazem aproximadamente 80,00% de todo o valor adicionado ao setor. Conforme já mencionado, o setor de serviços foi severamente impactado pelas consequências econômicas da pandemia de COVID-19. Entretanto, cabe ressaltar que entre 2021 e 2022 foi registrado um crescimento de aproximadamente 6% de suas atividades em decorrência do aumento da demanda por atividades de informação, profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares e administração, educação e saúde pública, defesa; seguridade social e as atividades relacionadas ao comércio atacadista e varejista. Esse crescimento pode ser condicionado à retomada das atividades produtivas da economia. Porém, ainda é preciso considerar algumas variáveis, tais como: o endividamento das famílias, a inflação e o elevado custo do acesso ao crédito; que desafiam o crescimento contínuo do segmento (IMB, 2022; IMB, 2023).

Segundo definição do IBGE (2023), o setor industrial é formado por três segmentos específicos, são eles: indústria geral; indústrias extrativas e indústrias de transformação. No contexto da produção industrial Goiás possui maior prestígio nos segmentos relativos à indústria de transformação, em específico na fabricação de alimentos; fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos; fabricação de automóveis e fabricação de biocombustíveis (etanol). A indústria extrativa, em particular a indústria da mineração é bastante desenvolvida e diversificada devido a extração de minério como: cobre, ouro, cobalto, níquel, nióbio, fosfato e vermiculita (IMB, 2023).

Considerando os dados da economia de Goiás cabe acrescentar que a riqueza gerada no Estado se encontra concentrada em alguns municípios. Pelo exame do PIB municipal para 2020, constatou-se que as quinze maiores economias representaram 61,11% do PIB estadual. Enquanto os demais 231 municípios possuem individualmente uma participação inferior a 1% e conjuntamente contribuem com 38,89% da riqueza produzida em Goiás. Nesse seleto grupo de municípios, Goiânia (capital estadual), representa pouco menos de um quarto de toda a riqueza produzida em Goiás. Todos os municípios integrantes desse grupo, possuem como principal atividade econômica as atividades corretas ao setor de serviços.

Conforme já pontuado, tanto o setor agropecuário quanto o setor industrial têm a capacidade de dinamizar o setor de serviços. Neste sentido é importante destacar, dentre as

quinze maiores economias de Goiás, alguns municípios que têm seu setor de serviços e a própria economia municipal dinamizado pelos demais setores econômicos. A título de exemplo:

- Anápolis: indústrias de medicamentos e montadoras de veículos;
- Aparecida de Goiânia: sete polos industriais e empresariais;
- Rio Verde: produção de grãos (milho e soja) e agroindústrias;
- Catalão: Distrito Miner industrial de Catalão (Dimic);
- Jataí: produção de grão (milho e soja) e importantes agroindústrias;
- Itumbiara: Distrito Agroindustrial do município (Diagri);
- Senador Canedo: indústria de transformação;
- Cristalina: agricultura diversificada e agroindústrias.

TABELA 4 – MUNICÍPIOS GOIANOS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL (2020)

	Município	PIB (em reais)	Participação no PIB estadual (%)
1	Goiânia	51.961.311,00	23,18%
2	Anápolis	15.286.792,00	6,82%
3	Aparecida de Goiânia	14.856.019,00	6,63%
4	Rio Verde	11.872.211,00	5,30%
5	Catalão	7.269.176,00	3,24%
6	Jataí	5.982.102,00	2,67%
7	Itumbiara	4.771.582,00	2,13%
8	Luziânia	4.769.559,00	2,13%
9	Senador Canedo	3.841.143,00	1,71%
10	Cristalina	3.345.354,00	1,49%
11	Formosa	2.738.680,00	1,22%
12	Valparaíso de Goiás	2.688.974,00	1,20%
13	Mineiros	2.618.561,00	1,17%
14	Caldas Novas	2.551.056,00	1,14%
15	Trindade	2.413.837,00	1,08%
	TOTAL	136.966.357,00	61,11%

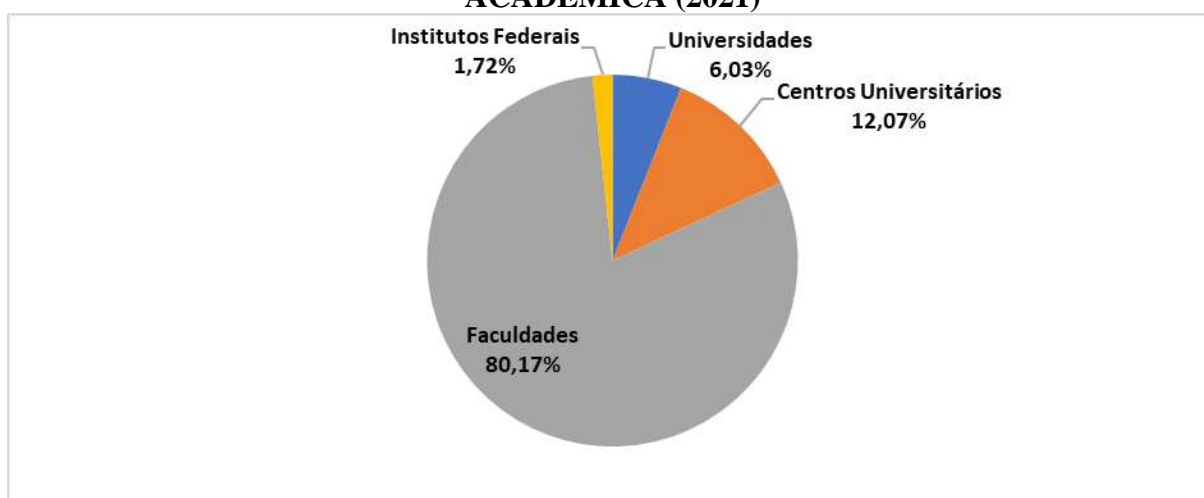
Fonte: SIDRA/IBGE (2023) – Tabela 5938.

Em linhas gerais, Goiás pode ser apontado como importante unidade da federação que é dinamizada pelas atividades correlatas ao agronegócio. Cabe registrar que o impacto econômico do agronegócio reverbera em todos os setores econômicos de Goiás, ou seja, agropecuária; indústria e serviço. Contudo, a intensidade dessas atividades é observada de forma diferente nos municípios goianos. Constatou-se que a maior geração de riqueza (tendo como referência o PIB municipal) encontra-se firmada em cerca de 6% dos municípios goianos. Agrupando os municípios citados em mesorregiões constata-se que maior parte da riqueza gerada em Goiás está concentrada no “Centro Goiano” (Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade) com 39,42%; no “Sul Goiano” (Rio Verde, Catalão, Jataí, Itumbiara, Mineiros e Caldas Novas) com 15,65% e no “Leste Goiano” (Luziânia, Cristalina, Formosa e Valparaíso de Goiás) com 6,04%.

2.2.1.1. Panorama do Ensino Superior em Goiás

Segundo os resultados no último Censo da Educação Superior, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, referentes ao ano de 2021, Goiás possui 116 IES, ou seja, detêm 40,70% das instituições localizadas na região Centro-Oeste e 4,50% das instituições brasileiras. Em sua maioria, as IES goianas (91,40%) são instituições privadas com ou sem fins lucrativos (ver Tabela 5), organizadas em 4 categorias acadêmicas – faculdades, centros universitários, universidades e institutos federais – conforme ilustra a Figura 3.

FIGURA 3 – PERCENTUAL DE IES GOIANAS POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA (2021)



Fonte: Inep (2021)

A Tabela 5 detalha a categoria administrativa das IES goianas e evidencia que a maior parte das faculdades e centros universitários goianos são privados, enquanto as universidades e Institutos Federais⁴ são IES públicas.

**TABELA 5 – NÚMERO DE IES GOIANAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA
(2021)**

	IES públicas	IES privadas	Total
Universidades	5	2	7
Centros Universitários	2	12	14
Faculdades	1	92	93
Institutos Federais	2	-	2
Total	10	106	116

Fonte: Inep (2021)

Em conjunto, às 116 IES localizadas em Goiás, ofertaram em 2021, 1.458 cursos de graduação. Os cursos superiores, por elas ofertados, podem ser classificados em áreas do conhecimento, conforme ilustra a Tabela 6. Dentre as dez áreas apontadas da Tabela 2, observa-se que a área “Negócios, Administração e Direito” perfaz 26,61% da oferta de cursos superiores em Goiás. Observa-se também a relevância das seguintes áreas: “Educação” (19,82%), “Saúde e bem-estar” (16,39%) e “Engenharia, Produção e Construção” (12,35%). Somadas, as áreas citadas, representaram 75,17% da oferta de cursos no estado para o ano de 2021.

A Tabela 6 ainda aduz a questão da modalidade de ensino (presencial e a distância). Pelo exame dos dados apreende-se que a oferta de cursos presenciais é maior do que a oferta a distância. Contudo, cabe uma reflexão a respeito da dinâmica inerente ao funcionamento da Educação a Distância (EaD). Os dados organizados pelo Inep (fonte utilizada para organização da tabela), consideram o número de cursos na modalidade EaD existente no estado por IES e não a quantidade de polos de EaD⁵. Por exemplo, uma IES goiana que oferta um curso em EaD na área de “Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária”, pode ter inúmeros pólos de EaD em Goiás, fora do estado e até mesmo fora do país, porém todos os pólos correspondem ao mesmo curso. Neste sentido, o crescimento da EaD impactou principalmente o número de vagas ofertadas por cada IES.

⁴ Os Institutos Federais foram criados por força da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como parte integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também denominada de Rede Federal. Assim, são IES exclusivamente de natureza pública.

⁵ Polo de educação a distância, ou polo de apoio presencial, é o local devidamente credenciado pelo MEC, no país ou no exterior, próprio para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância (MEC, 2023).

TABELA 6 – OFERTA DE CURSOS SUPERIORES EM GOIÁS, POR ÁREA DO CONHECIMENTO, SEGUNDO MODALIDADE DE ENSINO (2021)

	Presencial	EaD	Total	%
Negócios, Administração e Direito	315	73	388	26,61%
Educação	248	41	289	19,82%
Saúde e Bem-estar	222	17	239	16,39%
Engenharia, Produção e Construção	163	17	180	12,35%
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação	79	11	90	6,17%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária	76	3	79	5,42%
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	67	3	70	4,80%
Artes e Humanidades	41	5	46	3,16%
Serviços	37	6	43	2,95%
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	32	2	34	2,33%
Total	1280	178	1458	100%

Fonte: Inep (2021)

Em relação ao número de vagas ofertadas nos cursos de graduação em Goiás, observa-se uma tendência semelhante à anunciada na questão da oferta de cursos, ou seja, primazia dos cursos voltados às áreas de “Negócios, Administração e Direito” (32,52% da oferta de vagas); “Saúde e Bem-estar” (20,70%); Educação (15,11%) e “Engenharia, Produção e Construção” (10,37%). Em conjunto essas áreas representam 78,70% da oferta de vagas no estado – conforme ilustra a Tabela 7.

TABELA 7 – OFERTA DE VAGAS EM CURSOS SUPERIORES EM GOIÁS, POR ÁREA DO CONHECIMENTO, SEGUNDO MODALIDADE DE ENSINO (2021)

	Presencial	EaD	Total	%
Negócios, Administração e Direito	55.215	20.417	75.632	32,52%
Saúde e Bem-estar	39.430	8.718	48.148	20,70%
Educação	21.988	13.161	35.149	15,11%
Engenharia, Produção e Construção	17.343	6.769	24.112	10,37%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária	11.212	1.558	12.770	5,49%
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação	7.899	2.782	10.681	4,59%
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	9.879	792	10.671	4,59%
Serviços	4.406	2.696	7.102	3,05%
Artes e Humanidades	4.003	1.494	5.497	2,36%
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	2.118	682	2.800	1,20%
Total	173.493	59.069	232.562	100%

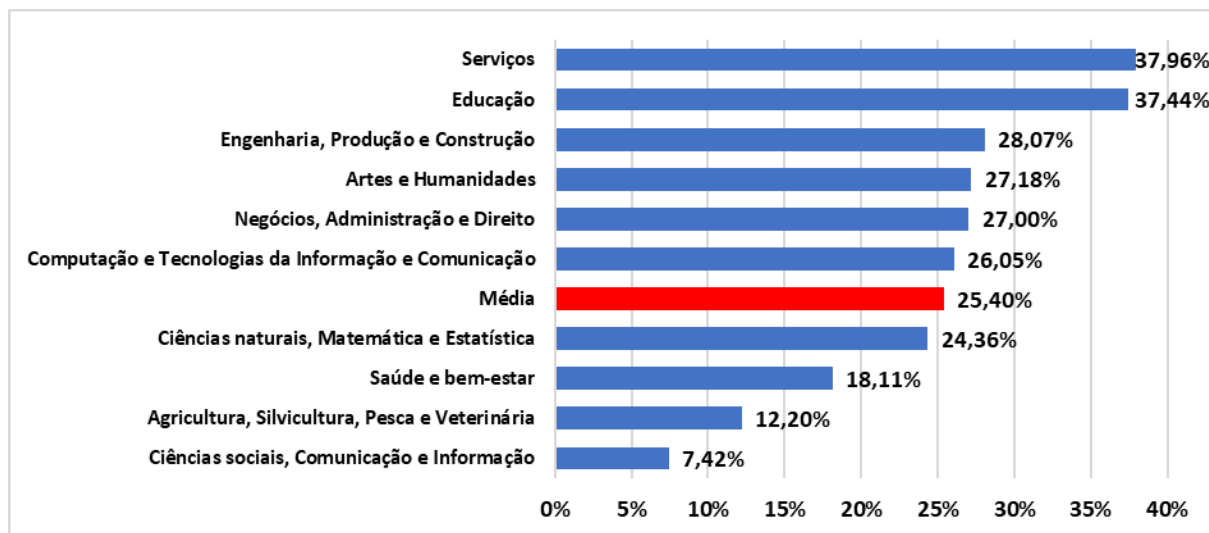
Fonte: Inep (2021)

Segundo dados do INEP (2021), a maioria das vagas ofertadas em Goiás em todas as áreas de conhecimento, é da modalidade presencial, como pode-se observar pela Figura 4. Entretanto, nota-se que a participação da modalidade EaD varia significativamente, sendo mais expressiva nas áreas de Serviços (37,96%) e Educação (37,44%) e, em menor proporção, nas

de Ciências Sociais, Comunicação e Informação (7,42%) e, Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária (12,20%).

E quando se considera o conjunto de todas as áreas de conhecimento, verifica-se que, em média, a EaD participa com 25,40% do total das vagas ofertadas.

FIGURA 4 – PARTICIPAÇÃO DA EAD NA OFERTA DE VAGAS EM GOIÁS, POR ÁREA DO CONHECIMENTO (2021)

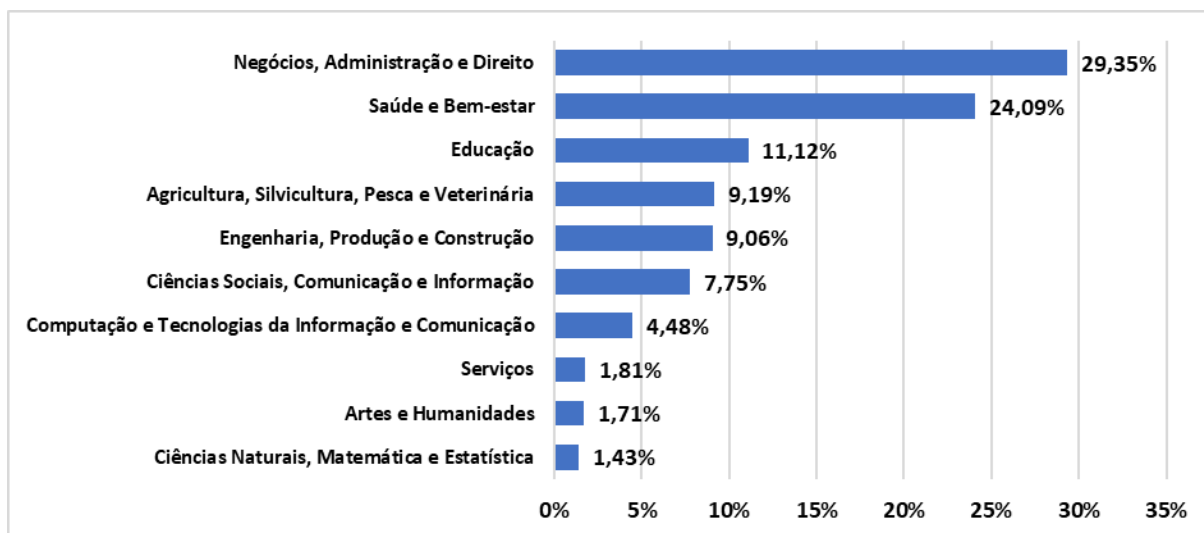


Fonte: Inep (2021)

Para maior compreensão da dinâmica do ensino superior em Goiás, além da questão da oferta de cursos e vagas, cabe considerar os registros relacionados ao número de ingressantes, matrículas e concluintes⁶. Em relação aos discentes ingressantes, em 2021, as IES goianas receberam 52.622 novos estudantes. Desse total, mais 60% dos discentes estavam dispostos nos cursos pertencentes às áreas de “Negócios, Administração e Direito” (29,35%); “Saúde e Bem-estar” (24,09%) e “Educação” (11,12%) (conforme Figura 5).

⁶ O termo “Ingressantes” corresponde ao somatório de vínculos de aluno a um curso superior que possui ano de ingresso igual ao ano de referência do Censo Superior; “Matrículas” corresponde ao somatório de vínculos de aluno a um curso superior igual a “cursando” ou “formado”; “Concluintes” corresponde ao somatório de vínculos de aluno a um curso igual a “formado” (INEP, 2012, p.26).

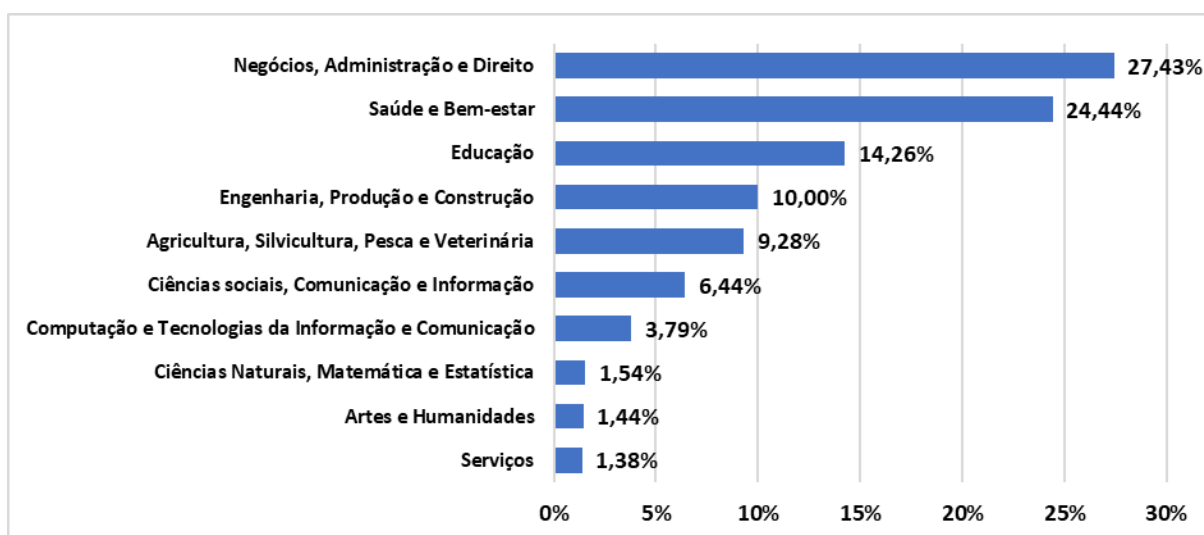
FIGURA 5 – PERCENTUAL DE INGRESSOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM GOIÁS (2021)



Fonte: Inep (2021)

Em relação às matrículas, a dinâmica observada é semelhante ao registro de ingressos, ou seja, observa-se a concentração de matrículas (66,13%) em algumas áreas do conhecimento – “Negócios, Administração e Direito” (27,43%); “Saúde e Bem-estar” (24,44%); “Educação” (14,26%) e “Engenharia, Produção e Construção” (10%) (conforme Figura 6).

FIGURA 6 – PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM GOIÁS (2021)

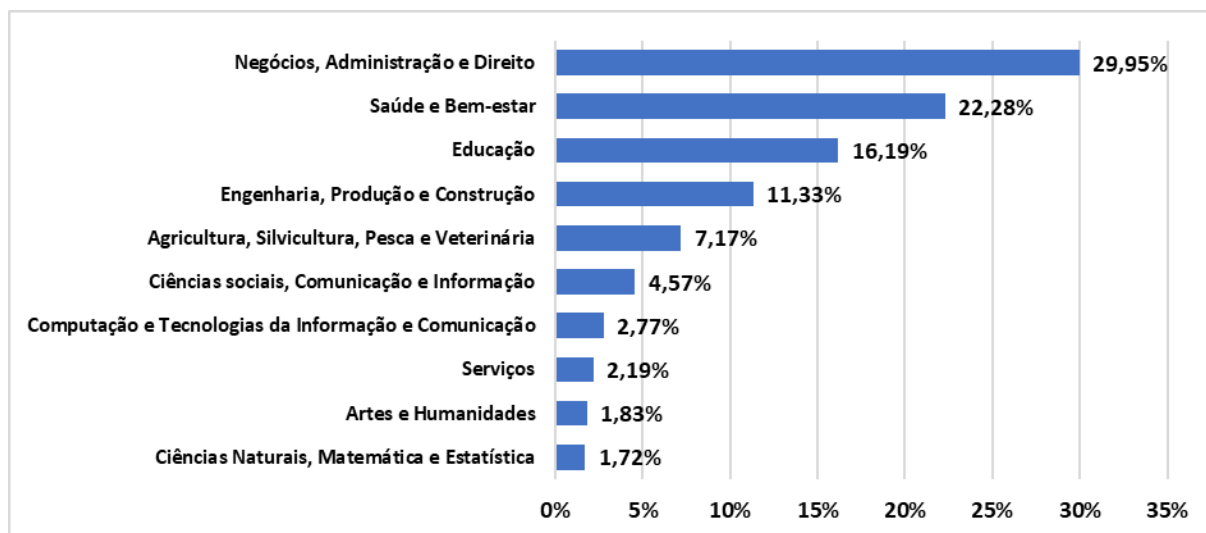


Fonte: Inep (2021)

Por fim, em relação aos concluintes, a tendência observada para ingressantes e matrículas é a mesma, ou seja, o predomínio de três áreas do conhecimento – “Negócios,

Administração e Direito” (29,95%); “Saúde e Bem-estar” (22,82%), “Educação” (16,19%) “Engenharia, Produção e Construção” (11,33%) (conforme Figura 7).

FIGURA 7 – PERCENTUAL DE CONCLUINTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM GOIÁS (2021)



Fonte: Inep (2021)

Os dados apresentados anteriormente a respeito do registro de ingressantes, matrículas e concluintes relacionam-se ao total de indivíduos, considerando em conjunto as duas modalidades de ensino (presencial e a distância). Neste sentido, é relevante destacar a participação da EaD no âmbito das três variáveis consideradas. Em sentido amplo, do total de alunos ingressantes nos cursos superiores em Goiás, no ano de 2021, 12,99% optaram por cursos na modalidade EaD, ou seja, 6.508 novos estudantes. Em relação ao percentual de matrículas, 11.045 estudantes goianos encontram-se matriculados em cursos à distância (6,55%). Por fim, verificou-se que 1.231 estudantes do ensino superior concluíram seu curso de graduação na modalidade EaD (4,67%). Em 2021, a modalidade de ensino presencial posicionou-se como predominante nas variáveis consideradas. Todavia, ao se considerar uma série histórica, a cada ano observa-se maior participação da EaD no ensino superior em Goiás (INEP, 2021).

Outra estratégia para avaliar a educação superior em Goiás, consiste em analisar a distribuição geográfica das instituições de ensino no território goiano. Considerando a divisão do estado em cinco mesorregiões (Centro Goiano, Leste Goiano, Noroeste Goiano, Norte Goiano e Sul Goiano), verificou-se que a maior parte das IES goiana estão localizadas nas regiões “Centro Goiano” (65 IES) e no “Sul Goiano” (31 IES) – conforme ilustra a Tabela 8. Na tabela, além da questão geográfica, percebe-se a classificação por organização acadêmica

das instituições ⁷. Constata-se a maior representatividade das faculdades em todas as mesorregiões do estado, enquanto as universidades, centros universitários e institutos federais (instituições de maior porte), encontram-se exclusivamente em duas mesorregiões (Centro e Sul Goiano).

TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DAS IES GOIANAS POR REGIÃO, SEGUNDO ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA (2021)

	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	Institutos Federais	Total
Centro Goiano	4	11	48	2	65
Leste Goiano	-	1	13	-	14
Noroeste Goiano	-	-	1	-	1
Norte Goiano	-	-	5	-	5
Sul Goiano	3	2	26	-	31
Total	7	14	93	2	116

Fonte: Inep (2021)

Estendendo a análise do conteúdo da Tabela 8, segundo INEP (2021), dos 246 municípios que formam o estado de Goiás, apenas 38 possuem sedes de IES, ou seja, 15,44%. Contudo, cabe considerar um ponto importante relacionado a três IES públicas que contribuem para a interiorização do ensino superior no estado, são elas: a Universidade Estadual de Goiás (UEG); o Instituto Federal de Goiás (IFG) e o Instituto Federal Goiano (IFGoiano).

A Universidade Estadual de Goiás corresponde a uma instituição pública, com sede no município de Anápolis, na mesorregião do Centro Goiano, organizada no formato *multicampi*, ou seja, possui unidades em inúmeros municípios goianos. Tal estrutura de funcionamento contribui para interiorização e dispersão do ensino superior no estado. Atualmente, a UEG está posicionada em 38 municípios, além de Anápolis, estando presente em todas as mesorregiões e microrregiões de Goiás. A IES foi criada por meio da Lei 13.456/99, é fruto de um processo de transformação e incorporação de IES goianas, tais como: Universidade Estadual de Anápolis (Uniana), a Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (Esefego) e outras instituições de ensino superior isoladas, mantidas pelo poder público (UEG, 2023).

⁷ As faculdades desfrutam de menor autonomia universitária, principalmente na questão de abertura de novos cursos de graduação e possuem um enfoque específico em uma ou algumas áreas do conhecimento. Já os centros universitários são instituições pluricurriculares, pois contam com vários cursos de diferentes áreas, possuem evidências de excelência no ensino e possuem autonomia para a abertura de novos cursos de graduação, sem a prévia autorização do Ministério da Educação. As universidades, por sua vez, são definidas principalmente pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por currículos pluridisciplinares envolvendo todas as grandes áreas do conhecimento (BRASIL, 2006). Por sua vez, os Institutos Federais (IF) integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são equiparadas às universidades federais para efeito de regulação, supervisão e avaliação, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2017).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), enquanto ao IES pública, atua de forma semelhante à UEG, pois também está presente em um conjunto de municípios. Com sede no município de Goiânia, a IES possui 14 *campus* em funcionamento nos municípios de: Anápolis, Formosa, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruaçu, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Águas Lindas, Senador Canedo e Valparaíso. O IFG foi instituído por meio da Lei federal 11.892/08, que transformou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IES equiparadas às universidades federais (IFG, 2023). Já o IFGoiano, também criado pela Lei federal 11.892/08, possui sua reitoria no município de Goiânia e 12 *campi* nos municípios de Ceres, Cristalina, Iporá, Morrinhos, Urutaí, Campos Belos, Posse, Rio Verde, Trindade, Catalão, Hidrolândia e Ipameri.

De modo geral as três IES supracitadas, podem ser apontadas como decisivas para aumentar a presença do ensino superior nos municípios do estado. Considerando a organização da UEG, IFG e IFGoiano, respectivamente no formato de *multicampi*, *campus* e *campi*, houve um salto de 38 municípios com presença de IES para 55 – aumento de 44,77%. As IES privadas, com ou sem fins lucrativos, também contribuem com a expansão do ensino superior pelos municípios goianos, em especial do interior. Porém, as instituições citadas possuem relevância neste contexto de análise.

O Quadro 1 sumariza o quantitativo de municípios goianos que contam com a presença de IES. Por meio dele constata-se que as mesorregiões do “Centro Goiano” e “Sul Goiano” abrigam o maior número de municípios com IES, em conjunto 67,27% dos municípios. Dessa forma, apesar do processo de interiorização e expansão do número de IES pelos municípios de Goiás, ainda se observa relativa concentração.

QUADRO 1 – PRESENÇA DE IES NOS MUNICÍPIOS GOIANOS*

Mesorregião	Município com presença de IES	Nº de Municípios	%
Centro Goiano	Anápolis, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Ceres, Goianésia, Goiânia, Hidrolândia, Inhumas, Iporá, Itaberaí, Itapuranga, Jaraguá, Rubiataba, Sanclerlândia, São Luís de Montes Belos, Senador Canedo e Trindade.	17	30,91%
Leste Goiano	Águas Lindas de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Pirenópolis, Posse e Valparaíso de Goiás.	8	14,55%
Noroeste Goiano	Crixás, Goiás, Jussara e São Miguel do Araguaia.	4	7,27%
Norte Goiano	Campos Belos, Minaçu, Niquelândia, Porangatu, Santa Terezinha de Goiás e Uruaçu.	6	10,91%
Sul Goiano	Caiapônia, Caldas Novas, Catalão, Edéia, Goiatuba, Indiara, Ipameri, Itumbiara, Jataí, Mineiros, Morrinhos, Palmeiras de Goiás, Piracanjuba, Pires do Rio, Pontalina, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Silvânia e Urutaí.	20	36,36%
TOTAL		55	100%

Fonte: Inep (2021)

* Relação de municípios goianos com unidades físicas de IES (desconsiderando polos de EaD).

As instituições presentes nos municípios relacionados ofertam tanto cursos na modalidade presencial quanto a distância. Todavia, na discussão relativa à capilarização da educação superior no estado, vale destacar a importância da EaD, em especial a questão da estrutura organizacional em formato de polos. Por meio da implementação de polos muitos municípios goianos passaram a ter acesso ao ensino superior. Segundo dados do INEP (2021), considerando a presença dos polos de educação a distância, 103 municípios de Goiás possuem acesso direto ao ensino superior. Devido ao uso de ferramentas Tecnológicas de Informação e da Comunicação, praticamente todos os residentes dos municípios goianos possuem a possibilidade de ter acesso ao ensino superior.

Em linhas gerais, observou-se em Goiás para o ano de 2021, vários elementos que caracterizam o ensino superior no estado. Atestou-se:

- Predomínio de IES organizadas academicamente como faculdades e administrativamente como instituições privadas (com ou sem fins lucrativos);
- Oferta de cursos e vagas concentradas em 4 principais áreas do conhecimento (“Negócios, Administração e Direito”; “Educação”; “Saúde e Bem-estar” e “Engenharia, Produção e Construção”);
- Maior registro de ingressos nas áreas de “Negócios, Administração e Direito”; “Educação”; “Saúde e Bem-estar”;

- Ascendência de matrículas e concluintes principalmente nas áreas de “Negócios, Administração e Direito”; “Educação”; “Saúde e Bem-estar” e “Engenharia, Produção e Construção”;
- Importância da Educação a Distância para aumentar a oferta de vagas, registro de ingressos, matrículas e concluintes; e
- Concentração geográfica de IES em duas mesorregiões (Centro e Sul Goiano).

Para finalizar e contextualizar a análise panorâmica apresentada, vale comparar os resultados encontrados, em termos de oferta de cursos, vagas e registros de ingressos, matrículas e concluintes com as áreas consideradas prioritárias para o estado de Goiás. Segundo Teixeira et al (2021), são áreas prioritárias para Goiás os seguintes contextos: *i*) Tecnologias Habilitadoras, que discutem Inteligência Artificial (IA), Internet das coisas, Materiais avançados, biotecnologia, nanotecnologia e *big data*; *ii*) Tecnologias de Produção voltadas para agronegócio, logística e indústria; *iii*) Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável que engloba energias renováveis e meio ambiente; e *iv*) Tecnologias para Qualidade de Vida relativas à saúde e educação.

Em comparação com os dados levantados pelo INEP (2021), é possível inferir que as áreas recentemente definidas como prioritárias para Goiás, ainda não se encontram contempladas, em sua totalidade, pela dinâmica de funcionamento do ensino superior no estado. Das quatro áreas prioritárias levantadas por Teixeira et al (2021), apenas a área “Tecnologias Para Qualidade de Vida” pode ser considerada atendida pelas áreas do conhecimento “Saúde e Bem-estar” e “Educação”. Já a área prioritária “Tecnologias de Produção”, em específico o segmento voltado para indústria é, em alguma medida, atendido pela área do conhecimento “Engenharia, Produção e Construção”. O Quadro 2, sugere quais áreas do conhecimento devem ser consideradas com maior atenção a fim de fomentar as áreas prioritárias para Goiás.

QUADRO 2 – ÁREAS PRIORITÁRIAS E ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA GOIÁS

Áreas prioritárias	Áreas do conhecimento
Tecnologias Habilitadoras	<ul style="list-style-type: none"> ● Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação; ● Engenharia, Produção e Construção; ● Ciências Naturais, Matemática e Estatística.
Tecnologias de Produção	<ul style="list-style-type: none"> ● Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária; ● Engenharia, Produção e Construção.
Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> ● Ciências Naturais, Matemática e Estatística; ● Engenharia, Produção e Construção.

Fonte: Elaborado pela SECTI com base em Teixeira et al (2021) e Inep (2021).

O futuro da formação acadêmica e profissional, bem como o desenvolvimento social e econômico do estado, serão cada vez mais dependentes da definição assertiva de políticas públicas e demais estratégias que estimulem as IES, de qualquer categoria administrativa, a estarem integradas ao frenético processo de mudança, observado não somente no mercado de trabalho mais em todas as esferas da vida em sociedade.

2.2.1.2 Tendências da Educação Superior em Goiás: contexto regional e nacional.

A criação de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil ocorreu de modo tardio, comparativamente a outras nações, inclusive da América Latina, tornando-se realidade efetiva no país somente a partir da década de 1930 (IPEA, 2016). Sua expansão decorre, principalmente, de novas demandas oriundas dos sucessivos ciclos socioeconômicos no país, como aquele vinculado aos processos de industrialização e urbanização, nas décadas de 1960 e 1970, intensificando-se na 1980, e de modo mais expressivo a partir da segunda metade dos anos 1990, especialmente de entidades privadas.

Em Goiás (BALDINO, 1991; SANTOS, 2022), as primeiras IES foram criadas ao final dos anos 1950 e início dos 1960: a Universidade de Goiaz, atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), em 1959, e a UFG em 1960. Nesta última, foram criadas em Anápolis duas privadas: a Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e a Faculdade de Direito de Anápolis e, em Goiânia, a Faculdade de Educação Física do Estado de Goiás, pública.

Na década de 1970, surgiu a primeira IES municipal, ligada à Fundação Municipal de Rio Verde, dando início à expansão da oferta por autarquias, fundações municipais e instituições isoladas de ensino, em consonância com o processo de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil.

A intensificação de criação de IES no estado nas décadas subsequentes acompanha a

tendência nacional. Neste processo, no Brasil e em Goiás, consolidou-se um sistema de educação superior dual, com um segmento público e outro privado, previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei 9394/1996, de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional e, suplementarmente pela Lei Complementar 26/1998, a LDB Estadual de Goiás.

Além disso, estabeleceu-se uma diversidade de entes mantenedores nas esferas pública (federal, estadual e municipal) e, privada (com fins lucrativos, sem fins lucrativos - confessionais, comunitárias e filantrópicas).

A caracterização das tendências da Educação Superior no Brasil, no Centro - Oeste e no estado de Goiás no período 2011 - 2021, que apresentamos aqui, resulta da análise de dados estatísticos do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC) do Governo Federal e traz um panorama dos esforços alcançadas no âmbito da expansão da Educação Superior em Goiás desde a elaboração do Plano Diretor para Educação Superior de Goiás (2006-2015).

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2021, as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil estavam organizadas em 4 tipos, quais sejam: Universidades⁸, Centros Universitários, Faculdades⁹, Institutos Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET)¹⁰. Quanto à Categoria Administrativa, se dividem entre públicas e privadas, estas que podem ser com fins lucrativos e, sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais, filantrópicas).

Conforme os dados da Tabela 5, no Brasil, 87,8% das IES eram compostas por instituições privadas, sendo que no Centro-Oeste e no estado de Goiás alcançaram mais de 90,0%. Em relação aos tipos de Organização Acadêmica, as Universidades eram mais representativas dentre as instituições públicas, enquanto nas privadas, predominam amplamente

⁸ As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral (Art. 42, LDB-1996).

⁹ Centros universitários e faculdades são instituições de ensino que têm a missão de ensino, mas não necessariamente fazem pesquisas científicas (INEP-MEC).

¹⁰ Os Institutos Federais são instituições, pluricurriculares e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação stricto sensu (Art. 5º da Lei 11.892/2008).

as Faculdades. Em Goiás, 50,0% das instituições públicas de ensino superior são Universidades, contra 39,1% de média nacional.

Em 2021, no Brasil, havia 2.574 instituições de Educação Superior, das quais 11,1% concentradas na Região Centro-Oeste e, 4,5 %, no Estado de Goiás, comparativamente a 2.365, 9,9% e 3,5%, respectivamente, em 2011, logo, um aumento de 8,1% no país. No mesmo período, o número de IES privadas aumentou em 8,6%; a rede pública cresceu em 10,2%, sendo que o número de instituições municipais diminuiu em -49,3%. Considerando-se a rede federal e estadual, houve um aumento do número de instituições de 15,5% e 21,8%, respectivamente.

No Centro-Oeste e no estado de Goiás, entre 2011 e 2021, houve um aumento, respectivamente, de 21,3% e 41,5% no número de IES, sendo que as privadas tiveram um incremento de 20,7% e 43,1%, as públicas, de 27,8% e 25,0%. Em relação à rede federal e estadual, houve um aumento do número de instituições da ordem de 40,0% e 25,0%, respectivamente.

TABELA 9 - Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa segundo o Tipo de Organização Acadêmica no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2021)

Tipo de organização acadêmica	Categoria administrativa nas IES					
	Total	%	Pública		Privada	
			Total	%	Total	%
BRASIL	2.574	100,0%	289	11,2%	2.261	87,8%
Universidade	204	7,9%	113	39,1%	91	4,0%
Centro Universitário	346	13,4%	8	2,8%	338	14,9%
Faculdade	1.959	76,1%	127	43,9%	1.832	81,0%
IF e Cefet	41	1,6%	41	14,2%	-	-
CENTRO-OESTE	285	11,1%	23	8,1%	262	91,9%
Universidade	18	6,3%	12	52,2%	6	2,3%
Centro Universitário	33	11,6%	2	8,7%	31	11,8%
Faculdade	229	80,4%	4	17,4%	225	85,9%
IF e Cefet	5	1,8%	5	21,7%	-	-
GOIÁS	116	4,5%	10	8,6%	106	91,4%

Universidade	7	6,0%	5	50,0%	2	1,9%
Centro Universitário	14	12,1%	2	20,0%	12	11,3%
Faculdade	93	80,2%	1	10,0%	92	86,8%
IF e Cefet	2	1,7%	2	20,0%	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro Federal de Educação tecnológica

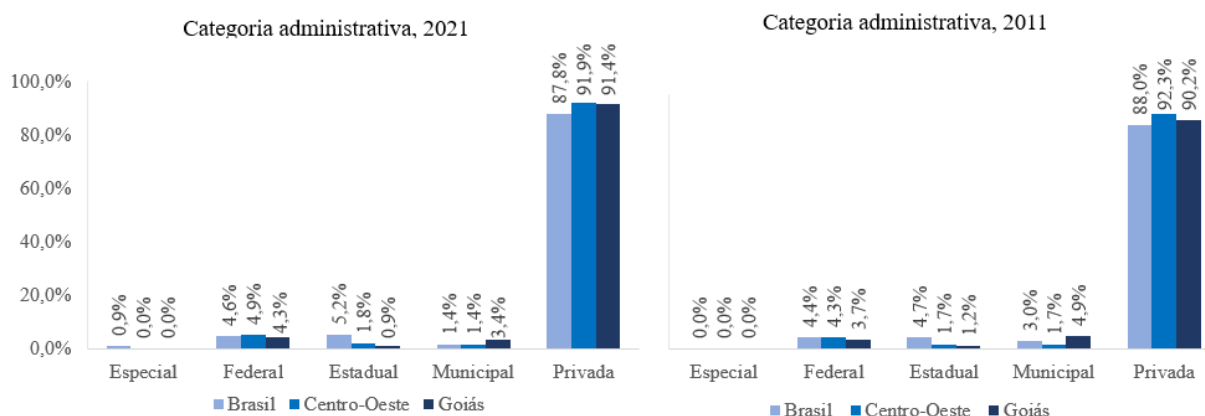
TABELA 10 - Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2011)

Organização Acadêmica	Total	%	Categoria administrativa nas IES			
			Pública		Privada	
			Total	%	Total	%
BRASIL	2.365	100,0%	284	12,0%	2.081	88,0%
Universidade	190	8,0%	102	53,7%	88	46,3%
Centro Universitário	131	5,5%	7	5,3%	124	94,7%
Faculdade	2.004	84,7%	135	6,7%	1.869	93,3%
IF e Cefet	40	1,7%	40	100,0%	-	-
CENTRO-OESTE	235	9,9%	18	7,7%	217	92,3%
Universidade	14	6,0%	9	64,3%	5	35,7%
Centro Universitário	12	5,1%	-	-	12	100,0%
Faculdade	204	86,8%	4	2,0%	200	98,0%
IF e Cefet	5	2,1%	5	100,0%	-	-
GOIÁS	82	3,5%	8	9,8%	74	90,2%
Universidade	4	4,9%	3	75,0%	1	25,0%
Centro Universitário	3	3,7%	-	-	3	100,0%
Faculdade	73	89,0%	3	4,1%	70	95,9%
IF e Cefet	2	2,4%	2	100,0%	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011)

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro Federal de Educação Tecnológica

FIGURA 8 - Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa no Brasil, Centro-Oeste e Goiás no ano de 2011 e 2021



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)

Os dados da Tabela 10 e Figura 8 revelam o número de matrículas de graduação por categoria administrativa segundo o tipo de organização acadêmica no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás, na qual pode-se observar que nessas três dimensões geográficas, as matrículas nas IES privadas em 2021 superam amplamente àquelas da rede pública, chegando a 76,9% do total nacional, 75,9%, do Centro-Oeste e, 76,9%, do estado de Goiás.

Considerando-se o período de 2011 a 2021, vê-se que houve um aumento médio de 33,3% do número de matrículas nos cursos de graduação das IES do país, sendo que nas privadas ele foi de 39,1%, contra 17,2%, das públicas. E, quando se toma como referência a organização acadêmica das IES do país no período, há que se destacar, preliminarmente, o significativo movimento de criação de Centros Universitários na última década, *vis-à-vis* a acentuada redução de Faculdades isoladas. Deste modo, as Universidades e Centros Universitários tiveram um aumento de 55,0% e 184,9%, respectivamente, com redução de -44,8% nas Faculdades. Já nas públicas, as Universidades, Centros Universitários, Faculdade, IF/Cefet tiveram um aumento de 10,8%, 23,4%, 0,8% e 131,6%, respectivamente.

No Centro-Oeste, o aumento foi de 28,6% do número de matrículas nos cursos de graduação das IES da região, sendo que na rede privada ele foi de 27,9%; nas Universidades e Centros Universitários, foi de 39,4% e 149,2%, respectivamente; as Faculdades tiveram uma queda de -44,2%. Já na rede pública o aumento foi de 31,2%, sendo que nas Universidades e IF/Cefet, ele foi de 19,7% e 185,6%, respectivamente; as Faculdades registraram uma queda de -65,5%. Não havia centro universitário no Centro-Oeste em 2011.

No estado de Goiás, no mesmo período, houve um aumento de 26,7% (21%) do número de matrículas nos cursos de graduação das IES do estado, e na rede privada ele foi de 32,4%; o

número de matrículas nos cursos de graduação das Universidades e Centros Universitários foi de 58,1% e 254,8%, respectivamente; as Faculdades tiveram uma queda de -40,5%. Quanto à rede pública, o aumento foi de 10,9%, sendo que o número de matrículas nos cursos de graduação das Universidades e IF/Cefet tiveram um aumento de 0,5% e 74,9%, respectivamente; as Faculdades públicas registraram uma queda de -89,3% no número de matrículas. Não havia centro universitário em Goiás em 2011.

TABELA 11 - Matrículas de Graduação, por Categoria Administrativa Segundo o Tipo de Organização Acadêmica no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2021)

Tipo de organização acadêmica	Tipo de categoria administrativa das IES					
	Total	%	Pública		Privada	
			Total	%	Total	%
BRASIL	8.986.554	100,0%	2.078.661	23,1%	6.907.893	76,9%
Universidade	4.948.461	55,1%	1.709.216	82,2%	3.239.245	46,9%
Centro Universitário	2.599.610	28,9%	18.390	0,9%	2.581.220	37,4%
Faculdade	1.203.112	13,4%	115.684	5,6%	1.087.428	15,7%
IF e Cefet	235.371	2,6%	235.371	11,3%	-	-
CENTRO-OESTE	820.138	9,1%	197.418	24,1%	622.720	75,9%
Universidade	412.934	50,3%	162.658	82,4%	250.276	40,2%
Centro Universitário	263.606	32,1%	4.784	2,4%	258.822	41,6%
Faculdade	115.252	14,1%	1.630	0,8%	113.622	18,2%
IF e Cefet	28.346	3,5%	28.346	14,4%	-	-
GOIÁS	280.974	3,1%	64.945	23,1%	216.029	76,9%
Universidade	146.683	52,2%	48.033	74,0%	98.650	45,7%
Centro Universitário	73.778	26,3%	4.784	7,4%	68.994	31,9%
Faculdade	48.821	17,4%	436	0,7%	48.385	22,4%
IF e Cefet	11.692	4,2%	11.692	18,0%	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro federal de educação tecnológica

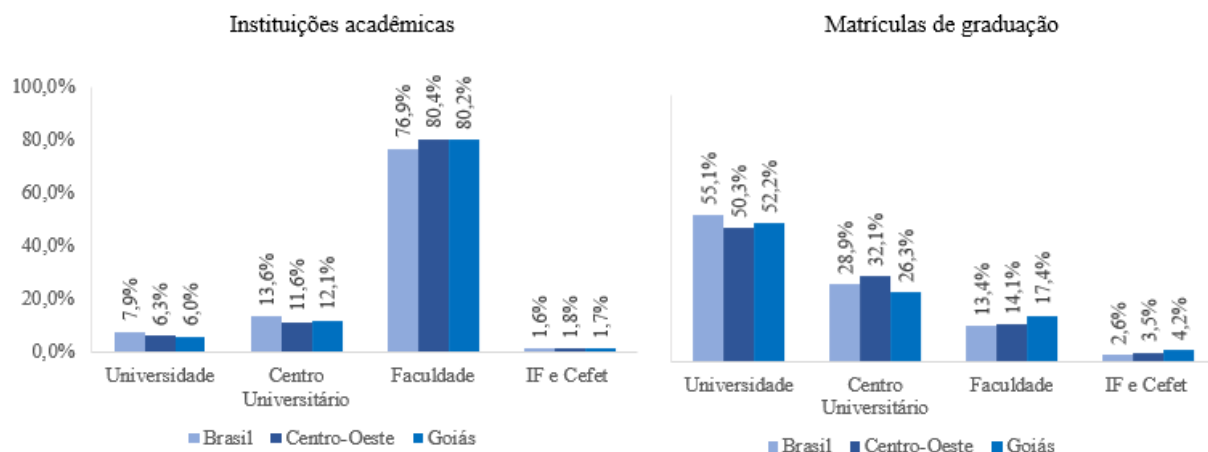
TABELA 12 - Matrículas de Graduação, por Categoria Administrativa, Segundo o Tipo de Organização Acadêmica no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2011)

Tipo de organização acadêmica	Tipo de categoria administrativa das IES					
	Total	%	Pública		Privada	
			Total	%	Total	%
BRASIL	6.739.689	100,0%	1.773.315	26,3%	4.966.374	73,7%
Universidade	3.632.373	53,9%	1.541.971	87,0%	2.090.402	42,1%
Centro Universitário	921.019	13,7%	14.898	0,8%	906.121	18,2%
Faculdade	2.084.671	30,9%	114.820	6,5%	1.969.851	39,7%
IF e Cefet	101.626	1,5%	101.626	5,7%	-	-
CENTRO-OESTE	637.543		150.527	23,6%	487.016	76,4%
Universidade	315.433	49,5%	135.878	90,3%	179.555	36,9%
Centro Universitário	103.861	-	-	-	103.861	21,3%
Faculdade	208.324	32,7%	4.724	3,1%	203.600	41,8%
IF e Cefet	9.925	1,6%	9.925	6,6%	-	-
GOIÁS	221.768	3,3%	58.581	26,4%	163.187	73,6%
Universidade	110.185	49,7%	47.805	81,6%	62.380	38,2%
Centro Universitário	19.447	8,8%	-	-	19.447	11,9%
Faculdade	85.451	38,5%	4.091	7,0%	81.360	49,9%
IF e Cefet	6.685	3,0%	6.685	11,4%	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro federal de educação tecnológica

FIGURA 9 - Percentual do Número de Instituições de Educação Superior e Matrículas de Graduação por Tipo de Organização Acadêmica no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)
 Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro federal de educação tecnológica

Os Quadros 3 e 4 revelam o perfil prevalente do **docente** em 2021 e 2011, respectivamente. Observa-se que em 2021, a maioria dos docentes das IES públicas são doutores, enquanto nas IES privadas, mestres nas 3 dimensões geográficas selecionadas. Nota-se ainda que em 2011, no Brasil e no Centro-Oeste a escolaridade predominante dos docentes das IES públicas é o doutorado e, nas privadas, o mestrado. Já em Goiás, nas IES públicas, é o mestrado, enquanto nas IES privadas, a especialização.

QUADRO 3 - Perfil do Docente de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa (pública e Privada) no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2021)

Atributos do Vínculo Docente	Categoria administrativa	
	Pública	Privada
BRASIL		
Gênero	Masculino	Masculino
Faixa Etária	40 a 44 anos	40 a 44 anos
Cor/Raça	Branca	Branca
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de trabalho	Tempo Integral	Tempo Parcial
CENTRO-OESTE		

Gênero	Masculino	Masculino
Faixa Etária	40 a 44 anos	35 a 39 anos
Cor/Raça	Branca	Branca
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de trabalho	Tempo Integral	Tempo Parcial
GOIÁS		
Gênero	Masculino	Feminino
Faixa Etária	40 a 44 anos	35 a 39 anos
Cor/Raça	Branca	Branca
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de trabalho	Tempo Integral	Tempo Parcial

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)

Nota: Para construção do perfil do docente, foram considerados os atributos prevalentes nos dados. A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 1)

QUADRO 4 - Perfil do Docente de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa (Pública e Privada) no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2011)

Atributos do Vínculo Docente	Categoria administrativa	
	Pública	Privada
BRASIL		
Gênero	Masculino	Masculino
Faixa Etária	45 a 49 anos	35 a 39 anos
Cor/Raça	Branca	Branca
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de trabalho	Tempo Integral	Horista
CENTRO-OESTE		
Gênero	Masculino	Masculino
Faixa Etária	30 a 34 anos	30 a 34 anos
Cor/Raça	Branca	Branca
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de trabalho	Tempo Integral	Horista
GOIÁS		

Gênero	Feminino	Masculino
Faixa Etária	30 a 34 anos	30 a 34 anos
Cor/Raça	Branca	Branca
Escolaridade	Mestrado	Especialização
Regime de trabalho	Tempo Integral	Horista

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)

Nota: Para construção do perfil do docente, foram considerados os atributos prevalentes nos dados.

O Quadro 5 mostra o perfil prevalente dos **discentes** da graduação em 2021, e pode-se notar que nas 3 dimensões geográficas selecionadas, a maioria é do gênero feminino e, em relação à cor/raça, a branca é predominante. No entanto, na modalidade de ensino presencial a cor parda predomina no Centro-Oeste e em Goiás.

Os alunos da modalidade de ensino presencial das IES, em sua maioria, cursavam o bacharelado, enquanto os alunos da modalidade à distância, o tecnológico.

QUADRO 5 - Perfil do Vínculo Discente de Graduação, por Modalidade de Ensino (Presencial e a Distância) no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2021)

Atributos do Vínculo Docente	Categoria administrativa	
	Presencial	A distância
BRASIL		
Gênero	Feminino	Feminino
Cor/Raça	Branca	Branca
Categoria administrativa	Privada	Privada
Grau acadêmico	Bacharelado	Tecnológico
Turno	Noturno	-
Idade (ingressante)	18 a 24 anos	18 a 24 anos
Idade (matrícula)	18 a 24 anos	18 a 24 anos
Idade (concluente)	18 a 24 anos	40 a 49 anos
CENTRO-OESTE		
Gênero	Feminino	Feminino
Cor/Raça	Parda	Branca
Categoria administrativa	Privada	Privada

Grau acadêmico	Bacharelado	Tecnológico
Turno	Noturno	-
Idade (ingressante)	18 a 24 anos	18 a 24 anos
Idade (matrícula)	18 a 24 anos	18 a 24 anos
Idade (concluinte)	18 a 24 anos	40 a 49 anos
GOIÁS		
Gênero	Feminino	Feminino
Cor/Raça	Parda	Branca
Categoria administrativa	Privada	Privada
Grau acadêmico	Bacharelado	Tecnológico
Turno	Noturno	-
Idade (ingressante)	18 a 24 anos	18 a 24 anos
Idade (matrícula)	18 a 24 anos	18 a 24 anos
Idade (concluinte)	18 a 24 anos	de 40 a 49 anos

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)

Nota: Para construção do perfil do discente, foi considerado os atributos prevalentes nos dados. A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 2)

Em relação aos dados relativos a **vagas e ingressantes**, em 2021 foram ofertadas mais de 22,6 milhões de vagas em cursos de graduação no Brasil, das quais 484,3 (2,14%) mil no Centro-Oeste, e 196,7 mil (0,87%) em Goiás. Mais de 80,0% das vagas concentraram-se em IES privadas e, mais de 70,0% eram vagas novas e, aproximadamente $\frac{1}{4}$, remanescentes.

No Brasil, entre 2011 e 2021, houve um aumento de 409,2% no total geral de vagas nos cursos de graduação das IES do país, sendo que nas privadas, o aumento foi de 457,1%, contra 55,6% na rede pública. Entre as categorias administrativas da rede pública, as instituições federais, estaduais e municipais, tiveram um aumento de 63,3%, 40,2% e 28,8%, respectivamente.

No Centro-Oeste, no período, houve um aumento de 57,4% no total geral de vagas nos cursos de graduação das IES da região, sendo que nas privadas, o aumento foi de 57,7%, contra 53,6% na rede pública. Entre as categorias administrativas da rede pública, as instituições federais, estaduais e municipais, tiveram um aumento de 65,5%, 30,8% e 42,6%, respectivamente.

Em Goiás, o aumento de 68,8% no total geral de vagas nos cursos de graduação das IES do estado, sendo que nas privadas, o aumento foi 73,3%, contra 47,6% na rede pública. Entre

as categorias administrativas da rede pública, as instituições federais, estaduais e municipais, tiveram um aumento de 69,3%, 18,4% e 42,6%, respectivamente.

TABELA 13 - Número de Vagas de Cursos de Graduação, por Tipo de Vaga e Categoria Administrativa no Brasil, no Centro-Oeste e Goiás, 2021

Tipo de organização acadêmica	Vagas nos cursos de graduação das IES							
	Total geral de vagas	%	Novas oferecidas		Programas especiais		Remanescentes	
			total	%	total	%	total	%
BRASIL	22.677.486	100,0%	16.884.427	74,5%	85.851	0,4%	5.707.208	25,2%
Pública	827.045	3,6%	646.844	3,8%	6.552	7,6%	173.649	3,0%
Federal	491.155	59,4%	379.125	58,6%	4.409	67,3%	107.621	62,0%
Estadual	229.254	27,7%	185.282	28,6%	905	13,8%	43.067	24,8%
Municipal	86.499	10,5%	64.864	10,0%	818	12,5%	20.817	12,0%
Especial	20.137	2,4%	17.573	2,7%	420	6,4%	2.144	1,2%
Privada	21.850.441	96,4%	16.237.583	96,2%	79.299	92,4%	5.533.559	97,0%
CENTRO-OESTE	484.340	2,1%	359.958	74,3%	3.905	0,8%	120.477	24,9%
Pública	76.295	15,8%	55.444	15,4%	407	10,4%	20.444	17,0%
Federal	49.997	65,5%	38.371	69,2%	272	66,8%	11.354	55,5%
Estadual	16.011	21,0%	12.547	22,6%	15	3,7%	3.449	16,9%
Municipal	10.287	13,5%	4.526	8,2%	120	29,5%	5.641	27,6%
Privada	408.045	84,2%	304.514	84,6%	3.498	89,6%	100.033	83,0%
GOIÁS	196.680	0,9%	141.117	71,7%	1.916	1,0%	53.647	27,3%
Pública	31.973	16,3%	20.872	14,8%	214	11,2%	10.887	20,3%

Federal	15.244	47,7%	11.122	53,3%	94	43,9%	4.028	37,0%
Estadual	6.442	20,1%	5.224	25,0%	-	-	1.218	11,2%
Municipal	10.287	32,2%	4.526	21,7%	120	56,1%	5.641	51,8%
Privada	164.707	83,7%	120.245	85,2%	1.702	88,8%	42.760	79,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)

TABELA 14 - Número de Vagas de Cursos de Graduação, por Tipo de Vaga e Categoria Administrativa no Brasil, no Centro-Oeste e Goiás (2011)

Tipo de organização acadêmica	Vagas nos cursos de graduação das IES	
	Total geral de vagas	%
BRASIL	4.453.431	100,0%
Pública	531.489	11,9%
Federal	300.808	56,6%
Estadual	163.510	30,8%
Municipal	67.171	12,6%
Especial	-	-
Privada	3.921.942	88,1%
CENTRO-OESTE	308.484	6,9%
Pública	49.659	16,1%
Federal	30.204	60,8%
Estadual	12.240	24,6%
Municipal	7.215	14,5%
Privada	258.825	83,9%
GOIÁS	116.536	2,6%
Pública	21.660	18,6%
Federal	9.005	41,6%

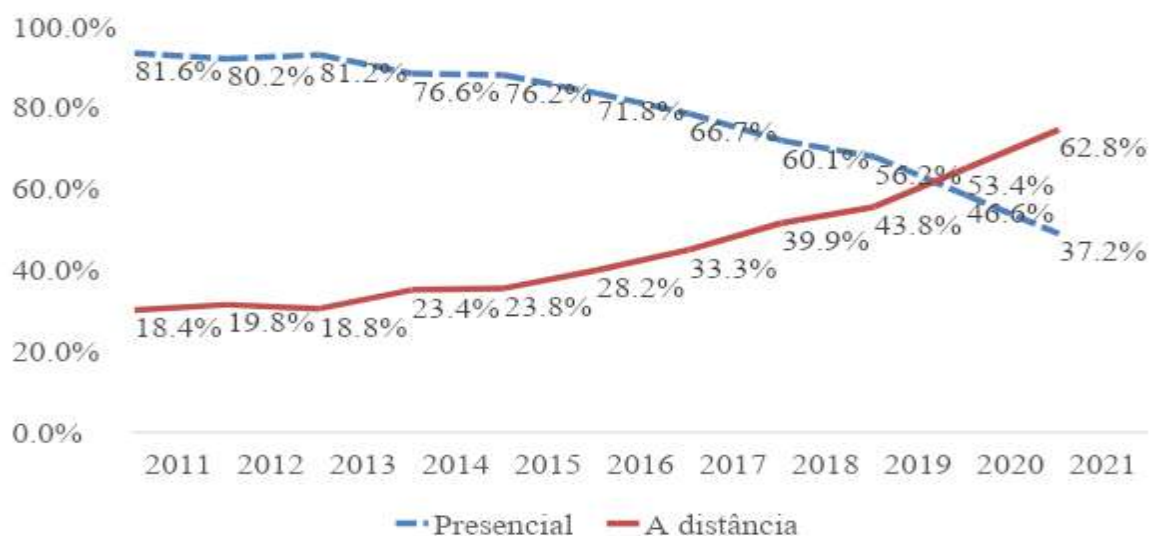
Estadual	5.440	25,1%
Municipal	7.215	33,3%
Privada	94.876	81,4%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011)

As Figuras 10, 11 e 12, mostram o percentual de ingressos em cursos de graduação por modalidade de ensino no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás, no período de 2011 a 2021, onde pode-se notar um aumento significativo dos cursos à distância e uma queda proporcional nos cursos presenciais.

No Brasil, o número de ingressos em cursos de graduação no período aumentou em 68,1%, mas reduziu-se em -23,4% na modalidade de ensino presencial e um acréscimo de 474,0% na modalidade de ensino a distância, tendência que prevalece também na região Centro-Oeste, cujos percentuais são 66,9%, -22,8% e, 399,5%, respectivamente e, em Goiás: 70,9%, -20,0% e, 492,0%, respectivamente.

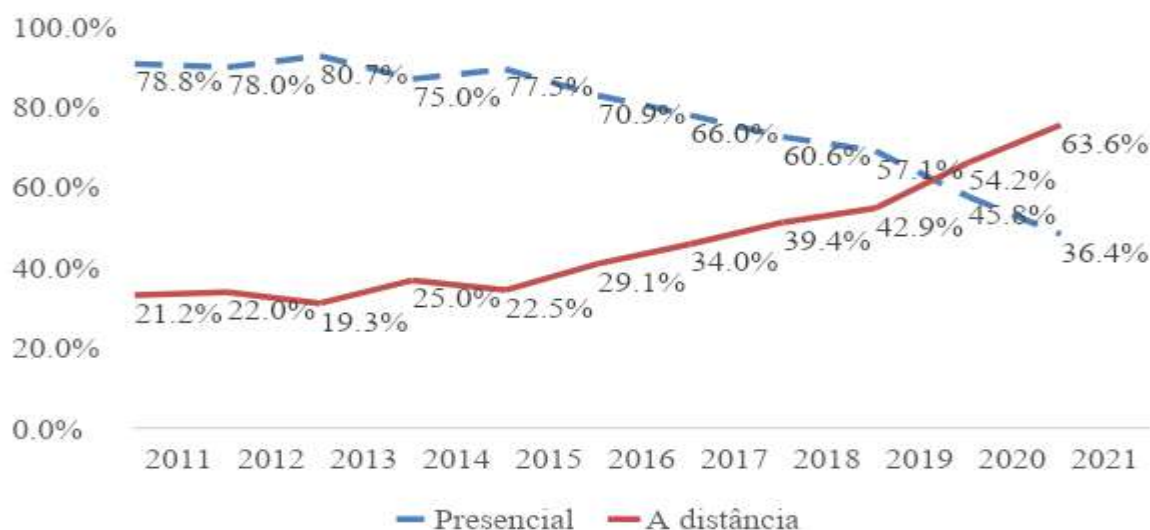
FIGURA 10 - Percentual de Ingressos Em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino no Brasil (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

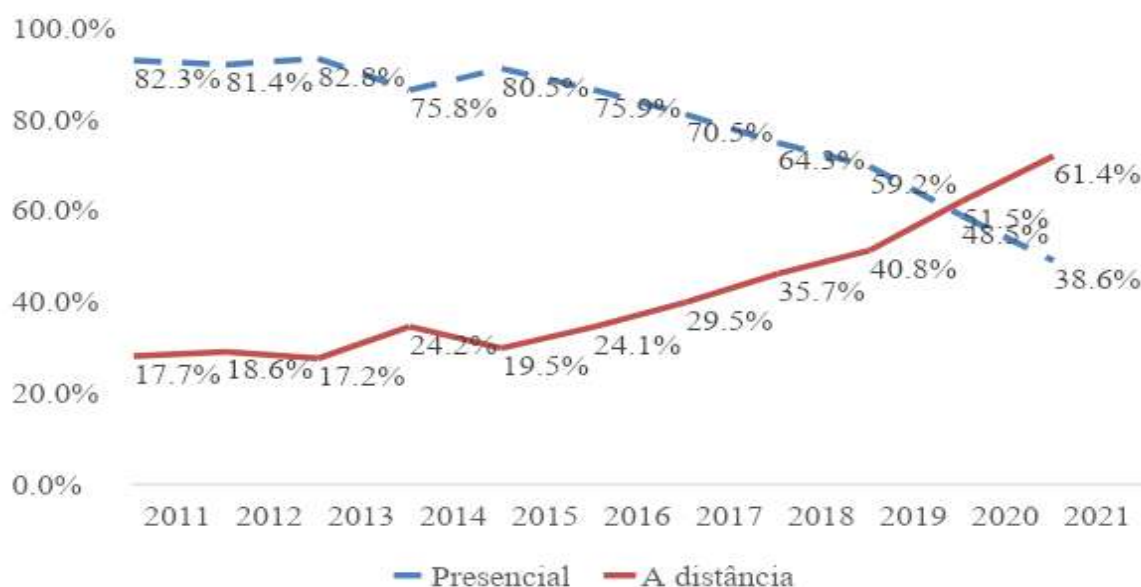
Nota: Para construção do perfil do discente, foi considerado os atributos mais prevalentes nos dados. A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 3)

FIGURA 11 - Percentual de Ingressos Em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino no Centro-Oeste (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)
 Nota: Para construção do perfil do discente, foi considerado os atributos mais prevalentes nos dados. A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 3)

FIGURA 12 - Percentual de Ingressos Em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino Em Goiás (2011 – 2021)



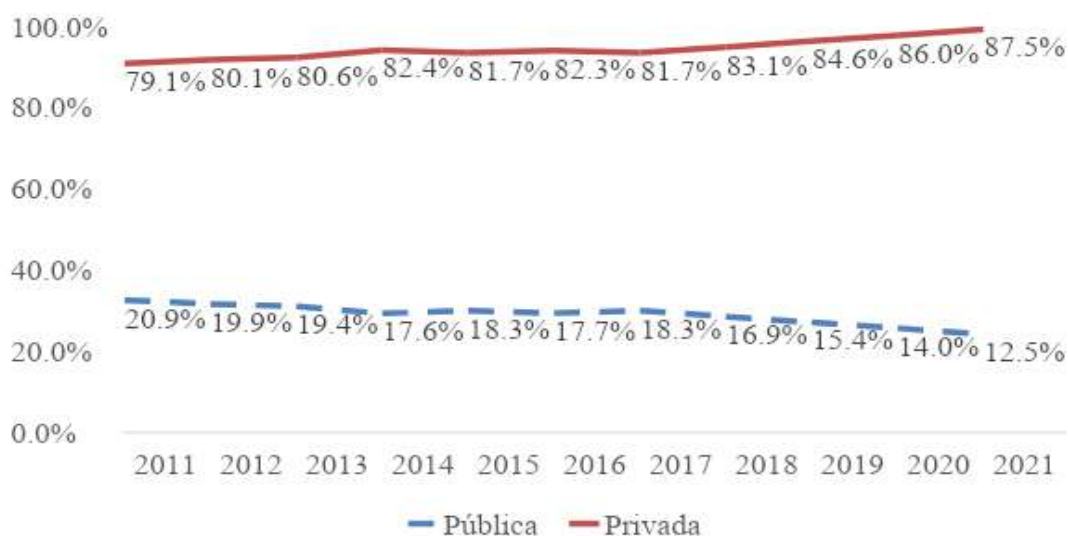
Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)
 Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 3)

Explicita-se, por meio das Figuras 13, 14 e 15, o percentual de ingressos em cursos de graduação por categoria administrativa, onde pode-se observar que em 2021, quase 4,0 milhões de alunos ingressaram em cursos de graduação no Brasil, dos quais 79,7 mil (9,5%), no Centro-

Oeste e, 123,8 mil (3,1%) em Goiás, contra 2,3 milhões, 227,5 mil e 77,8 mil, respectivamente, em 2011.

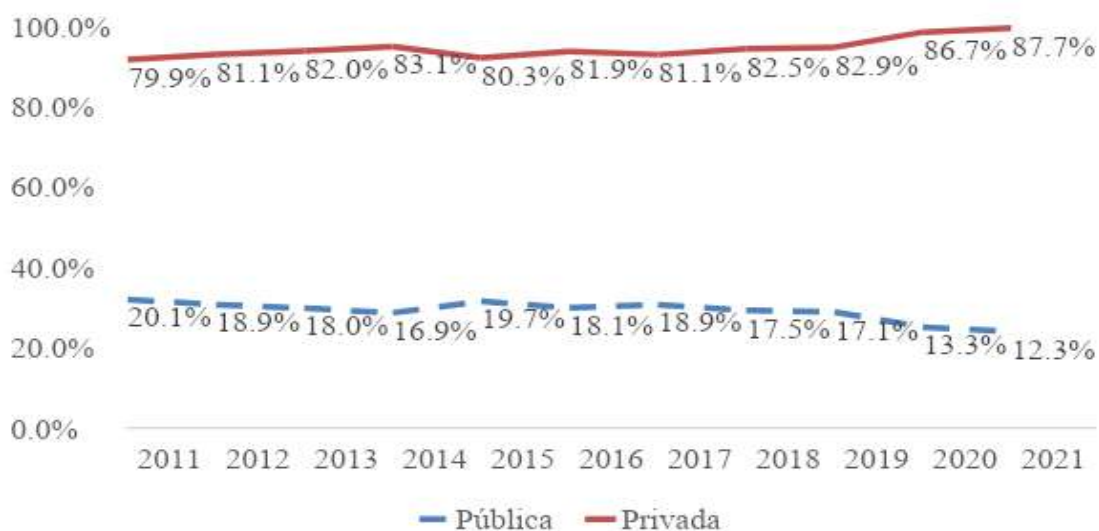
No Brasil, entre 2011 e 2021, o número de ingressos em cursos de graduação na rede pública aumentou em 0,3%, contra 86,0%, na privada, semelhante aos percentuais do Centro-Oeste (1,6% e, 83,4%, respectivamente), e Goiás (-0,5% e 91,1%, respectivamente).

FIGURA 13 - Percentual de Ingressos Em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa no Brasil (2011 - 2021)



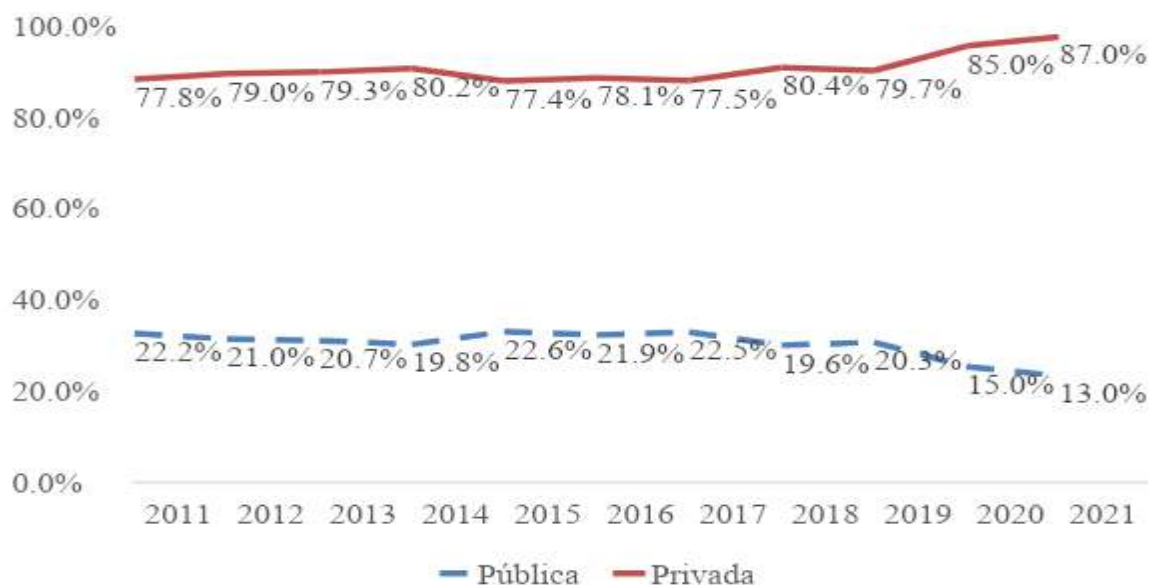
Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)
Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 4)

FIGURA 14 - Percentual de Ingressos Em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa no Centro-Oeste (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)
 Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 4)

FIGURA 15 - Percentual de Ingressos Em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa Em Goiás (2011 – 2021)



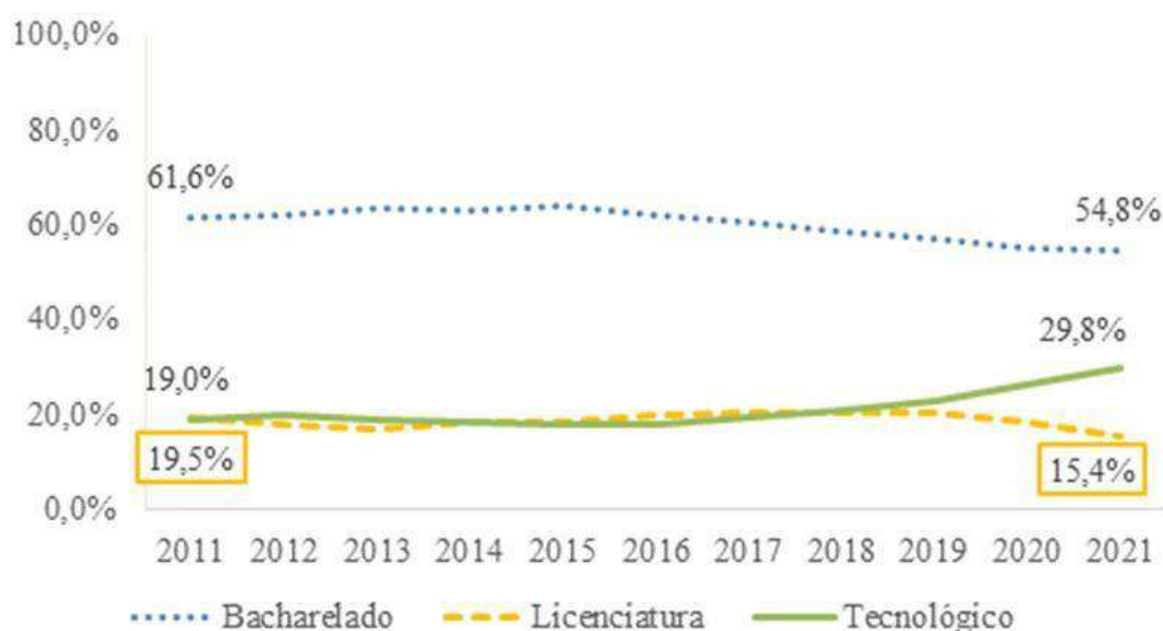
Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)
 Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 4)

As Figuras 16, 17 e 18 seguintes, mostram o percentual de ingressos em cursos de graduação por grau acadêmico, onde se verifica que em 2021, os cursos de graduação em bacharelado possuíam a maior concentração de ingressos nas IES, seguidos dos cursos tecnológicos e de licenciatura. Já em em 2011, nas 3 dimensões geográficas selecionadas os

cursos de bacharelados possuíam o maior número de ingressos na graduação; os de licenciatura e tecnológicos eram equivalentes, com percentuais de ingresso de 19,5% e 19,0% respectivamente.

No Brasil, entre 2011 e 2021, o número de ingressos em cursos de graduação de grau bacharelado aumentou em 49,6%, no de licenciatura em 33,4% e, nos tecnológicos, em 163,7%, de modo semelhante ao Centro-Oeste, onde o aumento foi de 50,3%, 18,4% e, 177,2%, respectivamente e, em Goiás, cujos percentuais são 56,0%, 18,3% e, 202,6%, respectivamente.

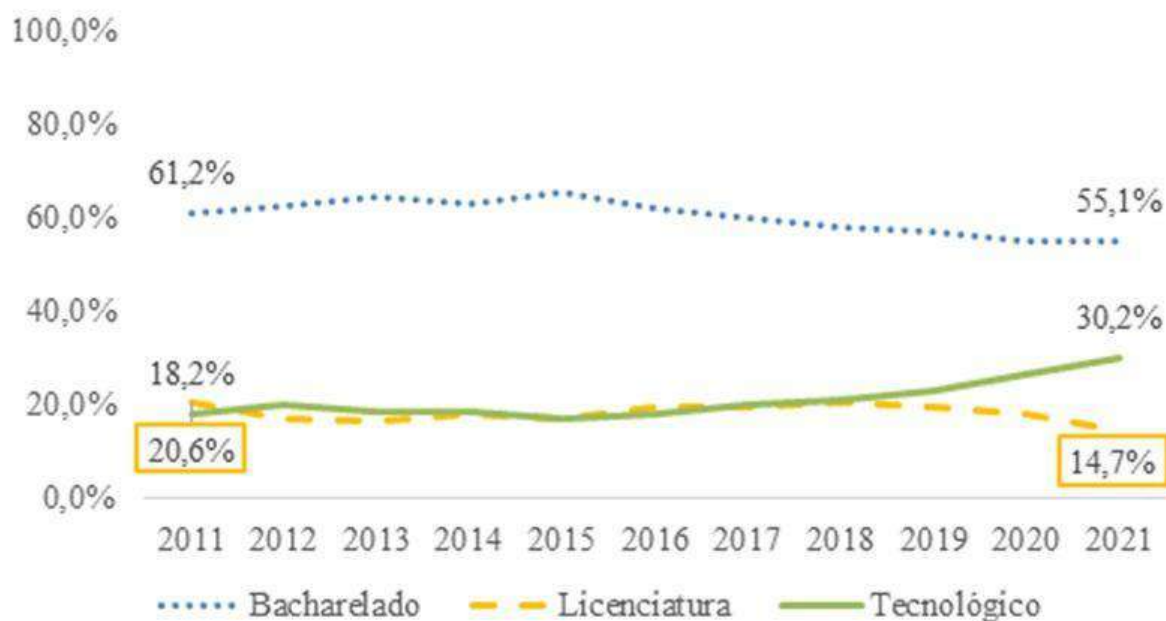
FIGURA 16 - Percentual de Ingressos Em Cursos de Graduação por Grau Acadêmico no Brasil (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 5)

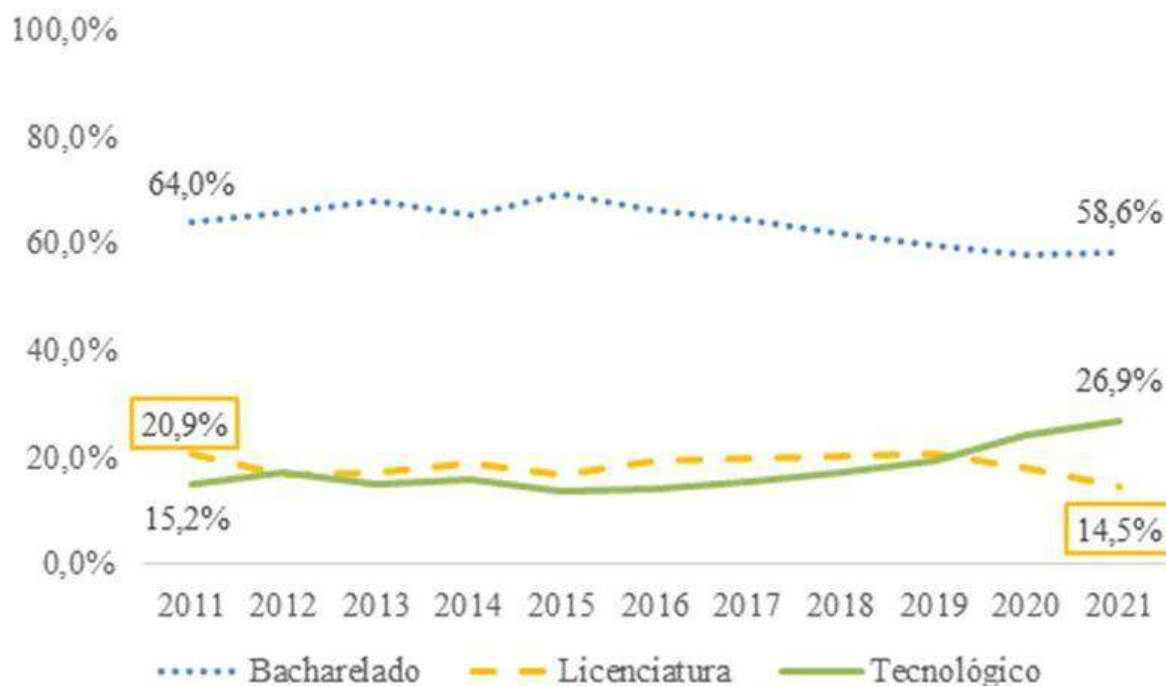
FIGURA 17 - Percentual de Ingressos Em Cursos de Graduação por Grau Acadêmico no Centro-Oeste (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 5)

FIGURA 18 - Percentual de Ingressos Em Cursos de Graduação por Grau Acadêmico Em Goiás (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 – 2021) Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 5)

Ao analisar os dados sobre as **matrículas** nos cursos das instituições de ensino superior, nota-se na Tabela 15 que houve um aumento na graduação e nos cursos sequenciais no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás.

Assim, entre 2011 e 2021, o número de matrículas nas IES aumentaram em 32,8% no país, em 28,0% no Centro-Oeste e, em 25,7% no estado de Goiás.

TABELA 15 - Número de Matrículas na Educação Superior (Graduação e Sequencial) no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2011 – 2021)

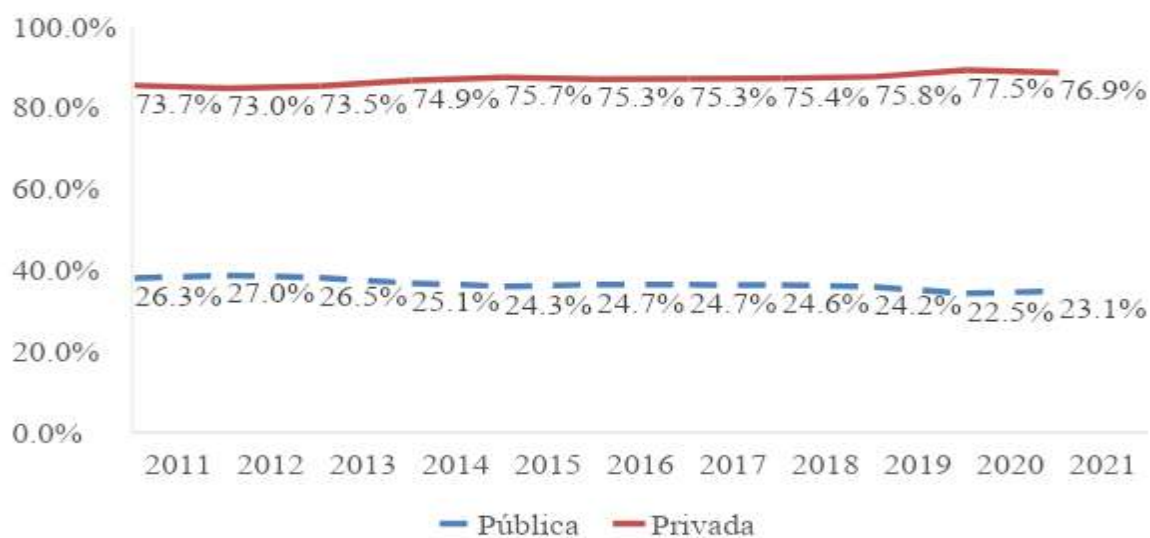
Regiões selecionadas por ano	Matrículas nas IES por região selecionada		
	Brasil	Centro-Oeste	Goiás
2011	6.765.540	640.847	223.493
2012	7.058.084	669.966	226.824
2013	7.322.964	699.263	237.690
2014	7.839.765	752.953	253.295
2015	8.033.574	755.848	249.931
2016	8.052.254	751.842	243.845
2017	8.290.911	772.394	251.433
2018	8.451.748	774.260	255.813
2019	8.604.526	787.751	265.522
2020	8.680.945	769.790	261.262
2021	8.987.120	820.300	280.974

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

As Figuras 19, 20 e 21 mostram o percentual de ingressos em cursos de graduação por categoria administrativa das IES no Brasil, onde percebe-se que no Brasil, Centro-Oeste e Goiás, o percentual de matrículas nos cursos de graduação nas redes de ensino privadas é superior a 75,0%.

No Brasil, entre 2011 e 2021, o número total de matrículas nos cursos de graduação aumentou em 33,3%, mas quando se considera a categoria administrativa das IES, verifica-se que o aumento nas privadas foi de 39,1%, contra 17,2% da rede pública, tendência que também prevalece no Centro Oeste (28,6%, 27,9% e 31,2%, respectivamente) e, em Goiás (26,7% 32,4% e 10,9%, respectivamente).

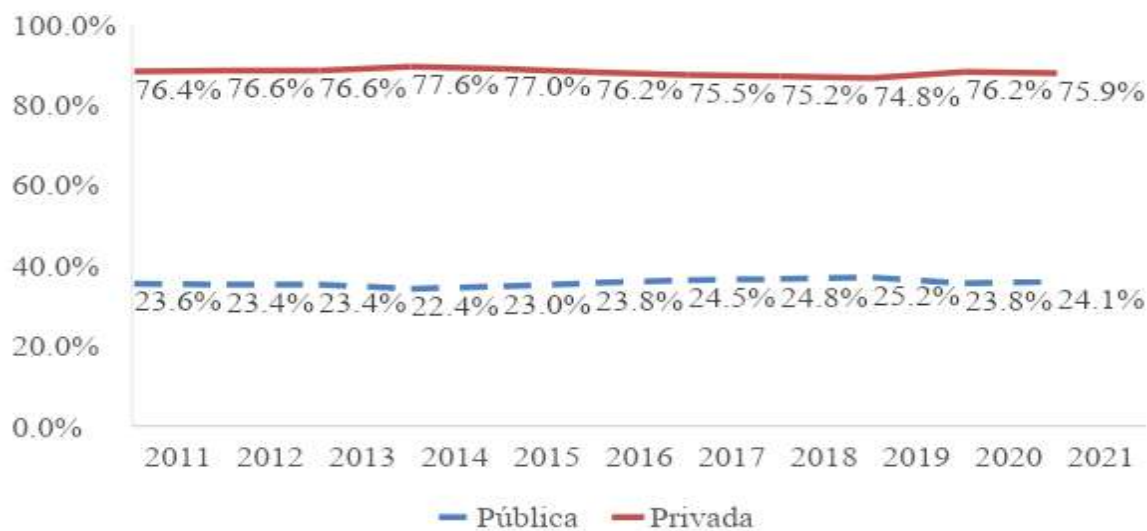
FIGURA 19 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa no Brasil (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 – 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 6)

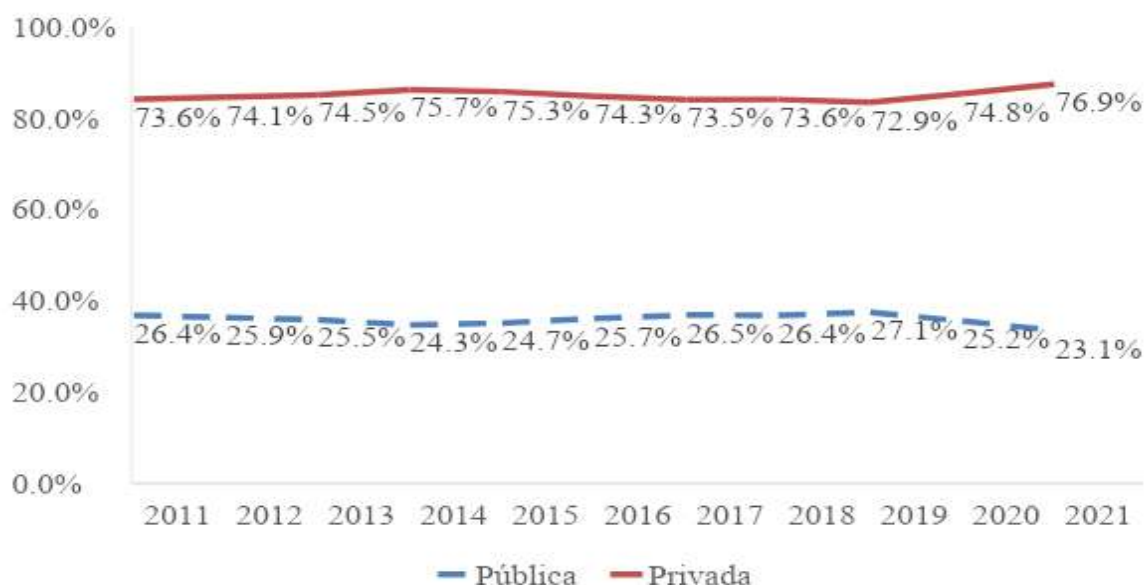
FIGURA 20 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa no Centro-Oeste (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 – 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 6)

FIGURA 21 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa Em Goiás (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 – 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 6)

Os dados das Figuras 22, 23 e 24 mostram o percentual de matrículas em cursos de graduação da rede pública por categoria administrativa das IES, onde pode-se notar que no Brasil e no Centro-Oeste, a rede de ensino federal apresentou uma tendência de crescimento gradual no número de matrículas nos cursos de graduação. Já em Goiás houve uma redução em cerca de 12 pontos percentuais entre 2016 e 2017, mas recuperando a tendência de crescimento a partir daí.

No Brasil, entre 2011 e 2012, o número de matrículas na rede pública aumentou em 17,2%, sendo maior na rede Federal (32,7%), seguida pela Estadual (2,3%), com registro de acentuada queda na municipal (-58,7%).

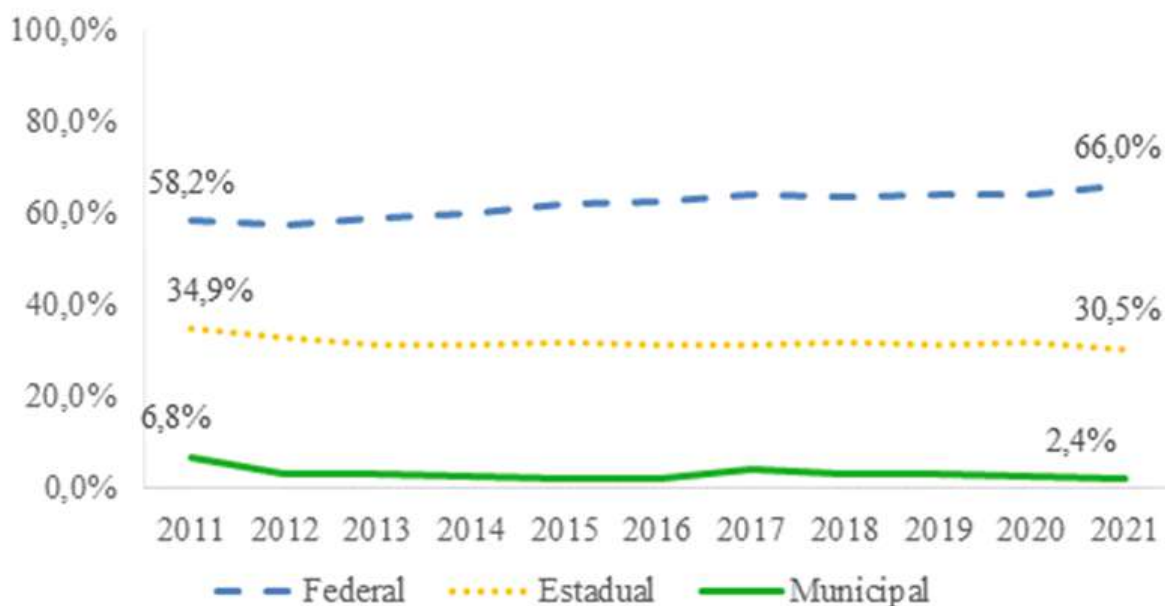
No Centro-Oeste e em Goiás, no mesmo período, o número de matrículas na rede pública aumentou, respectivamente, em 31,2% e 10,9%, sendo maior na rede Federal (40,1% e 24,3%), seguida pela Estadual (11,4% e 23,8%) e, municipal (23,9% e - 15,5%).

Em relação à rede de ensino especial da administração pública, não está presente na Figura 21 e 22 devido à baixa representatividade no número de matrículas de graduação nessa rede de ensino no Brasil e no Centro-oeste, respectivamente.

No Centro-Oeste, as IES especiais se concentravam em Goiás e por terem uma representatividade entre 2012 a 2017, esta rede de ensino foi inserida na Figura 22 que

representa o percentual do número de matrículas em cursos de graduação da rede pública por categoria administrativa entre 2011 e 2021.

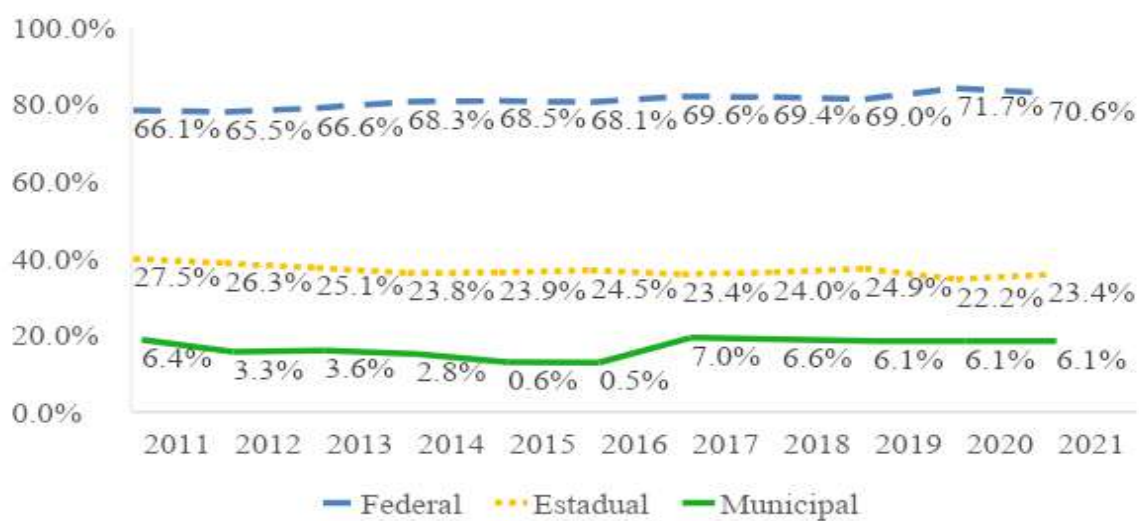
FIGURA 22 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação da Rede Pública por Categoria Administrativa no Brasil (2011-2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC,2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 7)

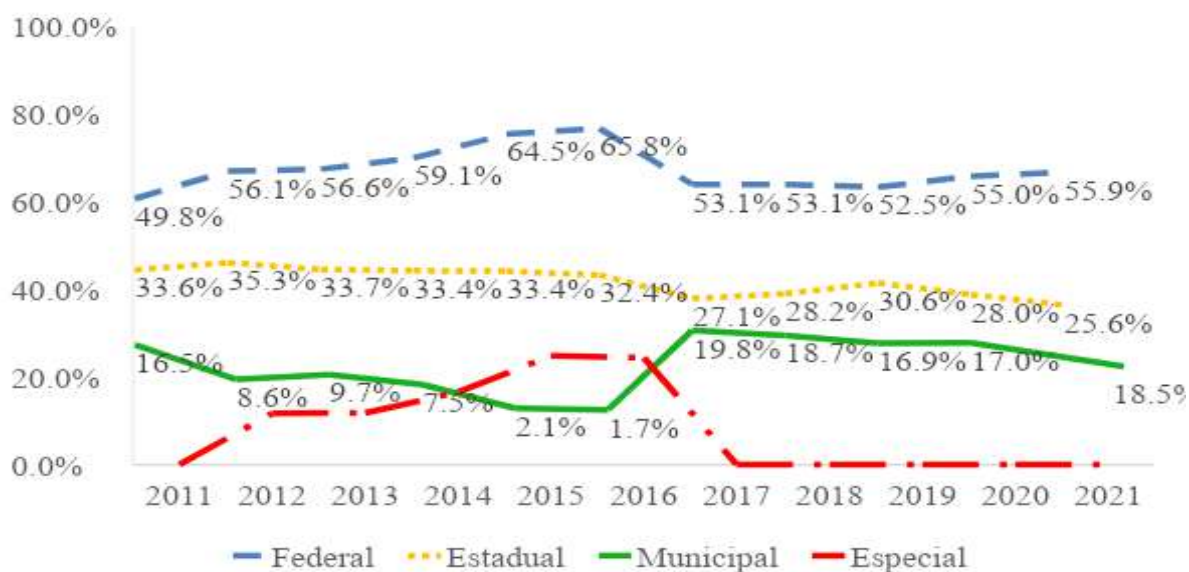
FIGURA 23 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação da Rede Pública por Categoria Administrativa no Centro-Oeste (2011-2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC,2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 7)

FIGURA 24 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação da Rede Pública por Categoria Administrativa Em Goiás (2011-2021)

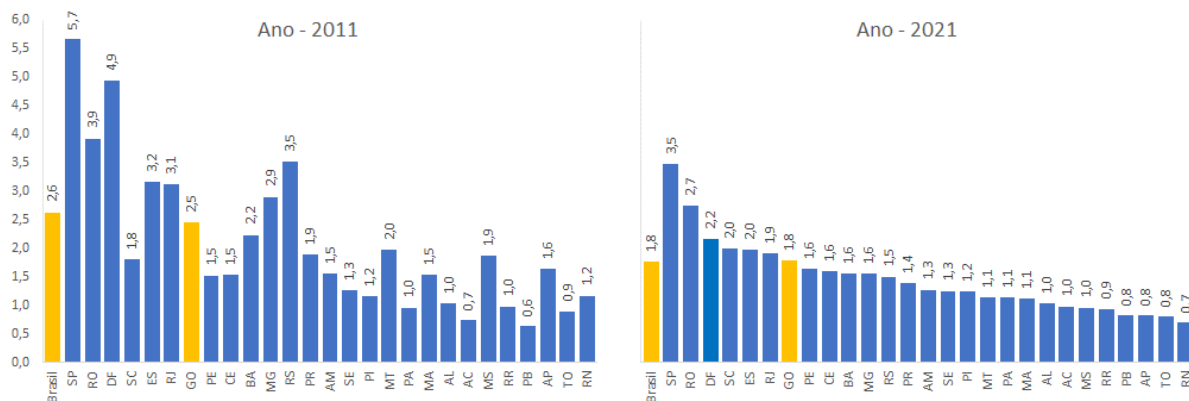


Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 7)

A Figura 25 mostra a razão do número de alunos matriculados nas IES privadas em relação às públicas nos cursos de graduação presencial por Unidade da Federação em 2011 e, em 2021. Nota-se que em 2011, nos cursos presenciais haviam 2,6 alunos matriculados nas IES privadas para cada aluno matriculado na rede pública no Brasil, e 2,5 no estado de Goiás, índice que se reduz para 1,8 tanto na média nacional, quanto em Goiás.

FIGURA 25 - Razão da Matrícula por Categoria (Privada/Pública) nos Cursos de Graduação Presencial por Unidade da Federação no Ano de 2011 e 2021



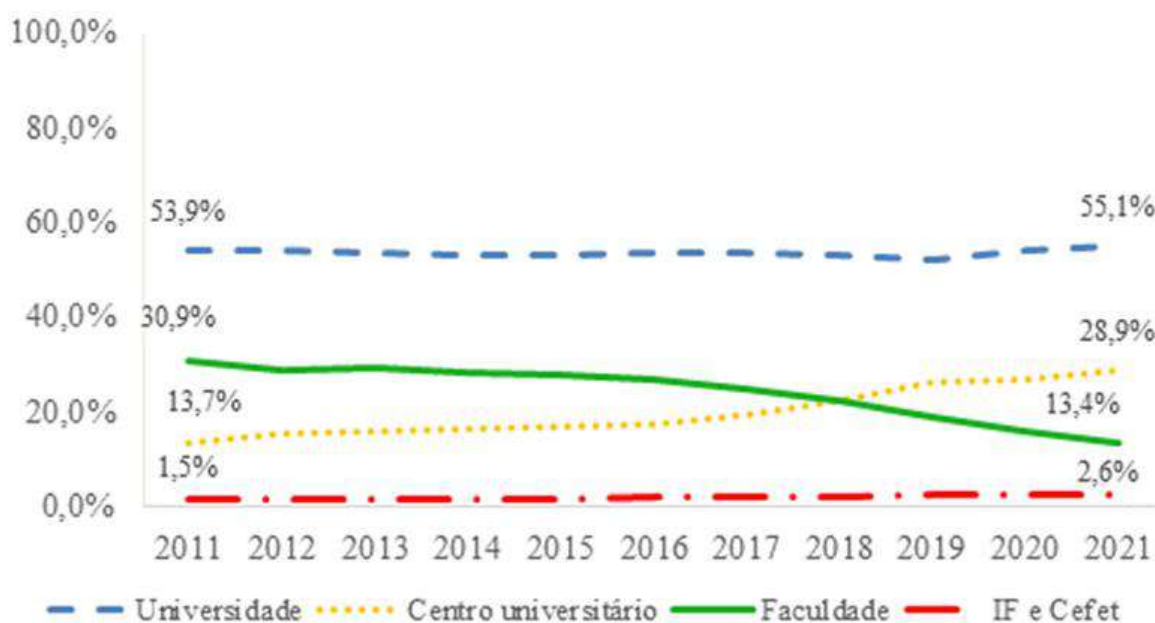
Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 e 2021).

Quando se considera as matrículas em cursos de graduação por tipo de organização acadêmica das IES, como explicitado nas Figuras 26, 27 e 28, verifica-se que no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás, mais de 49,0% do total concentrava-se nas Universidades em 2011, elevando-se um pouco mais em 2021. Sobre as matrículas nos Centros Universitários e nas Faculdades, nota-se no período um aumento no número nos primeiros, e uma queda nas Faculdades.

No Brasil, observa-se no período analisado que o número de matrículas nos cursos de graduação aumentou em 33,3% e, nas Universidades, Centros Universitários e IF / Cefet, houve o aumento de 36,2%, 182,3%, e 131,6%, respectivamente. Nas Faculdades, houve uma queda de -42,3% de matrículas.

Situação semelhante ocorre no Centro-Oeste e Goiás, onde o número de matrículas nos cursos de graduação aumentou em 28,6% e 25,2%, respectivamente, as universidades, nos centros universitários e nos IF e Cefet houve um aumento de 30,9,2%, 153,8%, 185,6%, e 31,1%, 279,4% e 74,9%, respectivamente. Nas faculdades, a redução é de queda de -44,7% e - 42,9, de matrículas, respectivamente.

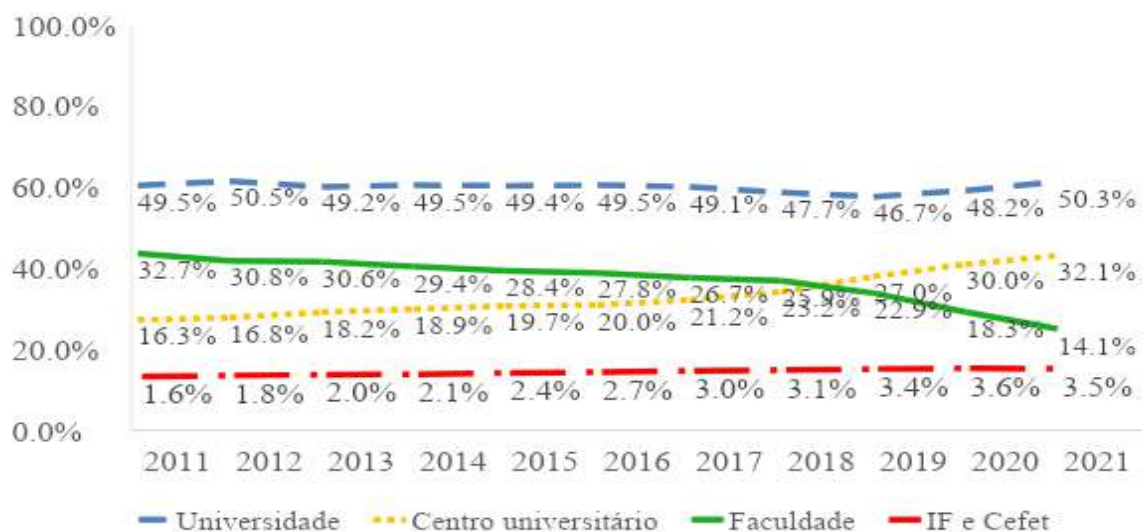
FIGURA 26 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação por Tipo de Organização Acadêmica no Brasil (2011-2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro Federal de Educação Tecnológica. A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 8).

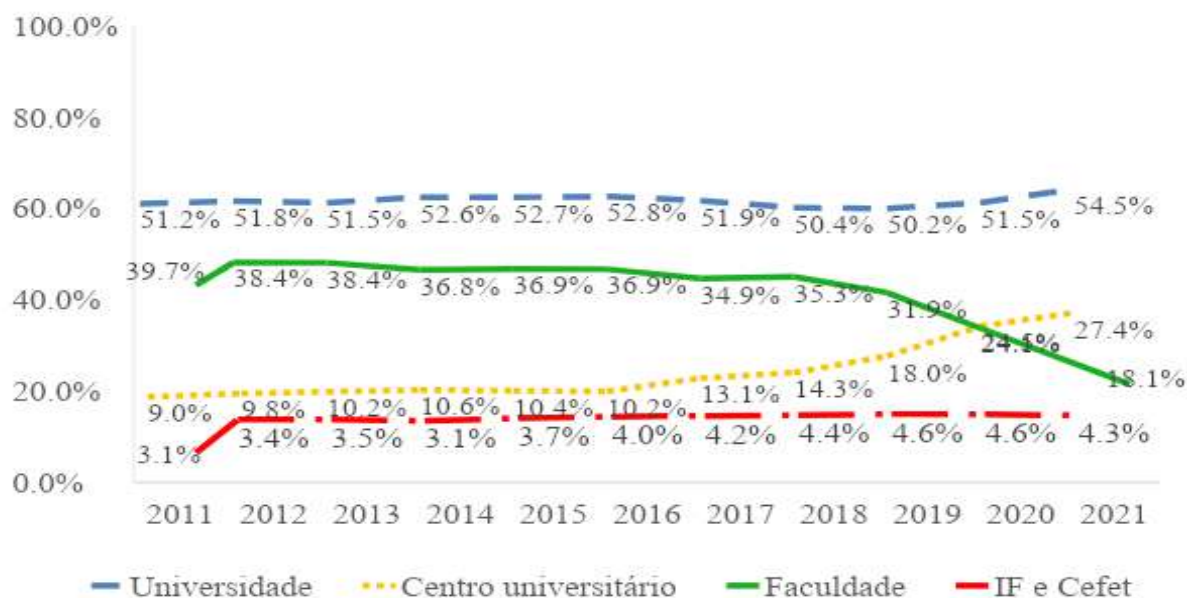
FIGURA 27 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação por Tipo de Organização Acadêmica no Centro-Oeste (2011-2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC,2011 - 2021).

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro Federal de Educação Tecnológica. A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 8)

FIGURA 28 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação por Tipo de Organização Acadêmica Em Goiás (2011-2021)



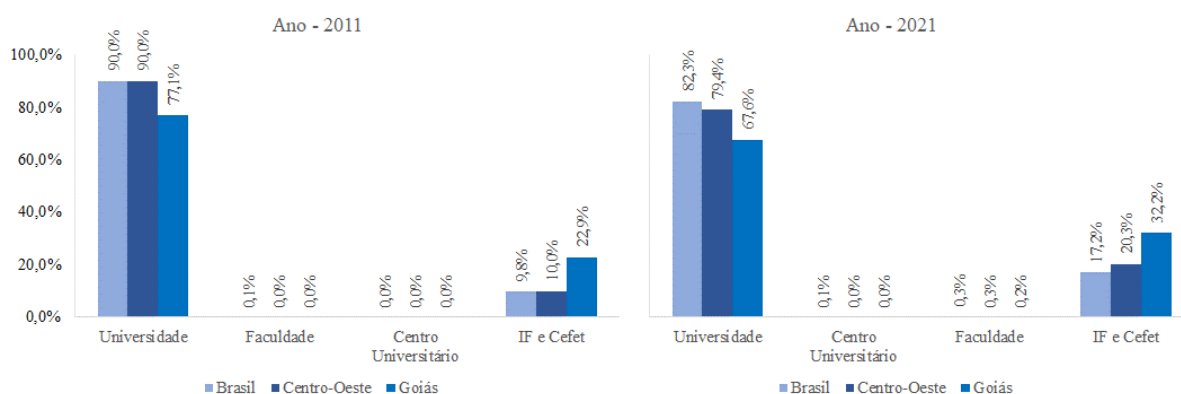
Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC,2011 - 2021)

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro Federal de Educação Tecnológica. A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 8)

Observa-se pela Figura 29 que, na rede federal, as Universidades concentram a maior parte das matrículas em cursos de graduação, comparativamente aos Institutos Federais (IF e

Cefet), tanto no Brasil, quanto no Centro-Oeste e em Goiás. Quando se compara os anos 2011 e 2021, verifica-se que a diferença se reduz, à medida do aumento da participação pelos Institutos Federais (IF e Cefet), que em Goiás chega a 32,2%.

FIGURA 29 - Distribuição do Número de Matrículas Em Cursos de Graduação da Rede Federal por Tipo de Organização Acadêmica no Brasil, Centro-Oeste e Goiás, 2011 e 2021



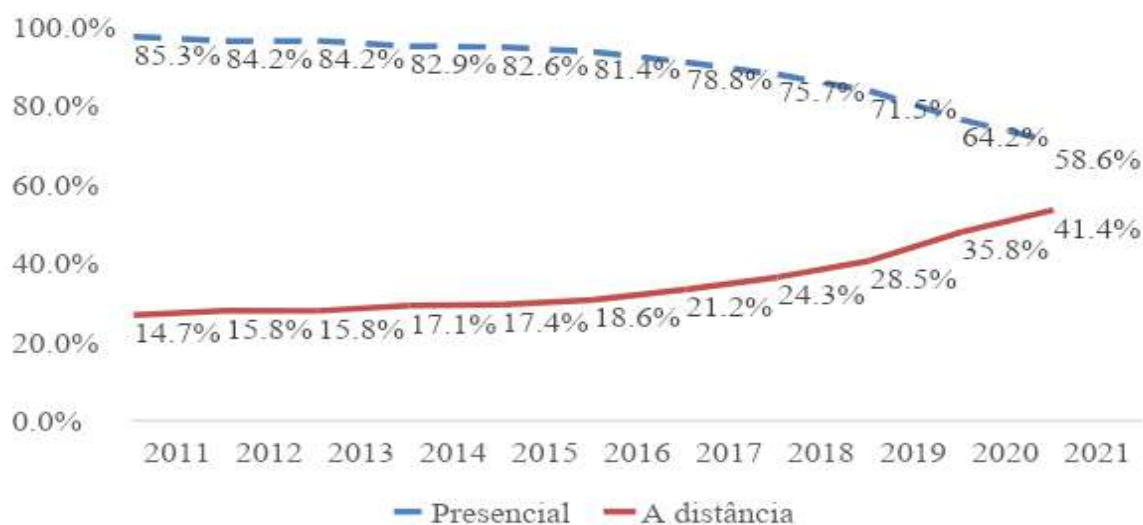
Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 e 2021). A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 8)

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro Federal de Educação tecnológica

Os dados apresentados nas Figuras 30, 31 e 32 revelam o percentual de matrículas em cursos de graduação por modalidade de ensino e, pode-se constatar que, no período de 2011 a 2021, nas três dimensões geográficas selecionadas, há um decréscimo no percentual do número de matrículas na modalidade presencial e um aumento nos cursos a distância.

Assim, no Brasil, no decorrer do período, o número de matrículas nos cursos de graduação aumentou 33,3%, registrando-se uma queda de -8,3% nos cursos presenciais e, um acréscimo de 274,3% nos cursos a distância. Essa mesma tendência observou-se também para o Centro-Oeste, onde o número de matrículas aumentou 27,8%, com queda de -10,9% no número de matrículas nos cursos presenciais e, aumento de 239,9% nos cursos a distância e, também, no estado de Goiás, cujos percentuais foram de 26,7%, -13,0% e, 311,2%, respectivamente.

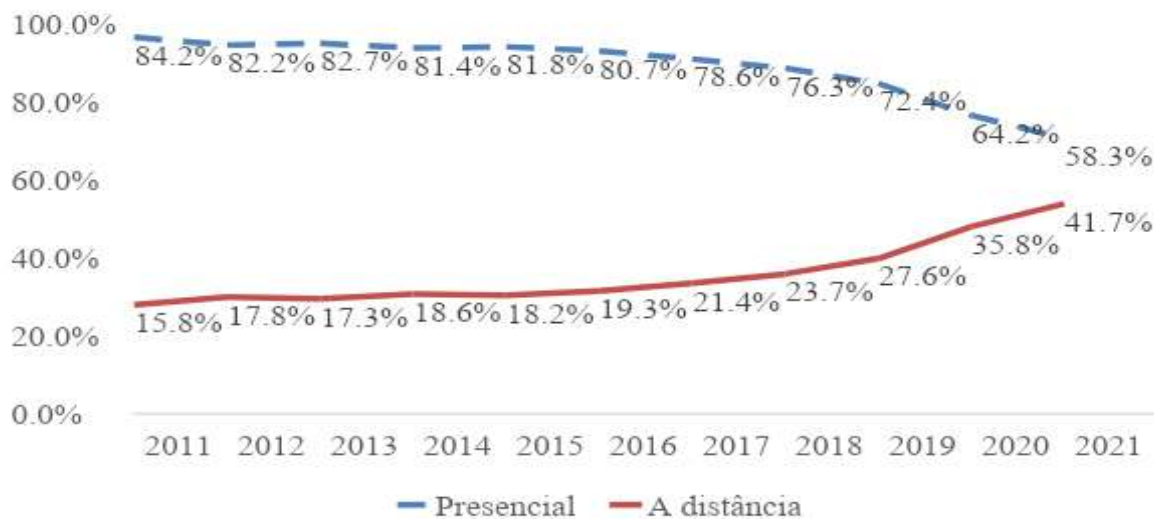
FIGURA 30 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino no Brasil (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 9).

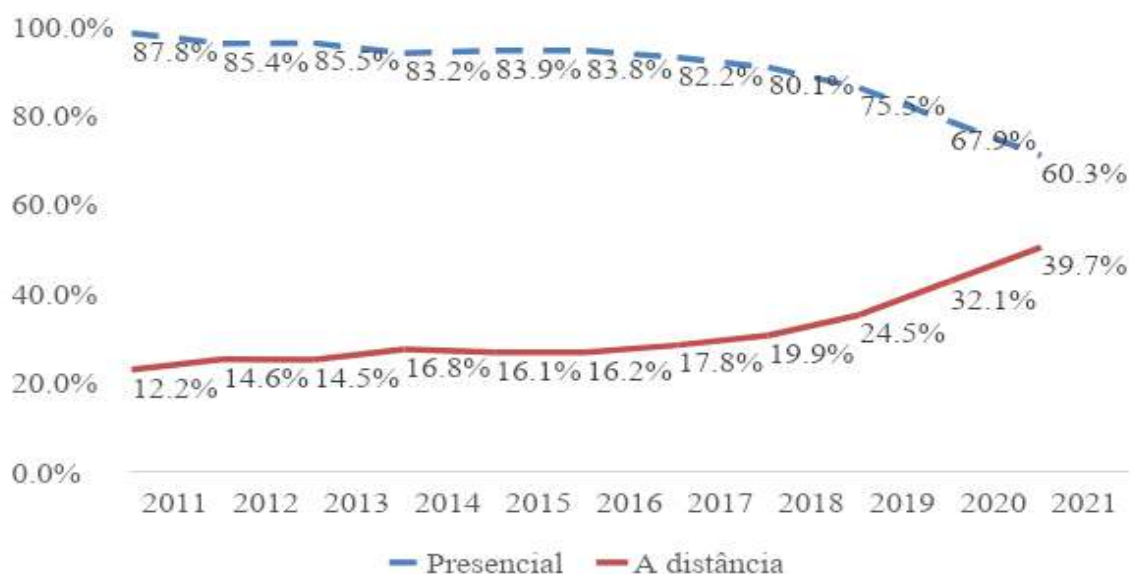
FIGURA 31 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino no Centro-Oeste (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 9).

FIGURA 32 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino Em Goiás (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

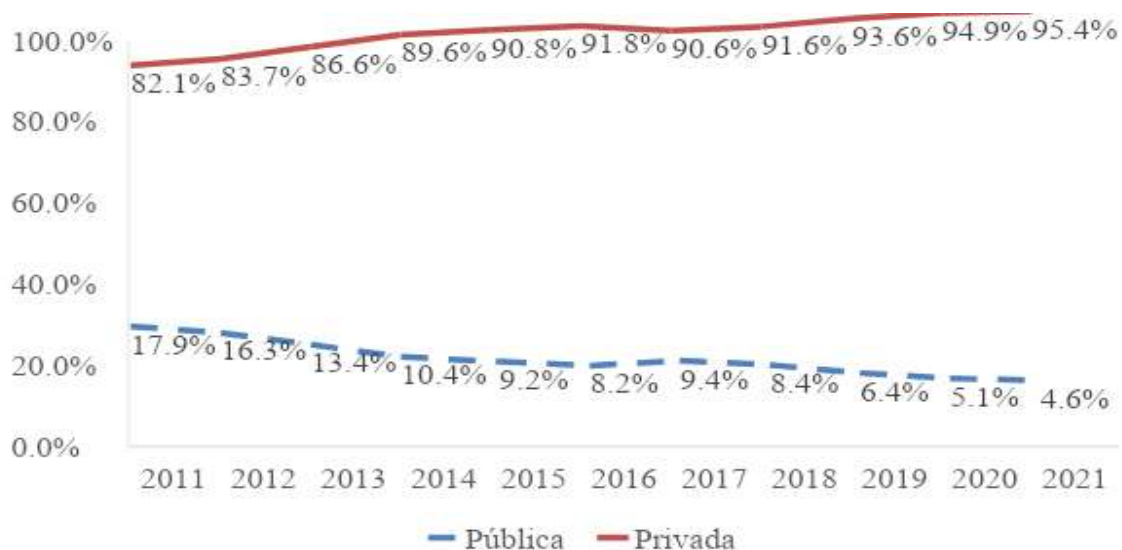
Nota: A tabela completa se encontra em anexo no anexo 1 (Tabela 9).

Os dados referentes ao número de matrículas em cursos de graduação a distância por categoria administrativa, dispostos nas Figuras 33, 34 e 35 revelam que, entre 2011 e 2021, ele foi maior nas IES privadas, comparativamente à rede pública, tanto na média brasileira, quanto no Centro-Oeste e no estado de Goiás.

Deste modo, no Brasil, no decorrer do período em análise, o número de matrículas nos cursos de graduação a distância aumentou em 274,3%, sendo que na rede pública de ensino houve uma queda de -3,2%, inversamente às IES privadas, onde houve um aumento de 334,9%.

Já no Centro-Oeste, no mesmo período, o aumento foi de 239,9%, sendo que na rede pública de ensino ele foi de 84,4%, percentual inferior ao da IES privada onde houve um aumento de 249,3%. E em Goiás, o aumento foi de 331,2%, sendo que na rede pública dele foi de 93,04%, contra 330,1% nas IES privadas.

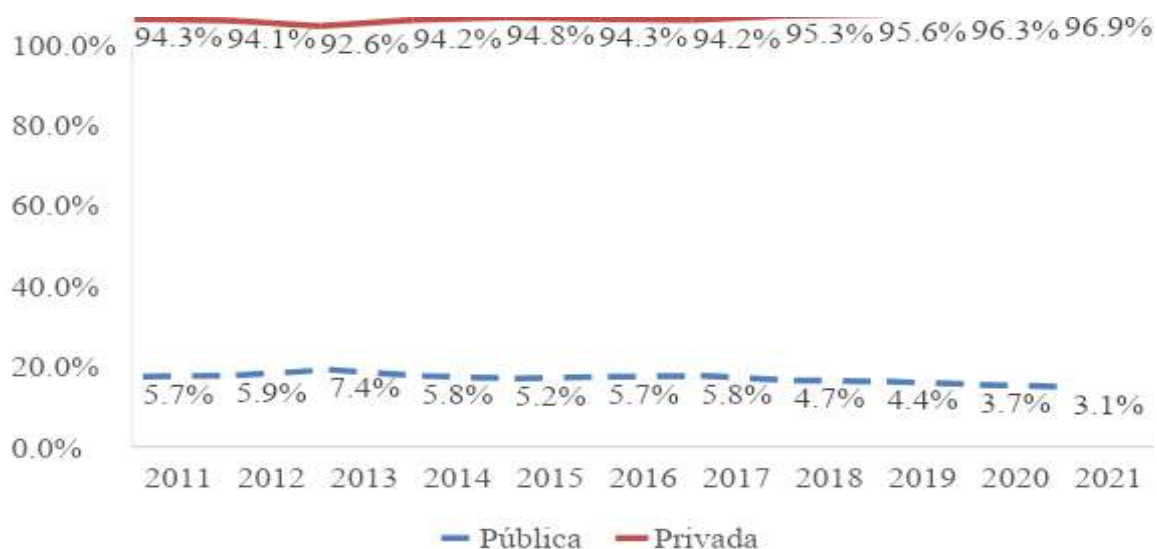
FIGURA 33 - Participação Percentual do Número de Matrículas Em Cursos de Graduação a Distância por Categoria Administrativa das IES no Brasil (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 10).

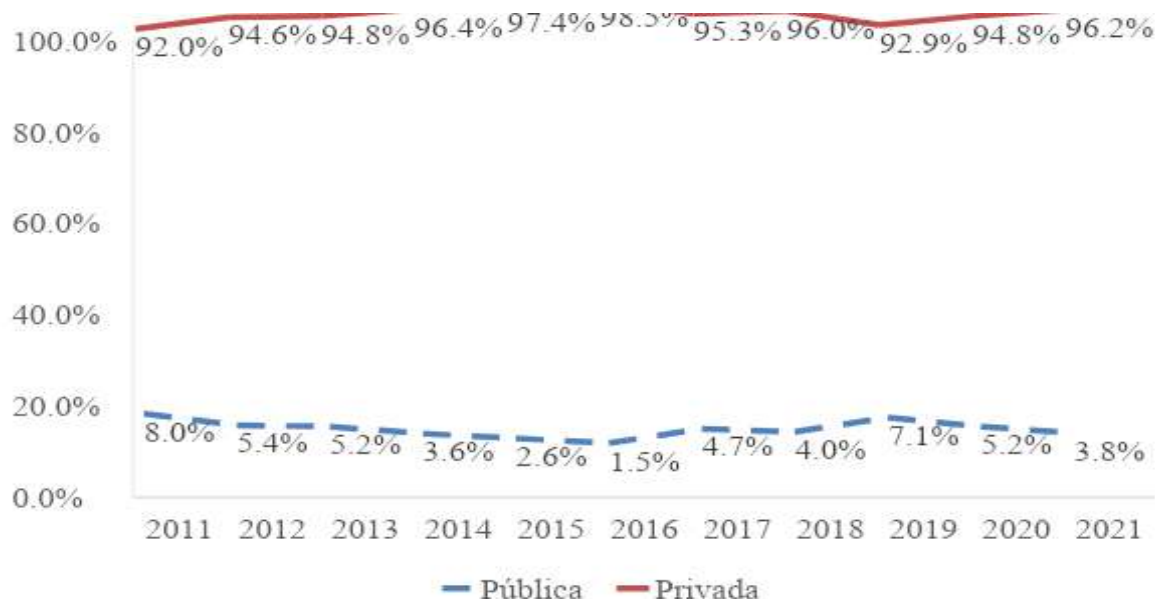
FIGURA 34 - Participação Percentual do Número de Matrículas Em Cursos de Graduação a Distância por Categoria Administrativa das Ies no Centro-Oeste (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 10).

FIGURA 35 - Participação Percentual do Número de Matrículas Em Cursos de Graduação a Distância por Categoria Administrativa das IES Em Goiás (2011 - 2021)



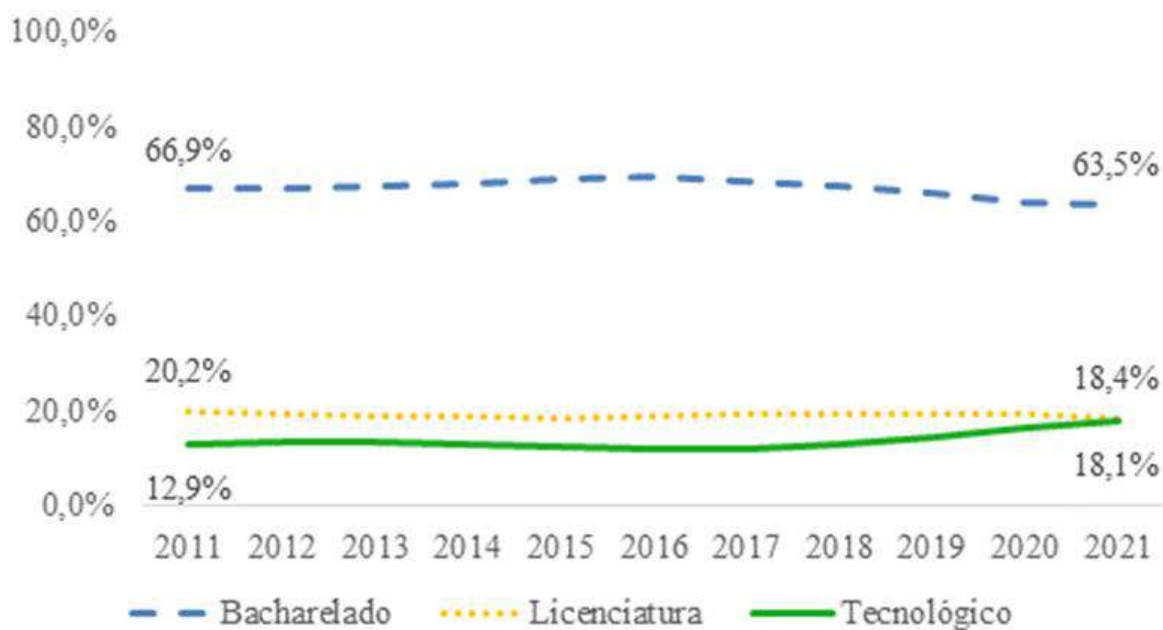
Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 10).

Considerando-se, agora, as matrículas em cursos de graduação por grau acadêmico, verifica-se pelas Figuras 36, 37 e 38 que, prevalecem as do bacharelado, comparativamente às da licenciatura e tecnológicos.

No período entre 2011 e 2021, no Brasil, o número de matrículas nos cursos de graduação aumentou em 33,3%, nos cursos de bacharelado, em 26,6%, nos cursos de licenciatura, em 21,5% e, nos cursos tecnológicos, 86,0%, tendência que se manteve no Centro-Oeste, cujos percentuais são 28,5%, 22,7%, 11,0% e 86,1%, respectivamente e, no estado de Goiás, com 26,6%, 24,6%, 5,7% e, 76,9%, respectivamente.

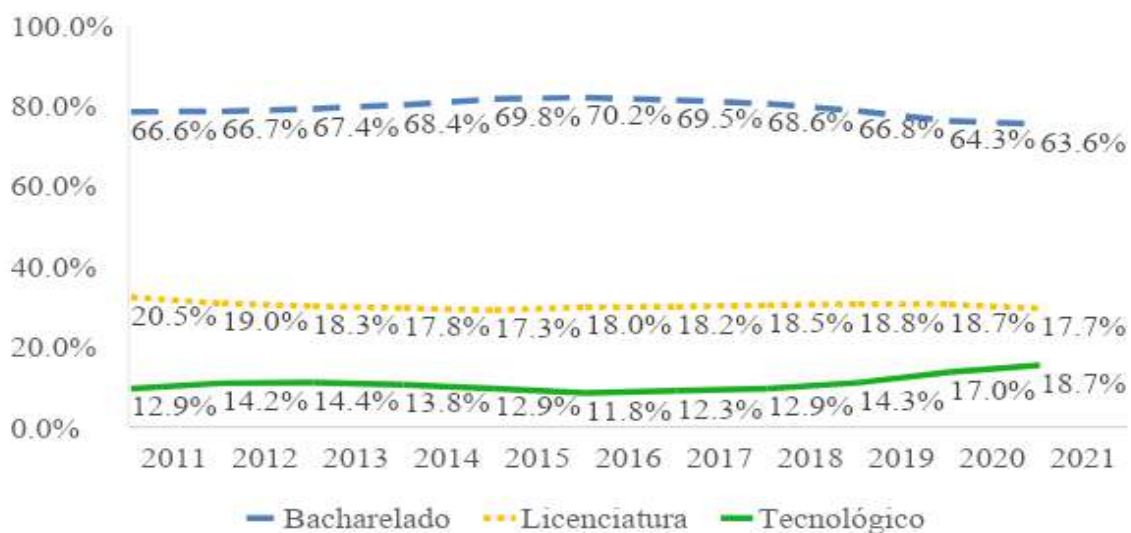
FIGURA 36 - Percentual do Número Matrículas Em Cursos de Graduação por Grau Acadêmico das IES no Brasil (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 11).

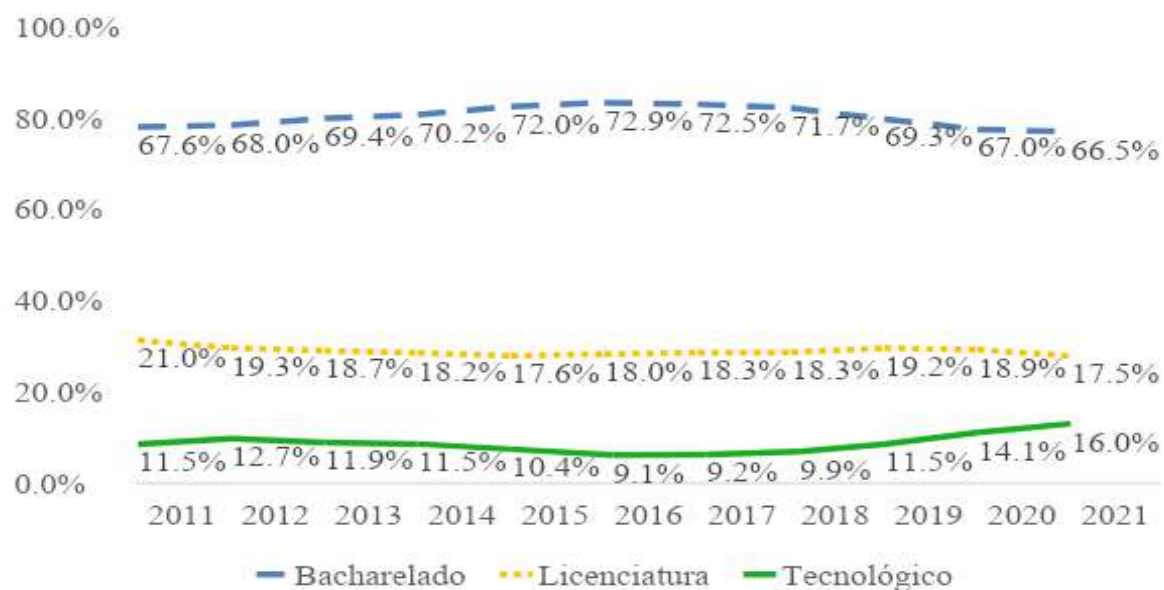
FIGURA 37 - Percentual do Número Matrículas Em Cursos de Graduação por Grau Acadêmico das IES no Centro-Oeste (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 11).

FIGURA 38 - Percentual do Número Matrículas Em Cursos de Graduação por Grau Acadêmico das IES Em Goiás (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

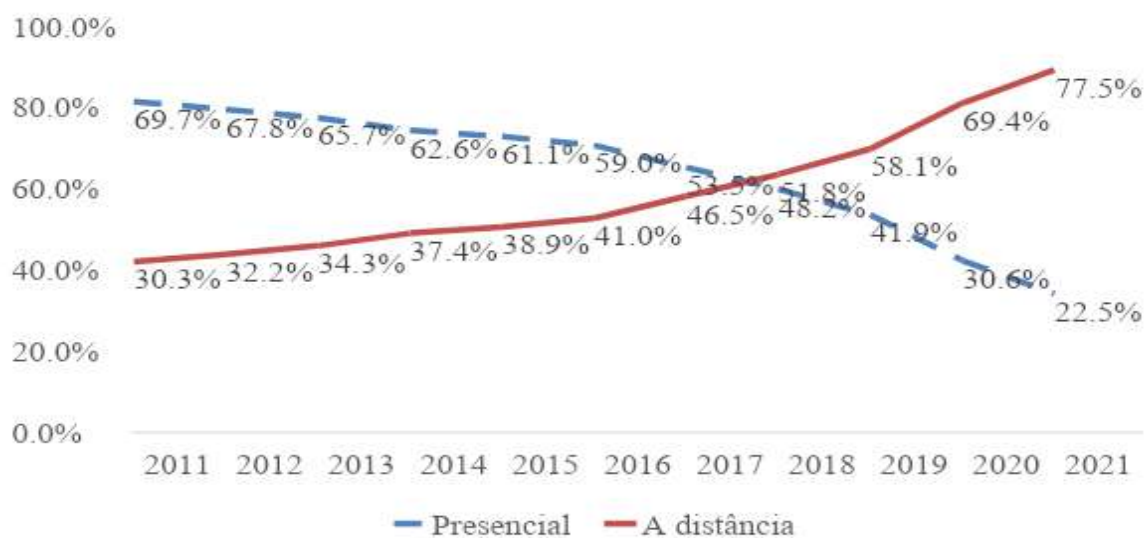
Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 11).

As Figuras 39, 40 e 41 a seguir, explicitam dados sobre matrículas em cursos de graduação tecnológicos por modalidade de ensino, onde pode-se observar o crescimento do ensino a distância no período entre 2011 a 2021, inversamente aos cursos presenciais que tiveram decréscimo.

Assim, no Brasil, o número de matrículas nos cursos de graduação tecnológicos aumentou em 86,0%, sendo que na modalidade a distância houve um incremento de 375,5%, inversamente ao que ocorreu nos cursos presenciais onde houve um decréscimo de -40,0%.

De modo semelhante, na região Centro-Oeste e no estado de Goiás, respectivamente, o número de matrículas nos cursos de graduação tecnológicos aumentou, 86,1% e 76,5%, na modalidade de ensino a distância 278,5% e 474,9%, decréscimo de 43,1% e -58,0% nos cursos presenciais.

FIGURA 39 - Percentual do Número de Matrículas Em Cursos de Graduação Tecnológicos por Modalidade de Ensino das IES no Brasil (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 12).

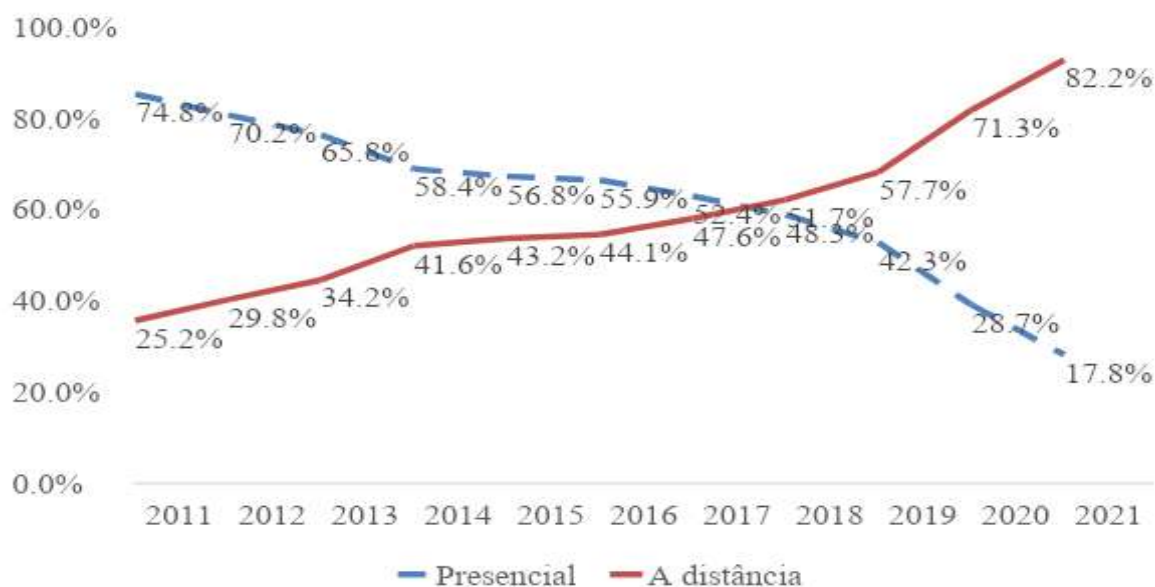
FIGURA 40 - Percentual do Número de Matrículas Em Cursos de Graduação Tecnológicos por Modalidade de Ensino das IES no Centro-Oeste (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 12).

FIGURA 41 - Percentual do Número de Matrículas Em Cursos de Graduação Tecnológicos por Modalidade de Ensino das IES Em Goiás (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 12).

Em relação aos dados dos **alunos concluintes** dos cursos oferecidos pelas IES no Brasil, em 2021 mais de 1,3 milhões de estudantes concluíram os cursos de graduação, dos quais 123,9 mil (9,5%), no Centro-Oeste, e 41,5 mil (3,2%), em Goiás.

As Figuras 42, 43 e 44 mostram o percentual de estudantes que concluíram os cursos de graduação por categoria administrativa das IES.

Observa-se que, no período de 2011 a 2021, no Brasil, o número de alunos que concluíram os cursos de Graduação oferecidos pelas IES aumentou em 30,5%, sendo que na rede pública o aumento foi de 0,4% e, nas IES privadas, de 38,8%; no Centro-Oeste e em Goiás, respectivamente, o aumento geral foi de 30,2% e 21,6%, na rede pública, 8,4% e -3,8% e, nas IES privadas, 36,2% e 30,3%.

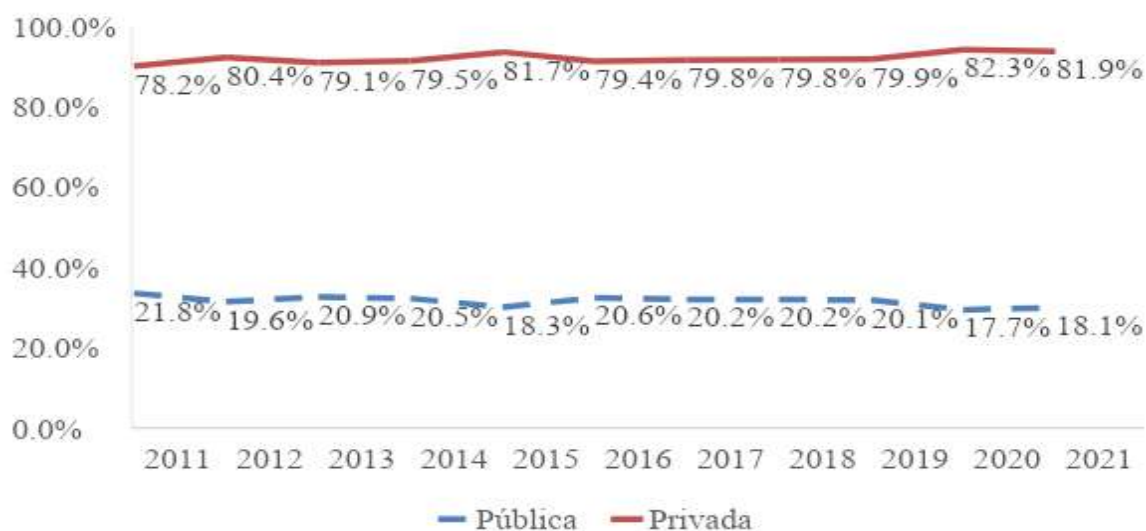
FIGURA 42 - Percentual do Número de Concluintes Em Cursos de Graduação por Categoria Administrativa no Brasil (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 13).

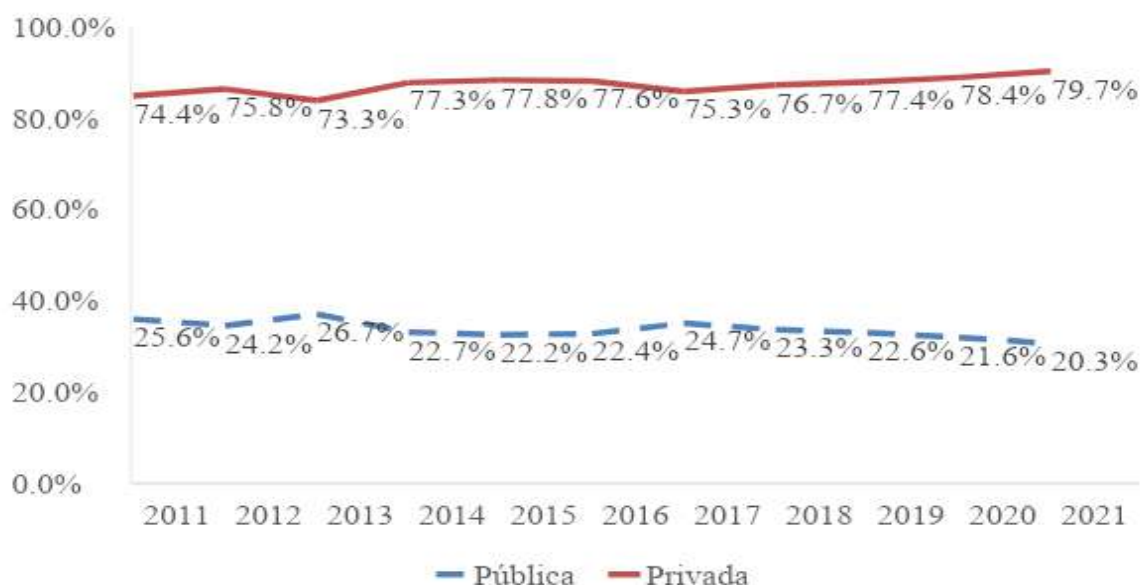
FIGURA 43 - Percentual do Número de Concluintes Em Cursos de Graduação por Categoria Administrativa no Centro-Oeste (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 13).

FIGURA 44 - Percentual do Número de Concluintes Em Cursos de Graduação por Categoria Administrativa Em Goiás (2011 – 2021)



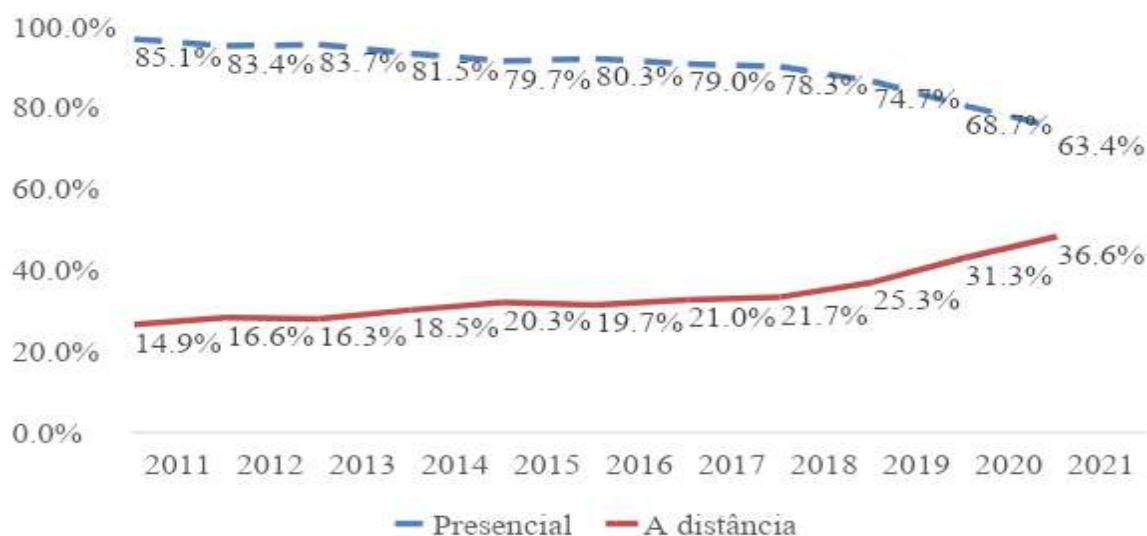
Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 13).

As Figuras 45, 46 e 47 mostram o percentual de estudantes que concluíram os cursos de graduação por tipo de modalidade de ensino nas IES, onde pode-se perceber que, no Brasil, entre 2011 e 2021, houve um aumento de 30,5%, mas um decréscimo de -2,7% da modalidade presencial, e aumento em 220,1% de concluintes de modalidade à distância.

Essa mesma tendência permanece para o Centro-Oeste e o estado de Goiás, sendo que no primeiro, houve um aumento de concluintes em 30,2%, mas com um decréscimo de -3,2% de modalidade presencial, e aumento em 223,8% de modalidade à distância. Já no segundo, houve um aumento de concluintes em 21,6%, com decréscimo de -10,1% na modalidade presencial, e aumento em 327,5% na modalidade à distância.

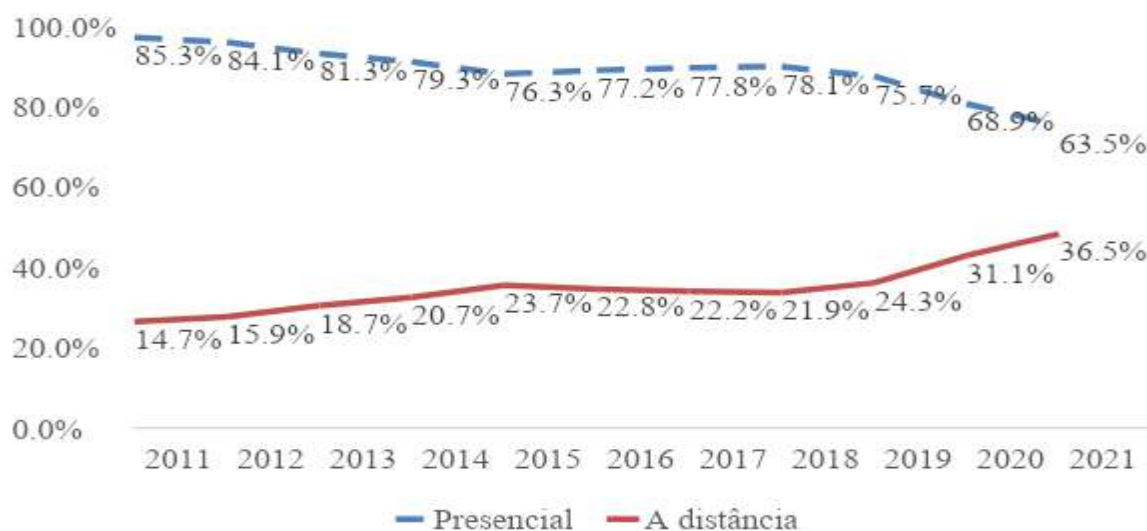
FIGURA 45 - Percentual do Número de Concluintes Em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino no Brasil (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 14).

FIGURA 46 - Percentual do Número de Concluintes Em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino no Centro-Oeste (2011 - 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 14).

FIGURA 47 - Percentual do Gráfico 22 Número de Concluintes Em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino Em Goiás (2011 - 2021)

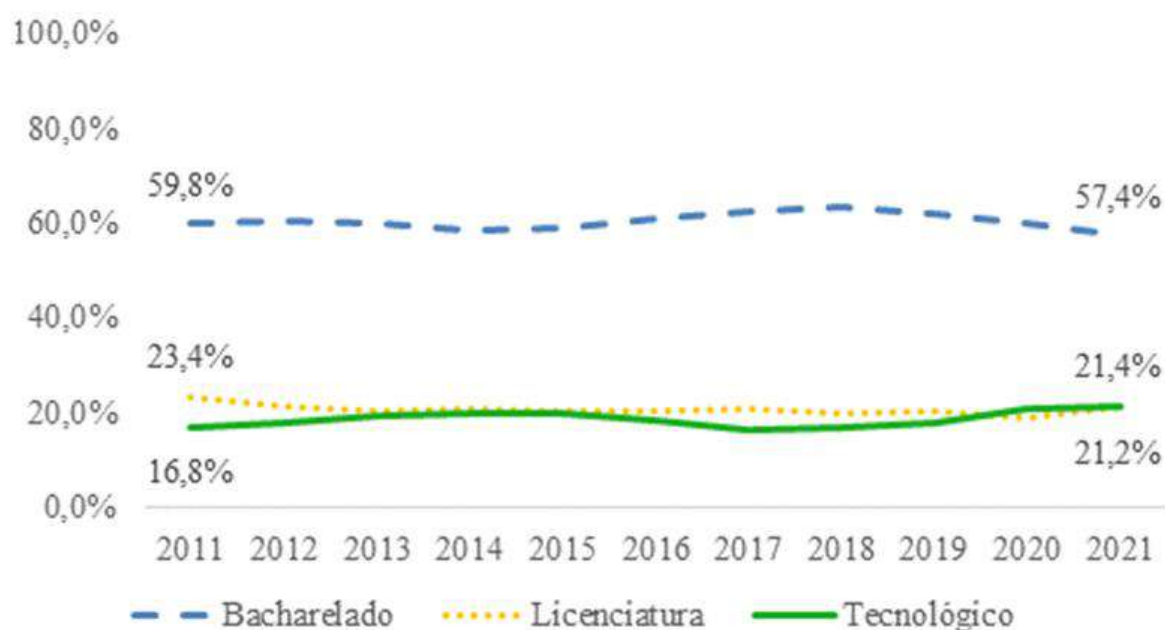


Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 14).

As Figuras 48, 49 e 50 mostram o percentual de estudantes que concluíram os cursos de graduação por grau acadêmico nas IES, no período de 2011 a 2021, onde se verifica que, no Brasil, o número de concluintes nos cursos de bacharelado aumentou em 25,4%, na licenciatura, o aumento foi de 19,1%, e nos cursos tecnológicos, o número de concluintes aumentou em 64,9% no país; no Centro-Oeste, o número de concluintes nos cursos de bacharelado aumentou em 23,7%, na licenciatura, o aumento foi de 19,9% e, nos cursos tecnológicos, o número de concluintes aumentou em 69,1%; em Goiás, o número de concluintes nos cursos de bacharelado aumentou em 14,3%, nos cursos de licenciatura, aumentou em 14,1% e, nos cursos tecnológicos, aumentou em 70,6% neste estado.

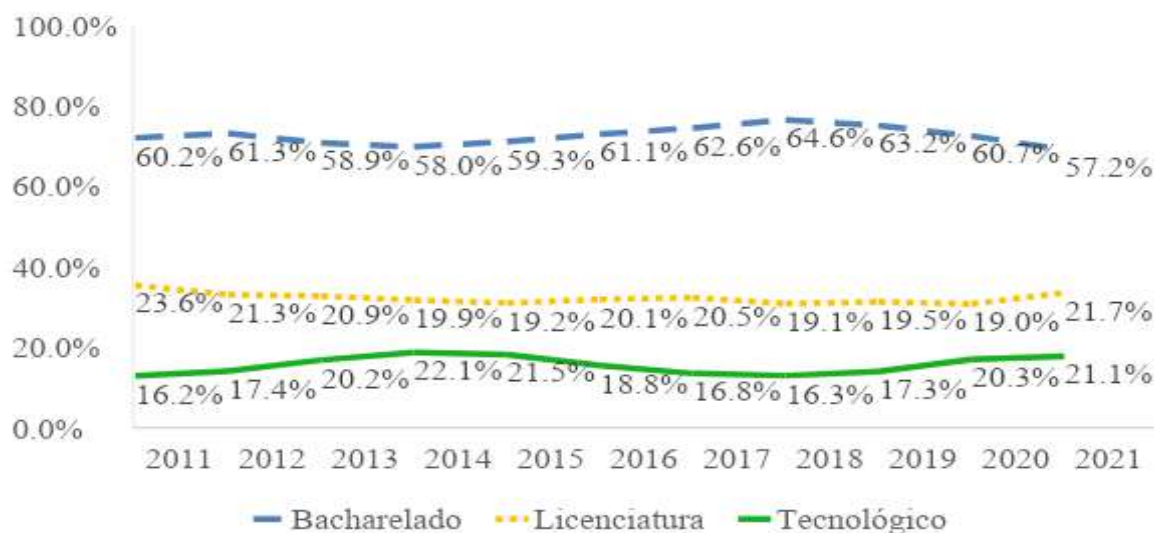
FIGURA 48 - Percentual do Número de Concluintes Em Cursos de Graduação por Grau Acadêmico no Brasil (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 15).

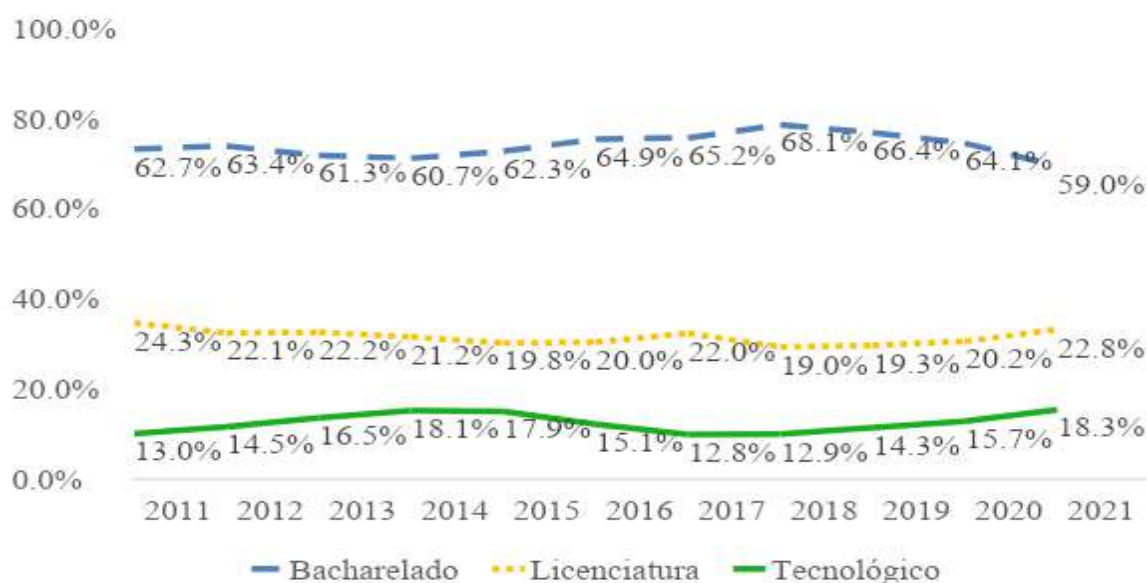
FIGURA 49 - Percentual do Número de Concluintes Em Cursos de Graduação por Grau Acadêmico no Centro-Oeste (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 15).

FIGURA 50 - Percentual do Número de Concluintes Em Cursos de Graduação por Grau Acadêmico Em Goiás (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 15).

Ao analisar os dados relativos aos **docentes**, explicitados na Tabela 16, verifica-se que, no Brasil, no período de 2011 a 2021, houve um aumento total de 0,4% no número de docentes em exercício nas IES do país e, ao se considerar as categorias administrativas, observa-se aumento de 26,1% na rede pública e, redução de -16,1% nas privadas; na região Centro-Oeste, onde houve um aumento geral de 7,0%, na rede pública o aumento foi de 27,9% e, na privada houve uma queda de -9,4%; e, em Goiás, houve um aumento geral de 6,8%, aumento de 11,5% na rede pública e, 2,0% nas IES privadas.

TABELA 16 - Número de Docentes na Educação Superior, por Categoria Administrativa (2011 - 2021)

Região por ano	Docentes em exercício nas IES				
	Total	Pública		Privada	
		Total	%	Total	%
Brasil					
2011	357.418	139.584	39,1%	217.834	60,9%
2012	362.732	150.338	41,4%	212.394	58,6%
2013	367.282	155.219	42,3%	212.063	57,7%

2014	383.386	163.113	42,5%	220.273	57,5%
2015	388.004	165.722	42,7%	222.282	57,3%
2016	384.094	169.544	44,1%	214.550	55,9%
2017	380.673	171.231	45,0%	209.442	55,0%
2018	384.474	173.868	45,2%	210.606	54,8%
2019	386.073	176.403	45,7%	209.670	54,3%
2020	366.289	171.330	46,8%	194.959	53,2%
2021	358.825	175.970	49,0%	182.855	51,0%

Centro-Oeste

2011	31.986	14.072	44,0%	17.914	56,0%
2012	32.487	15.018	46,2%	17.469	53,8%
2013	32.718	15.662	47,9%	17.056	52,1%
2014	34.812	16.144	46,4%	18.668	53,6%
2015	34.941	16.739	47,9%	18.202	52,1%
2016	35.784	17.304	48,4%	18.480	51,6%
2017	35.870	18.158	50,6%	17.712	49,4%
2018	36.230	18.021	49,7%	18.209	50,3%
2019	37.769	18.571	49,2%	19.198	50,8%
2020	34.361	17.298	50,3%	17.063	49,7%
2021	34.235	18.002	52,6%	16.233	47,4%

Goiás

2011	12.539	6.252	49,9%	6.287	50,1%
2012	12.685	6.381	50,3%	6.304	49,7%
2013	12.936	6.703	51,8%	6.233	48,2%
2014	13.022	6.563	50,4%	6.459	49,6%
2015	13.098	6.500	49,6%	6.598	50,4%
2016	13.098	6.615	50,5%	6.483	49,5%
2017	13.045	6.960	53,4%	6.085	46,6%
2018	13.324	6.841	51,3%	6.483	48,7%
2019	13.827	6.847	49,5%	6.980	50,5%

2020	13.118	6.461	49,3%	6.657	50,7%
2021	13.386	6.971	52,1%	6.415	47,9%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

Quando se considera o número de docentes nas IES públicas e privadas, por regime de trabalho, dispostos nas Figuras 51, 52 e 53, verifica-se que em 2021, na rede pública de ensino do país, a ampla maioria dos docentes (86,1%) trabalhava em regime de Tempo Integral, percentual que se reduz para 27,2% nas IES privadas, estas, cujos percentuais de docentes em tempo parcial (42,8%) e horistas (30,1%) são significativamente maiores, comparativamente à rede pública, com 10,8% e 3,8%, respectivamente.

Pode-se constatar ainda, que no período de 2011 a 2021, nas IES públicas, estabeleceu-se um padrão nacional, regional e estadual de tendência de participação de docentes em regime de Tempo Integral acima de 80,0%, seguidos pela decrescente participação (pouco acima de 10,0%) de docentes em regime de Tempo Parcial e Horista.

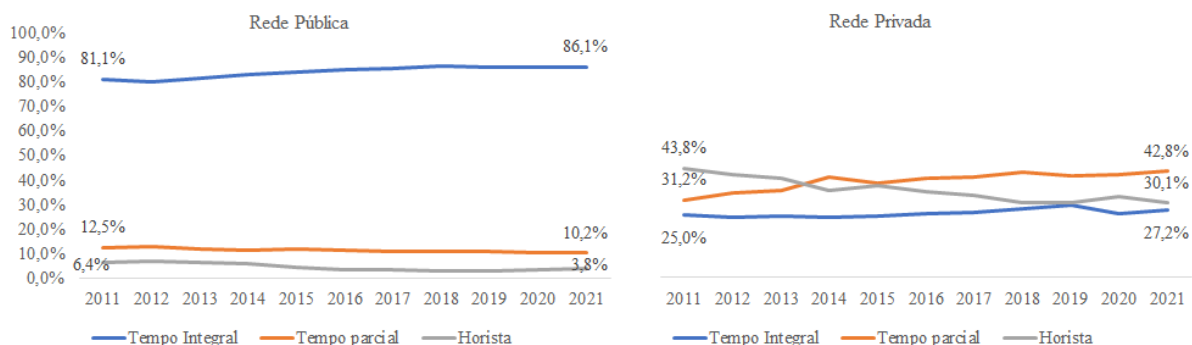
Nas IES privadas, observa-se o crescente predomínio do regime de Tempo Parcial (acima de 40,0%), seguidos pelos Horistas (entre 28,0% e 30,0%) e, com menor participação, pelos de Tempo Integral (entre 24,0% e 27,0%)

Os dados da Figura 51, que tratam da variação do número de docentes por categoria administrativa e regime de trabalho no período 2011-2021 no Brasil, de modo que nas públicas há um aumento do regime Tempo Integral em 33,7%, contra uma redução de -3,5% nas IES privadas; docentes com Tempo Parcial, 2,6%, contra 15,2%, respectivamente; e, de Horistas, redução de -43,7% e -42,4%, respectivamente.

Tomando-se como referência a região Centro-Oeste, verifica-se que houve variação de docentes com Tempo Integral de 45,6% nas públicas, contra uma redução de -8,7% nas IES privadas; docentes com Tempo Parcial, queda de -17,8%, contra 23,7%, respectivamente; e, de Horistas, redução de -25,5% e -39,9%, respectivamente.

Com relação ao estado de Goiás, percebe-se que houve variação de docentes com Tempo Integral de 61,6% nas públicas, contra 11,5% nas IES privadas; docentes com Tempo Parcial, queda de -60,7%, contra 89,7%, respectivamente; e, de Horistas, redução de -88,8% e -41,7%, respectivamente.

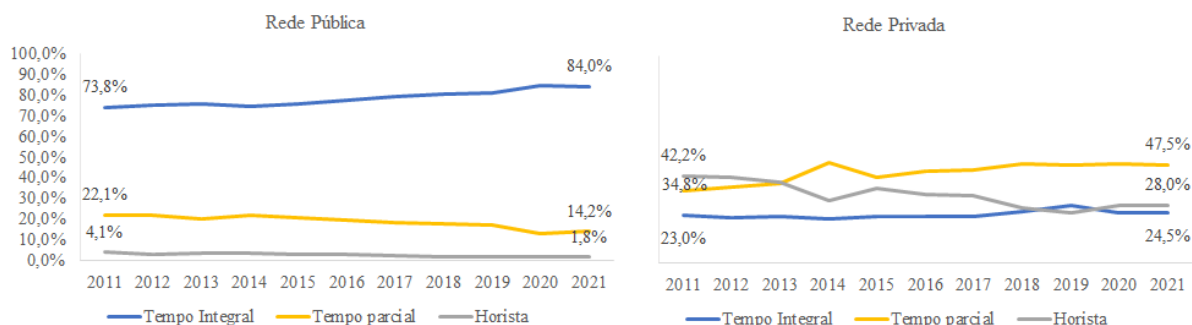
FIGURA 51 - Participação de Docentes na Educação Superior, por Categoria Administrativa, Segundo o Regime de Trabalho no Brasil (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 16).

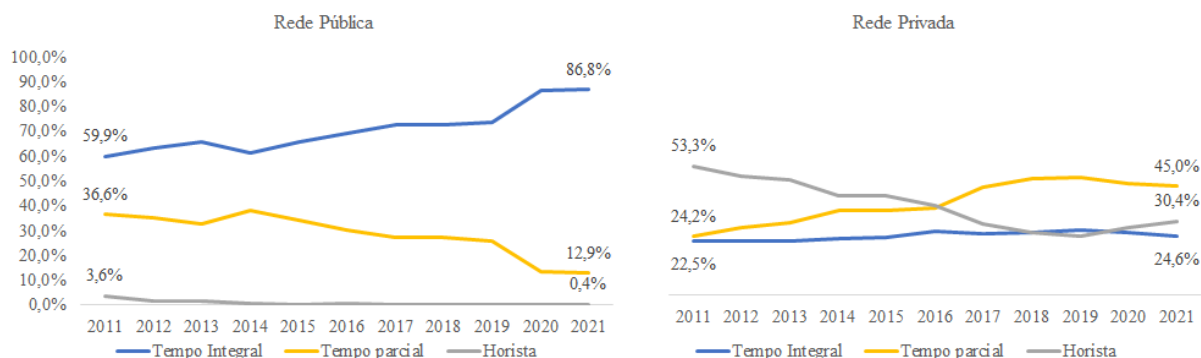
FIGURA 52 - Participação de Docentes na Educação Superior por Categoria Administrativa, Segundo o Regime de Trabalho no Centro-oeste (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 16).

FIGURA 53 - Participação de Docentes na Educação Superior, por Categoria Administrativa, Segundo o Regime de Trabalho Em Goiás (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 16).

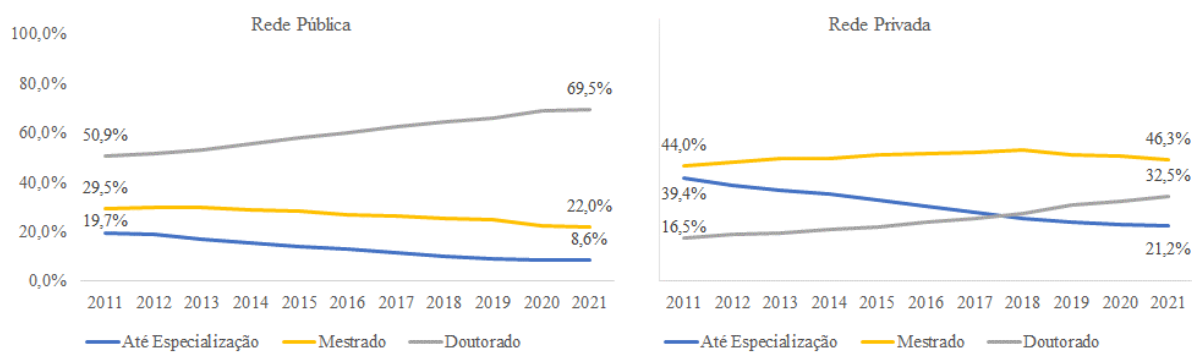
As Figuras 54, 55 e 56 mostram o percentual da participação dos docentes na educação superior por categoria administrativa e grau de formação, onde se observa que houve um aumento na participação de docentes com doutorado e uma queda no número de docentes com, no máximo, o grau de especialista tanto nas redes de ensino superior pública ou privada.

No Brasil, entre 2011 e 2021, na rede pública de ensino superior houve um aumento de 72,2% na participação de docentes com doutorado e uma queda de -5,9% e -45,2% de docentes com grau de mestre e com até especialização, respectivamente. Na rede de ensino privada, o aumento foi de 64,9% na participação de docentes com doutorado e uma queda de -11,7% e -54,9% de docentes com grau de mestre e com até especialização, respectivamente.

No mesmo período, no Centro-Oeste e em Goiás, na rede pública de ensino superior houve um aumento, respectivamente, de 94,8% e 143,1% no número de docentes com doutorado e, uma queda de -2,4% e -40,5% e, 3,9% e -71,5% de docentes com grau de mestre e com até especialização.

Com relação às IES privadas, verifica-se que no Centro-Oeste em em Goiás, no mesmo período, na rede de ensino privada, houve um aumento, respectivamente, de 117,0% e 143,1% no número de docentes com doutorado e uma queda de -1,8% e -47,9% e, -3,9% e -71,5% docentes com grau de mestre e com até especialização.

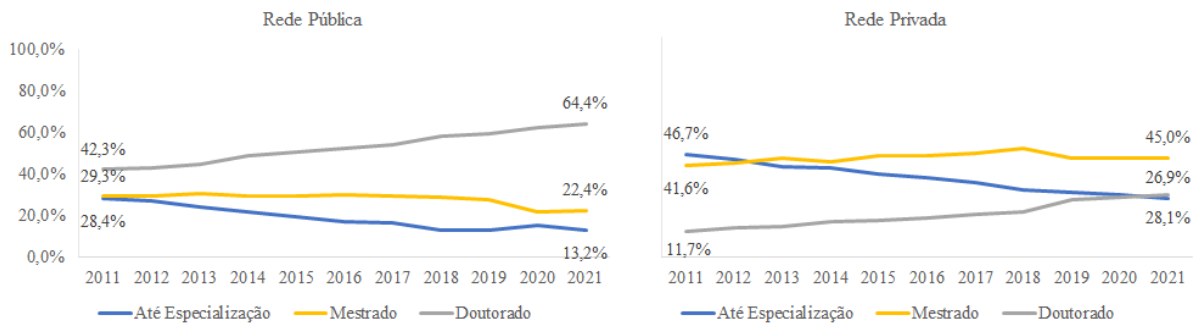
FIGURA 54 - Participação Percentual de Docentes na Educação Superior por Categoria Administrativa, Segundo o Grau de Formação no Brasil (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 17).

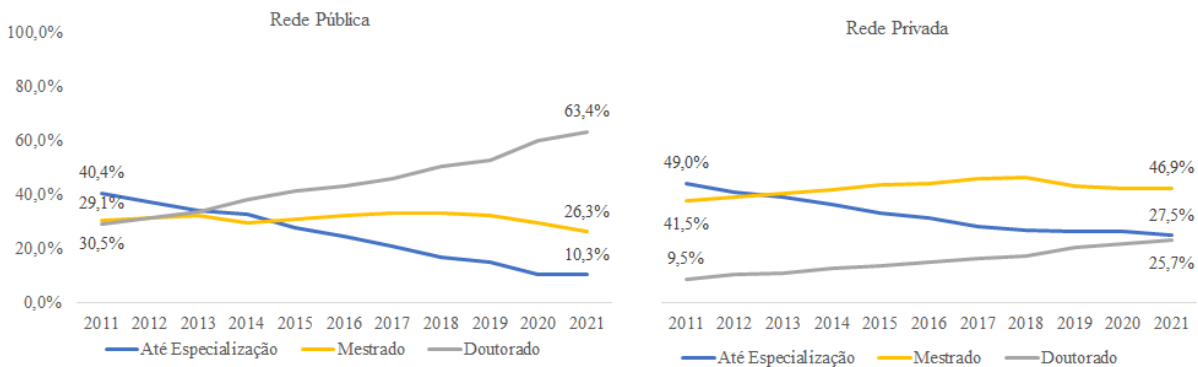
FIGURA 55 - Participação Percentual de Docentes na Educação Superior por Categoria Administrativa, Segundo o Grau de Formação no Centro-Oeste (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 17).

FIGURA 56 - Participação Percentual de Docentes na Educação Superior por Categoria Administrativa, Segundo o Grau de Formação Em Goiás (2011 – 2021)



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021).

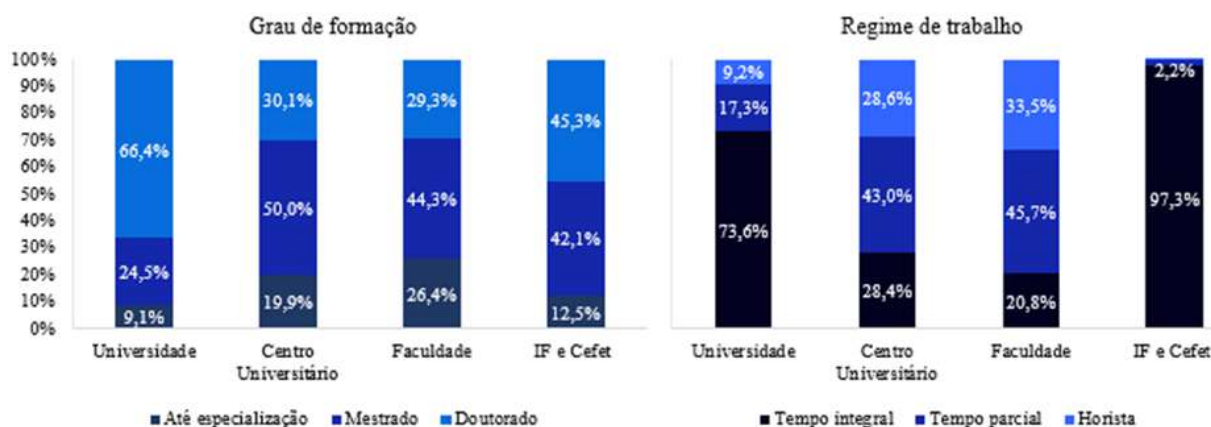
Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabela 17).

Os dados das Figuras 57, 58 e 59 revelam o percentual de docentes na educação superior por grau de formação e regime de trabalho, segundo a organização acadêmica, onde se verifica que em 2021, o grau de formação dos docentes nas universidades brasileiras era, principalmente, o doutorado e, o regime de trabalho era de tempo integral. Observe-se que houve um aumento na participação de docentes com doutorado e uma queda no número de docentes com, no máximo, o grau de especialista, tanto nas redes de ensino superior pública, quanto na privada.

Os dados para o estado de Goiás, explicitado na Figura 59 revelam que, quando se considera a Grau de Formação, verifica-se que nas Universidades e IF's e Cefet's, portanto, IES predominantemente públicas, a proporção de Doutores corresponde a 59,1% e 56,9%, respectivamente, contra 20,2% e 26,0% dos Centro Universitários e Faculdades.

Chama também a atenção, quando se toma como referência o regime de trabalho, que a proporção de docentes em Regime Integral nas IES predominantemente públicas, que chega a 97,1% nos IF's e Cefet's e, 72,2% na Universidades, contra 23,0% nas Faculdades e 28,9%, nas Faculdades.

FIGURA 57 - Docentes na Educação Superior, por Grau de Formação e Regime de Trabalho, Segundo a Organização Acadêmica no Brasil, 2021

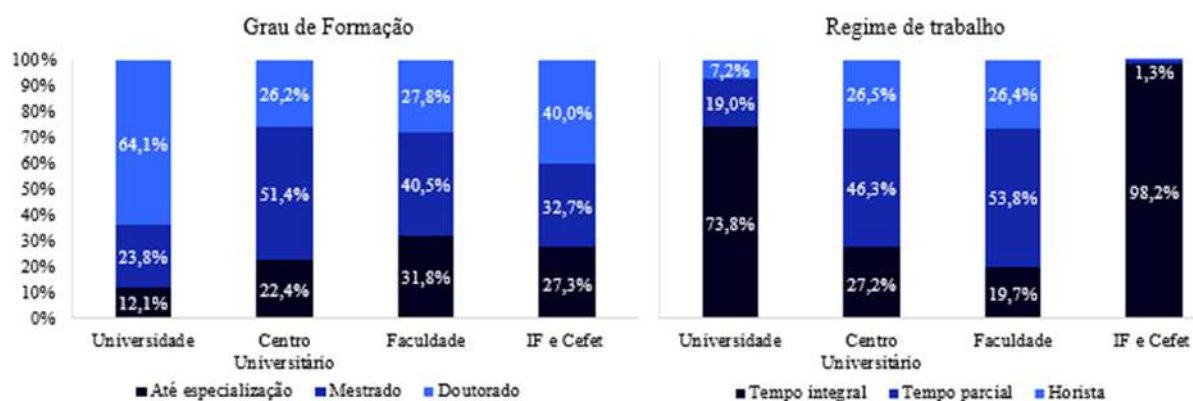


Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021).

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro Federal de Educação tecnológica.

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 16 e 17).

FIGURA 58 - Docentes na Educação Superior, por Grau de Formação e Regime de Trabalho, Segundo a Organização Acadêmica no Centro-Oeste, 2021

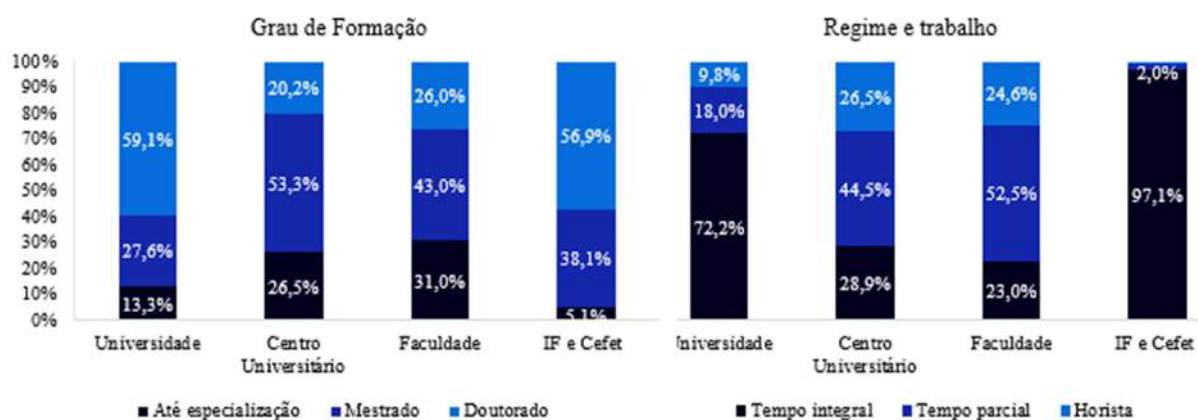


Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021).

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro Federal de Educação tecnológica

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 16 e 17).

FIGURA 59 - Docentes na Educação Superior, por Grau de Formação e Regime de Trabalho, Segundo a Organização Acadêmica Em Goiás – 2021



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021).

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro Federal de Educação tecnológica

Nota: A tabela completa se encontra no anexo 1 (Tabelas 16 e 17).

Os dados e análises apresentados nos permitem avaliar o quadro atual de importantes indicadores da Educação Superior no estado de Goiás, nos contextos regional e nacional.

3. A CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS (PDESGO) 2024 - 2033.

A elaboração deste PDESGO 2024 - 2033 teve como ponto de partida metodológico, primeiramente, levantamentos bibliográficos sobre temas emergentes referentes à Educação Superior, debatidos a nível internacional, especialmente àqueles apresentados no Relatório da Rede Universitária Global para a Inovação (*Global University Network for Innovation/GUNi*) (UNESCO, 2019), bem como bibliografia nacional e normativas e princípios legais de ordem estadual e federal.

Dessas análises resultou a opção por estruturar toda a metodologia de levantamento de informações primárias e secundárias, conseqüentemente este PDESGO 2024 - 2033, considerando-se quatro eixos estruturantes, quais sejam:

1. Gestão Sustentável da Educação Superior;
2. Acesso, Permanência e Êxito;
3. Ensino, Pesquisa e Extensão;
4. Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização.

O segundo ponto de referência utilizado é o modelo teórico denominado de “Quádrupla Hélice da Inovação”, este que corresponde a uma evolução do modelo da Tríplice Hélice da Inovação, proposto por Etzkowitz e Leydesdorff (1995) de modo que, se na Tríplice a análise da inovação recai sobre a articulação entre 3 atores sociais, quais sejam, universidades, empresas e governos, na quádrupla, o ator adicional é a sociedade civil.

A principal motivação para adoção dessa abordagem reside na possibilidade de se contribuir com o desenvolvimento do ecossistema de inovação e empreendedorismo no Estado de Goiás, tendo a Educação Superior como principal instrumento, visto que a interação entre esses quatro atores (universidades, empresas, governos e sociedade civil), segundo os autores, é “a chave para o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados no conhecimento” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 23).

Essa abordagem teórica proporcionou a definição do público-alvo e, posteriormente, dos instrumentos de escuta ativa dos diversos atores envolvidos.

Os itens seguintes detalham os eixos estruturantes e as técnicas de coleta de dados.

3.1. O PDESGO 2024 - 2033 e seus Eixos Estruturantes

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), no seu artigo 43, realça que a Educação Superior tem por finalidade:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII. atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Esta normativa legal pretende, portanto, atribuir às IES a tarefa de “atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica”, estabelecendo que esta obrigação deva ser desempenhada através da “formação e capacitação de profissionais e realização de pesquisas pedagógicas”, bem como pelo “desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares” (LDB, art. 43).

Visto que este PDESGO 2024 - 2033 tem por objetivo principal compreender as demandas da Educação Superior e, assim, criar uma agenda de políticas públicas para o próximo decênio, faz-se necessário considerar a Lei Complementar Nº 26, de 1998, a LDB Estadual, capítulo IV, que se destina à Educação Superior no Estado de Goiás e, no Art. 64 que fundamenta o padrão unitário de qualidade que se traduz nos seguintes requisitos essenciais:

- I. ensino público, gratuito, democrático, e laico, para todos;
- II. autonomia didático-científica, administrativa e de gestão patrimonial;
- III. liberdade de organização da comunidade nos âmbitos acadêmico, administrativo e sindical;
- IV. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- V. carreira única e plano de capacitação.

Assegura-se ainda (Art. 65) que, a Educação Superior realiza-se através do ensino, da pesquisa e da extensão, com o objetivo de:

- I. assegurar o aperfeiçoamento da formação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, para a participação na produção, sistematização e superação do saber;

- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e para colaborar na sua formação contínua;
- III. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, e comunicar o saber através do ensino, de publicação, ou de outras formas de comunicação tem por objetivo:
- IV. o avanço do conhecimento teórico e prático, em seu caráter universal e autônomo;
- V. o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- VI. a prestação de serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. a investigação, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação, e a difusão da cultura, e à compreensão melhor do homem e do meio em que vive, para tornar a sociedade mais democrática, justa e igualitária.
- VIII. fomentar a produção acadêmica, científica e tecnologia com prioridade para temáticas relacionadas às políticas públicas vinculadas às gestões municipais.

Acrescido pela Lei Complementar nº 153, de 15-01-2020. § 3º - A extensão, aberta à participação da população, visa a difundir conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição.

Foi a partir destes princípios legais e considerando os temas emergentes transversais que assolam a Educação Superior, discutidos no item 2.1 deste documento que se definiu os eixos estruturantes deste PDESGO 2024 - 2033, detalhados a seguir.

Quando se trata de *Gestão Sustentável da Educação Superior* a referência recai sobre questões relacionadas à gestão das IES e seu papel socioambiental, o que equivale pensar, na autonomia universitária, tão desejada e lentamente conquistada no decorrer da história das IES brasileiras, que tem seu exercício assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB. A gestão sustentável visa conduzir o crescimento acadêmico em seus variados aspectos, e para tal, deverá estar fortemente alicerçada em três pilares, quais sejam, o planejamento, a execução e a avaliação.

Segundo Franco (2006, p. 216), apud Gama & Santos (2020, p. 461):

Pode-se, pois, considerar que a Gestão Universitária é um fenômeno cultural, produzido pela linguagem, pelos discursos; um fenômeno político, de construção de projetos/ideias, de fazer opções, de decidir quanto a regras de convivência e de credenciamento; portanto, um fenômeno de relações/ações humanas.

Conduzida democraticamente, a gestão sustentável da Educação Superior conta com ações internas por meio da participação de seus conselhos universitários, reitoria/diretoria e pró-reitorias, direções de *campi*, quando existem, bem como de departamentos, coordenações de cursos e seções, sendo todas as instâncias compostas por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. As ações externas estão voltadas às parcerias que podem ser efetivadas entre as IES, os representantes da sociedade como um todo, bem como as esferas governamentais do município, do estado e da federação (GAMA & SANTOS, 2020). Todas

essas ações devem estar espelhadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição.

Assim como o planejamento e as ações que compõem a gestão sustentável da Educação Superior das IES brasileiras, em geral, assim como das goianas, em particular, o terceiro pilar, voltado à avaliação, também acontece interna e externamente. Orientada pelo Sinaes (Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior - lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004), o processo interno é realizado pela CPA (Comissão Permanente de Avaliação) da Instituição, enquanto que externamente a avaliação é conduzida e efetivada por uma equipe definida pelo Inep.

Desse modo, é possível traçar novas políticas educacionais, bem como os próximos passos da IES, junto à sociedade em que atua, de acordo com o nível de qualidade definido pela articulação e cruzamento dos processos de avaliação institucional executados.

Quanto ao papel socioambiental das IES Araújo (2004) realça que a função da Educação Superior nas discussões sobre sustentabilidade deveria ir além do que é apresentado e discutido em sala de aula. Em outras palavras, deveria envolver iniciativas, parcerias e projetos acadêmico-científicos que envolvam a comunidade, contribuindo assim para a busca efetiva de soluções para a população local.

Embora apresente o papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência socioambiental sustentável, a educação *per se* não é capaz de implementar a sustentabilidade sem que se tome medidas concretas (...). Assim, as IES devem colocar em prática aquilo que ensinam, tornando a sua própria gestão interna um modelo de gestão sustentável de sucesso para a comunidade, influenciando com resultados as organizações as quais os seus formandos irão fazer parte, visando a construção de um desenvolvimento social mais sustentável e justo (ARAÚJO, 2004, p. 74).

Posto isso, em síntese, objetiva-se com este eixo: i) compreender os desafios enfrentados pelas IES para o seu crescimento/desenvolvimento; ii) analisar sob a luz dos objetivos de sustentabilidade ações que se espera das IES e do Governo do Estado; iii) repensar mecanismos que possam valorizar as atividades de desenvolvimento pela ciência, contribuindo assim para a valorização do profissional docente; iv) refletir criticamente acerca dos desafios e oportunidades da oferta de cursos de Educação a Distância, mas igualmente na modalidade presencial e híbrida, implementando medidas para a superação da crise educacional decorrente da pandemia da Covid-19.

No que tange ao segundo eixo, faz-se necessário repensar as políticas de *Acesso, Permanência e Êxito* no Ensino Superior.

Ter acesso à Educação Superior no Brasil foi, durante muito tempo, uma oportunidade para poucos. Porém, desde os primeiros anos do século XXI, várias ações de políticas públicas

alteraram a oferta de vagas nas IES de todo o país, oportunizando a presença de estudantes oriundos de classes minoritárias e de baixa renda, que não se encontravam em condições de transitar da educação básica para a educação superior.

Inicialmente, mudanças nos processos seletivos utilizados pelas IES, como o uso reforçado do Enem¹¹ e do Sisu¹², permitiram o preenchimento de inúmeras vagas oferecidas por instituições espalhadas pelas diferentes regiões brasileiras. Porém, não é suficiente promover o ingresso do aluno na universidade; é preciso garantir sua estabilidade nos estudos.

A permanência está diretamente ligada ao conceito de evasão. Conforme acentua Morosini (2012, p.2), a evasão no Ensino Superior pode ser definida como um fenômeno educacional complexo, que ocorre em todos os tipos de instituição de ensino e afeta o sistema educacional como um todo.

Entendida como a perda de alunos nos diversos níveis de ensino, a evasão gera consequências sociais, acadêmicas e econômicas. Desse modo, o acesso à educação superior, mostra-se diretamente relacionado às condições sociais e econômicas do indivíduo. Faz-se necessária, portanto, uma discussão acerca da permanência dos estudantes nesse nível de ensino, considerando que os níveis de evasão são significativos, para que se possa intervir também na disparidade entre cotista e não cotistas, a fim de promover uma real inclusão social desses alunos.

Diante do desafio inicial, muitos foram os programas criados e ofertados, não apenas para sustentar a permanência dos alunos nas universidades, mas para lhes proporcionar uma formação de qualidade e/ou a continuidade dos estudos, consolidando o êxito profissional.

O Programa Universidade para todos (ProUni), instituído pela Medida Provisória nº 213, de 1º de setembro de 2004 e regulamentado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, do governo federal, iniciou a concessão de bolsas no valor entre 50% a 100% a alunos de IES particulares.

Para estimular o diálogo e o trabalho conjunto entre as IES e a sociedade, com seus setores produtivos, foi criado o Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), instituído pelo Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008.

Em 2010, pela Portaria MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que,

¹¹ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é um programa do Governo Federal instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior.

¹² O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) reúne em um sistema eletrônico gerido pelo MEC as vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior de todo o Brasil, sendo a grande maioria delas ofertada por instituições federais (universidades e institutos). O sistema executa a seleção dos estudantes com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Até o limite da oferta das vagas, por curso e modalidade de concorrência, de acordo com as escolhas dos candidatos inscritos, eles são selecionados por ordem de maior classificação, em cada uma das duas edições anuais do Sisu.

segundo Kroth & Barth (2022, p.2), “[...] providenciou fundos orçamentários para viabilizar ações de suporte financeiro aos estudantes e/ou para custear a manutenção de instrumentos de assistência estudantil, como moradias e restaurantes universitários”.

Em 2012, a Lei de Cotas, nº 12.711, em consonância com o Programa de Bolsa Permanência, instituído pela Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, têm permitido o acesso ao ensino superior em instituições federais de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente indígenas e quilombolas, com vistas a minimizar as desigualdades sociais e étnico-raciais.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), instituído pela Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, alterada pela Lei 13.530, de 7 de dezembro de 2017, concede bolsas para alunos de IES particulares, em cursos avaliados positivamente pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Outro importante fator de permanência do aluno no ensino superior diz respeito às mudanças curriculares nas IES, e as devidas adequações de metodologias que respeitem as características do aluno dos dias atuais (KROTH, BARTH, 2022).

Por isto, urge: i) analisar se as IES implementam projetos contínuos voltados à garantia de acesso, permanência e êxito dos alunos; ii) dar uma atenção especial a grupos minoritários (indígenas, refugiados, etc.) e de maior vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo assim para uma efetiva inclusão social; iii) construir uma política que integre o monitoramento do trajeto do aluno na IES e a realização de ações melhores direcionadas, visando aumentar as possibilidades de acesso, permanência e êxito.

Quanto ao terceiro eixo *Ensino, Pesquisa e Extensão*, a Constituição Brasileira, em seu artigo 207, estabelece que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressaltando a importância de integrar os três eixos para o bom funcionamento das atividades das IES, a promoção de educação de qualidade e a formação de profissionais mais sensíveis e mais críticos às demandas sociais locais.

Para tanto, as IES podem trabalhar os três eixos da seguinte maneira: i) pesquisas – ações desenvolvidas com o objetivo de fomentar atividades de pesquisa dentro e fora da universidade/faculdade – Elaboração e publicação de artigos científicos, Iniciação Científica, Monografias, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado; ii) Ensino – atividades voltadas ao ensino-aprendizado dos alunos, com horas destinadas a atividades a serem realizadas dentro e fora de sala de aula (como monitorias e práticas em laboratórios); iii) extensão universitária

– Difusão dos resultados da produção cultural, científica e tecnológica geradas na instituição, por meio de prestação de serviços gratuitos à população.

A indissociabilidade entre os processos de ensino, pesquisa e extensão, que permeiam e sustentam a educação superior das universidades brasileiras, viu sua existência construída, não apenas pelo artigo 207 da Constituição de 1988, mas, também pela LDB, pelo Decreto nº 5773/06 e a Lei nº 9394, de 1996, legislações essas que têm como finalidade garantir a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento e a formação de estudantes universitários em bases sólidas e éticas, em consonância com suas expectativas profissionais, pessoais e sociais. Para tal, é preciso pensar o ensino como a dimensão que dá sentido à universidade, se estiver associada à pesquisa, tida como a responsável pela produção do conhecimento e à extensão, entendida como o elo entre as duas dimensões anteriores por considerar as demandas da sociedade, destinatário final, em busca de respostas às suas necessidades e indagações (MOITA, ANDRADE, 2009).

O quarto e último eixo, *Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização*, está relacionado ao alinhamento da Educação Superior de Goiás com as transformações globais. Isso abrange o avanço da tecnologia, o futuro do capital humano, a demanda por habilidades profissionais específicas, soluções inovadoras em diversas áreas e novas práticas pedagógicas. Para alcançar esse alinhamento, é crucial promover a internacionalização da educação no estado, possibilitando a troca de experiências e boas práticas de ensino, gestão e profissionalização entre as IES goianas e estrangeiras.

Por meio do intercâmbio de experiências, os profissionais da Educação Superior em Goiás têm a oportunidade de entrar em contato com práticas inovadoras de ensino e gestão. Isso os capacita a aplicar localmente novas medidas que proporcionem uma formação técnica robusta e mais competitiva, incentivem o trabalho em rede, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e comportamentais, e estimulem práticas de colaboração multidisciplinar, multicultural e interinstitucional.

Ademais, é importante adotar medidas inovadoras de coordenação para aprimorar a gestão interna das IES. Isso inclui a agilização e facilitação de processos de comunicação entre as áreas administrativas, coordenação, corpo docente e discente. Igualmente envolve o aprimoramento das ferramentas de ensino, facilitando o acesso e tornando o conteúdo mais atrativo.

Esta troca de conhecimento não apenas aprimora o ensino e a gestão das IES, mas também proporciona aos discentes acessos a sistemas educacionais mais avançados. Os

estudantes podem ter contato com o cenário internacional por meio de mobilidade acadêmica, participação em cursos e eventos (virtuais ou presenciais) de instituições estrangeiras ou intercâmbio para a realização de cursos de idiomas. Isso permite a aplicação local do conhecimento adquirido internacionalmente em termos de ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo.

Um exemplo de iniciativa para a internacionalização da educação é o programa Ciência Sem Fronteiras¹³, que tinha como objetivo promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência, tecnologia e inovação por meio de intercâmbio. O programa possibilitava que alunos brasileiros de graduação e pós-graduação realizassem estágios no exterior. Além disso, contemplava pesquisadores estrangeiros que desejavam estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros ou se estabelecer no Brasil.

Os principais objetivos do programa Ciência Sem Fronteiras eram investir na formação de pessoal, desenvolvendo competências e habilidades; aumentar a presença de pesquisadores e estudantes em instituições de excelência no exterior; promover a inserção internacional das instituições brasileiras, abrindo oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; ampliar o conhecimento inovador do pessoal das indústrias tecnológicas; e atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

Investir em programas de intercâmbio estudantil, como o Ciência Sem Fronteiras, é fundamental para promover a formação de estudantes mais preparados e competitivos em um cenário global. Essas iniciativas oferecem oportunidades únicas para os alunos ampliarem suas visões acadêmicas, culturais e profissionais, além de contribuírem para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Dessa forma, demonstra-se o compromisso do governo com a educação de qualidade e a formação de profissionais capacitados.

Além da interação entre as IES, é fundamental estabelecer a integração do meio acadêmico com o setor produtivo, a sociedade civil organizada e os governos municipal, estadual e federal, o que dá sentido ao Modelo da Quádrupla Hélice da Inovação (ETZKOWITZ; ZHOU, 1998; 2002), base teórico-metodológica do presente PDESGO 2024-2033. O diálogo entre as quatro instâncias corrobora para a criação de medidas que tornam o ensino mais adequado às necessidades da ciência, das empresas e da sociedade como um todo.

¹³ O programa foi criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Educação (MEC) e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC, com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Com o objetivo de fomentar a interação entre os pilares da quádrupla hélice para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, o Governo do Estado de Goiás sancionou a Lei Estadual nº 21.615, de 7 de novembro de 2022, que institui o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás. Essa lei estabelece medidas em conformidade com a legislação federal¹⁴, visando ampliar o papel da administração pública estadual no ecossistema de inovação.

O Marco Legal tem como objetivo facilitar a descentralização das atividades científicas e tecnológicas, impulsionar a competitividade empresarial, fortalecer os Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), estimular ações de inovação, apoiar inventores independentes, promover a expansão de ambientes propícios à inovação e centros de pesquisa, atrair novos negócios, proporcionar autonomia tecnológica para o desenvolvimento do sistema produtivo regional e incentivar o surgimento e crescimento de micro e pequenas empresas de base tecnológica.

Essa abordagem busca incentivar a colaboração entre as empresas e as IES, por meio de projetos e pesquisas em conjunto. As empresas têm a possibilidade de financiar as pesquisas realizadas pelas universidades, com o objetivo de obter soluções inovadoras para seus problemas, enquanto as IES podem diversificar suas fontes de receita e validar suas pesquisas acadêmicas no mercado.

Para que as IES possam ofertar serviços especializados, é essencial que ofereçam, igualmente, a capacitação por meio de métodos de ensino expositivo e atividades práticas de empreendedorismo e inovação. Dessa forma, os futuros profissionais são capacitados a desenvolver competências necessárias para aprimorar produtos, serviços, processos e modelos de negócios, contribuindo para a competitividade tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Com o intuito de fomentar o empreendedorismo no espaço acadêmico, as IES têm criado ambientes de inovação, como parques tecnológicos, incubadoras de empresas, laboratórios compartilhados, espaços de *coworking*, salas de treinamento e reuniões, e áreas de descompressão. Além disso, têm investido em equipes capacitadas para gerir e articular os

¹⁴ Legislação federal com vistas a incentivar a inovação no Brasil: Lei 10.973/2004 (Lei da Inovação), alterada pela Lei 13.243/2016; Decreto 9.283/2018 (regulamenta a Lei da Inovação e dispositivos de outras leis); Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações); e Lei Complementar 182/2021 (Marco Legal de Startups).

diversos atores que fazem parte desses ambientes, como pesquisadores, empresários, investidores, alunos e gestores públicos.

Por meio deste conjunto de iniciativas, busca-se elevar o nível da educação em Goiás, mantendo-a atualizada e cada vez mais próxima dos padrões internacionais de qualidade. Dessa forma, pretende-se promover o desenvolvimento econômico e a transformação social em cada região do estado.

Em conclusão, as IES em Goiás buscam ofertar uma formação comprometida com a capacitação de profissionais mais sensíveis e críticos em relação à realidade social, visando à transformação da realidade local. Para alcançar esse objetivo, são desenvolvidas práticas contínuas voltadas para a educação empreendedora, programas e ambientes que promovam a inovação tecnológica, além de ações voltadas para a internacionalização e cooperação internacional.

3.2 Elaboração dos Instrumentos de Pesquisa e Coleta de Dados

Uma vez definidos os eixos estruturantes da pesquisa e elaboração do PDESGO (2024-2033), selecionou-se métodos e técnicas para o levantamento e análise dos dados de natureza quantitativa e qualitativa. A coleta de dados quantitativos, de caráter descritivo, foi composta por duas etapas: coleta de dados secundários e primários. Já a coleta de dados qualitativos também oportunizou o levantamento de dados primários.

A coleta de dados quantitativos secundários teve como objetivo propor um diagnóstico panorâmico das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, da região Centro-Oeste e de Goiás, apresentado no item 2 deste relatório. Essa etapa foi executada com base na organização de microdados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com fonte no Censo da Educação Superior de 2011 a 2021. Os microdados foram compilados para apresentá-los de forma clara e objetiva a fim de subsidiar a SECTI a elaborar o presente documento. Para tanto, foram consideradas as seguintes variáveis: oferta de vagas, número de ingressantes, número de matrículas, número de concluintes e número de docentes atuantes na Educação Superior.

Já a coleta de dados primários buscou compreender o perfil dos coordenadores de curso, docentes e discentes das IES públicas e privadas com sede no estado de Goiás. Para o setor produtivo foram considerados colaboradores de nível estratégico (presidentes e diretores); tático (gerentes) e operacional (supervisores e demais colaboradores), de todos os setores da economia (agropecuária, indústria e serviço). Para possibilitar a coleta de dados foram

elaborados 4 modelos de *surveys* – um para cada grupo de respondentes citados, tendo como base para a elaboração das questões para os 04 eixos ou temas estruturantes, definidos pela equipe executora a saber: Gestão sustentável da Educação Superior; Acesso, permanência e êxito; Ensino, pesquisa e extensão; e Empreendedorismo, inovação e internacionalização.

De forma mais específica, o público-alvo foi ouvido da seguinte forma:

QUADRO 6: Técnicas de Pesquisa e Público-alvo

Atores	Instrumento de Escuta			
	Entrevistas	<i>Survey</i>	Consulta Pública online pelo site da SECTI	Audiências Públicas (10 municípios)
IES	Gestores Docentes Discentes Representantes da Educação Básica	Coordenadores de cursos Docentes Discentes	✓	✓
Setor produtivo	Agentes-chave (representantes de entidades estratégicas)	Colaboradores de nível estratégico (presidentes e diretores); tático (gerentes) e operacional (supervisores e demais colaboradores) de todos os setores da economia (agropecuária, indústria e serviço)	✓	✓
Sociedade Civil	-	-	✓	✓
Governo	-	-	✓	✓

Os *surveys* foram desenvolvidos na plataforma *Google Forms* e divulgados aos sujeitos de interesse da pesquisa por meio do site da SECTI (<https://www.inovacao.go.gov.br/>), de e-mails, redes sociais e via aplicativo de mensagens. A coleta de dados dos *surveys* ocorreu entre 07 de março de 2023 a 20 de abril de 2023 e obteve a participação de 385 respondentes. O *survey* foi composto por uma amostra não probabilística com a participação voluntária dos respondentes.

A coleta de natureza qualitativa priorizou pormenorizar a investigação iniciada com o exame dos dados primários obtidos por meio dos *surveys*. Foram construídos 5 roteiros semiestruturados para a condução das entrevistas com sujeitos participantes da gestão superior das IES (reitores, pró-reitores, diretores entre outros); agentes-chave do setor produtivo (representantes de entidades estratégicas), agentes-chave da educação básica (ensino médio), representantes de docentes e representantes de discentes tendo como referência os mesmos eixos ou temas estruturantes supracitados.

Para a seleção dos entrevistados das IES foi realizada uma reunião, em fevereiro de 2023. Do total de 116 instituições de Ensino Superior existentes em Goiás, onze instituições – com cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, demonstraram interesse em colaborar com o desenvolvimento do projeto. Assim, cada instituição indicou os seus respectivos pontos focais e forneceu o e-mail e/ou contato telefônico dos indicados a participarem das entrevistas. Os representantes do setor produtivo, do ensino médio, os representantes docentes e discentes foram recrutados por meio de contatos feitos diretamente pela SECTI. As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas de forma *on-line* por meio das plataformas *Google Meet* e *Zoom*, entre os dias 20 de março de 2023 e 31 de março de 2023. Foram realizadas dezesseis entrevistas que incluíram 10 representantes de IES, 4 representantes do setor produtivo e 1 representante do ensino médio, 3 representantes docentes e 3 representantes discentes, totalizando 21 entrevistas.

Em relação ao processo de análise de dados vale registrar que os dados quantitativos de natureza secundária (microdados do Inep, acerca do Censo da Educação Superior, entre 2011 e 2021 para Goiás, Centro-Oeste e Brasil) foram analisados de forma descritiva, por meio de gráficos e tabelas, a fim de avaliar o perfil das Instituições de Ensino Superior, dos cursos ofertados, dos docentes e dos discentes. Também se optou pela realização da análise descritiva dos dados primários do *survey* para avaliar o perfil dos coordenadores de curso, docentes, discentes e agentes do setor produtivo local.

A análise dos microdados do Censo da Educação Superior contou ainda com alguns cruzamentos de dados com o objetivo de entender o perfil das IES em relação ao tipo de categoria administrativa e organização acadêmica. Verificou-se a relação dos cursos e vagas oferecidas e o perfil de alunos por tipo de organização acadêmica, por categoria administrativa, por grau acadêmico e por modalidade de ensino, além de verificar o quantitativo de docentes por categoria administrativa, tipo de organização acadêmica, regime de trabalho e grau de formação.

Os dados coletados pelo *Google Forms*, ou seja, os dados primários e os microdados do Inep foram baixados no formato para *Microsoft Excel* e trabalhados estatisticamente no “R 4.2.2”, *software* estatístico de linguagem de programação para a análise de dados. Já as entrevistas, que ofertaram dados primários qualitativos, foram analisadas por meio da transcrição do conteúdo dos vídeos das gravações realizadas. De posse do material transcrito, os principais pontos de cada entrevista foram sumarizados e posteriormente foram utilizados como subsídio para redação do texto organizado com base nos 4 eixos estruturantes deste documento – Gestão sustentável da Educação Superior; Acesso, permanência e êxito; Ensino, pesquisa e extensão; e Empreendedorismo, inovação e internacionalização.

Os levantamentos bibliográficos nacionais e internacionais, bem como a coleta e estruturação dos dados primários e secundários resultaram na primeira versão do PDESGO 2024-2033. A estruturação do relatório levou em consideração os seguintes aspectos:

- Fidelidade ao plano de trabalho proposto;
- Relevância teórica e metodológica;
- Profundidade da discussão dos dados primários e secundários;
- Contribuição do documento para sociedade;
- Atendimento das expectativas da SECTI e das instituições parceiras envolvidas.

Proferida a análise por parte da relatoria do projeto, a equipe multidisciplinar de consultores e os servidores da Gerência de Educação Superior da SECTI realizaram os devidos ajustes em tempo hábil, para encaminhar o documento para as consultas públicas.

A baixa participação social e política é um dos principais desafios das democracias contemporâneas (GOMES, 2005). A fim de preencher esta lacuna, a participação em ambientes digitais vem sendo usada por governos como alternativa aos tradicionais canais de participação. Uma dessas formas é a consulta pública, “um mecanismo de participação social em que governos convidam os cidadãos a opinarem sobre determinados temas da política pública” (SHANE, 2012 *apud* MEIRELES; SILVA; CAMARA, 2018, p. 84). As consultas públicas digitais, por sua vez, são “iniciativas oficiais de agências públicas ou privadas que permitem aos interessados contribuírem com suas opiniões de forma privada ou pública sobre um determinado assunto” (MACINTOSH, 2007 *apud* MEIRELES; SILVA; CAMARA, 2018, p. 84). Estas podem ser abertas ou fechadas e podem assumir diferentes formatos, como: espaço para deliberação, petições *on-line*, plataformas de decisão coletiva e participação via voto (MEIRELES; SILVA; CÂMARA, 2018).

Com base nessas definições e com o objetivo de disponibilizar a versão preliminar do documento de referência a todos os interessados, a SECTI disponibilizou o documento em seu site (www.inovacao.go.gov.br) com uma caixa de comentários para que os interessados pudessem ler e contribuir com a elaboração do Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás (2024-2033).

Após a disponibilização da versão preliminar do documento à sociedade, a etapa seguinte consistiu na apresentação de todo o estudo realizado à sociedade civil, por meio da realização de audiências públicas. A audiência pública é um instrumento de participação popular que busca incluir o cidadão na esfera administrativa e comumente usada na construção de planos diretores. Com o objetivo de garantir maior participação da população goiana, propôs-se a realização de audiências públicas em todas as regiões de planejamento do estado de Goiás.

O levantamento dos municípios foi feito a partir da metodologia adotada pelo Instituto Mauro Borges (IMB), que divide o estado de Goiás em regiões de planejamento. A definição dos municípios, por conseguinte, foi feita, primeiramente, considerando a centralidade de cada município na região e, quanto ao local, definiu-se IES parceiras também de grande representatividade nos municípios. O Quadro 7 apresenta os locais e a data de realização das audiências públicas.

QUADRO 7: Relação de audiências públicas para o Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás (2023-2032)

Região de Planejamento	Município	Local	Data
Região Metropolitana de Goiânia	Goiânia	UFG	02/08/2023
Região do Centro Goiano (Eixo BR-153)	Anápolis	Unievangélica	07/08/2023
Região do Norte Goiano	Uruaçu	IFG	09/08/2023
Região do Noroeste Goiano	Cidade de Goiás	UFG	04/08/2023
Região do Sudoeste Goiano	Rio Verde Jataí	UNIRV UFJ	18/08/2023 16/08/2023
Região do Sul Goiano	Itumbiara	IFG	23/08/2023
Região do Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	Catalão	UFCat	25/08/2023
Região do Entorno do Distrito Federal	Valparaíso	EFG	31/08/2023

Região do Nordeste Goiano	Posse	IFGoiano	29/08/2023
------------------------------	-------	----------	------------

Fonte: SECTI

A realização das audiências públicas teve como principal objetivo testar a validade do estudo desenvolvido, tendo em vista a abrangência geográfica do estado de Goiás (com 246 municípios) e temporal (2024 – 2033) do documento.

4. DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS

Neste capítulo são apresentados os desafios para a Educação Superior em Goiás mapeados por meio da aplicação do *survey* e das entrevistas. Posteriormente, serão acrescentadas as contribuições das audiências públicas.

4.1. Os Desafios para a Educação Superior em Goiás, segundo os resultados do *Survey*

Neste item descrevemos a análise dos dados primários, obtidos por meio de aplicação de *survey* no público-alvo, composto por coordenadores de curso, docentes e discentes das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas com sede no estado de Goiás e, colaboradores de nível estratégico (presidentes e diretores), tático (gerentes) e operacional (supervisores e demais colaboradores), de todos os setores produtivos da economia goiana (agropecuária, indústria e serviço).

O objetivo almejado com a pesquisa foi o de compreender o perfil destes 4 (quatro) grupos e participantes e, para tanto, foram aplicados instrumentos de coleta específicos para cada um deles, tendo-se como referência os 4 (quatro) eixos estruturantes, definidos pela equipe técnica, a saber: 1) Gestão sustentável da Educação Superior; 2) Acesso, permanência e êxito; 3) Ensino, pesquisa e extensão; e 4) Empreendedorismo, inovação e internacionalização.

Os instrumentos da pesquisa foram desenvolvidos na plataforma *Google Forms* e foi composto por uma amostra não probabilística com a participação dos respondentes de forma voluntária. Para obter o maior número de coordenadores dos cursos, docentes, discentes das IES e entidades ligadas ao setor produtivo no Estado de Goiás, o instrumento de coleta de dados foi divulgado na página eletrônica oficial da SECTI, (<https://www.inovacao.go.gov.br/>), em e-mails, redes sociais e aplicativo de mensagens. Divulgou-se, também, em todas as assessorias de imprensa dessas IES no intuito de obter o máximo de participantes possível na pesquisa. A coleta dos dados transcorreu desde o início do mês de março de 2023 até final do mês de abril de 2023 e contou com a participação de 385 respondentes¹⁵.

¹⁵ Os dados coletados por meio do *Google Forms* foram disponibilizados no *Microsoft Excel* e trabalhados no *R 4.2.2*, que é um *software* estatístico de linguagem de programação para a análise de dados. O número de participantes da pesquisa (n=385) seria o suficiente para representar os atores escolhidos no Estado de Goiás caso a amostra fosse selecionada de forma probabilística e aplicado o método empírico para calcular o tamanho da amostra aleatória com nível de confiança de 95% e com margem erro de 5 pp (pontos percentuais) dando um número mínimo de 385 participantes. Fórmula utilizada por Cochran, W. G. (1977): $n = Z^2 \cdot p(1-P) / e^2$, onde:

$z = 1,96$ → Valor do escore Z da distribuição normal padronizada com 95% de nível de confiança;

$p = 0,5$ → proporção estimada da população de interesse quando não há conhecimento sobre o tamanho da população; e $e = 0,05$ Margem de erro.

4.1.1. Perfil dos participantes do estudo

Os dados relativos ao número de participantes de cada um dos segmentos participantes na pesquisa (Tabela 17) revelam que do total de 385 respondentes 243 (63,11%) são discentes, 94 (24,41%), docentes, 25 (6,49%), colaboradores do setor produtivo e 23 (5,97%), Coordenadores de curso.

Quanto ao perfil dos participantes, os coordenadores são majoritariamente homens brancos (56,5%), com idades entre 35 e 59 anos (87,00%), com doutorado ou mestrado (82,6%), e mais de 1/3 com área de conhecimento da escolaridade atual em educação.

Os docentes concentram-se na faixa entre 40 e 59 anos, com equilíbrio entre homens (47,9%) e mulheres (51,1%). Mais de 60,0% se declaram brancos, com doutorado e área do conhecimento da escolaridade atual em Educação.

Os discentes apresentam um perfil jovem, com 79,10% na faixa etária de 18 a 29 anos, com mais de 60,0% de mulheres, com idade entre 18 e 24 anos. Os que se declaram brancos representam 45,7% e os pardos 44,0%, com graduação (58,0%). As áreas de conhecimento da escolaridade atual dos discentes se destacam a Saúde e bem estar e Negócios, administração e direito.

Quanto aos colaboradores do setor produtivo, estes na maioria encontram-se nas faixas etárias de 18 a 24 anos, 30 a 34 anos e 50 a 59 anos. São majoritariamente formados por mulheres brancas com graduação na área do conhecimento da escolaridade atual Negócios, administração e direito (28,0%) e Ciências sociais, comunicação e informação (24,0%).

Os participantes residem em sua maioria na Região Metropolitana de Goiânia, com exceção para os Coordenadores que se concentram no Sudoeste Goiano.

TABELA 17 - Perfil dos Participantes, por Função, 2023

Perfil dos participantes	Segmentos							
	Coordenador		Docente		Discente		Colaborador do Setor Produtivo	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Faixa Etária	23	100,0%	94	100,0%	243	100,0%	25	100,0%
até 17 anos	-	-	-	-	5	2,1%	-	-
18 a 24 anos	-	-	1	1,1%	161	66,3%	6	24,0%
25 a 29 anos	-	-	3	3,2%	31	12,8%	4	16,0%
30 a 34 anos	2	8,7%	8	8,5%	10	4,1%	6	24,0%
35 a 39 anos	8	34,8%	14	14,9%	11	4,5%	1	4,0%
40 a 49 anos	6	26,1%	33	35,1%	15	6,2%	3	12,0%
50 a 59 anos	6	26,1%	24	25,5%	10	4,1%	5	20,0%
60 anos ou mais	1	4,3%	11	11,7%	-	-	-	-
Cor/raça/etnia	23	100,0%	94	100,0%	243	100,0%	25	100,0%

Perfil dos participantes	Segmentos							
	Coordenador		Docente		Discente		Colaborador do Setor Produtivo	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Branco/a	13	56,5%	61	64,9%	111	45,7%	12	48,0%
Pardo/a	7	30,4%	25	26,6%	107	44,0%	8	32,0%
Preto/a	3	13,0%	4	4,3%	20	8,2%	4	16,0%
Amarelo/a	-	-	3	3,2%	5	2,1%	1	4,0%
Latino	-	-	1	1,1%	-	-	-	-
Gênero	23	100,0%	94	100,0%	243	100,0%	25	100,0%
Feminino	10	43,5%	48	51,1%	150	61,7%	17	68,0%
Masculino	13	56,5%	45	47,9%	91	37,4%	8	32,0%
Não binário	-	-	-	-	2	0,8%	-	-
Prefiro não informar	-	-	1	1,1%	-	-	-	-
Região	23	100,0%	94	100,0%	243	100,08%	25	100,0%
Metropolitana de Goiânia	6	26,1%	45	47,9%	134	55,1%	20	80,0%
Sudoeste Goiano	8	34,8%	20	21,3%	58	23,9%	2	8,0%
Centro Goiano (Eixo BR-153)	3	13,0%	13	13,8%	8	3,3%	1	4,0%
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	1	4,3%	4	4,3%	14	5,8%	-	-
Oeste Goiano (Eixo GO-060)	1	4,3%	6	6,4%	9	3,7%	1	4,0%
Sul Goiano	2	8,7%	5	5,3%	6	2,5%	-	-
Nordeste Goiano	-	-	-	-	8	3,3%	-	-
Entorno do Distrito Federal	-	-	-	-	3	1,2%	1	4,0%
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	1	4,3%	1	1,1%	2	0,8%	-	-
Norte Goiano	1	4,3%	-	-	1	0,4%	-	-
Escolaridade atual	23	100,0%	94	100,0%	243	100,0%	25	100,0%
Ensino médio completo	-	-	-	-	87	35,8%	2	8,0%
Graduação	1	4,3%	2	2,1%	141	58,0%	14	56,0%
Especialização	2	8,7%	4	4,3%	10	4,1%	7	28,0%
Mestrado	8	34,8%	28	29,8%	5	2,1%	-	-
Doutorado	11	47,8%	47	50,0%	-	-	2	8,0%
Pós-doutorado	1	4,3%	13	13,8%	-	-	-	-
Área de conhecimento da escolaridade atual	23	100,0%	94	100,0%	243	100,0%	25	100,0%
Educação	8	34,8%	21	22,3%	29	11,9%	4	16,0%
Saúde e Bem-Estar	2	8,7%	12	12,8%	38	15,6%	4	16,0%
Negócios, Administração e Direito	4	17,4%	7	7,4%	35	14,4%	7	28,0%
Agricultura, Silvicultura, Pesca Veterinária	2	8,7%	13	13,8%	30	12,3%	2	8,0%
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	5	21,7%	14	14,9%	22	9,1%	1	4,0%
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	-	-	12	12,8%	22	9,1%	6	24,0%
Engenharia, Produção e Construção	1	4,3%	6	6,4%	24	9,9%	-	-
Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	1	4,3%	2	2,1%	19	7,8%	1	4,0%
Artes e Humanidades	-	-	7	7,4%	15	6,2%	-	-
Serviços	-	-	-	-	6	2,5%	-	-
Programas Básicos	-	-	-	-	3	1,2%	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Com relação às categorias administrativas em que os representantes das IES atuam (Tabela 18), os coordenadores são, em sua maioria, vinculados à Rede Federal de ensino (39,1%), seguidos pelos vinculados à rede particular (17,4%). Entre os docentes, mais de 50,0% são da rede federal e os discentes também são, em sua maioria, da rede federal (51,9%), sendo que mais de 40,0% destes últimos pertencem a rede particular. Em relação aos discentes, 54,8% eram estudantes da rede pública de ensino superior.

TABELA 18 - Distribuição dos Atores Representantes das IES em Goiás, por Categoria Administrativa, 2023

Categoria administrativa	Total	%	Atores representantes das IES					
			Coordenador		Docente		Discente	
			Total	%	Total	%	Total	%
Total	360	100,0%	23	100,0%	94	100,0%	243	100,0%
Federal	183	50,8%	9	39,1%	48	51,1%	126	51,9%
Estadual	24	6,7%	4	17,4%	13	13,8%	7	2,9%
Municipal	3	0,8%	3	13,0%	-	-	-	-
Particular	131	36,4%	5	21,7%	22	23,4%	104	42,8%
Comunitária	19	5,3%	2	8,7%	11	11,7%	6	2,5%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

A distribuição das áreas do curso de atuação, por atores representantes das IES (Tabela 19) mostra que os coordenadores atuam, em sua maioria, nas áreas de Negócios, administração e direito (21,7%) e Ciências Naturais, Matemática e Estatística (11,7%). Os docentes nas áreas da Saúde e bem-estar (17,0%) e Ciências Naturais, matemática e estatística (18,1%) e os discentes estão inseridos na área de Saúde e bem estar (18,5%), Negócios administração e direito (15,2%) e Agricultura silvicultura pesca e veterinária (14,8%).

TABELA 19 - Distribuição dos Atores Representantes das IES Em Goiás por Áreas do Curso de Atuação, 2023

Área do curso de atuação	Total	%	Atores representantes das IES					
			Coordenador		Docente		Discente	
			Total	%	Total	%	Total	%
Total	360	100,0	23	100,0	94	100,0	243	100,0
Saúde e Bem-Estar	63	17,5%	2	8,7%	16	17,0%	45	18,5%
Negócios, Administração e Direito	53	14,7%	5	21,7%	11	11,7%	37	15,2%
Agricultura, Silvicultura, Pesca Veterinária	50	13,9%	2	8,7%	12	12,8%	36	14,8%
Educação	47	13,1%	4	17,4%	13	13,8%	30	12,3%
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	42	11,7%	5	21,7%	17	18,1%	20	8,2%
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	34	9,4%	-	-	9	9,6%	25	10,3%
Engenharia, Produção e Construção	30	8,3%	2	8,7%	7	7,4%	21	8,6%
Artes e Humanidades	21	5,8%	1	4,3%	7	7,4%	13	5,3%
Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	20	5,6%	2	8,7%	2	2,1%	16	6,6%
Programas Básicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Quanto à distribuição das áreas do curso de atuação dos atores das IES, por categoria administrativa (Tabelas 20, 21 e 22), o resultado mostra que 43,5% dos coordenadores atuam na área de Ciências Naturais, matemática e Estatística ou na área de Negócios, Administração e Direito, sendo que estes, em sua maioria trabalham na rede federal de ensino superior.

Os docentes atuam, em sua maioria (35,1%), na área de Ciências Naturais, matemática e Estatística ou na área de Saúde e Bem Estar, sendo mais de 50,0% trabalhadores da rede federal de ensino superior.

Entre os discentes, mais de 1/3 atuam, na área da Saúde e Bem-estar ou na área de Negócios, Administração e Direito, e mais de 50,0% são, alunos da rede federal de ensino.

TABELA 20 - Distribuição das Áreas do Curso de Atuação dos Coordenadores, por Categoria Administrativa das Ies Em Goiás, 2023

Área de conhecimento de atuação dos coordenadores	Total	%	Categoria administrativa das IES				
			intercâmbio de estudantes Federal	Estadual	Municipal	Privada	Comunitária

			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	23	100,0%	9	100,0%	4	100,0%	3	100,0%	5	100,0%	2	100,0%
Ciências Naturais, matemática e Estatística	5	21,7%	3	33,3%	1	25,0%	-	-	-	-	1	50,0%
Negócios, Administração e Direito	5	21,7%	1	11,1%	1	25,0%	-	-	3	60,0%	-	-
Educação	4	17,4%	-	-	1	25,0%	1	33,3%	1	20,0%	1	50,0%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária	2	8,7%	-	-	-	-	1	33,3%	1	20,0%	-	-
Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	2	8,7%	2	22,2%	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenharia, Produção e Construção	2	8,7%	1	11,1%	-	-	1	33,3%	-	-	-	-
Saúde e Bem-Estar	2	8,7%	2	22,2%	-	-	-	-	-	-	-	-
Artes e Humanidades	1	4,3%	-	-	1	25,0%	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Básicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 21 - Distribuição das Áreas do Curso de Atuação dos Docentes, por Categoria Administrativa das IES Em Goiás, 2023

Área de conhecimento de atuação dos docentes	Total	%	Categoria administrativa das IES							
			Federal		Estadual		Privada		Comunitária	
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	94	100,0	48	100,0	13	100,0	22	100,0	11	100,0

Ciências Naturais, matemática e Estatística	17	18,1%	16	33,3%	-	-	-	-	1	9,1%
Saúde e Bem-Estar	16	17,0%	2	4,2%	1	7,7%	11	50,0%	2	18,2%
Educação	13	13,8%	9	18,8%	1	7,7%	1	4,5%	2	18,2%
Agricultura, Silvicultura, Veterinária e Pesca	12	12,8%	11	22,9%	1	7,7%	-	-	-	-
Negócios, Administração e Direito	11	11,7%	2	4,2%	2	15,4%	5	22,7%	2	18,2%
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	9	9,6%	1	2,1%	2	15,4%	4	18,2%	2	18,2%
Artes e Humanidades	7	7,4%	2	4,2%	5	38,5%	-	-	-	-
Engenharia, Produção e Construção	7	7,4%	4	8,3%	1	7,7%	-	-	2	18,2%
Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	2	2,1%	1	2,1%	-	-	1	4,5%	-	-
Programas Básicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 22 - Distribuição das Áreas do Curso de Atuação dos Discentes, por Categoria Administrativa das IES Em Goiás, 2023

Área de conhecimento de atuação dos discentes	Total	%	Categoria administrativa das IES							
			Federal		Estadual		Privada		Comunitária	
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	243	100,0	126	100,0	7	100,0	104	100,0	6	100,0
Saúde e Bem-Estar	45	18,5%	14	11,1%	-	-	30	28,8%	1	16,7%
Negócios, Administração e Direito	37	15,2%	12	9,5%	1	14,3%	22	21,2%	2	33,3%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária	36	14,8%	32	25,4%	1	14,3%	3	2,9%	-	-

Educação	30	12,3%	21	16,7%	1	14,3%	7	6,7%	1	16,7%
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	25	10,3%	9	7,1%	-	-	14	13,5%	2	33,3%
Engenharia, Produção e Construção	21	8,6%	18	14,3%	-	-	3	2,9%	-	-
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	20	8,2%	13	10,3%	1	14,3%	6	5,8%	-	-
Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	16	6,6%	6	4,8%	-	-	10	9,6%	-	-
Artes e Humanidades	13	5,3%	1	0,8%	3	42,9%	9	8,7%	-	-
Programas Básicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Quanto ao tempo de atuação no cargo atual dos atores representantes das IES (Coordenadores e Docentes) (Tabela 23), 56,5% dos coordenadores e 70,2% dos docentes têm 10 anos ou mais no cargo atual. Mais de 1/3 dos atores têm entre 2 e 9 anos de atuação.

TABELA 23 – Tempo de Atuação no Cargo Atual, por Atores Representantes das IES Em Goiás, 2023

Tempo de atuação	Total	%	Atores representantes das IES			
			Coordenador		Docente	
			Total	%	Total	%
Total	117	100,0	23	100,0	94	100,0
Até 1 ano	2	1,7	-	-	2	2,1
Entre 2 e 4 anos	12	10,3	-	-	12	12,8
Entre 5 e 9 anos	24	20,5	10	43,5	14	14,9
10 anos ou mais	79	67,5	13	56,5	66	70,2

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

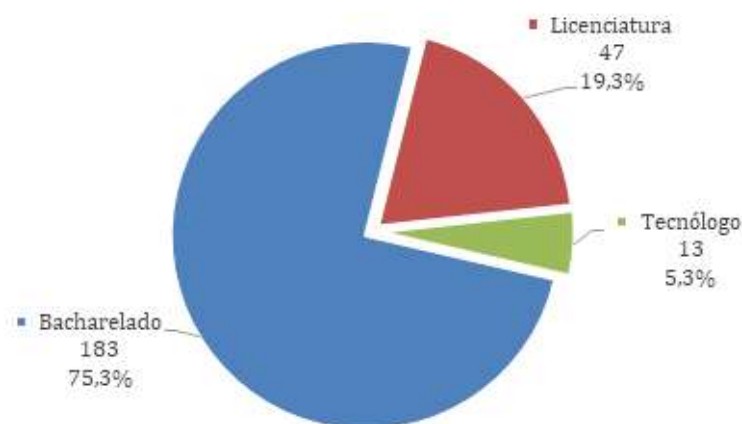
O perfil dos discentes das IES (Figuras 60 e 61, Quadro 8 e Tabela 24) mostra que, segundo a pesquisa, a maioria dos alunos (75,3%) cursa o bacharelado, seguido de licenciatura (19,3%).

A motivação dos alunos para a escolha do curso é, em sua maioria: estudar o que gosta e crescimento pessoal, seguido de: maior chance de empregabilidade, vocação, ampliar a visão de mundo e expectativa financeira.

Os alunos, em sua maioria, acessam a internet pelo celular (79,8%) e de sua residência (72,4%).

Quanto à proficiência em outros idiomas, o inglês e espanhol se destacam como sendo as línguas mais frequentes entre os alunos.

FIGURA 60 – Modalidade de Ensino dos Discentes da Educação Superior em Goiás, 2023



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

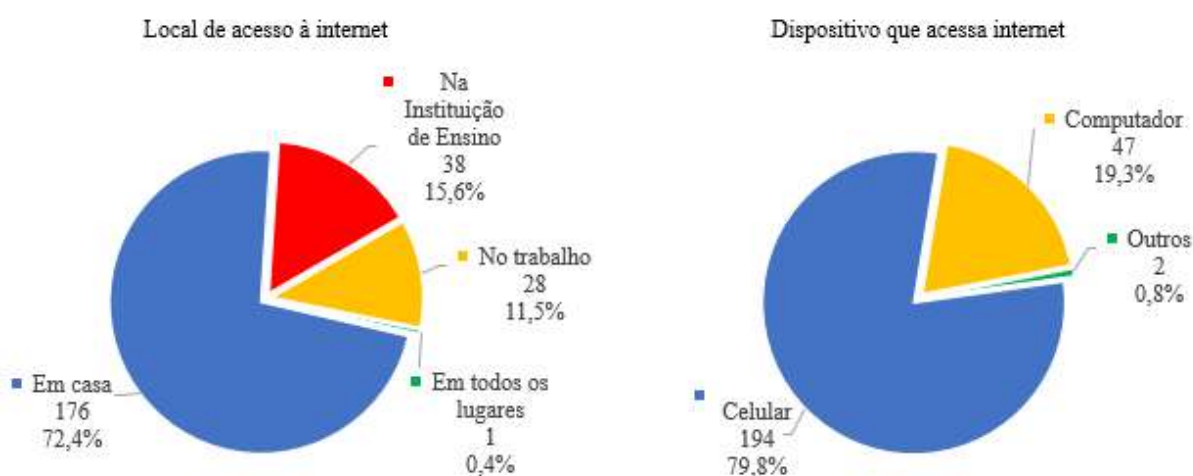
QUADRO 8 – Motivações dos Discentes, por Escolha do Curso de Graduação Em Goiás, 2023

Motivações dos discentes	Total	%	Escolha do curso de graduação			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Estudar o que você gosta	243	100,0%	138	56,8%	105	43,2%
Crescimento pessoal	243	100,0%	125	51,4%	118	48,6%
Maior chance de empregabilidade	243	100,0%	101	41,6%	142	58,4%
Vocação	243	100,0%	94	38,7%	149	61,3%
Ampliar a visão de mundo	243	100,0%	91	37,4%	152	62,6%
Expectativa financeira	243	100,0%	85	35,0%	158	65,0%
Aleatório	243	100,0%	1	0,4%	242	99,6%
Apoio a minha filha que é TEA	243	100,0%	1	0,4%	242	99,6%
Carreira de delegado de polícia	243	100,0%	1	0,4%	242	99,6%
Contribuição com o desenvolvimento da sociedade	243	100,0%	1	0,4%	242	99,6%
Índice de alto crescimento e procura no mercado	243	100,0%	1	0,4%	242	99,6%

Motivações dos discentes	Total	%	Escolha do curso de graduação			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Me preparando para ser um legislador	243	100,0%	1	0,4%	242	99,6%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

FIGURA 61 – Local e Dispositivo Que os Discentes do Ensino Superior Mais Acessam a Internet Em Goiás, 2023



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 24 – Nível de Proficiência dos Discentes Em Outras Línguas Idiomas Além da Portuguesa, por Idioma Em Goiás, 2023

Nível de proficiência em outros idiomas (além da Língua Portuguesa)	Idiomas							
	Inglês		Espanhol		Francês		Outros	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	243	100,0%	243	100,0%	243	100,0%	243	100,0%
Nenhum	74	30,5%	96	39,5%	217	89,3%	237	97,5%
Básico	89	36,6%	117	48,1%	22	9,1%	5	2,1%
Intermediário	56	23,0%	24	9,9%	3	1,2%	1	0,4%

Nível de proficiência em outros idiomas (além da Língua Portuguesa)	Idiomas							
	Inglês		Espanhol		Francês		Outros	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Fluente	24	9,9%	6	2,5%	1	0,4%	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota: Os outros idiomas declarados pelo discentes são: Italiano (n=2); Libras (n=2); Alemão (n=1) e; Esperanto (n=1).

Os colaboradores do setor produtivo em Goiás participantes da pesquisa são, em sua maioria, funcionários ou operários (52,0%) em médias ou grandes empresas do setor de serviços (Tabela 25).

TABELA 25 - Perfil dos Colaboradores do Setor Produtivo Em Goiás, 2023

Perfil do Colaborador do setor produtivo	Total	%
P_01) Qual função/cargo que você ocupa na empresa:	25	100,0%
Estratégico (presidentes e diretores)	5	20,0%
Tático (gerentes)	2	8,0%
Operacional 1 (supervisores)	4	16,0%
Operacional 2 (funcionários e operários)	13	52,0%
Promotor	1	4,0%
P_02) Qual o porte da empresa em que atua?	25	100,0%
Micro empresa	5	20,0%
Pequena empresa	3	12,0%
Média empresa	9	36,0%
Grande empresa	8	32,0%
P_03) Em que setor/es econômico/s sua empresa encontra-se posicionada?	25	100,0%
Serviço	18	72,0%
Indústria	3	12,0%
Agropecuária	3	12,0%
Agropecuária, Serviço	1	4,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Introduzido o perfil dos respondentes, nos itens subsequentes apresentamos os principais aspectos do *survey*, primeiramente tendo-se como referência a categoria de respondente e, em seguida, os eixos estruturantes.

4.1.2. Análise dos resultados do survey por categoria de respondente.

A análise seguinte toma como referência a categoria dos respondentes ao *survey*, notadamente, coordenadores de curso, docentes, discentes e representantes do setor produtivo.

4.1.2.1. Coordenadores de Curso e Docentes

Eixo 1: Gestão sustentável da Educação Superior

A Tabela 26 e o Quadro 9 sintetizam as motivações dos coordenadores e docentes para atuar na função atual que exercem nas IES, respectivamente, sendo que os primeiros responderam como motivações principais para atuar na função atual, poder desempenhar funções específicas nas IES e desenvolver novas ideias/propósitos para o trabalho/ensino. Já os docentes responderam como motivações principais prazer associado ao estudo, desenvolver novas ideias/propósitos para o trabalho/ensino, seguido por desenvolvimento pessoal, desenvolver projetos na IE em colaboração com colegas e progredir na carreira.

TABELA 26 - Motivações dos Coordenadores para Atuar na Sua Função Atual Em Goiás, 2023

Motivações dos coordenadores para atuar na sua função atual	Total	%
Total	23	100,0%
Desempenhar funções específicas na IES	6	26,1%
Desenvolver novas ideias/propósitos para o meu trabalho/ensino	5	21,7%
Progredir na carreira	4	17,4%
Desenvolver projetos na IES em colaboração com colegas	3	13,0%
Devido às novas exigências associadas ao meu trabalho	2	8,7%
Desenvolver as minhas destrezas profissionais	1	4,3%
Prazer associado ao estudo	1	4,3%
Promover o meu desenvolvimento pessoal	1	4,3%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 9 - Motivações para Atuar na Sua Função Atual, por Declaração dos Docentes Que Atuam nas Ies Em Goiás, 2023

Motivações para atuar na sua função atual	Total	%	Declaração dos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Prazer associado ao estudo	94	100,0 %	52	55,3 %	42	44,7 %
Desenvolver novas ideias/propósitos para o meu trabalho/ensino	94	100,0 %	40	42,6 %	54	57,4 %
Promover o meu desenvolvimento pessoal	94	100,0 %	35	37,2 %	59	62,8 %
Desenvolver projetos na IES em colaboração com colegas	94	100,0 %	34	36,2 %	60	63,8 %
Progridir na carreira	94	100,0 %	34	36,2 %	60	63,8 %
Partilhar ideias e experiências com colegas	94	100,0 %	29	30,9 %	65	69,1 %
Aumentar oportunidades profissionais	94	100,0 %	24	25,5 %	70	74,5 %
Vontade de desenvolver as minhas perspectivas pedagógicas	94	100,0 %	23	24,5 %	71	75,5 %
Desenvolver as minhas destrezas profissionais	94	100,0 %	20	21,3 %	74	78,7 %
Desempenhar funções específicas na IES	94	100,0 %	18	19,1 %	76	80,9 %
Construir recursos didáticos com colegas	94	100,0 %	16	17,0 %	78	83,0 %
Devido às novas exigências associadas ao meu trabalho	94	100,0 %	7	7,4 %	87	92,6 %
Aumentar a minha autoestima	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
Contribuir com o desenvolvimento da sociedade goiana e brasileira.	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
Formar outros professores	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
Pesquisa	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
Prazer em lecionar	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %

Promover conhecimento contra hegemônicos para emancipação dos sujeitos	94	100,0 %	1	1,1%	93	98,9 %
Questões financeiras	94	100,0 %	1	1,1%	93	98,9 %
Saída do mercado profissional	94	100,0 %	1	1,1%	93	98,9 %

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Os aspectos relativos à coordenação de curso na educação superior mais frequentes (50,0% ou mais), declarados pelos coordenadores e docentes, conforme a Tabela 27, são: o meu trabalho exige destrezas complexas; ao fazer o meu trabalho tenho informação sobre a minha eficácia ou qualidade; posso terminar uma tarefa que eu próprio(a) comecei; o meu trabalho forma um todo com sentido; os resultados do meu trabalho têm efeitos/repercussões significativos na vida e no desenvolvimento de outras pessoas; tenho uma atitude considerável em termos de tomada de decisão; O meu trabalho deve ter como preocupação o bem do outro.

TABELA 27 - Aspectos Mais Frequentes na Educação Superior, por Função Atual Em Goiás, 2023

Aspectos mais frequentes na educação superior	Função atual nas IES			
	Coordenador *1		Professor *2	
	Total	%	Total	%
O meu trabalho exige destrezas complexas	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	-	-	1	1,1%
Raramente	-	-	2	2,1%
Ocasionalmente	7	30,4%	15	16,0%
Frequentemente	5	21,7%	43	45,7%
Com muita frequência	11	47,8%	33	35,1%
Não tenho oportunidade para tomar iniciativas ou decisões	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	1	4,3%	10	10,6%
Raramente	10	43,5%	43	45,7%
Ocasionalmente	8	34,8%	32	34,0%
Frequentemente	4	17,4%	6	6,4%
Com muita frequência	-	-	3	3,2%
Ao fazer o meu trabalho tenho informação sobre a minha eficácia ou qualidade	23	100,0%	94	100,0 %

Aspectos mais frequentes na educação superior	Função atual nas IES			
	Coordenador *1		Professor *2	
	Total	%	Total	%
Nunca	1	4,3%	2	2,1%
Raramente	5	21,7%	6	6,4%
Ocasionalmente	5	21,7%	23	24,5%
Frequentemente	8	34,8%	46	48,9%
Com muita frequência	4	17,4%	17	18,1%
Posso terminar uma tarefa que eu próprio(a) comecei	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	-	-	-	-
Raramente	-	-	1	1,1%
Ocasionalmente	5	21,7%	2	2,1%
Frequentemente	8	34,8%	38	40,4%
Com muita frequência	10	43,5%	53	56,4%
De uma forma geral, o meu trabalho não tem um sentido ou importância particular/peculiar	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	10	43,5%	57	60,6%
Raramente	6	26,1%	29	30,9%
Ocasionalmente	5	21,7%	5	5,3%
Frequentemente	2	8,7%	3	3,2%
Com muita frequência	-	-	-	-
Fazer o meu trabalho não me dá dados/pistas sobre como me estou a sair	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	6	26,1%	34	36,2%
Raramente	8	34,8%	26	27,7%
Ocasionalmente	6	26,1%	16	17,0%
Frequentemente	3	13,0%	11	11,7%
Com muita frequência	-	-	7	7,4%
O meu trabalho é, em geral, simples e repetitiva	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	7	30,4%	46	48,9%
Raramente	8	34,8%	32	34,0%

Aspectos mais frequentes na educação superior	Função atual nas IES			
	Coordenador *1		Professor *2	
	Total	%	Total	%
Ocasionalmente	7	30,4%	10	10,6%
Frequentemente	-	-	4	4,3%
Com muita frequência	1	4,3%	2	2,1%
O meu trabalho forma um todo com sentido	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	0	0,0%	1	1,1%
Raramente	0	0,0%	1	1,1%
Ocasionalmente	4	17,4%	6	6,4%
Frequentemente	11	47,8%	40	42,6%
Com muita frequência	8	34,8%	46	48,9%
Os resultados do meu trabalho têm efeitos/repercussões significativos na vida e no desenvolvimento de outras pessoas	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	-	-	-	-
Raramente	-	-	-	-
Ocasionalmente	1	4,3%	4	4,3%
Frequentemente	8	34,8%	36	38,3%
Com muita frequência	14	60,9%	54	57,4%
Tenho uma atitude considerável em termos de tomada de decisão	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	-	-	-	-
Raramente	1	4,3%	3	3,2%
Ocasionalmente	7	30,4%	11	11,7%
Frequentemente	8	34,8%	54	57,4%
Com muita frequência	7	30,4%	26	27,7%
O meu trabalho não implica uma responsabilidade ética particular	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	13	56,5%	72	76,6%
Raramente	3	13,0%	12	12,8%
Ocasionalmente	1	4,3%	1	1,1%
Frequentemente	1	4,3%	5	5,3%

Aspectos mais frequentes na educação superior	Função atual nas IES			
	Coordenador *1		Professor *2	
	Total	%	Total	%
Com muita frequência	5	21,7%	4	4,3%
O meu trabalho deve ter como preocupação o bem do outro	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	-	-	-	-
Raramente	-	-	-	-
Ocasionalmente	3	13,0%	2	2,1%
Frequentemente	3	13,0%	24	25,5%
Com muita frequência	17	73,9%	68	72,3%
O meu trabalho não obriga a um modo de ser e estar particular	23	100,0%	94	100,0%
Nunca	5	21,7%	35	37,2%
Raramente	3	13,0%	23	24,5%
Ocasionalmente	8	34,8%	19	20,2%
Frequentemente	3	13,0%	9	9,6%
Com muita frequência	4	17,4%	8	8,5%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota:

*1 – No anexo 2 (Tabela 1), se encontra a tabela com a descrição de outros aspectos relativos à coordenação de curso na Educação Superior que não estão descritos na questão acima.

*2 – No anexo 2 (Tabela 2), se encontra a tabela com a descrição de outros aspectos relativos à docência de curso na Educação Superior que não estão descritos na questão acima.

As assertivas mais importantes no contexto que atuam, declarados pelos coordenadores e docentes (50,0% ou mais de concordância), conforme a Tabela 28: Na minha IES, partilhamos ideias e materiais; As reuniões de colegiado são importantes para o meu trabalho acadêmico; Na minha IES, discutimos sobre atividades científicas extracurriculares; Na minha IES, desenvolvem-se projeto (de natureza interdisciplinar/multidisciplinar) entre professores e alunos; Na minha IES, discutimos as nossas práticas de avaliação; Na minha IES existe um propósito comum no sentido de um desempenho de qualidade pelos colegas; Sou encorajado/a tomar decisões sobre como ensinar.

TABELA 28 – Assertivas Importantes no Contexto Que Atua, por Função Atual nas Ies Em Goiás, 2023

Assertivas importantes no contexto que atua	Função atual nas IES			
	Coordenador *1		Docente *2	
	Total	%	Total	%
Tenho tempo durante o dia para discutir as minhas práticas pedagógicas	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	4	17,4%	9	9,6%
Discordo	5	21,7%	23	24,5%
Não concordo, tampouco discordo	5	21,7%	23	24,5%
Concordo	6	26,1%	30	31,9%
Concordo totalmente	3	13,0%	9	9,6%
Na minha IES os professores planificam em conjunto	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	1	4,3%	15	16,0%
Discordo	6	26,1%	16	17,0%
Não concordo, tampouco discordo	3	13,0%	22	23,4%
Concordo	11	47,8%	32	34,0%
Concordo totalmente	2	8,7%	9	9,6%
Na minha IES, os professores têm tempo e condições para discutir as suas práticas pedagógicas	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	3	13,0%	12	12,8%
Discordo	4	17,4%	20	21,3%
Não concordo, tampouco discordo	4	17,4%	19	20,2%
Concordo	10	43,5%	35	37,2%
Concordo totalmente	2	8,7%	8	8,5%
Na minha IES, partilhamos ideias e materiais	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	1	4,3%	5	5,3%
Discordo	3	13,0%	6	6,4%
Não concordo, tampouco discordo	3	13,0%	22	23,4%
Concordo	14	60,9%	49	52,1%
Concordo totalmente	2	8,7%	12	12,8%

Assertivas importantes no contexto que atua	Função atual nas IES			
	Coordenador *1		Docente *2	
	Total	%	Total	%
Na minha IES, raramente discutimos assuntos profissionais	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	10	43,5%	23	24,5%
Discordo	9	39,1%	40	42,6%
Não concordo, tampouco discordo	2	8,7%	10	10,6%
Concordo	2	8,7%	13	13,8%
Concordo totalmente	0	0,0%	8	8,5%
As reuniões de colegiado são importantes para o meu trabalho acadêmico	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	1	4,3%	6	6,4%
Discordo	2	8,7%	5	5,3%
Não concordo, tampouco discordo	2	8,7%	12	12,8%
Concordo	6	26,1%	38	40,4%
Concordo totalmente	12	52,2%	33	35,1%
Na minha IES, discutimos sobre atividades científicas extracurriculares	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	2	8,7%	7	7,4%
Discordo	1	4,3%	4	4,3%
Não concordo, tampouco discordo	3	13,0%	12	12,8%
Concordo	11	47,8%	52	55,3%
Concordo totalmente	6	26,1%	19	20,2%
Na minha IES, desenvolvem-se projeto (de natureza interdisciplinar/multidisciplinar) entre professores e alunos	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	0	0,0%	2	2,1%
Discordo	1	4,3%	5	5,3%
Não concordo, tampouco discordo	3	13,0%	14	14,9%
Concordo	10	43,5%	46	48,9%
Concordo totalmente	9	39,1%	27	28,7%
Na minha IES, discutimos as nossas práticas de avaliação	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	1	4,3%	7	7,4%

Assertivas importantes no contexto que atua	Função atual nas IES			
	Coordenador *1		Docente *2	
	Total	%	Total	%
Discordo	3	13,0%	20	21,3%
Não concordo, tampouco discordo	1	4,3%	20	21,3%
Concordo	13	56,5%	36	38,3%
Concordo totalmente	5	21,7%	11	11,7%
Na minha IES existe um propósito comum no sentido de um desempenho de qualidade pelos colegas	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	3	13,0%	6	6,4%
Discordo	3	13,0%	17	18,1%
Não concordo, tampouco discordo	2	8,7%	21	22,3%
Concordo	10	43,5%	38	40,4%
Concordo totalmente	5	21,7%	12	12,8%
Sou encorajado/a tomar decisões sobre como ensinar	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	1	4,3%	6	6,4%
Discordo	3	13,0%	15	16,0%
Não concordo, tampouco discordo	7	30,4%	13	13,8%
Concordo	10	43,5%	40	42,6%
Concordo totalmente	2	8,7%	20	21,3%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota:

*1 – No anexo 2 (Tabela 3), se encontra a tabela com a descrição de outras medidas que concordam ou discordam considerando o contexto do curso que o coordenador atua.

*2 – No anexo 2 (Tabela 4), se encontra a tabela com a descrição de outras medidas que concordam ou discordam considerando o contexto do curso que o docente atua.

Itens de aprendizagem e desenvolvimento profissional no local de trabalho declarados pelos coordenadores e docentes (50,0% ou mais de concordância), conforme a Tabela 29: na minha IES, há oportunidades para desenvolver um trabalho acadêmico-criativo; tenho oportunidades para aumentar a minha formação; tenho oportunidade para aprender algo novo; o meu trabalho está frequentemente a mudar e preciso me atualizar constantemente; na minha IES, os professores preocupam-se com a sua formação/desenvolvimento profissional no sentido de dar resposta às mudanças na vida da instituição; a formação contínua deve levar em conta

uma perspectiva de desenvolvimento da instituição; a formação contínua deve responder a necessidades a longo prazo.

TABELA 29 – Itens de Aprendizagem e Desenvolvimento Profissional no Local de Trabalho, por Função Atual Em Goiás, 2023

Itens de aprendizagem e desenvolvimento profissional no local de trabalho	Função atual nas IES			
	Coordenador *1		Professor *2	
	Total	%	Total	%
Na minha IES, há oportunidades para desenvolver um trabalho acadêmico-criativo	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	1	4,3%	4	4,26%
Discordo	1	4,3%	4	4,26%
Não concordo, tampouco concordo	6	26,1%	13	13,83%
Concordo	13	56,5%	56	59,57%
Concordo totalmente	2	8,7%	17	18,09%
Tenho oportunidades para aumentar a minha formação	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	2	8,7%	4	4,26%
Discordo	3	13,0%	7	7,45%
Não concordo, tampouco concordo	3	13,0%	12	12,77%
Concordo	7	30,4%	45	47,87%
Concordo totalmente	8	34,8%	26	27,66%
Tenho oportunidade para aprender algo novo	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	1	4,3%	3	3,19%
Discordo	0	0,0%	6	6,38%
Não concordo, tampouco concordo	5	21,7%	7	7,45%
Concordo	8	34,8%	46	48,94%
Concordo totalmente	9	39,1%	32	34,04%

Itens de aprendizagem e desenvolvimento profissional no local de trabalho	Função atual nas IES			
	Coordenador *1		Professor *2	
	Total	%	Total	%
O meu trabalho está frequentemente a mudar e preciso me atualizar constantemente	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	-	-	2	2,13%
Discordo	1	4,3%	3	3,19%
Não concordo, tampouco discordo	2	8,7%	4	4,26%
Concordo	12	52,2%	50	53,19%
Concordo totalmente	8	34,8%	35	37,23%
Na minha IES, os professores preocupam-se com a sua formação/desenvolvimento profissional no sentido de dar resposta às mudanças na vida da instituição	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	1	4,3%	2	2,13%
Discordo	3	13,0%	6	6,38%
Não concordo, tampouco discordo	5	21,7%	28	29,79%
Concordo	8	34,8%	38	40,43%
Concordo totalmente	6	26,1%	20	21,28%
Não tenho oportunidades para me desenvolver profissionalmente de forma contínua	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	10	43,5%	27	28,72%
Discordo	7	30,4%	36	38,30%
Não concordo, tampouco discordo	2	8,7%	13	13,83%
Concordo	2	8,7%	13	13,83%
Concordo totalmente	2	8,7%	5	5,32%
Na minha IES existe uma política global em termos de desenvolvimento profissional	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	4	17,4%	7	7,45%

Itens de aprendizagem e desenvolvimento profissional no local de trabalho	Função atual nas IES			
	Coordenador *1		Professor *2	
	Total	%	Total	%
Discordo	3	13,0%	12	12,77%
Não concordo, tampouco discordo	5	21,7%	14	14,89%
Concordo	6	26,1%	43	45,74%
Concordo totalmente	5	21,7%	18	19,15%
A formação contínua deve centrar-se no desenvolvimento de destrezas e de atividades centradas na sala de aula	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	-	-	7	7,45%
Discordo	8	34,8%	23	24,47%
Não concordo, tampouco discordo	4	17,4%	18	19,15%
Concordo	7	30,4%	32	34,04%
Concordo totalmente	4	17,4%	14	14,89%
A formação contínua deve levar em conta uma perspectiva de desenvolvimento da instituição	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	1	4,3%	1	1,06%
Discordo	1	4,3%	4	4,26%
Não concordo, tampouco discordo	4	17,4%	10	10,64%
Concordo	11	47,8%	56	59,57%
Concordo totalmente	6	26,1%	23	24,47%
A formação contínua deve responder a necessidades a curto prazo	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	1	4,3%	10	10,64%
Discordo	7	30,4%	18	19,15%

Itens de aprendizagem e desenvolvimento profissional no local de trabalho	Função atual nas IES			
	Coordenador *1		Professor *2	
	Total	%	Total	%
Não concordo, tampouco discordo	7	30,4%	26	27,66%
Concordo	6	26,1%	32	34,04%
Concordo totalmente	2	8,7%	8	8,51%
Sinto-me encorajado/a para participar em atividades de desenvolvimento profissional	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	2	8,7%	6	6,38%
Discordo	2	8,7%	10	10,64%
Não concordo, tampouco discordo	7	30,4%	19	20,21%
Concordo	8	34,8%	44	46,81%
Concordo totalmente	4	17,4%	15	15,96%
A formação contínua deve responder a necessidades a longo prazo	23	100,0%	94	100,0%
Discordo totalmente	1	4,3%	3	3,19%
Discordo	-	-	2	2,13%
Não concordo, tampouco discordo	4	17,4%	17	18,09%
Concordo	9	39,1%	51	54,26%
Concordo totalmente	9	39,1%	21	22,34%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota:

*1 – No anexo 2 (Tabela 5), se encontra a descrição de outras medidas que se relacionam com as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento profissional do coordenador no seu local de trabalho.

*2 – No anexo 2 (Tabela 6), se encontra a descrição de outras medidas que se relacionam com as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento profissional do docente no seu local de trabalho.

Eixo 2 - Acesso, Permanência e Êxito

Em relação à existência de políticas e programas de acompanhamento estudantil ligadas ao tema das ações afirmativas, diversidade, equidade, 82,6% dos coordenadores e 20,2% dos docentes declaram que possuem nas suas IES de atuação.

Projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica: 52,2% dos coordenadores declararam ter esses programas especiais e 36,2% dos docentes declararam ter nas suas IES.

Projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica: 52,2% dos coordenadores declararam ter esses programas especiais e 36,2% dos docentes declararam ter nas suas IES.

Nível de envolvimento com os programas de acesso, permanência e êxito nas IES, conforme a Tabela 30: 73,9% dos coordenadores participam do processo e 8,7% comandam o processo. Entre os docentes 65,9% participam do processo e 1,1% comandam o processo.

TABELA 30 - Políticas e Programas de Acesso, Permanência e Êxito, por Declaração dos Coordenadores e Docentes das IES Em Goiás, 2023

Políticas e programas de acesso, permanência e êxito	Coordenadores		Docentes	
	Tota l	%	Tota l	%
CO_21A) Há programas ou política de acompanhamento estudantil ligadas aos temas das Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade praticada na sua IES? (DO_23A)	23	100,0%	94	100,0%
Sim *1 e *2	19	82,6%	19	20,2%
Não	4	17,4%	75	79,8%
CO_22A) Há projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica? (DO_24A)	23	100,0%	94	100,0%
Sim *3 e *4	12	52,2%	34	36,2%
Não	11	47,8%	60	63,8%
CO_23A) Na IES há uma política estruturada para acessibilidade e mobilidade de estudante com deficiência? (DO_24A)	23	100,0%	94	100,0%
Sim *5 e *6	14	60,9%	35	37,2%
Não	9	39,1%	59	62,8%
CO_25) Qual o seu nível de envolvimento com os programas de acesso, permanência e êxito em sua IES? (DO_27)	23	100,0%	94	100,0%
Não participo do processo	4	17,4%	31	33,0%
Participo ativamente	10	43,5%	13	13,8%

Participo perifericamente	7	30,4%	49	52,1%
Comando o processo	2	8,7%	1	1,1%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota:

*1 – No anexo 2 (Tabela 13), lista os programas ou política de acompanhamento estudantil ligadas aos temas das Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade praticada nas IES que os coordenadores atuam.

*2 – No anexo 2 (Tabela 14), lista os programas ou política de acompanhamento estudantil ligadas aos temas das Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade praticada nas IES que os docentes atuam.

*3 – No anexo 2 (Tabela 15), lista projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica nas IES que os coordenadores atuam.

*4 – No anexo 2 (Tabela 16), lista projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica nas IES que os docentes atuam.

*5 – No anexo 2 (Tabela 17), lista as políticas estruturadas para acessibilidade e mobilidade de estudante com deficiência nas IES que os coordenadores atuam.

*6 – No anexo 2 (Tabela 18), lista as políticas estruturadas para acessibilidade e mobilidade de estudante com deficiência nas IES que os docentes atuam.

As principais dificuldades dos alunos para cursar o ensino superior, segundo declaração dos coordenadores e docentes foram: Se manter financeiramente ao longo do curso e conciliar horários com trabalho remunerado (Quadro 10 e 11).

QUADRO 10 – Dificuldade dos Alunos para Cursar o Ensino Superior, por Declaração dos Coordenadores dos Cursos das IES Em Goiás, 2023

Dificuldade dos alunos para cursar o ensino superior	Total	%	Declaração dos coordenadores dos cursos das IES			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Se manter financeiramente ao longo do curso	23	100,0 %	21	91,3%	2	8,7%
Conciliar horários com trabalho remunerado	23	100,0 %	16	69,6%	7	30,4%
Manter a motivação em função do currículo do curso	23	100,0 %	9	39,1%	14	60,9%
Alto custo de oportunidade de estudar em detrimento de trabalhar	23	100,0 %	7	30,4%	16	69,6%
Falta de garantia de emprego na área/ retorno a longo prazo	23	100,0 %	6	26,1%	17	73,9%
Dificuldades oriundas de uma má formação escolar no ensino básico e médio.	23	100,0 %	1	4,3%	22	95,7%
falta de valorização de profissões que exigem alto grau de qualificação. Falta de valorização das profissões do magistério.	23	100,0 %	1	4,3%	22	95,7%

Dificuldade dos alunos para cursar o ensino superior	Total	%	Declaração dos coordenadores dos cursos das IES			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Transporte escolar.	23	100,0 %	1	4,3%	22	95,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 11 – Dificuldade dos Alunos para Cursar o Ensino Superior, por Declaração dos Docentes das IES Em Goiás, 2023

Dificuldade dos alunos para cursar o ensino superior	Total	%	Declaração dos docentes das IES			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Se manter financeiramente ao longo do curso	94	100,0 %	82	87,2%	12	12,8%
Conciliar horários com trabalho remunerado	94	100,0 %	71	75,5%	23	24,5%
Alto custo de oportunidade de estudar em detrimento de trabalhar	94	100,0 %	40	42,6%	54	57,4%
Manter a motivação em função do currículo do curso	94	100,0 %	36	38,3%	58	61,7%
Falta de garantia de emprego na área/ retorno a longo prazo	94	100,0 %	26	27,7%	68	72,3%
Desconhecimento da IES	94	100,0 %	1	1,1%	93	98,9%
Falta de transporte para a faculdade	94	100,0 %	1	1,1%	93	98,9%
Imaturidade dos discentes e falta de conhecimento prévio (principalmente dificuldade de leitura e compreensão de textos e escrita).	94	100,0 %	1	1,1%	93	98,9%
imaturidade na primeira escolha do curso superior	94	100,0 %	1	1,1%	93	98,9%
Transporte	94	100,0 %	1	1,1%	93	98,9%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 3 - Ensino, Pesquisa e Extensão

Em relação ao incentivo à pesquisa nas IES, conforme a Tabela 31: 69,6% declararam que a unidade dedicada à pesquisa era a Pró-reitoria; 95,7% declararam que a IES possui programa de iniciação científica e que a curricularização da extensão já foi implementada, conforme determina a Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação; Mais de 70% declaram que desenvolvem alguma atividade de ensino e/ou pesquisa ou atividade de extensão e/ou inovação na IES.

TABELA 31 – Formas de Incentivo à Pesquisa nas Ies, por Declaração dos Coordenadores dos Cursos de Graduação Em Goiás, 2023

Formas de incentivo à pesquisa nas IES	Total	%
CO_08) Que tipo de unidade dedicada à pesquisa existe na IES?	23	100,0%
Pró-reitoria	16	69,6%
Núcleo de Coordenação	3	13,0%
Laboratórios Experimentais	2	8,7%
Núcleo de pesquisa	1	4,3%
Não há	1	4,3%
CO_09) A IES possui programa de iniciação científica?	23	100,0%
Sim	22	95,7%
Não	1	4,3%
CO_10) A curricularização da extensão já foi implantada nas IES, conforme determina a Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação?	23	100,0%
Sim	22	95,7%
Não	1	4,3%
CO_11A) Você desenvolve alguma atividade de ensino e/ou pesquisa sua Instituição? *1	23	100,0%
Sim *1	18	78,3%
Não	5	21,7%
CO_12A) Você desenvolve alguma atividade de extensão e/ou de inovação na sua Instituição?	23	100,0%
Sim *2	19	82,6%
Não	4	17,4%

CO_13) Como você constrói as atividades ou programas de ensino, pesquisa e extensão na sua Instituição?	23	100,0 %
A partir das demandas da sociedade	10	43,5%
A partir dos seus interesses de pesquisa	5	21,7%
Definido pela IES no PDI	5	21,7%
A partir dos interesses dos seus alunos	2	8,7%
A partir de interesses de pesquisa e demandas da sociedade.	1	4,3%
CO_14) Como a comunidade acadêmica avalia as atividades ou programas de ensino, pesquisa e extensão na sua Instituição?	23	100,0 %
Sem importância	1	4,3%
Razoavelmente importante	4	17,4%
Importante	12	52,2%
Muito importante	6	26,1%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota:

*1 – No anexo 2 (Tabela 7), se encontra o nome do(s) projeto (s) e/ou programa(s) de ensino e/ou pesquisa que os coordenadores desenvolvem nas IES que atuam.

*2 – No anexo 2 (Tabela 8), se encontra a tabela com o nome do(s) projeto (s) e/ou programa(s) de extensão e/ou de inovação que os coordenadores desenvolvem nos cursos que atuam nas IES.

As práticas pedagógicas mais utilizadas pelos professores, segundo os coordenadores dos cursos, são: Aula expositiva, aulas práticas, seminários e/ou estágio supervisionado (Quadro 12).

Em relação às formas de incorporação ou ampliação das atividades de extensão nos cursos que atuam, mais de 65,0% dos coordenadores declaram como práticas possíveis a ampliação do número de projetos institucionais de extensão e aproximação com as demandas de comunidades locais (Quadro 13).

QUADRO 12 – Práticas Pedagógicas Mais Utilizadas Pelos Professores nas IES, por Declaração dos Coordenadores nos Cursos Que Atuam Em Goiás, 2023

Práticas pedagógicas mais utilizadas pelos professores nas IES	Total	%	Declaração dos coordenadores nos cursos que atuam			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Nenhuma	23	100,0 %	4	17,4%	19	82,6%

Aula expositiva	23	100,0 %	18	78,3%	5	21,7%
Aulas práticas	23	100,0 %	17	73,9%	6	26,1%
Seminários	23	100,0 %	16	69,6%	7	30,4%
Estágio supervisionado	23	100,0 %	14	60,9%	9	39,1%
Visitas externas	23	100,0 %	10	43,5%	13	56,5%
Atividades de extensão	23	100,0 %	1	4,3%	22	95,7%
Atividades integradoras	23	100,0 %	1	4,3%	22	95,7%
Desenvolvimento de produtos educacionais	23	100,0 %	1	4,3%	22	95,7%
Práticas como componentes curriculares	23	100,0 %	1	4,3%	22	95,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 13 – Formas de Ampliação das Atividades de Extensão nas IES, por Declaração dos Coordenadores nos Cursos Que Atuam Em Goiás, 2023

Formas de ampliação das atividades de extensão nas IES	Total	%	Declaração dos coordenadores nos cursos que atuam			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Ampliação do número de projetos institucionais de extensão	23	100,0%	15	65,2 %	8	34,8 %
Aproximação com as demandas de comunidades locais	23	100,0%	16	69,6 %	7	30,4 %
Aumentar o número de bolsas de extensão para alunos. Valorizar mais o professor com carga horária maior para a extensão. Fornecer fomentos para as atividades de extensão.	23	100,0%	1	4,3%	22	95,7 %
Aumentar o número de docentes	23	100,0%	1	4,3%	22	95,7 %

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

A Tabela 32 apresenta a atuação dos docentes nas atividades de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão nas IES que atuam. 77,7% dos docentes declaram que desenvolvem alguma

atividade de ensino e/ou pesquisa na sua instituição, enquanto que 52,1%, que desenvolvem atividades de extensão e/ou inovação. Em sua maioria essas atividades são desenvolvidas a partir de demandas da sociedade ou dos seus interesses de pesquisa.

TABELA 32 – Participação dos Docentes nas Atividades de Incentivo Ao Ensino, Pesquisa e Extensão nas IES que Atuam Em Goiás, 2023

Atividades de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão nas IES	Total	%
DO_08A) Você desenvolve alguma atividade de ensino e/ou pesquisa sua Instituição?	94	100,0%
Sim *1	73	77,7%
Não	21	22,3%
DO_09A) Você desenvolve alguma atividade de extensão e/ou de inovação na sua Instituição?	94	100,0%
Sim *2	49	52,1%
Não	45	47,9%
DO_10) Como você constrói as atividades ou programas de ensino, pesquisa e extensão na sua Instituição?	94	100,0%
Não desenvolvo	3	3,2%
A partir das demandas da sociedade	32	34,0%
A partir dos seus interesses de pesquisa	25	26,6%
Previsto no PDI da IES	16	17,0%
A partir dos interesses dos seus alunos	15	16,0%
A partir dos meus interesses e dos alunos	1	1,1%
Interesses da comunidade acadêmica de forma geral	1	1,1%
Tendência de pesquisa nacional	1	1,1%
DO_11) Como a comunidade acadêmica avalia as atividades ou programas de ensino, pesquisa e extensão na sua Instituição?	94	100,0%
Sem importância	1	1,1%
Pouco importante	7	7,4%
Razoavelmente importante	15	16,0%
Importante	34	36,2%
Muito importante	37	39,4%

DO_17A) Você considera que a sua IES estimula a adoção de novas metodologias de ensino?	94	100,0%
Sim *3	62	66,0%
Não	32	34,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota:

*1 – No anexo 2 (Tabela 9), se encontra a lista das atividades de ensino e/ou pesquisa realizadas pelos docentes nas IES.

*2 – No anexo 2 (Tabela 10), se encontra a lista das atividades de extensão e/ou de inovação realizadas pelos docentes nas IES.

*3 – No anexo 2 (Tabela 11), se encontra a lista das formas de estimular os docentes a fazerem uso das metodologias ativas ensino nas IES

Os quadros 14, 15, 16, 17 e 18 apresentam questões relacionadas à valorização, desafios pedagógicos, atividades de extensão, metodologias de ensino adotadas em sala de aula e uso de metodologias para estimular o discente na construção do conhecimento, declarados pelos docentes das IES.

Mais de 70,0% dos docentes declaram como medidas para aumentar a valorização dos docentes a melhoria no plano de carreira e aumento salarial (Quadro 14).

Os principais desafios pedagógicos (60,0% ou mais) enfrentados pelos docentes em sala de aula foram: Engajamento e participação dos alunos e desenvolver habilidades de escrita e compreensão de texto dos alunos (Quadro 15).

Com relação às atividades de extensão dos docentes nas disciplinas que lecionam, quase 80,0% declaram como alternativa possível para a ampliação das atividades a aproximação com as demandas de comunidades locais (Quadro 16).

As principais metodologias de ensino adotadas em sala de aula, declaradas pelos docentes, foram: Aulas expositivas (93,6%), aulas práticas (71,3%) e seminários (66,0%) (Quadro 17).

85,1% dos docentes utilizam metodologias ativas para estimular o discente na construção do conhecimento. As principais metodologias adotadas são: Elaboração de projetos (62,8%), sala de aula invertida (52,1%), desafios (45,7%) e pesquisa de campo (45,7%) (Quadro 18).

QUADRO 14 – Medidas para Aumentar a Valorização dos Professores das IES, por Opinião Declarada Pelos Docentes Em Goiás, 2023

Medidas para aumentar a valorização dos professores das IES	Total	%	Opinião declarada pelos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Melhoria no plano de carreira	94	100,0 %	69	73,4 %	25	26,6 %
Aumento salarial	94	100,0 %	66	70,2 %	28	29,8 %
Ampliação das bolsas de formação continuada	94	100,0 %	44	46,8 %	50	53,2 %
Ampliação das bolsas de pesquisa	94	100,0 %	41	43,6 %	53	56,4 %
Redução de carga horária administrativa	94	100,0 %	35	37,2 %	59	62,8 %
Aumento de pessoal técnico administrativo.	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
Melhores condições de infraestrutura para a execução das atividades.	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
Não tratar os docentes como responsáveis pelos problemas oriundos das políticas públicas adotadas para reduzir investimentos e transformar o ensino superior em mera máquina de mercadorias	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
Política nacional de valorização do professor junto à comunidade em que está inserido	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 15 – Principais Desafios Pedagógicos dos Docentes, por Uso das Prática Em Sala de Aula das IES Em Goiás, 2023

Principais desafios pedagógicos dos docentes	Total	%	práticas usadas em sala de aula			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Estimular o engajamento e participação dos alunos	94	100,0%	72	76,6%	22	23,4%
Desenvolver habilidades de escrita e compreensão de texto dos alunos	94	100,0%	60	63,8%	34	36,2%
Processo de avaliação dos discentes	94	100,0%	31	33,0%	63	67,0%

Incorporar tecnologias de ensino remoto em cursos presenciais (ensino híbrido)	94	100,0%	27	28,7%	67	71,3%
Burocratização dos sistemas de controle da aprendizagem e desenvolvimento de conteúdo	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Incorporar habilidades para incentivar a prática de leitura dos alunos.	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Relações de aprendizagem que não desencadeiam adoecimentos emocionais.	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 16 – Formas de Incorporar ou Ampliar as Atividades de Extensão dos Docentes, por Prática nas Disciplinas Que Lecionam nas IES Em Goiás, 2023

Formas de incorporar ou ampliar as atividades de extensão dos docentes	Total	%	Prática nas disciplinas			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Aproximação com as demandas de comunidades locais	94	100,0%	75	79,8%	19	20,2%
Ampliação do número de projetos institucionais de extensão	94	100,0%	36	38,3%	58	61,7%
Criar ou fortalecer empresas juniores	94	100,0%	24	25,5%	70	74,5%
Adequando os projetos e a necessidade da prática extensionista ao perfil das/os estudantes (trabalhadoras/res) à realidade de cursos noturnos.	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Atividades de extensão tem seu espaço próprio e não devem ser tratadas como disciplinas ou inseridas nelas.	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Fortalecer as incubadoras de empresas com participação dos alunos	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Valorização da extensão com bolsa extensionistas para docente e discentes.	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

**QUADRO 17 – Principais Metodologias de Ensino Adotadas Em Sala de Aula, por
Declaração de Uso dos Docentes nas IES Em Goiás, 2023**

Principais metodologias de ensino adotadas em sala de aula	Tot al	%	Declaração de uso dos docentes			
			Sim		Não	
			Tot al	%	Tot al	%
Aula expositiva	94	100,0%	88	93,6 %	6	6,4%
Aulas práticas	94	100,0%	67	71,3 %	27	28,7 %
Seminários	94	100,0%	62	66,0 %	32	34,0 %
Visitas externas	94	100,0%	35	37,2 %	59	62,8 %
Estágio supervisionado	94	100,0%	19	20,2 %	75	79,8 %
Sala de aula invertida	94	100,0%	2	2,1%	92	97,9 %
Atividades coletivas e autoconduzidas	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9 %
Atividades de extensão	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9 %
Aula de Investigação	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9 %
Debates em grupo/turma	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9 %
<i>Design Thinking</i>	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9 %
Dinâmicas em grupo	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9 %
Estudo de caso	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9 %

Principais metodologias de ensino adotadas em sala de aula	Total	%	Declaração de uso dos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Estudo Dirigido	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Estudos e escrita	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Filmes	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Mapa mental	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
PBL	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Projetos	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Resolução de problemas	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Vídeos	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Vivências práticas com os acadêmicos	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 18 – Principais Metodologias Ativas Que Estimulam a Participação dos Discente na Construção do Conhecimento, por Declaração de Uso dos Docentes dos Cursos nas IES Em Goiás, 2023

Principais metodologias ativas que estimulam a participação dos discente na construção do conhecimento	Total	%	Declaração de uso dos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Não adota	94	100,0%	14	14,9%	80	85,1%

Principais metodologias ativas que estimulam a participação dos discente na construção do conhecimento	Total	%	Declaração de uso dos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Elaboração de projetos	94	100,0 %	59	62,8 %	35	37,2 %
Sala de aula invertida	94	100,0 %	49	52,1 %	45	47,9 %
Desafios	94	100,0 %	43	45,7 %	51	54,3 %
Pesquisas de campo	94	100,0 %	43	45,7 %	51	54,3 %
Gamificação	94	100,0 %	21	22,3 %	73	77,7 %
<i>Design thinking</i>	94	100,0 %	12	12,8 %	82	87,2 %
Prototipação	94	100,0 %	10	10,6 %	84	89,4 %
Debates com entre pontos de vistas opostos para defesa de argumentos técnicos.	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
Dramatização de uma ação ou atividade empresarial	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
GVGO; brainstorming; podcast; problematização.	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
Leitura de artigos acadêmicos.	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
PBL	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
Rotação por estações	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %
<i>Storytelling</i>	94	100,0 %	1	1,1 %	93	98,9 %

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

As principais práticas de inovação (50,0% ou mais de resposta) adotadas pelos coordenadores nos cursos que atuam são: Abordar práticas de inclusão escolar, permitir que os alunos tenham voz e participação nos processos pedagógicos e Capacitação e formação continuada de docentes para o uso de ferramentas tecnológicas (Quadro 19).

Os docentes declaram como principais práticas de inovação adotadas a Capacitação e formação continuada de docentes para o uso de ferramentas tecnológicas (54,3%) e a prática de inclusão escolar (43,6%) (Quadro 20).

QUADRO 19 – Práticas de Inovação Adotadas nos Cursos, por Declaração dos Coordenadores das IES Em Goiás, 2023

Práticas para inovação são adotadas no curso	Total	%	Declaração dos coordenadores			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Nenhuma	23	100,0%	4	17,4%	19	82,6%
Abordar práticas de inclusão escolar	23	100,0%	13	56,5%	10	43,5%
Permitir que os alunos tenham voz e participação nos processos pedagógicos	23	100,0%	13	56,5%	10	43,5%
Capacitação e formação continuada de docentes para o uso de ferramentas tecnológicas	23	100,0%	12	52,2%	11	47,8%
Estimular o desenvolvimento de competências socioemocionais	23	100,0%	8	34,8%	15	65,2%
Promover a gamificação dos conteúdos	23	100,0%	6	26,1%	17	73,9%
Uso de ferramentas de planejamento estratégico e gestão	23	100,0%	6	26,1%	17	73,9%
Liberar tempo dos professores com tarefas administrativas	23	100,0%	4	17,4%	19	82,6%
Utilizar técnicas de <i>design thinking</i>	23	100,0%	2	8,7%	21	91,3%
Potencializar o aprendizado através da abordagem STEAM	23	100,0%	1	4,3%	22	95,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 20 – Práticas de Inovação Adotadas nos Cursos, por Declaração dos Docentes das IES Em Goiás, 2023

Práticas para inovação são adotadas no curso	Total	%	Declaração dos docentes			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Nenhuma	94	100,0%	10	10,6%	84	89,4%
Capacitação e formação continuada de docentes para o uso de ferramentas tecnológicas	94	100,0%	51	54,3%	43	45,7%
Práticas de inclusão escolar	94	100,0%	41	43,6%	53	56,4%
Participação dos alunos no processo pedagógico	94	100,0%	32	34,0%	62	66,0%
Estímulo ao desenvolvimento de competências socioemocionais	94	100,0%	29	30,9%	65	69,1%
Uso de ferramentas de planejamento estratégico e gestão	94	100,0%	19	20,2%	75	79,8%
Promoção da gamificação de conteúdos	94	100,0%	17	18,1%	77	81,9%
Uso de técnicas de design thinking	94	100,0%	10	10,6%	84	89,4%
Liberação do tempo dos professores com tarefas administrativas	94	100,0%	8	8,5%	86	91,5%
Potencialização do aprendizado através da abordagem STEAM	94	100,0%	4	4,3%	90	95,7%
Há incentivo para capacitações, contudo sem um direcionamento específico conforme indicado nos itens desta questão.	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%
Monitorias	94	100,0%	1	1,1%	93	98,9%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

A tabela 33 mostra que 82,6% dos coordenadores e 77,7% dos docentes declaram não ter registro de patentes ou outros registros relacionados à inovação gerados pelo curso que atuam.

TABELA 33 – Número de Patentes ou Outros Registros Relacionados à Inovação, por Declaração dos Coordenadores e Docentes Em Relação Aos Cursos Que Atuam nas IES Em Goiás, 2023

Nº de patentes ou outros registros relacionados à inovação	Coordenadores		Docentes	
	Total	%	Total	%
Total	23	100,00%	94	100,0%

Não há registro de patentes	19	82,6%	73	77,7%
De 1 a 5 registros	3	13,0%	16	17,0%
De 6 a 10 registros	-	-	1	1,1%
11 registros ou mais	1	4,3%	4	4,3%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Segundo os dados da Tabela 34, mais de 50,0% dos coordenadores tratam do tema internacionalização nos cursos que atuam, sendo que 30,4% utilizam com frequência ou com muita frequência. Entre os docentes, 56,4% declaram tratar do tema internacionalização, sendo 21,3% com ou com muita frequência.

Observa-se pela Tabela 35 que mais de 90,0% dos coordenadores e docentes consideram importante o empreendedorismo, a inovação e a internacionalização para a formação profissional.

TABELA 34 – Frequência do Uso do Tema Internacionalização, por Declaração dos Coordenadores e Docentes Em Relação Aos Cursos Que Atuam nas IES Em Goiás, 2023

Frequência do uso do tema internacionalização na IES	Coordenadores		Docentes	
	Total	%	Total	%
Total	23	100,00%	94	100,0%
Nunca	5	21,7%	11	11,7%
Raramente	6	26,1%	30	31,9%
Ocasionalmente	5	21,7%	33	35,1%
Frequentemente	4	17,4%	15	16,0%
Com muita frequência	3	13,0%	5	5,3%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 35 – Importância do Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização para a Formação Profissional dos Alunos, por Declaração dos Coordenadores e Docentes das IES Em Goiás, 2023

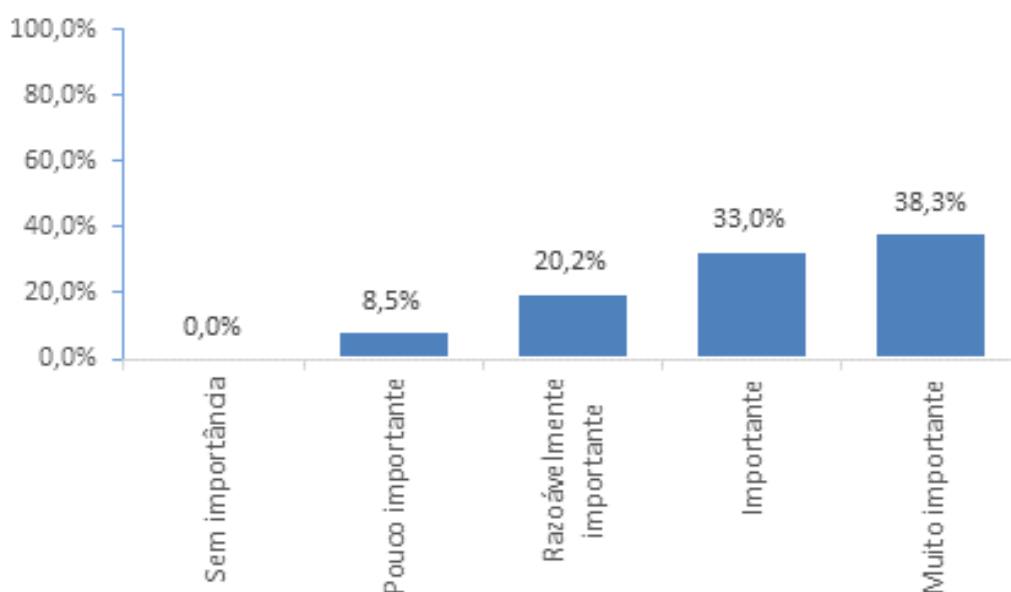
Importância do empreendedorismo, inovação e internacionalização para a formação profissional dos seus alunos	Coordenadores		Docentes	
	Total	%	Total	%

Total	23	100,00 %	94	100,0 %
Sem importância	-	-	3	3,2%
Pouco importante	1	4,3%	3	3,2%
Razoavelmente importante	5	21,7%	11	11,7%
Importante	10	43,5%	27	28,7%
Muito importante	7	30,4%	50	53,2%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Para 71,3% dos docentes o tema internacionalização é importante ou muito importante para a formação dos alunos do curso que atuam (Figura 62).

FIGURA 62 – Tema Internacionalização para Formação dos Alunos/as de Seu Curso, por Declaração dos Docentes das IES Em Goiás, 2023



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota: No anexo 2 (Tabela 12), se encontra os dados completos da Figura

4.1.2.2. Discentes

Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

Verifica-se pela Tabela 36 que, dos 243 discentes que responderam à pesquisa, 133 (54,7%), cursam ensino superior em instituições públicas, 104 (42,8%), em instituições particulares e 6 (2,4%), em instituições comunitárias. 40,0% dos discentes de instituições particulares custeiam seu ensino com recursos próprios, 23,1%, pelo programa PROBEM

(OVG) e, 21,2% pelo PROUNI; e os demais pelo FIES, Vestibular social, Bolsa da faculdade, CAPES.

Já a Tabela 37, explicita que entre os discentes entrevistados, 25,9% já iniciaram algum curso superior e desistiu, sendo que, destes, 13,2% foi por questões financeiras e, 11,9% por falta de afinidade.

TABELA 36 – Tipo de Financiamento Que os Discentes Utilizam para Custear os Estudos, por Categoria Administrativa das IES Em Goiás, 2023

Tipo de financiamento	Total	%	Categoria administrativa					
			Pública		Particular		Comunitária	
			Total	%	Total	%	Total	%
Total	243	100,0%	133	100,0%	104	100,0%	6	100,0%
Estudo em instituição pública	131	53,9%	130	97,7%	-	-	1	16,7%
Integralmente com recursos próprios	42	17,3%	-	-	42	40,4%	-	-
PROBEM (OVG)	26	10,7%	1	0,8%	24	23,1%	1	16,7%
PROUNI	24	9,9%	-	-	22	21,2%	2	33,3%
FIES	6	2,5%	-	-	5	4,8%	1	16,7%
Vestibular Social	5	2,1%	-	-	4	3,8%	1	16,7%
Bolsa da Faculdade	4	1,6%	-	-	4	3,8%	-	-
CAPES	2	0,8%	-	-	2	1,9%	-	-
Bolsa Social, ProBem e Fies	1	0,4%	-	-	1	1,0%	-	-
FAPEG	1	0,4%	1	0,8%	-	-	-	-
Financiamento de governos municipais	1	0,4%	1	0,8%	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 37 – Discentes Que Já Iniciaram Algum Curso Superior e Desistiu Em Goiás, 2023

Discentes que já iniciaram algum curso superior e desistiu DI_10) Você já iniciou algum curso superior e desistiu?	Total	%
Total	243	100,0%
Não	180	74,1%
Sim. Desisti do curso por questões financeiras	32	13,2%
Sim. Desisti do curso por falta da afinidade	29	11,9%
Sim. Ausência de tempo	1	0,4%
Sim. Ausência de turma	1	0,4%

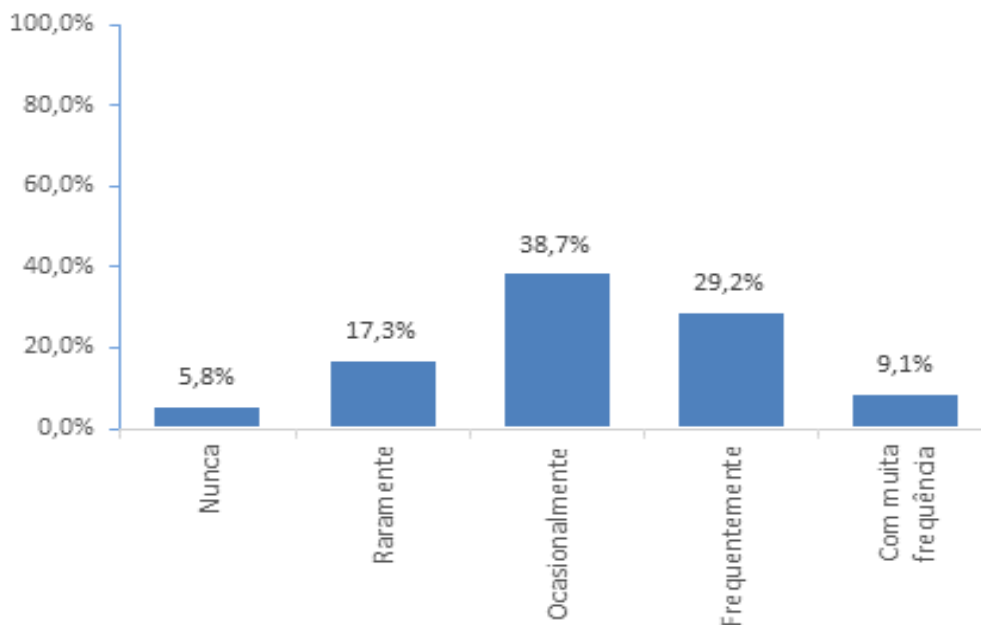
Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Mais de 35,0% dos discentes declaram que a sua IES realiza ocasionalmente investimentos financeiros de forma adequada para atender as demandas internas. Por outro lado, 38,7% declaram que a IES realiza esses investimentos frequentemente ou com muita frequência (Figura 63).

Em relação a problemas financeiros enfrentados nas IES decorrentes dos efeitos da COVID 19, 1/3 dos entrevistados declaram que esses problemas ocorrem ocasionalmente, 19,3%, que ocorrem frequentemente e 8,2% com muita frequência (Figura 64).

Mais de 60,0% dos alunos entrevistados concordam que a quantidade de alunos por turma é adequada (Figura 65).

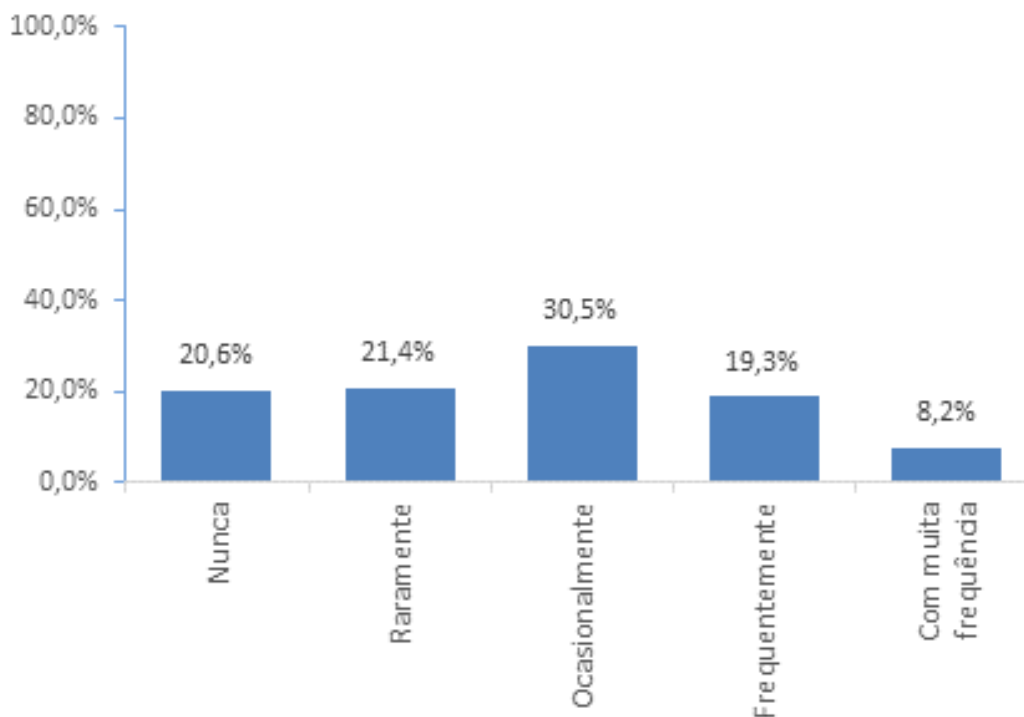
FIGURA 63 – Frequência Que os Discentes Consideram Que a Sua IES Realiza Investimentos Financeiros de Forma Adequada para Atender as Demandas Internas Em Goiás, 2023



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota: Figura realizada com base na declaração de 243 discentes que participaram do estudo.

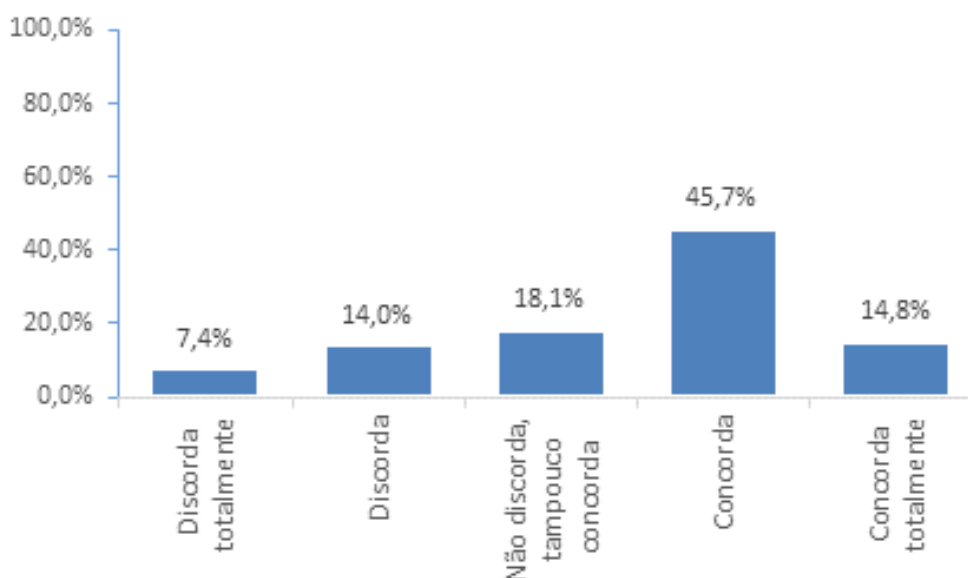
FIGURA 64 – Declaração do Discentes Em Relação a Presença de Problemas Financeiros das IES em Decorrência dos Efeitos da Covid-19 Em Goiás, 2023



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota: Figura realizada com base na declaração de 243 discentes que participaram do estudo.

FIGURA 65 – Concordância dos Discentes Em Relação a Adequação da Quantidade de Alunos Em Sala de Aula nas IES Em Goiás, 2023



Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Nota: Figura realizada com base na declaração de 243 discentes que participaram do estudo.

Segundo disposto na Tabela 38, os discentes declaram que as áreas dos cursos que mais carecem da oferta adequada de laboratórios, equipamentos de informática e livros pela IES são (Mais de 1/3 dos discentes responderam nunca ou raramente): Saúde e Bem-Estar, Negócios Administração e Direito e Educação. Já entre os alunos de Silvicultura, Pesca e Veterinária, mais de 30,0% declaram que a oferta desses equipamentos era frequente.

TABELA 38 – Área Que Se Enquadra o Curso dos Discentes, por Frequência da Oferta de Laboratório, Equipamentos de Informática e Livros nas IES Em Goiás, 2023

Área que se enquadra o curso dos discentes	Total	%	Frequência da oferta de laboratório, equipamentos de informática e livros									
			Nunca		Raramente		Ocasionalmente		Frequentemente		Com muita frequência	
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	243	100,0%	6	100,0%	34	100,0%	68	100,0%	80	100,0%	55	100,0%
Saúde e Bem-Estar	45	18,5%	1	16,7%	7	20,6%	18	26,5%	10	12,5%	9	16,4%

Área que se enquadra o curso dos discentes	Total	%	Frequência da oferta de laboratório, equipamentos de informática e livros									
			Nunca		Raramente		Ocasionalmente		Frequentemente		Com muita frequência	
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Negócios, Administração e Direito	37	15,2%	1	16,7%	5	14,7%	10	14,7%	17	21,3%	4	7,3%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária	36	14,8%	-	-	4	11,8%	11	16,2%	11	13,8%	10	18,2%
Educação	30	12,3%	2	33,3%	1	2,9%	7	10,3%	13	16,3%	7	12,7%
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	25	10,3%	1	16,7%	3	8,8%	8	11,8%	10	12,5%	3	5,5%
Engenharia, Produção e Construção	21	8,6%	1	16,7%	3	8,8%	3	4,4%	5	6,3%	9	16,4%
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	20	8,2%	-	-	2	5,9%	6	8,8%	4	5,0%	8	14,5%
Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação	16	6,6%	-	-	4	11,8%	1	1,5%	8	10,0%	3	5,5%
Artes e Humanidades	13	5,3%	-	-	5	14,7%	4	5,9%	2	2,5%	2	3,6%
Programas Básicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 2 - Acesso, permanência e êxito

Como informa a Tabela 39, em relação ao esforço das IES para facilitar o acesso ao curso de graduação, as ações mais declaradas pelos discentes foram: Ações afirmativas (cotas) e facilidade para custear as mensalidades. Mais de 30,0% declaram que não houve esforços significativos.

Quanto às ações para garantir a permanência dos estudantes das IES, as mais citadas são: programas de moradia estudantil (19,8%), auxílio alimentação (18,1%) e políticas de financiamento estudantil (16,0%). Porém, 31,3% dos discentes declaram não ter conhecimento sobre essas ações.

Como políticas de avaliação do êxito acadêmico as mais citadas são: empregabilidade dos alunos graduados (60,5%) e acompanhamento da taxa de evasão escolar (28,4%), sendo que 44,9% dos alunos se declaram empregados com carteira assinada e quase 50,0% declaram autônomos ou empreendedores.

Mais de 45,0% declaram que o ensino superior melhorou seu nível de empregabilidade.

TABELA 39 – Declaração dos Discentes Sobre as Políticas e Projetos de Acesso, Permanência e Êxito das IES Em Goiás, 2023

Políticas e projetos <i>de acesso</i> , permanência e êxito das IES	Total	%
DI_28) Você percebeu algum esforço, de sua atual Instituição de Ensino, para facilitar seu acesso ao curso de graduação?	243	100,0 %
Ações afirmativas (cotas)	101	41,6%
Não houve esforços significativas	76	31,3%
Facilidades para custear as mensalidades	50	20,6%
Bolsa auxílio	5	2,1%
Vestibular Social	3	1,2%
Estudo IES pública	2	0,8%
Enem anteriores	1	0,4%
Flexibilidade nos critérios de inscrição e seleção de candidatos nos cursos	1	0,4%
Melhoria no ambiente on-line da Faculdade	1	0,4%
Não tenho conhecimento	1	0,4%
Processo Seletivo próprio para cursos superiores	1	0,4%
Transferência externa	1	0,4%
DI_29) Em sua Instituição de Ensino há alguma política para garantir a permanência dos estudantes no Ensino Superior?	243	100,0 %
Não tenho conhecimento	76	31,3%
Programas de moradia estudantil	48	19,8%

Políticas e projetos de acesso, permanência e êxito das IES	Tot al	%
Auxílio alimentação	44	18,1%
Políticas de financiamento estudantil	39	16,0%
Acolhimento socioemocional	18	7,4%
Auxílio permanência	5	2,1%
Diversos auxílios	3	1,2%
Auxílio alimentação, Programas de moradia estudantil	2	0,8%
Acolhimento socioemocional, Auxílio alimentação, Programas de moradia estudantil	1	0,4%
Auxílio alimentação e outros	1	0,4%
Auxílio alimentação, Auxílio permanência	1	0,4%
Auxílio alimentação, Auxílio permanência, bolsas de monitoria	1	0,4%
Não	1	0,4%
Políticas de financiamento estudantil, Programas de moradia estudantil e Acolhimento socioemocional	1	0,4%
Possui mas é insuficiente, poucas vagas.	1	0,4%
Programa de moradia estudantil, Políticas de financiamento estudantil e bolsas estudantis.	1	0,4%
DI_30) Há alguma política de avaliação do êxito acadêmico (desempenho)?	243	100,0 %
Rendimento acadêmico (notas e aprovação)	147	3,3%
Não tenho conhecimento	69	0,8%
Tempo de integralização do curso	12	2,1%
Acompanhamento da taxa de evasão	8	28,4%
Empregabilidade dos alunos graduados	5	60,5%
Diversas políticas	2	4,9%
DI_31) Qual seu status atual em relação ao mercado de trabalho?	243	100,0 %
Desempregado/a	109	3,7%
Empregado/a com registro em carteira	65	44,9%
Estagiário/a	55	2,1%
Autônomo/a	9	26,7%

Políticas e projetos de acesso, permanência e êxito das IES	Tot al	%
Empreendedor/a	5	22,6%
DI_32) Você acredita que o Ensino Superior melhorou seu nível de empregabilidade?	243	100,0 %
Não melhorou	23	9,5%
Melhorou um pouco	36	14,8%
Nem piorou e nem melhorou	70	28,8%
Melhorou	76	31,3%
Melhorou muito	38	15,6%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 3 - Ensino, Pesquisa e Extensão

Como indica a Tabela 40, sob a ótica do discente, no que se refere ao ensino, a pesquisa e a extensão nas IES em que estudam, é possível notar que:

- Mais de 60,0% dos discentes acreditam que as práticas de ensino adotadas o tornarão um profissional capacitado e que o curso atendeu às suas expectativas.
- Mais de 70,0% declaram que a IES que estuda realiza frequentemente atividades de pesquisa e extensão.
- Mais de 40,0% dos alunos declaram que participam das atividades de pesquisa e extensão propostas pela IES.
- 74,5% dos alunos declaram que a IES realiza estágio probatório como estratégia de aproximação da realidade do mercado de trabalho.
- A utilização de metodologias ativas de ensino, ferramentas tecnológicas e outras inovações pelas IES foi declarado por mais de 45,0% dos discentes que responderam à pesquisa.
- Mais de 50,0% dos alunos declaram que as disciplinas ministradas à distância nunca ou raramente favorecem o aprendizado e nas IES que estudam mais de 45,0% responderam que essa modalidade de ensino não é frequente.

TABELA 40 – Declaração dos Discentes sobre sua Percepção do Ensino, Pesquisa e Extensão nas IES que Estudam Em Goiás, 2023

Percepção dos discentes sobre ensino, pesquisa e extensão nas IES que estudam	Tot al	%
DI_15) Você acredita que as práticas de ensino adotadas em seu curso o tornará um profissional capacitado?	243	100,0%

Percepção dos discentes sobre ensino, pesquisa e extensão nas IES que estudam	Total	%
Não acredito	8	3,3%
Acredito parcialmente	56	23,0%
Não acredito, tampouco desacredito	20	8,2%
Acredito	106	43,6%
Acredito totalmente	53	21,8%
DI_16) Em relação as suas expectativas, seu curso:	243	100,0%
Não atendeu	12	4,9%
Atendeu parcialmente	48	19,8%
Não atendeu, tampouco desatendeu	20	8,2%
Atendeu	126	51,9%
Atendeu totalmente	37	15,2%
DI_17) Com que frequência sua Instituição de Ensino realiza atividades de pesquisa e extensão?	243	100,0%
Nunca	3	1,2%
Raramente	12	4,9%
Ocasionalmente	47	19,3%
Frequentemente	103	42,4%
Com muita frequência	78	32,1%
DI_18) Você participa das atividades de pesquisa e extensão propostas pela Instituição de Ensino?	243	100,0%
Nunca	34	14,0%
Raramente	43	17,7%
Ocasionalmente	65	26,7%
Frequentemente	62	25,5%
Com muita frequência	39	16,0%
DI_19) Sua Instituição de Ensino adota alguma estratégia para aproximá-lo da realidade do mercado de trabalho?	243	100,0%
Não há estratégias	30	12,3%
Não sei informar	3	1,2%

Percepção dos discentes sobre ensino, pesquisa e extensão nas IES que estudam	Tot al	%
Realização de estágio obrigatório	181	74,5%
Convênios com empresas	21	8,6%
Divulgação de vagas	2	0,8%
Estágio não obrigatório	1	0,4%
Feira de estágios	1	0,4%
Internato	1	0,4%
Parceria com governos para programas como PIBID e Residência Pedagógica.	1	0,4%
Projetos	1	0,4%
Residência pedagógica	1	0,4%
DI_20) Em seu curso de graduação são utilizadas metodologias ativas de ensino, ferramentas tecnológicas e outras inovações?	243	100,0%
Nunca	7	2,9%
Raramente	40	16,5%
Ocasionalmente	82	33,7%
Frequentemente	81	33,3%
Com muita frequência	33	13,6%
DI_21) A Educação a Distância (EaD) está presente em seu curso de graduação?	243	100,0%
Nunca	55	22,6%
Raramente	56	23,0%
Ocasionalmente	65	26,7%
Frequentemente	45	18,5%
Com muita frequência	22	9,1%
DI_22) Você acredita que as disciplinas ministradas na modalidade de Educação a Distância (EaD) favorecem seu aprendizado?	243	100,0%
Nunca	63	25,9%
Raramente	74	30,5%
Ocasionalmente	45	18,5%
Frequentemente	37	15,2%

Percepção dos discentes sobre ensino, pesquisa e extensão nas IES que estudam	Tot al	%
Com muita frequência	24	9,9%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

Em relação à percepção dos alunos acerca das ações de empreendedorismo, inovação e internacionalização das IES (Tabela 41), observa-se que:

- Quanto às IES que possuem algum ambiente de inovação, empresa júnior, incubadora de empresas etc. Mais de 50,0% dos discentes declaram que não têm conhecimento e 42,4% declaram que possui, mas não tem envolvimento.
- Em relação às IES que possuem alguma parceria com organizações ligadas ao contexto do empreendedorismo e inovação: 58,8% dos alunos declararam que não têm conhecimento e 35,8% declararam que possuem, mas não têm envolvimento.
- Sobre esforços da Instituição de Ensino para se aproximar do setor produtivo local (empresas): Quase 70,0% dos estudantes declararam nunca, raramente ou ocasionalmente.
- Sobre a IES que possui projeto ou parceria internacional, 46,1% dos estudantes não têm conhecimento e 50% declararam que possui, mas não tem envolvimento.

TABELA 41 – Declaração dos Discentes Sobre a Percepção e o Conhecimento de Ações de Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização das IES Que Estudam Em Goiás, 2023

Percepção e conhecimento de ações de empreendedorismo, inovação e internacionalização nas IES	Tot al	%
DI_23) Em seu curso há disciplinas ou atividades acadêmicas que discutam as questões referentes ao empreendedorismo e a inovação?	243	100,0 %
Nunca	42	17,3%
Raramente	56	23,0%
Ocasionalmente	60	24,7%
Frequentemente	56	23,0%
Com muita frequência	29	11,9%
DI_24) Sua Instituição de Ensino possui algum ambiente de inovação, empresa júnior, incubadora de empresas etc.?	243	100,0 %
Não possui	2	0,8%

Percepção e conhecimento de ações de empreendedorismo, inovação e internacionalização nas IES	Tot al	%
Não tenho conhecimento	126	51,9%
Possui e faço parte das atividades	12	4,9%
Possui, mas não tenho envolvimento	103	42,4%
DI_25) Sua Instituição de Ensino possui alguma parceria com organizações ligadas ao contexto do empreendedorismo e inovação?	243	100,0 %
Não possui	1	0,4%
Não tenho conhecimento	143	58,8%
Possui e faço parte das atividades	12	4,9%
Possui, mas não tenho envolvimento	87	35,8%
DI_26) Você tem percebido esforços de sua Instituição de Ensino para se aproximar do setor produtivo local (empresas)?	243	100,0 %
Nunca	31	12,8%
Raramente	47	19,3%
Ocasionalmente	91	37,4%
Frequentemente	49	20,2%
Com muita frequência	25	10,3%
DI_27) Sua Instituição de Ensino possui algum projeto ou parceria internacional?	243	100,0 %
Não	1	0,4%
Não tenho conhecimento	112	46,1%
Possui e faço parte das atividades	8	3,3%
Possui, mas não tenho envolvimento	122	50,2%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

4.1.2.3. Colaboradores do setor produtivo

Eixo 1 - Gestão Sustentável da Educação Superior

Quanto à contribuição dos colaboradores do setor produtivo na gestão da educação superior (Tabela 42):

- 48,0% das empresas não desenvolvem nenhuma ação que colabore com o fortalecimento e gestão das IES locais.

- 40,0% oferecem vagas de estágio.
- 64,0% não contribuem ou nunca contribuíram para o financiamento das IES, Centros de Pesquisa e ambientes de inovação

Quanto ao conhecimento da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) e Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991), 44% desconhecem tais leis.

- 68,0% dos colaboradores acreditam que a aproximação com as IES locais pode contribuir para a expansão de seu negócio.

TABELA 42 – Contribuições dos Colaboradores do Setor Produtivo para a Gestão Sustentável da Educação Superior nas IES Locais Em Goiás, 2023

Contribuições dos colaboradores do setor produtivo para a gestão sustentável da educação superior	Total	%
P_04) Sua empresa desenvolve alguma ação que colabora com o fortalecimento e gestão das Instituições de Ensino Superior locais?	25	100,0%
Financiamos pontualmente algumas ações acadêmicas	2	8,0%
Financiamos projetos de pesquisa	1	4,0%
Não desenvolvemos nenhuma ação	12	48,0%
Ofertamos vagas de estágio	10	40,0%
P_05) Sua empresa contribui ou já contribuiu para o financiamento de Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisa e Ambientes de Inovação?	25	100,0%
Não	16	64,0%
Sim	9	36,0%
P_06) Sua empresa tem conhecimento das vantagens relacionadas à Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) e Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991)?	25	100,0%
Desconhece a existência de ambas as leis	11	44,0%
Tem conhecimento e desfruta das vantagens	6	24,0%
Tem conhecimento, porém não desfruta das vantagens	8	32,0%
P_07) Você acredita que a aproximação com as Instituições de Ensino Superior locais possa ser uma estratégia relevante para expansão ou consolidação de seu negócio?	25	100,0%
Nunca	2	8,0%
Raramente	-	-
Ocasionalmente	6	24,0%

Frequentemente	9	36,0%
Com muita frequência	8	32,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 2 - Acesso, permanência e êxito

Quanto às ações e políticas das empresas para facilitar o acesso dos colaboradores às IES (Tabela 43), 52,0% das empresas não oferecem nenhum incentivo, 44,0% oferecem bolsas de estudo.

Quanto a garantir a permanência do colaborador na IES, 48,0% das empresas oferecem a flexibilização do horário de trabalho.

Em 72,0% das empresas não há política de avaliação do desempenho dos colaboradores que cursam ensino superior.

TABELA 43 – Ações e Políticas das Empresas para Facilitar o Acesso, Permanência e Êxito dos Colaboradores do Setor Produtivo nas IES Em Goiás, 2023

Ações e políticas das empresas para facilitar o acesso, permanência e êxito dos colaboradores do setor produtivo nas IES	Total	%
P_23) Sua empresa desenvolve programas de incentivo para os colaboradores acessarem o Ensino Superior?	25	100,0 %
Não oferecemos nenhum incentivo	13	52,0 %
Ofertamos bolsas de estudo	11	44,0 %
Estágio remunerado para auxiliar o estudante nos custos	1	4,0%
P_24) Há alguma política para garantir a permanência do colaborador no Ensino Superior?	25	100,0 %
Apenas bolsas de estudos	6	24,0 %
Flexibilização do horário de trabalho	12	48,0 %
Não há incentivos	7	28,0 %
P_25) Há alguma política de avaliação do êxito (desempenho) dos colaboradores que cursam o Ensino Superior?	25	100,0 %
Não há incentivos	18	72,0 %

Acompanhamento de notas	7	28,0%
-------------------------	---	-------

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 3 - Ensino, pesquisa e extensão

Observa-se pela Tabela 44, que 48,0% dos colaboradores do setor produtivo que responderam à pesquisa declaram que as demandas da sua empresa ou segmento empresarial são retratadas nas atividades acadêmicas das IES com frequência ou com muita frequência. No entanto, 48,0% nunca apresentou às IES locais problemas específicos para serem abordados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

E, 44,0% dos colaboradores acreditam que as IES são receptivas aos agentes do setor produtivo local para participarem de suas atividades com frequência ou com muita frequência.

TABELA 44 – Incentivo Ao Ensino, Pesquisa e Extensão dos Colaboradores do Setor Produtivo Com as IES Em Goiás, 2023

Incentivo ao ensino, pesquisa e extensão dos colaboradores do setor produtivo com as IES	Total	%
P_08) Você considera que as demandas de sua empresa e de seu segmento empresarial são retratadas nas atividades acadêmicas das Instituições de Ensino Superior?	25	100,0%
Nunca	2	8,0%
Raramente	2	8,0%
Ocasionalmente	9	36,0%
Frequentemente	8	32,0%
Com muita frequência	4	16,0%
P_09) Em algum momento sua empresa já apresentou às Instituições de Ensino Superior locais problemas específicos para serem abordados em atividades de ensino, pesquisa e extensão?	25	100,0%
Nunca	12	48,0%
Raramente	5	20,0%
Ocasionalmente	7	28,0%
Frequentemente	1	4,0%
Com muita frequência	-	-
P_10) Você acredita que as Instituições de Ensino Superior são receptivas aos agentes do setor produtivo local para participarem das atividades de ensino, pesquisa e extensão?	25	100,0%

Nunca	2	8,0%
Raramente	5	20,0%
Ocasionalmente	7	28,0%
Frequentemente	8	32,0%
Com muita frequência	3	12,0%
P_11) Como você avalia as estratégias de formação acadêmica adotadas pelas Instituições de Ensino Superior locais em relação às necessidades do setor produtivo de Goiás?	25	100,0%
Nunca	1	4,0%
Raramente	6	24,0%
Ocasionalmente	11	44,0%
Frequentemente	6	24,0%
Com muita frequência	1	4,0%
P_13) Você acredita que as formações acadêmicas priorizadas por sua empresa ou segmento empresarial se assemelham as áreas com maior oferta de cursos em Goiás?	25	100,0%
Nunca	1	4,0%
Raramente	8	32,0%
Ocasionalmente	6	24,0%
Frequentemente	6	24,0%
Com muita frequência	4	16,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

As principais formações acadêmicas prioritárias para o desenvolvimento das empresas, segundo declaração dos colaboradores foram: Administração e Direito (60,0%) e Negócios (60,0%) (Quadro 21).

Como habilidades decisivas para novas contratações em suas empresas, as mais declaradas pelos colaboradores foram: capacidade de comunicação (64,0%) e inteligência emocional (64,0%) (Quadro 22).

As habilidades técnicas consideradas decisivas para novas contratações, declaradas pelos colaboradores são: Habilidade com tecnologias da informação e comunicação (100%) e formação acadêmica (curso de graduação) (56,0%) (Quadro 23).

QUADRO 21 – Formações Acadêmicas Prioritárias a Médio e Longo Prazo para o Negócio da Empresa, por Declaração dos Colaboradores do Setor Produtivo Em Goiás, 2023

Formações acadêmicas prioritárias a médio e longo prazo para o negócio da empresa	Total	%	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Administração e Direito	25	100,0 %	15	60,0%	10	40,0%
Negócios	25	100,0 %	15	60,0%	10	40,0%
Ciências Sociais	25	100,0 %	14	56,0%	11	44,0%
Comunicação e Informação	25	100,0 %	14	56,0%	11	44,0%
Computação	25	100,0 %	13	52,0%	12	48,0%
Tecnologia da Informação e Comunicação	25	100,0 %	13	52,0%	12	48,0%
Serviços	25	100,0 %	10	40,0%	15	60,0%
Ciências Naturais	25	100,0 %	8	32,0%	17	68,0%
Matemática e Estatística	25	100,0 %	8	32,0%	17	68,0%
Educação	25	100,0 %	7	28,0%	18	72,0%
Engenharia	25	100,0 %	7	28,0%	18	72,0%
Produção e Construção	25	100,0 %	7	28,0%	18	72,0%
Programas Básicos	25	100,0 %	6	24,0%	19	76,0%
Saúde e Bem-Estar	25	100,0 %	6	24,0%	19	76,0%
Agricultura	25	100,0 %	4	16,0%	21	84,0%
Pesca Veterinária	25	100,0 %	4	16,0%	21	84,0%

Formações acadêmicas prioritárias a médio e longo prazo para o negócio da empresa	Total	%	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Silvicultura	25	100,0 %	4	16,0%	21	84,0%
Artes e Humanidades	25	100,0 %	3	12,0%	22	88,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 22 – Habilidades Decisivas para Novas Contratações, por Declaração dos Colaboradores do Setor Produtivo Em Goiás, 2023

Habilidades decisivas para novas contratações	Total	%	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Capacidade de comunicação	25	100,0 %	16	64,0%	9	36,0%
Inteligência emocional	25	100,0 %	16	64,0%	9	36,0%
Empatia	25	100,0 %	14	56,0%	11	44,0%
Liderança	25	100,0 %	13	52,0%	12	48,0%
Poder de persuasão	25	100,0 %	6	24,0%	19	76,0%
Caráter e honestidade - as demais podem ser ensinadas	25	100,0 %	1	4,0%	24	96,0%
Criatividade	25	100,0 %	1	4,0%	24	96,0%
Inovação	25	100,0 %	1	4,0%	24	96,0%
Proatividade	25	100,0 %	1	4,0%	24	96,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 23 – Habilidades Técnicas Decisivas para Novas Contratações, por Declaração dos Colaboradores do Setor Produtivo Em Goiás, 2023

Habilidades técnicas decisivas para novas contratações	Total	%	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Habilidade com tecnologias da informação e comunicação	25	100,0 %	25	100,0 %	-	-
Formação acadêmica (curso de graduação)	25	100,0 %	14	56,0%	11	44,0%
Educação continuada (curso de pós-graduação)	25	100,0 %	8	32,0%	17	68,0%
Fluência em idiomas	25	100,0 %	4	16,0%	21	84,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Eixo 4 - Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

Verifica-se pela Tabela 45, que 60,0% dos colaboradores mantêm ou já mantiveram parcerias com IES, Centros de Pesquisa, ambientes de inovação e empreendedorismo. 40,0% da parceria ocorre por meio de programas de estágios; 24,0% contratação de serviços e 24,0% convênios e descontos para colaboradores (Quadro 24).

TABELA 45 – Interesse dos Colaboradores do Setor Produtivo de Aproximação Com as Universidades, Centros de Pesquisa, Ambientes de Inovação e Empreendedorismo Em Goiás, 2023

Interesse dos colaboradores do setor produtivo de aproximação com as universidades, centros de pesquisa, ambientes de inovação e empreendedorismo	Total	%
Total	25	100,00%
Já tem/teve parceria	15	60,0%
Sem interesse	1	4,0%
Pouco interesse	3	12,0%
Indiferente	2	8,0%
Tem interesse	2	8,0%
Muito interesse	2	8,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 24 – Tipo de Parceria dos Colaboradores do Setor Produtivo Com as Universidades, Centros de Pesquisa, Ambientes de Inovação e Empreendedorismo, por Declaração dos Colaboradores do Setor Produtivo Em Goiás, 2023

Tipo de parceria dos colaboradores do setor produtivo com as universidades, centros de pesquisa, ambientes de inovação e empreendedorismo	Total	%	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Não tem parceria	25	100,0 %	10	40,0%	15	60,0%
Programas de estágio	25	100,0 %	10	40,0%	15	60,0%
Contratação de serviços	25	100,0 %	6	24,0%	19	76,0%
Convênios e descontos para colaboradores	25	100,0 %	6	24,0%	19	76,0%
Desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos	25	100,0 %	4	16,0%	21	84,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Segundo dados da Tabela 46, mais de 65,0% dos colaboradores declaram que as IES representam uma alternativa para o setor produtivo se aproximar do contexto do empreendedorismo e inovação com frequência ou com muita frequência, e para 56,0% dos colaboradores os negócios de sua empresa dependem da atualização constante em termos de pesquisa e desenvolvimento com frequência ou com muita frequência.

TABELA 46 – Percepção dos Colaboradores do Setor Produtivo Sobre Aproximação Com as IES e as Constantes Atualizações de P&D Em Goiás, 2023

Percepção dos colaboradores do setor produtivo sobre aproximação com as IES e as constantes atualizações de P&D	Total	%
P_18) Você acredita que as Instituições de Ensino Superior representam uma alternativa para o setor produtivo se aproximar do contexto do Empreendedorismo e Inovação?	25	100,0%
Nunca	-	-
Raramente	3	12,0%
Ocasionalmente	5	20,0%

Frequentemente	7	28,0%
Com muita frequência	10	40,0%
P_19) O negócio da sua empresa depende de atualização constante em termos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)?	25	100,0%
Nunca	1	4,0%
Raramente	5	20,0%
Ocasionalmente	5	20,0%
Frequentemente	6	24,0%
Com muita frequência	8	32,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Conforme os dados apresentados no Quadro 25, 60,0% dos colaboradores declaram ter relação com os ambientes de inovação no universo do empreendedorismo e inovação, contra 40,0% que declaram que não se relacionam.

QUADRO 25 – Elementos Pertencentes Ao Universo do Empreendedorismo e Inovação Relacionados nas Empresas, por Declaração dos Colaboradores do Setor Produtivo Em Goiás, 2023

Elementos pertencentes ao universo do empreendedorismo e inovação	Total	%	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
			Sim		Não	
			Total	%	Total	%
Não se relaciona	25	100,0 %	10	40,0%	15	60,0%
Ambientes de Inovação	25	100,0 %	15	60,0%	10	40,0%
Arranjo Produtivo Local (APL)	25	100,0 %	4	16,0%	21	84,0%
Incubadoras de empresas	25	100,0 %	4	16,0%	21	84,0%
Clusters	25	100,0 %	2	8,0%	23	92,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Como informa a Tabela 47, em relação ao percentual de investimento em ações de inovação, 40,0% dos colaboradores declaram investir de 3,1% ou mais. 24% não investem em ações de inovação.

E o Quadro 26 revela que, entre as empresas que investiram em ações de inovação, 48,0% declaram ter investido em inovação de processo, 32,0% em inovação de produto e 28,0% em inovação do modelo de negócios.

TABELA 47 – Percentual do Faturamento Anual Que Sua Empresa Investe Em Ações Voltadas à Inovação Conforme Declaração do Setor Produtivo Em Goiás, 2023

Percentual do faturamento anual que sua empresa investe em ações voltadas à inovação	Total	%
Total	25	100,00%
Não há investimento	6	24,0%
Até 1,0%	6	24,0%
De 1,1% a 3,0%	3	12,0%
De 3,1% a 6,0%	4	16,0%
De 6,1% ou mais	6	24,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 26 – Tipo de Inovação Realizada Pela Empresa, por Declaração dos Colaboradores do Setor Produtivo Em Goiás, 2023

Tipo de inovação realizada pela empresa	Total	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
		Sim		Não	
		Total	%	Total	%
Inovação de processo	25	12	48,0%	13	52,0%
Inovação de produto	25	8	32,0%	17	68,0%
Inovação no modelo de negócios	25	7	28,0%	18	72,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

Os dados da Tabela 48 explicitam que 56,0% dos colaboradores nunca investiram em programas de cooperação internacional com IES, Centros de Pesquisa ou outros organismos internacionais.

E o Quadro 27 indica que, entre as empresas que investiram ou investem, a principal motivação foi ter acesso a novas tecnologias.

TABELA 48 – Frequência de Investimento Em Programas de Cooperação Internacional Com Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisa ou Outros Organismos Internacionais, por Declaração dos Colaboradores do Setor Produtivo Em Goiás, 2023

Frequência de investimento em programas de cooperação internacional com Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisa ou outros organismos internacionais	Total	%
Total	25	100,00%
Nunca	14	56,0%
Raramente	2	8,0%
Ocasionalmente	7	28,0%
Frequentemente	2	8,0%
Com muita frequência	-	-

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

QUADRO 27 – Elementos Motivadores para as Empresas Fazerem Programas de Cooperação Internacional Com Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisa ou Outros Organismos Internacionais, por Declaração dos Colaboradores do Setor Produtivo Em Goiás, 2023

Elementos motivadores para as empresas fazerem programas de cooperação internacional com instituições de ensino superior, centros de pesquisa ou outros organismos internacionais	Total	Declaração dos colaboradores do setor produtivo			
		Sim		Não	
		Total	%	Total	%
Ter acesso a novas tecnologias	25	8	32,0%	17	68,0%
Tornar-se conhecida no exterior	25	2	8,0%	23	92,0%
Tornar-se mais competitiva	25	2	8,0%	23	92,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

4.1.3. Análise dos resultados do survey por eixo estruturante.

4.1.3.1. Eixo 1: Gestão Sustentável da Educação Superior

Dos 243 discentes que responderam à pesquisa, 133 cursam ensino superior em instituições públicas, 104 em instituições particulares e 6 em instituições comunitárias. 40% dos discentes de instituições particulares custeavam seu ensino com recursos próprios, 23,1% eram custeados pelo PROBEM (OVG) e 21,2% pelo PROUNI, e os demais pelo FIES, Vestibular social, Bolsa da faculdade, CAPES.

Entre os discentes entrevistados, 25% já iniciou algum curso superior e desistiu. Destes, 13,2% desistiram por questões financeiras e 11,9% por falta de afinidade.

Mais de 35% dos discentes declararam que a sua IES realiza ocasionalmente investimentos financeiros de forma adequada para atender as demandas internas. Por outro lado, 30% declararam que a IES realiza esses investimentos frequentemente.

Em relação a problemas financeiros enfrentados nas IES decorrentes dos efeitos da COVID 19, 1/3 dos entrevistados declararam que esses problemas ocorrem ocasionalmente, 19,3% declararam que ocorrem frequentemente e 8,2% com muita frequência.

Mais de 60% dos alunos entrevistados concordam que a quantidade de alunos por turma é adequada.

Segundo declaração dos discentes, as áreas de conhecimento que mais carecem da oferta adequada de laboratórios, equipamentos de informática e livros pela IES foram: Saúde e Bem-Estar, Negócios, Administração, Direito e Educação. Já entre os alunos de Silvicultura, Pesca e Veterinária, mais de 30% declararam que a oferta desses equipamentos era frequente.

Quanto à contribuição dos representantes do setor produtivo na gestão da educação superior, 48% das empresas declararam não desenvolver nenhuma ação que colabore com o fortalecimento e gestão das IES locais. Por outro lado, 40% oferecem vagas de estágio. 64% não contribui ou nunca contribuiu para o financiamento das IES, Centros de Pesquisa e ambientes de inovação.

Quanto ao conhecimento da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) e Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991), 44% das empresas respondentes desconhecem tal Marco Legal. Esse fato aponta uma oportunidade para que as Instituições de Ensino Superior de Goiás, e demais Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) atuem na promoção de ações educativas abrangendo o tema do financiamento do desenvolvimento de aplicações tecnológicas.

Tais leis figuram entre outros fomentos existentes para facilitar o desenvolvimento de inovações nas empresas, representando importantes ferramentas de subsídio ou diferimento fiscal, e tornando financeiramente mais viável a formatação de arranjos para a inovação na indústria.

De fato, desde a criação da Lei de Inovação e a partir de seus desdobramentos culminando no Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016), diversos mecanismos foram criados e refinados para facilitar o aumento de trocas entre setor privado e universidades.

Reforçando esse ponto, 68% dos colaboradores acreditam que a aproximação com as IES locais pode contribuir para a expansão de seu negócio.

4.1.3.2. Eixo 2: Acesso, permanência e êxito

O *survey* procurou identificar a perspectiva do público-alvo quanto à existência de políticas de acesso e permanência nas IES goianas, bem como acerca de ações afirmativas que facilitem a inclusão social e de grupos minoritarizados.

Quanto à existência de políticas e programas de acompanhamento estudantil ligadas ao tema das ações afirmativas, diversidade, equidade, 82,6% dos coordenadores e 20,2% dos docentes respondentes declararam possuir essas ações nas suas IES de atuação.

Essa diferença entre as percepções de docentes e coordenadores pode se dar em função da maior proximidade dos coordenadores de curso com as políticas institucionais das IES, ou simplesmente porque não necessariamente o conjunto de coordenadores e docentes respondentes correspondem às mesmas IES e cursos. Tal discrepância de entendimento é observada também nas questões acerca de:

- Projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica, com respostas afirmativas de 52,2% dos coordenadores contra 36,2% dos docentes.
- Existência de política estruturada para acessibilidade e mobilidade de estudantes com deficiência, com respostas afirmativas por parte dos coordenadores (60,9%) e dos docentes (37,2%).

Quanto ao nível de envolvimento com os programas de acesso, permanência e êxito nas IES, o resultado obtido junto a coordenadores e docentes respondentes foi similar: 73,9% dos

coordenadores participam do processo e 8,7% comandam o processo, enquanto entre os docentes, 65,9% participam do processo e 1,1% comandam o processo.

Do ponto de vista dos discentes respondentes, em relação ao esforço das IES para facilitar o acesso ao curso de graduação, as ações mais declaradas foram: Ações afirmativas (cotas), com 41,6%, e a promoção de facilidades para custear as mensalidades, com 20,6%. Todavia, mais de 30% dos discentes declararam que não houve esforços significativos.

Quanto às ações para garantir a permanência dos estudantes das IES, as mais citadas foram: programas de moradia estudantil (19,8%), auxílio alimentação (18,1%) e políticas de financiamento estudantil (16%). Ainda assim, 31,3% dos discentes declararam não ter conhecimento sobre essas ações.

Em ambos os casos, pode-se supor que os respondentes que ignoram as ações afirmativas promovidas ou os programas de apoio à permanência dos estudantes sejam aqueles que não dependam desse tipo de suporte para ingressar no Ensino Superior.

Como políticas de avaliação do êxito acadêmico as mais citadas foram: empregabilidade dos alunos graduados (60,5%) e acompanhamento da taxa de evasão escolar (28,4%).

Cabe ressaltar que 44,9% dos alunos se declararam empregados com carteira assinada e quase 50% eram autônomos ou empreendedores. Além do mais, mais de 45% declararam que o ensino superior melhorou seu nível de empregabilidade.

As principais dificuldades enfrentadas por discentes para cursar o ensino superior, segundo a percepção dos coordenadores e docentes respondentes são: em primeiro lugar, se manter financeiramente ao longo do curso e, em segundo, conciliar horários do curso com trabalho remunerado.

Outro dado que serve de parâmetro sobre as questões de acesso e êxito ao nível superior de ensino tem a ver com a inclusão digital, sendo que 79,8% dos discentes de nível superior que responderam ao *survey* acessam a internet somente via telefone celular (apenas 19,3% dos entrevistados acessam via computador).

Quanto às ações e políticas das empresas goianas respondentes, para facilitar o acesso dos seus colaboradores às IES, 52% das empresas não oferecem nenhum incentivo e 44% delas oferecem bolsas de estudo.

Quanto a garantir a permanência do colaborador na IES, 48% das empresas afirmaram flexibilizar o horário de trabalho. Essa prática é extremamente relevante, tanto do ponto de vista do desenvolvimento pessoal dos alunos colaboradores, mas também enquanto prática

corporativa ainda pouco presente nas empresas brasileiras. 28% dos respondentes afirmaram não haver incentivos e 24% afirmaram conceder bolsas de estudo.

Num novo levantamento, caberá entender se a expectativa de progressão de salário ou cargos está presente nas empresas goianas, como fator que motive os colaboradores a cursar o Ensino Superior e, mais ainda, se existem políticas de retenção de pessoas mais qualificadas. Além do mais, importa caracterizar as empresas que adotam políticas de incentivo ao aprimoramento dos colaboradores incentivar, considerando seu setor de atuação e escolaridade geral dos colaboradores.

Em 72% das empresas não há política de avaliação do desempenho dos colaboradores que cursam ensino superior, e em 28% das empresas respondentes, é feito acompanhamento das notas (provavelmente, no âmbito das empresas que flexibilizam horário e/ou concedam bolsas de estudo, como condicionante para continuidade dos benefícios).

4.1.3.3. Eixo 3: Ensino, Pesquisa e Extensão

43,5% dos coordenadores entrevistados declararam que consideram as demandas da sociedade para definir as atividades de ensino, pesquisa e extensão em suas instituições, enquanto 21,7% afirmaram que definem tais atividades a partir de seus interesses de pesquisa.

As principais metodologias de ensino adotadas em sala de aula, declaradas pelos docentes, foram: Aulas expositivas (93,6%), aulas práticas (71,3%) e seminários (66%).

85% dos docentes declararam que utilizam metodologias ativas para estímulo ao desenvolvimento dos discentes. Porém, as metodologias mais usadas são: elaboração de projetos (62,8%), sala de aula invertida (52,1%), desafios (45,7%) e pesquisa de campo (45,7%). Outros métodos como a gamificação, o *design thinking*, a prototipação, o *storytelling* e a simulação de atividades empresariais não são utilizados pela imensa maioria dos respondentes.

Ademais, os docentes indicaram que o principal desafio pedagógico enfrentado consiste em estimular o engajamento e participação dos alunos (76,6%), seguido de desenvolver habilidades de escrita e compreensão de texto (63,8%), além de aprimorar o processo de avaliação dos discentes (33,3%) e incorporar metodologias de ensino remoto em cursos presenciais (28,7%).

Nesse sentido, cabe entender se o uso de metodologias ativas tem sido insuficiente para engajar os alunos e promover suas habilidades básicas de escrita e compreensão de texto, ou mesmo se o perfil dos alunos não está respondendo aos diferentes métodos pedagógicos

aplicados pelos professores. Outra hipótese a ser considerada é sobre a qualidade da base educacional prévia ao Ensino Superior e sobre a própria estrutura curricular dos cursos, se há um fio condutor nos cursos que facilite a apreensão dos conhecimentos e habilidades transmitidos.

Dependendo dos cursos em questão, pode haver uma dificuldade por parte dos respectivos docentes em adotar métodos alternativos menos tradicionais, que tragam a experiência do aluno para o centro do processo.

No que se refere à extensão, 79,8% dos docentes respondentes acreditam que é possível ampliar atividades de extensão a partir da aproximação com as demandas de comunidades locais. Conforme resultado do *survey*, a ampliação do número de projetos de extensão não resultaria em efetiva ampliação das atividades e tampouco o fortalecimento de empresas juniores geraria esse resultado.

Sob a ótica dos discentes, o cenário geral é positivo. 67% dos respondentes afirmaram que o curso atende às suas expectativas e que o tornarão um profissional capacitado. Além do mais, 41,5% dos discentes respondentes declararam participar (frequentemente e com muita frequência) de atividades de pesquisa e extensão promovidas pelas suas IES.

74,5% dos discentes respondentes declararam que a realização de estágio obrigatório é a estratégia da sua IES para aproximá-los do mercado de trabalho.

46,9% dos discentes afirmaram que em seus cursos são utilizadas, frequentemente ou muito frequentemente, metodologias ativas de ensino, ferramentas tecnológicas e outras inovações.

A fragilidade indicada pelos discentes respondentes se refere à modalidade de EAD, pois 56,4% deles afirmou que nunca ou raramente as disciplinas ministradas nessa modalidade favorecem seu aprendizado.

48% dos colaboradores do setor produtivo que responderam à pesquisa declararam que as demandas da sua empresa ou segmento empresarial são retratadas, frequentemente ou muito frequentemente, nas atividades acadêmicas das IES. No entanto, 48% nunca apresentou às IES locais problemas específicos para serem abordados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com o *survey*, 44% dos colaboradores respondentes acreditam que as IES são receptivas aos agentes do setor produtivo local para participarem de suas atividades. Esse ponto é relevante, pois reforça que se de um lado, a academia está historicamente distante do setor empresarial, por outro, o setor empresarial também não apresenta frequentemente demandas ao

setor acadêmico, o que pode ser reflexo de fatores tais como: baixa atividade inventiva nas empresas, baixa propensão a investir no desenvolvimento de novos produtos e serviços com maior conteúdo de conhecimento e tecnologia, ou ainda, na predominância da inovação fechada como estratégia de desenvolvimento de produtos e serviços.

Mais de 35% dos colaboradores declararam que as formações acadêmicas priorizadas pelas suas empresas nunca ou raramente se assemelham às áreas com maior oferta de cursos em Goiás. Esse dado indica um ponto de melhoria importante, que pode ser promovido a partir do momento em que as IES considerem as demandas de mercado como determinantes da abertura de novos cursos ou da reestruturação de currículos em cursos já existentes.

As principais formações acadêmicas prioritárias para o desenvolvimento das empresas, segundo a declaração dos colaboradores respondentes foram Administração e Direito (60%) e Negócios (60%). Além destas, 52% dos respondentes consideram a área de Computação e de TICs como prioritárias.

Curiosamente, as áreas técnicas e de ciências duras não são consideradas prioritárias por um grande percentual dos respondentes, a exemplo de Ciências Naturais (68%), Matemática e Estatística (68%), Engenharias (72%), Saúde e Bem-Estar (76%) e Agricultura (84%). Se por um lado, as TICs e a Computação tratam de ferramentas transversais para qualquer tipo de negócio, assim como as áreas de Negócios e Direito, por outro, essa não prioridade em áreas de hard science pode exprimir um perfil de empresas com baixo conteúdo tecnológico e baixo grau de inovação e competitividade sustentável. Outro ponto preocupante é que os ODSs da Agenda 2030 da ONU necessariamente exigem o desenvolvimento de soluções tecnologicamente mais sofisticadas para viabilizar um cenário mais inclusivo e sustentável a longo prazo, em setores como agricultura, saúde e educação.

Tal cenário reforça a responsabilidade das IES no fomento ao desenvolvimento de novas soluções voltadas para a sustentabilidade ambiental e social, no sentido mais amplo, pautando a agenda de uma nova geração de negócios e empresas que levem em consideração mercados e soluções não exploradas pela indústria brasileira e, em particular, do Estado de Goiás. É nesse contexto que fica evidente a importância do empreendedorismo acadêmico baseado na produção de conhecimento aplicado, na transferência de tecnologias e na criação de spin-offs acadêmicos como aposta para uma reconfiguração econômica e social das regiões.

Como habilidades comportamentais decisivas para novas contratações em suas empresas, as mais declaradas pelos colaboradores foram: capacidade de comunicação (64%) e

inteligência emocional (64%), seguidas de empatia (56%) e liderança (52%). Caráter e honestidade, criatividade, inovação e proatividade não foram consideradas decisivas.

Já quanto às habilidades técnicas consideradas decisivas para novas contratações, conforme os representantes do setor privado respondentes, identificam-se: Habilidade com tecnologias da informação e comunicação (100%) e formação acadêmica (curso de graduação) (56%). A educação continuada e a fluência em idiomas não foram consideradas habilidades decisivas pela maioria dos respondentes.

4.1.3.4. Eixo 4: Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

No quadro 14, o *survey* realizado traz indicadores sobre as práticas inovadoras no âmbito das atividades das IES de Goiás, de acordo com os coordenadores de curso, com destaque para práticas de inclusão escolar (56,6%), para práticas que coloquem o aluno como agente dos processos pedagógicos (56,5%), e para a capacitação de docentes para o uso de ferramentas tecnológicas (52,2%).

De acordo com 65,2% dos coordenadores de curso que responderam à pesquisa, não há estímulo para o desenvolvimento de competências socioemocionais, 73,9% dos respondentes consideram que não são utilizadas ferramentas de planejamento estratégico e gestão, 82,6% dos coordenadores acham que os professores não são liberados das tarefas administrativas e 95,7% dos coordenadores afirmam que a abordagem STEAM não é utilizada no seu respectivo curso para potencializar o aprendizado.

A percepção dos docentes que responderam à pesquisa é análoga à dos coordenadores de curso, variando apenas ligeiramente os pontos percentuais, conforme é possível verificar nos Quadros 14 e 15.

Já em relação à inovação tecnológica propriamente dita, um dos principais indicadores da contribuição das Universidades para o processo de introdução de inovações tecnológicas no mercado refere-se ao número de patentes (solicitadas, concedidas e licenciadas) em que as Universidades sejam titulares ou co-titulares.

O *survey* questionou aos docentes e coordenadores se os departamentos em que atuam geraram patentes ou outros ativos de propriedade industrial. Como resultado, 77% dos docentes e 82,6% dos coordenadores respondentes informaram que seus cursos não originaram sequer um pedido de patente, como resultado de suas atividades de pesquisa, extensão e inovação. É de se esperar que as IES públicas (sobretudo federais) tenham maior contribuição para esse processo, tendo em vista sua estrutura de pesquisa e a maior disponibilidade relativa de docentes

e pesquisadores de nível de pós-graduação, em comparação com os docentes das IES privadas e comunitárias.

Sobre internacionalização, 43,6% dos docentes e 47,8% dos coordenadores que responderam ao *survey* indicaram que o tema de internacionalização é raramente ou nunca tratado em seus cursos.

A despeito dos números tímidos em termos de produção de ativos de PI e da necessidade de ampliar a discussão e ações de promoção à internacionalização, mais de 90% dos coordenadores e docentes respondentes consideraram o tema da inovação, empreendedorismo e internacionalização como importante ou muito importante para a formação profissional dos alunos.

A maioria dos estudantes de nível superior tem apenas nível básico de proficiência em línguas estrangeiras, com uma predominância do espanhol (48,1% dos entrevistados declararam ter nível básico de espanhol, ao lado de 36,6% em inglês e 9,1% em francês).

Quanto à perspectiva dos discentes, 51,9% dos discentes respondentes informaram que não tem conhecimento sobre se sua IES possui ambiente de inovação, empresa júnior, incubadora de empresas ou outros ambientes promotores de inovação. 42,4% afirmaram que a IES possui algum desses ambientes, mas que eles não têm envolvimento. Apenas 4,9% dos discentes respondentes afirmaram que suas IES possuem essas estruturas e que eles fazem parte das ações ali promovidas.

Resultado análogo se observa quando perguntados sobre parcerias das suas IES com organizações ligadas ao contexto do empreendedorismo e da inovação.

Curiosamente, em outra questão, 67,9% dos discentes respondentes afirmaram perceber esforços de sua IES para se aproximar do setor produtivo empresarial local. Outro ponto positivo é que 59,6% dos discentes respondentes afirmaram que em seu curso há disciplinas ou atividades referentes ao empreendedorismo e inovação, sejam ocasionais, frequentes ou muito frequentes. O caminho do ensino do empreendedorismo e dos temas atinentes à promoção da inovação certamente é um ponto de partida relevante para criação de massa crítica e ampliação da visão da comunidade acadêmica sobre essa temática.

Os resultados do *survey* no levantamento junto ao setor privado indicam as lacunas ou contradições presentes, lançando luz sobre o caminho a seguir no fomento às parcerias entre academia e empresas.

Exemplo disso é que 60% dos representantes de empresas respondentes declararam que mantêm ou já mantiveram parcerias com as IES, Centros de Pesquisa, ambientes de inovação e

empreendedorismo. Destes, 40% da parceria se dá através de programas de estágios; 24% por meio da contratação de serviços e 24% por meio de convênios e descontos para colaboradores. Apenas 16% das empresas respondentes afirmaram ter desenvolvido projetos de pesquisa conjuntos.

Ao lado disso, mais de 65% dos colaboradores declararam que as IES representam uma alternativa para o setor produtivo se aproximar do contexto do empreendedorismo e inovação, enquanto para 56% dos colaboradores, os negócios de sua empresa dependem da atualização constante em termos de pesquisa e desenvolvimento, de forma frequente ou muito frequente.

60% dos colaboradores declararam ter relação com os ambientes de inovação no universo do empreendedorismo e inovação. 40% não se relaciona com nenhum dos elementos do universo do empreendedorismo e inovação apresentados. Curiosamente, apenas 16% se relacionam com incubadoras e outros 24% se relacionam com APLs e clusters. Isso significa que existe um percentual significativo de empresas que se relaciona com outros tipos de “ambientes de inovação”, e pode-se supor tratarem-se de parques tecnológicos, hubs ou espaços de *co-working*.

Quanto ao percentual do faturamento investido em atividades de inovação, 24% investem até 1% do faturamento, 12% investem entre 1,1 e 3% do faturamento, e 40% dos respondentes representantes de empresas declararam investir de 3,1% ou mais, o que é um excelente marcador. 24% não realizam investimentos em inovação.

Dentre as empresas que investiram em ações de inovação, 48% declararam ter investido em inovações de processo, 32% em inovações de produto e 28% em inovações do modelo de negócios.

Sobre programas de cooperação internacional, 56% dos representantes de empresas afirmaram que suas empregadoras nunca investiram em programas de cooperação internacional com IES, Centros de Pesquisa ou outros organismos internacionais, mas 28% declararam investir ocasionalmente em tais programas. Entre as empresas que investiram ou investem, a principal motivação foi ter acesso a novas tecnologias.

4.2 Os Desafios para a Educação Superior em Goiás, segundo os resultados das Entrevistas

Entrevistas consistem em ferramentas eficientes de escuta ativa, em que é possível apresentar questionamentos, demandas e sugestões de um público preciso, e a partir dos resultados desta comunicação definir metas e ações estratégicas para uma área específica.

Portanto, para a construção do presente Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás (2023-2032) foram realizadas entrevistas com a comunidade acadêmica do Ensino Médio e do Ensino Superior e com o setor produtivo com vistas à definição de políticas públicas para a Educação Superior do Estado de Goiás.

As entrevistas realizadas foram áudio-gravadas por meio de plataformas virtuais (*Zoom* e *Google Meet*) e roteirizadas a partir dos quatro eixos definidos para este Plano Diretor: Gestão Sustentável da Educação Superior; Ensino, Pesquisa e Extensão; Acesso, Permanência e êxito; e Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização.

De forma geral, constatou-se que as sugestões para a Educação Superior estão em consonância com a agenda mundial estabelecida pela ONU, no tocante aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em 1972, a ONU abriu uma importante discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento humano, durante uma Conferência por ela organizada em Estocolmo, Suécia, e que tinha por objetivo inicial despertar o interesse de diferentes nações para a construção orquestrada de acordos globais, que levassem ao desenvolvimento sustentável da humanidade. Dessa primeira ação até os dias atuais, vários encontros aconteceram, e a proposta inicial foi ganhando concretude, com muitos adeptos, definição/ampliação de objetivos e determinação de metas para alcançá-los. Neste amplo e longo cenário, nasceu em 2015 a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, como “um plano de ação global, que abrange as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e inter-relacionada.” (CRUZ et al, 2022, p.1)¹⁶, onde se abrigam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujas metas devem conduzir ou propiciar sua realização até o ano de 2030. Segundo os autores, “guiados pelas metas globais, a expectativa é de que, para além do alcance das metas pactuadas, os países definam as suas metas nacionais e as incorporem em suas políticas, programas e planos de governo” (Ibidem).

Embalados por esses e outros ideais, os representantes do Ensino Médio, das IES - incluindo gestores, docentes e discentes - e do Setor Produtivo posicionaram-se durante as entrevistas, em contribuições que serão apresentadas abaixo.

¹⁶ ARTIGO DE OPINIÃO, Revista do SUS, Cruz et all, 2022

Consultado em 23-06-2023: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/ress/a/X6fCx5KZxNwsx69xttRBpPy/?format=pdf>

4.2.1. Representantes do Ensino Médio

Problemas e desafios mais presentes nas entrevistas, apontados pelos representantes do Ensino Médio, bem como possíveis soluções, considerando-se os quatro eixos do PDES GO-2024-2033:

Eixo 1: Gestão Sustentável da Educação Superior

- Promover cursos de formação continuada de conhecimentos digitais para professores, que abrandem a quebra de paradigmas causada pelo domínio que os alunos apresentam na área, o que, muitas vezes, gera situações de constrangimento em sala de aula.
- Oferecer cursos de curta duração, voltados ao empreendedorismo, para professores do Ensino Médio.
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas envolvendo diferentes áreas do conhecimento humano, presentes no currículo.
- Gerir melhor os espaços ociosos das escolas para a realização de atividades práticas em consonância com o conteúdo programático.
- Estabelecer parcerias entre o Ensino Médio, IES e empresas para a realização de atividades como pesquisas, empreendedorismo e inovação.
- Reavaliar e fomentar os cursos de Licenciatura, de forma a se tornarem mais atrativos, visando a melhoria da qualidade do Ensino Básico.
- Criar cursos que atendam às necessidades regionais para que os jovens não tenham necessidade de se deslocarem do ambiente familiar e das atividades profissionais realizadas pela família.
- Conservar as estratégias de Educação a Distância desenvolvidas durante a pandemia da Covid-19.

Eixo 2: Ensino, Pesquisa e Extensão

- Reavaliar propostas curriculares que são extensas, cujos conteúdos não são totalmente contemplados no decorrer do período letivo, comprometendo as práticas correlatas aos assuntos estudados.
- Criar programas de pesquisa e extensão no Ensino Médio, aos moldes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio

do CNPq, para o desenvolvimento de habilidades que serão necessárias no Ensino Superior.

- Buscar fomento em programas já institucionalizados pelo governo federal, que ofereçam bolsas de iniciação científica a alunos e professores orientadores.
- Introduzir metodologias ativas desde o Ensino Médio para que haja melhor adaptação com as metodologias do Ensino Superior.

Eixo 3: Acesso, Permanência e Êxito

- Ampliar a quantidade de escolas nas diferentes regiões do estado para abarcar um número maior de alunos.
- Reavaliar o currículo escolar que não dialoga com as características próprias da adolescência, de modo a preparar os estudantes para a vida universitária.
- Estabelecer ações pedagógicas que trabalhem os conteúdos dos livros por meio de atividades práticas e que sejam mais atrativas aos estudantes.
- Definir políticas públicas de assistência estudantil nos âmbitos Federal e Estadual para evitar a evasão de estudantes do Ensino Médio.
- Aumentar o número de cursos técnicos nas instituições de educação básica, estimulando a profissionalização e inserção no mercado de trabalho.
- Ampliar vagas que permitam o ingresso de grupos minoritários desde a educação básica.
- Incluir e incentivar atividades extracurriculares no contraturno, como teatro, música e práticas esportivas para trabalhar as competências socioemocionais dos alunos.
- Oferecer atendimento psicossocial para professores e alunos.
- Oferecer reforço ao ensino, à aprendizagem e à orientação vocacional.
- Expandir internet de alta velocidade para que os alunos e professores tenham melhores condições de participar das aulas e realizar pesquisas virtuais.

Eixo 4: Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

- Introduzir noções de empreendedorismo e inovação no Ensino Médio, visando a qualificação dos estudantes para o mercado de trabalho e preparação para melhor assimilar as disciplinas do Ensino Superior.

- Estimular o aprendizado dos alunos conforme as demandas do setor produtivo regional, por meio de atividades em ambientes de laboratórios nas escolas, como, por exemplo, de informática, robótica, química, bem como desenvolver atividades na área da gastronomia, arte, economia, dentre outros.
- Promover programas de pesquisa com perspectiva de apresentação no exterior e execução de imersões culturais, de forma que as pesquisas representem ferramentas de transformação social.
- Criar proposta de participação do aluno do ensino médio em Empresa Júnior de uma IES, pública ou privada, como forma de antecipação de conhecimento acerca das noções iniciais sobre empreendedorismo, a partir de ideias inovadoras.¹⁷
- Criar convênios com escolas estrangeiras para possibilidade de intercâmbio no Ensino Médio, efetivando processos de internacionalização.¹⁸

¹⁷ É sabido que o Programa da Empresa Júnior foi criado para servir de suporte ao aluno universitário.

De acordo com o Guia do estudante, a criação da empresa júnior foi regulamentada pela Lei 13.267, e seu escopo pode ser resumido como, [um] movimento [que] começou na França em 1967.

[...] a pioneira no Brasil – e na América Latina – foi a Empresa Júnior Fundação Getulio Vargas, em 1988. Um dos idealizadores, Rogério Cher, conta que a motivação para começar o movimento por aqui, na verdade, nasceu de um aborrecimento. Onde ele estudava não havia a opção de curso noturno e isso fazia com que eles ficassem com as piores opções de estágio. Uma empresa júnior foi a maneira que ele, aos 20 anos, encontrou para utilizar técnicas de organização empresarial e se desenvolver profissionalmente ainda durante a graduação. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/o-que-e-uma-empresa-junior-e-quais-as-vantagens-em-participar>. Acesso: 23 de junho de 2023.

¹⁸ Internacionalização é um assunto bastante recorrente quando se fala de ensino superior e mais especialmente por compor muitos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, de Mestrado ou Doutorado, por meio da chamada bolsa sanduíche, em que parte do trabalho é desenvolvida no país de origem do programa e parte em um país estrangeiro. Embora exista a possibilidade de se promover mobilidade internacional para alunos da educação básica, mais precisamente, do ensino médio (Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008), poucas ações têm sido promovidas nesse sentido no país. Com a evolução tecnológica alcançada pelas necessidades impostas pela pandemia da Covid-19, no decorrer dos anos 2020-21, o panorama da internacionalização se abriu igualmente a alunos do ensino médio, por meio de ofertas de:

- oficinas extensionistas on line;
- criação de centros de línguas, em que um falante ensina sua língua e aprende a do outro, iniciando com a modalidade oral e evoluindo para a escrita;
- promoção de imersões dos estudantes na realidade cultural de outros países, de forma a envolver a música, a literatura, o artesanato etc.;
- visitas técnicas em empresas multinacionais; enfim,
- utilização de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), para implementar ações de internacionalização *at home* (IaH), em que os estudantes ganham experiência internacional, sem sair de seu ambiente e do seu país.

Não fica descartada a possibilidade de serem desenvolvidas ações de intercâmbio entre alunos de um país a outro, por meio de participação dos estudantes em feiras, estágios e olimpíadas internacionais, com o apoio de parcerias entre o estado e o setor produtivo.

Cf. <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista>

REIS, J. P. C. dos .; SANTOS, G. M. T. dos . INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES NO ENSINO MÉDIO. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 10, n. 28, p. 25–38, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6371527. Disponível em:

<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/595>. Acesso em: 28 jun. 2023.

4.2.2. Gestores de IES

Problemas e desafios mais presentes nas entrevistas, apontados pelos representantes das IES, bem como possíveis soluções, considerando-se os quatro eixos do PDES GO - 2024-2033:

Eixo 1: Gestão Sustentável da Educação Superior

- Direcionar maior atenção aos cursos de Licenciatura, com a finalidade de fortalecer o mercado de trabalho, proporcionando melhores condições salariais, acompanhamento psicossocial e reforçando a segurança no local de atuação dos professores.
- Estabelecer parcerias entre IES públicas e privadas para a realização de atividades integradas, com o propósito de trocar experiências e know-how.
- Buscar fomento nas instâncias municipais, estaduais e federais, nos fundos de investimentos nacionais e internacionais, e nas empresas, que possibilitem o desenvolvimento de projetos relacionados aos cursos ofertados pelas instituições.
- Conservar as estratégias de EAD, bem como as modalidades de aulas remotas ou híbridas, desenvolvidas durante a pandemia da Covid-19, com recorrência a ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), utilizadas na formação profissional.¹⁹
- Promover cursos de formação continuada para professores, com o objetivo de atualizar suas práticas pedagógicas e acompanhar as transformações sociais globais, fortalecendo os processos de ensino-aprendizagem dos estudantes, alinhadas às transformações digitais.
- Fortalecer a existência das IES estabelecidas como novas unidades em regiões que requerem profissionais com competências específicas, proporcionando educação de qualidade à população local.

¹⁹ A modalidade de ensino-aprendizagem entendida como EaD (Educação a Distância) diz respeito a um tipo de estudo que poderá acontecer em qualquer nível, da graduação à pós-graduação, no ambiente denominado AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), podendo ser totalmente virtualmente ou semipresencial. Já a modalidade remota foi criada com a utilização de ferramentas digitais para suprir uma emergência causada pela pandemia da Covid-19, que obrigou o distanciamento social, interrompendo as aulas presenciais de todos os níveis escolares, transferindo, deste modo, os estudos para a modalidade online, sem interromper o progresso do aluno. Por sua vez, o ensino híbrido será realizado ora presencialmente, ora online.

- Promover a participação de IES públicas e privadas em conselhos municipais, estaduais e federais de educação, com o intuito de alinhar ações estratégicas voltadas à educação e para dialogar sobre tendências globais.
- Adotar plataformas tecnológicas que utilizem Inteligência Artificial (IA)²⁰ no cruzamento de dados relacionados à jornada estudantil.
- Criar Colégios de Aplicação Pedagógica (CAP) - voltados para os cursos de Licenciatura -, os quais têm como princípios básicos servir de campo de estágio, bem como formação e atualização de professores para a Educação Básica, por meio de aplicação de técnicas e metodologias educacionais mais avançadas.
- Criar cursos que atendam às necessidades regionais para que os jovens não tenham a necessidade de se deslocarem do ambiente familiar e das atividades profissionais realizadas pela família.

Eixo 2: Ensino, Pesquisa e Extensão

- Oferecer cursos que atendam às demandas locais e que reflitam as características e potencialidades de cada região.
- Estimular a interação com a população por meio de eventos culturais e sociais, no modelo de feiras de criatividade, apresentações artísticas, concursos de talentos musicais, gincanas de arrecadação de alimentos, caminhadas ecológicas e casamentos comunitários.
- Estabelecer parcerias entre as IES e setor produtivo para a prática de projetos de pesquisa que desenvolvam o diagnóstico e prognóstico de demandas de empresas, com vistas ao estabelecimento de possíveis soluções por elas requeridas.
- Promover visitas técnicas de estudantes nas empresas para acompanharem os processos desenvolvidos e rotinas dos profissionais.
- Manter um canal de relacionamento entre as IES e o setor produtivo para a divulgação de oportunidades de estágios, programas de iniciação científica e trabalhos de complementação.

²⁰ A Inteligência Artificial (IA) é um campo da ciência da computação, que ao envolver várias tecnologias tem como objetivo principal desenvolver a capacidade de máquinas (e robôs) de efetivarem atividades que até então só seriam realizadas por seres com alto nível intelectual, simulando capacidades voltadas ao aprendizado, ao reconhecimento de voz e de visão, à compreensão de linguagens, à resolução de problemas, bem como à tomada de decisão, próprias dos seres humanos.

- Oferecer serviços à comunidade em diferentes áreas, como, Saúde, Direito, Educação, Administração, Contabilidade, bem como nas áreas Ambiental e Cultural. Tais iniciativas são essenciais para atender tanto às necessidades da população, quanto para fortalecer a prática dos estudantes universitários e estimular a participação e a tomada de conhecimento dos estudantes do Ensino Médio.

Eixo 3: Acesso, Permanência e Êxito

- Organizar Feiras de Profissões voltadas ao público do Ensino Médio, a fim de facilitar a orientação para escolha da carreira mais adequada e para que os estudantes conheçam opções de IES.
- Acompanhar a velocidade das tecnologias e assegurar o ensino híbrido como método de ensino, permitindo a permanência dos estudantes nas IES.
- Manter políticas afirmativas de acesso à educação superior, por meio de cotas (para negros, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda).
- Estimular a permanência mediante a oferta de bolsas de estudos, estágio, monitoria, pesquisa, bolsa creche para mães, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), bem como auxílio moradia estudantil e vale alimentação em Restaurante Universitário (RU).
- Monitorar a jornada do estudante por meio de ferramentas avançadas de IA para identificar tendências de evasão e, a partir dos resultados, criar mecanismos de permanência.
- Estimular espaços de convivência, como, por exemplo, laboratórios de informática, cantinas, salas de estudo, diretórios acadêmicos, centros acadêmicos, atléticas, empresas juniores, dentre outros.
- Estreitar convênio com a prefeitura para a adoção do Passe Livre Estudantil (PLE).
- Criar mecanismos em parceria com a Câmara de Vereadores e a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO) para que os municípios ofereçam transporte público em horários compatíveis com o funcionamento das IES, em especial na zona rural.

- Criar medidas de apoio a grupos minoritários, como, por exemplo, pessoas com deficiência, idosos, quilombolas e indígenas, por meio de: i. adoção de medidas de mobilidade interna e externa ao ambiente acadêmico, com o apoio de entidades municipais e estaduais; ii. fortalecimento de parcerias voltadas ao deslocamento do estudante da residência ou trabalho ao ambiente acadêmico; iii. oferta de refeições a baixo custo ao estudante, tanto em cantinas quanto em restaurantes universitários no interior das IES.
- Implantar centro de apoio pedagógico e psicológico especializado voltado ao atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção (TDA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).
- Expandir o acesso à internet de alta velocidade como fator primordial para que os alunos e professores tenham melhores condições de participar das aulas e realizar pesquisas virtuais.
- Implantar Comissão de Acompanhamento de Egressos - CAE, no sentido de retroalimentar decisões e atualizações de cursos, estimular a colocação do egresso no mercado de trabalho e promover a interação entre os atuais estudantes e os egressos, por meio de palestras, seminários e projetos de extensão.
- Sugerir a criação de projetos multiáreas, permitindo a integração e a troca de conhecimento entre professores e alunos de diferentes áreas do conhecimento humano.
- Realizar projetos que integrem Ensino Básico e Ensino Superior, possibilitando que estudantes da Educação Básica frequentem disciplinas da graduação - como aluno especial-, que estudantes de graduação assistam aulas de pós-graduação e que alunos de pós-graduação cursem disciplinas de graduação como atividade complementar.

Eixo 4: Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

- Impulsionar a formação dos futuros profissionais, voltada às demandas da indústria 4.0, como, por exemplo, desenvolvimento de software, automatização e automação industrial, robotização de sistemas e processos, *big data*, *business intelligence*, inteligência artificial, mecatrônica, internet das coisas, integração

de tecnologias, computação em nuvem, digitalização de processos, dentre outros.

- Promover a formação dos futuros profissionais, voltada ao marketing e comunicação, como, por exemplo, *design* de produto, *design* de marca, análise de métricas, experiência de usuário e redes digitais.
- Estimular a formação dos futuros profissionais, voltada a pesquisas agroecológicas a partir da criação de cursos de agroecologia, atentando para a preservação do bioma Cerrado, prevalente no estado de Goiás.
- Incentivar a criação de empresas juniores, para o levantamento de possíveis projetos de consultoria empresarial e fortalecimento do potencial do futuro profissional.
- Criar oportunidades de participação de discentes, docentes, técnicos e a sociedade em geral nos ambientes de inovação (hubs de incubação de empresas, laboratórios de prototipagem, espaços de *coworking*) das IES, para estimular processos criativos e inovadores voltados ao bem-estar social.
- Estimular a participação de estudantes em maratonas de *hackathons*²¹, prototipagem e olimpíadas correlacionadas à matriz curricular.
- Sugerir a criação de um programa estadual de egressos que ofereça monitoria para a criação de portfólio e que utilize estruturas já existentes no estado - como as Escolas do Futuro, Hub de Inovação -, para a realização de atividades práticas.
- Propor convênios internacionais, vislumbrando mobilidade acadêmica (voltada para bolsa sanduíche), programas para professores visitantes, intercâmbio de estudantes, bolsas de estudo e de pesquisa e cursos de formação complementar (na modalidade presencial ou a distância).

4.2.3. Docentes

Eixo 1: Gestão Sustentável da Educação Superior

- Realizar um trabalho conjunto com profissionais das áreas de psicologia e das ciências sociais para compreender melhor os jovens e pensar em maneiras de tornar o ensino mais atrativo.

²¹ *Hackathon* é uma combinação entre os termos *hack* (programar) e *marathon* (maratona). São eventos que reúnem programadores, *designers* e outros profissionais ligados ao desenvolvimento de *softwares*, voltados à solução de problemas.

- Promover encontros de gestores de IES para trocar informações e compartilhar boas práticas pedagógicas.
- Desenvolver uma cultura de estabilidade na carreira docente, evitando a rotatividade de professores/pesquisadores nas IES e promovendo melhor qualidade de vida e de trabalho.
- Estimular a formação de projetos de lei para programas de fomento, intercâmbios e outras oportunidades para as IES, visando garantir a continuidade dos programas a longo prazo.
- Incentivar um ambiente de trabalho mais democrático, envolvendo a participação dos docentes nos projetos pedagógicos, na revisão do regimento interno, nas reuniões de colegiado e na gestão da IES.
- Buscar estabelecer o piso salarial para docentes da rede privada de ensino.
- Estabelecer um sistema nacional de educação que inclua tanto o setor público quanto o privado.
- Estabelecer condições adequadas de trabalhos para docentes por meio da Convenção Coletiva de Trabalho da Educação Superior, visando garantir conquistas além das previstas na legislação trabalhista.
- Prever reajuste salarial para docentes na Convenção Coletiva de Trabalho da Educação Superior e no Ministério do Trabalho para oferecer garantia, segurança e estabilidade aos trabalhadores em termos financeiros.
- Estreitar diálogo entre IES e representações sindicais de trabalhadores para estabelecer medidas que melhorem a qualidade do ambiente de trabalho para os colaboradores das IES.
- Alinhar as políticas de educação entre o Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e o Plano Municipal de Educação, buscando a eficiência na implantação de cada um.
- Propor ao Congresso Nacional o debate sobre carreira docente para padronização em nível nacional, com políticas que abranjam as redes privada e pública de ensino.
- Estimular a criação de Centros Acadêmicos para promover discussões e debates acerca da educação superior entre os discentes e alinhamento com os gestores de curso.

- Ampliar as unidades das IES, porém com foco na qualidade do ensino oferecido, e garantir a fiscalização por sindicatos relacionados à educação, pelo Governo do Estado de Goiás e pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Educação.
- Buscar fomento para os cursos de Licenciatura.
- Buscar mais estabilidade na carga horária dos docentes, proporcionando maior previsibilidade para o planejamento de aulas, tempo e aspectos financeiros.
- Proporcionar licença aos professores para realizarem Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, *Fellowships* e outros programas, a fim de garantir a formação continuada e o desenvolvimento da ciência, trazendo novos conhecimentos ao ambiente acadêmico.
- Proporcionar reconhecimento e benefícios aos docentes que avançarem em sua formação educacional, concluindo cursos de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.
- Reconhecer e premiar a excelência em pesquisa, ensino e extensão como critérios fundamentais para o avanço na carreira docente.
- Distribuir carga horária aos docentes para que possam se dedicar à pesquisa.

Eixo 2: Ensino, Pesquisa e Extensão

- Desenvolver as áreas de dados, matemática estatística, matemática industrial e matemática aplicada, que são cada vez mais demandadas para realizar projeções, traçar cenários e pensar no futuro em diversas áreas, como empresariais, ambientais, tecnológicas, econômicas e financeiras, educacionais, entre outras.
- Promover atividades nas quais os discentes possam discutir em equipe e apresentar possíveis soluções para problemas sociais, educacionais, ambientais, tecnológicos, culturais, dentre outros temas.
- Estimular projetos de pesquisa entre docentes de diferentes IES.
- Promover a criação de espaços de discussão voltados para a utilização eficiente de energia, água e outros recursos escassos, visando a conscientização e busca por soluções sustentáveis.
- Fomentar os estudos e reflexões acerca da ética, valores e compromissos sociais, visando contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, éticos e engajados com as questões sociais.

- Divulgar para a sociedade os avanços e desenvolvimentos realizados pela academia, reduzindo o tempo de assimilação entre a produção acadêmica e a sociedade.
- Estimular o pensamento crítico dos discentes por meio da Filosofia, Artes e Humanidades, áreas que ampliam a visão de mundo e possuem reconhecimento internacional.
- Promover discussões sobre democracia e ciência nas IES, a fim de estimular a formação de pensadores livres e pesquisas científicas que possam oferecer soluções para diversas questões sociais.

Eixo 3: Acesso, Permanência e Êxito

- Dedicar atenção especial aos novos discentes, provenientes do ensino médio, visando evitar a evasão, uma vez que podem enfrentar dificuldades em acompanhar o ritmo das aulas e possivelmente desistir do curso.
- Promover educação intercultural, na qual parte do curso é realizada na cidade e a outra parte em terra indígena, em quilombos e periferia/favelas.
- Fornecer bolsas de estudo baseadas em critérios socioeconômicos e mérito acadêmico, auxílio financeiro para alimentação, moradia e material didático.
- Disponibilizar orientadores em relação às demandas acadêmicas, planejamento de carreira, escolha de disciplinas e desenvolvimento de habilidades.
- Disponibilizar profissionais de saúde mental para oferecer aconselhamento psicológico e suporte emocional.

Eixo 4 – Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

- Estabelecer uma Comissão de Estágio em todos os cursos, com o objetivo de servir como uma ponte facilitadora para a inserção dos discentes no mercado de trabalho.
- Promover a internacionalização, proporcionando oportunidades para toda a comunidade acadêmica das IES se desenvolver e contribuir com conhecimento, visando à integração e evitando o isolamento.
- Fomentar o contato dos discentes com o âmbito internacional, permitindo que ampliem sua visão de oportunidades de carreira.

- Estabelecer parcerias internacionais para viabilizar a realização de cursos e pesquisas online.

4.2.4. *Discentes*

Eixo 1: Gestão Sustentável da Educação Superior

- Assegurar a disponibilidade de produtos básicos de higiene, a fim de proporcionar condições mais adequadas para estudantes e professores.
- Realizar a manutenção adequada das áreas verdes nas IES por motivos de segurança, uma vez que a vegetação alta pode atrair animais nocivos, bem como potencializar a ocorrência de crimes. Essa medida visa garantir a segurança dos estudantes, professores e demais membros da comunidade acadêmica.
- Maior valorização da Universidade Estadual de Goiás (UEG).
- Promover um ambiente acadêmico estimulante, valorizando o desenvolvimento profissional dos docentes por meio da aplicação de um plano de carreira eficiente.
- Considerar a atualização das aulas EaD, de modo a permitir que os alunos tenham acesso a um canal de comunicação adequado para esclarecer dúvidas com os professores. Além disso, é desejável que o conteúdo aprendido esteja mais alinhado com a realidade do mercado de trabalho, facilitando sua aplicação prática.

Eixo 2: Ensino, Pesquisa e Extensão

- Disponibilizar recursos financeiros para financiar projetos de pesquisa, incluindo aquisição de equipamentos, materiais e recursos necessários para a condução das pesquisas.
- Oferecer bolsas de iniciação científica para discentes e docentes, incentivando-os a se engajarem em projetos de pesquisa.
- Estabelecer parcerias com instituições de pesquisa e empresas, promovendo intercâmbio de conhecimentos, compartilhamento de recursos e oportunidades de pesquisa conjunta.
- Organizar conferências, simpósios e workshops científicos para incentivar a troca de conhecimentos, a divulgação de pesquisas e o estímulo à colaboração entre pesquisadores.

- Ampliar de forma eficiente a divulgação dos serviços gratuitos oferecidos pelas IES à sociedade, visando beneficiar um maior número de pessoas. Esses serviços incluem consultoria jurídica e empresarial, atendimentos na área da saúde, cursos e capacitações, entre outros.
- Organizar eventos sociais com a finalidade de arrecadar alimentos não perecíveis, destinados à montagem de cestas básicas que poderão ser distribuídas a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Adicionalmente, arrecadar ração para ser distribuída às associações responsáveis pelo cuidado de animais de rua.
- Desenvolver projetos e programas que abordem questões sociais, como inclusão social, desenvolvimento sustentável, combate à pobreza, promoção da igualdade de gênero, entre outros.

Eixo 3: Acesso, Permanência e Êxito

- Investir na melhoria da educação básica, a fim de proporcionar aos estudantes um nível de educação adequado, preparando-os de forma eficaz para acompanharem o ritmo das aulas no ensino superior.
- Implementar programas de inclusão e ações afirmativas para garantir o acesso de estudantes de diferentes origens socioeconômicas, étnico-raciais e com deficiências.
- Dedicar uma atenção especial aos indígenas e quilombolas, com o objetivo de criar meios para que eles se sintam mais familiarizados com o ambiente acadêmico, envolvendo suas culturas de maneira adequada.
- Disponibilizar bolsas de estudo, bolsa permanência, restaurante universitário, auxílio moradia e auxílios financeiros para apoiar os estudantes de baixa renda, minimizando as barreiras econômicas que podem impedir a continuidade e o êxito acadêmico.
- Realizar revisões regulares das políticas de seleção dos discentes que serão contemplados com auxílios, com o objetivo de atualizar e aprimorar os critérios e processos de escolha, garantindo que sejam adequados e alinhados com os princípios de equidade e justiça.
- Assegurar que os programas de assistência estudantil cumpram os prazos de pagamento do auxílio financeiro, a fim de evitar prejuízos aos estudantes que

contam com esses recursos para cumprir seus compromissos financeiros e suprir suas necessidades.

- Buscar ampliar os benefícios do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)²² aos discentes de pós-graduação, que apresentam baixa renda e estão matriculados em instituições federais.
- Implementar sistemas de monitoramento do desempenho dos estudantes e criar medidas de apoio especializado quando os resultados apresentarem dificuldades acadêmicas e tendências de evasão, a exemplo do Aplicativo Sissa²³, utilizado pela UFG.
- Apoiar os discentes que desejam utilizar o nome social, ao invés do nome civil, em documentos, como Lista de Frequência, Histórico Escolar, Atestado de Matrícula, Espelho de Matrícula, Diploma, bem como em solenidades, como colação de grau, defesa de monografia, dissertação ou tese, entrega de certificados e eventos afins.
- Estimular a cultura de avaliação contínua da satisfação dos discentes, visando ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem e ao crescimento acadêmico desejado.
- Estabelecer centros de aconselhamento estudantil, em que profissionais qualificados, como psicólogos e/ou terapeutas, ofereçam suporte emocional aos discentes para lidar com questões pessoais, acadêmicas e relacionadas à carreira.
- Promover orientação vocacional aos discentes para auxiliar na identificação e no desenvolvimento de suas habilidades, contribuindo para uma escolha de carreira mais consciente e alinhada com as suas expectativas.
- Estabelecer ou colaborar com creches no campus das IES, visando permitir que estudantes com filhos possam deixá-los sob os devidos cuidados e concentrar-se nos estudos. Além disso, disponibilizar horários flexíveis para aulas e atividades, a fim de que os estudantes possam conciliar os cuidados com os filhos e o compromisso com a formação acadêmica.

Eixo 4: Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

²² O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

²³ Sissa - Sistema integrado de suporte aos alunos. A ferramenta é baseada em Inteligência Artificial e tem o objetivo de combater a evasão no ensino superior.

- Incluir cursos e disciplinas que abordem o empreendedorismo jurídico no currículo acadêmico, fornecendo aos estudantes conhecimentos práticos sobre gestão, marketing, finanças e outras competências empresariais relevantes para a área jurídica.
- Incluir disciplinas específicas no currículo, focadas na prática de redação jurídica, possibilitando os alunos aprenderem técnicas de elaboração de petições e peças processuais. Adicionalmente, realizar atividades práticas envolvendo casos reais ou simulados.
- Estabelecer parcerias com escritórios de advocacia, empresas de tecnologia jurídica (*legaltechs*) e outras organizações relevantes, criando oportunidades de estágio, programas de mentoria e projetos conjuntos que fomentem o empreendedorismo e a inovação na área jurídica.

4.2.5. Representantes do setor produtivo

Problemas e desafios mais presentes nas entrevistas, apontados pelos representantes do Setor Produtivo, bem como possíveis soluções, considerando-se os quatro eixos do PDES GO - 2023-2032:

Eixo 1: Gestão Sustentável da Educação Superior

- Incentivar atividades de extensão, empreendedorismo e inovação desde o Ensino Médio, como forma de preparar os estudantes para o ingresso no mercado de trabalho e para o Ensino Superior.
- Fortalecer a existência das IES estabelecidas como novas unidades em regiões que requerem profissionais com competências específicas, proporcionando educação de qualidade à população local.

Eixo 2: Ensino, Pesquisa e Extensão

- Estabelecer parcerias entre as IES e setor produtivo para a prática de projetos de pesquisa que desenvolvam o diagnóstico e prognóstico de demandas de empresas, com vistas ao estabelecimento de possíveis soluções por elas requeridas.
- Promover visitas técnicas de estudantes nas empresas para acompanharem os processos desenvolvidos e rotinas dos profissionais.

- Manter um canal de relacionamento entre as IES e o setor produtivo para a divulgação de oportunidades de estágios, programas de iniciação científica e trabalhos de complementação.

Eixo 3: Acesso, Permanência e Êxito

- Sugerir a implantação de Comissão de Acompanhamento de Egressos - CAE nas IES, onde as empresas possam buscar profissionais capacitados para suprir as demandas de conhecimentos especializados.
- Estimular a criação de cursos pelas IES que atendam as necessidades regionais para que os jovens não tenham a necessidade de se deslocarem do ambiente familiar e das atividades profissionais realizadas pela família ou empresas locais.

Eixo 4: Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização

- Estimular o aprendizado dos alunos conforme as demandas do setor produtivo regional, por meio de atividades em ambientes de laboratórios nas escolas, como, por exemplo, de informática, robótica, química, bem como desenvolver atividades na área da gastronomia, arte, economia, dentre outros.
- Impulsionar a formação dos futuros profissionais, voltada às demandas da indústria 4.0, como, por exemplo, desenvolvimento de *software*, automatização e automação industrial, robotização de sistemas e processos, *big data*, *business intelligence*, inteligência artificial, mecatrônica, internet das coisas, integração de tecnologias, computação em nuvem, digitalização de processos, dentre outros.
- Apoiar a formação dos futuros profissionais, voltada ao marketing e comunicação, como, por exemplo, *design* de produto, *design* de marca, análise de métricas, experiência de usuário e redes digitais.
- Estimular a formação dos futuros profissionais, voltada a pesquisas agroecológicas - atentando, especialmente, para a preservação do bioma Cerrado, prevalente no estado de Goiás -, visando alinhamento com as tendências globais de boas práticas de governança ambiental, social e corporativa.
- Promover a participação de discentes, docentes, técnicos e a sociedade em geral nos ambientes de inovação (hubs de incubação de empresas, laboratórios de

prototipagem, espaços de *coworking*) das IES, para estimular processos criativos e inovadores voltados ao desenvolvimento econômico e bem-estar social.

- Ajudar a estimular a participação de estudantes em maratonas de *hackathons*, prototipagem e olimpíadas correlacionadas à matriz curricular.
- Sugerir a criação de um programa estadual de egressos que ofereça atividades práticas realizadas nos ambientes de inovação governamentais, que realize monitoria aos participantes para a criação de portfólios, e que estabeleça o contato com empresas que necessitem sua especialidade.
- Incentivar a criação de empresas juniores nas IES, para o levantamento de projetos de consultoria empresarial, com o objetivo de apresentar soluções nos negócios e ajudar a promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade.
- Fomentar o desenvolvimento de programas que preparem o estudante para a atuação em ambientes profissionais multiculturais, por meio do desenvolvimento de competências, como, por exemplo, habilidades idiomáticas, liderança intercultural, negociação e participação em feiras e eventos internacionais.

Estes foram, portanto, os principais desafios relatados pela comunidade acadêmica e pelo setor produtivo acerca da Educação Superior em Goiás. A partir deles, delineamos, no capítulo seguinte, uma versão preliminar dos objetivos e metas a serem alcançados pelos formuladores de políticas públicas e pelos gestores das IES no próximo decênio.

5. PLANO DE AÇÃO

Neste capítulo apresentamos um esquema analítico de diretrizes para a educação do ensino superior no estado de Goiás, segmentadas por eixo estruturante, e que contém como variáveis objetivos, metas, estratégias e indicadores.

Cabe destacar que a versão final do documento base do plano diretor contará com o quadro preenchido, tendo como fonte os instrumentos de pesquisa até aqui já realizados, bem como a compilação de conteúdos advindos das audiências públicas, a serem realizadas ao longo do mês de agosto de 2023, em cronograma detalhado no capítulo XX.

O Plano de Ação a ser construído terá natureza exclusivamente diretiva, tendo como objetivo servir de referência para a condução da educação superior pelas autoridades competentes nos próximos 10 anos. O Plano de Ação, bem como o inteiro teor deste documento, não tornará compulsório qualquer tipo de ação a ser desenvolvida pelas IES e pelos governos federal, do estado de Goiás e dos municípios goianos

6.1 Gestão Sustentável da Educação Superior

6.2 Acesso, permanência e êxito

6.3 Ensino, pesquisa e extensão

6.4 Empreendedorismo, inovação e internacionalização

OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	INDICADORES FÍSICOS DE EXECUÇÃO
------------------	--------------	--------------------	--

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDINO, J. M. **Ensino superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à ordem ocorrida na década de 80.** 1991. 309f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

BALDINO, R R. **Ensino da matemática ou educação matemática.** Revista Temas & Debates- SBEM, Rio de Janeiro, n.3, ano IV, p.51-60, 1991.

CRUZ et al, 2022, p.1. **ARTIGO DE OPINIÃO**, Revista do SUS. Consultado em 23-06-2023: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/ress/a/X6fCx5KZxNwsx69xttRBpPy/?format=pdf.

ETZKOWITZ, H; ZHOU, C. **Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo,** 1998; 2002, Inovação • Estud. av. 31 (90) • May-Aug 2017, <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>.

FRANCO, M E dal P. Gestão e modelos da educação superior. In: MOROSINI, M C (org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária.** Brasília-DF: Inep/MEC, 2006. v. 2.

GAMA, M E R; SANTOS, J T S. **Gestão na educação superior e as avaliações de suas práticas.** Avaliação (Campinas) 25 (02) • May-Aug 2020 • <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200012>

GOMES, W. **Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas.** Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 27, p. 58-78, ago. 2005.

KROTH, D C, BARTH, E. **DO ACESSO AO ÊXITO ACADÊMICO: a Importância da Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior.** In: Desenvolvimento em Questão Editora Unijuí • ISSN 2237-6453 • Ano 20 • n. 58 • 2022

MEIRELES, A. V.; SILVA, T. B. P. E; CAMARA, R. J. **Democracia digital: consultas públicas interativas.** Design e Tecnologia, v. 8, n. 15, p. 81-95, 30 jun. 2018.

MOITA, F M G da S C; ANDRADE, F C B de. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 41 maio/ago. 2009

REIS, J. P. C. dos .; SANTOS, G. M. T. dos . **INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES NO ENSINO MÉDIO.** Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 10, n. 28, p. 25–38, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6371527. <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/595>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SANTOS, F R dos. **Os processos de instalação e expansão do ensino superior no estado de Goiás: as iniciativas pública e privada (1930-2020).** Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n.1, p. 155-174, jan./mar., 2022.

TEIXEIRA et al (2021) (OLIVEIRA, DINIZ, MARCONDES). **INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA ADMINISTRAÇÃO: MANIFESTA PARA O FUTURO-PRESENTE,** Rev. adm. empres. 61 (3) • 2021 • <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210308>

VIEIRA, P A; BUAINAIN, A M; CONTINI, E. Goiás: do vazio ao heterogêneo. In: CAVALCANTI, I M et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste.** Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [350]-393.

NORMAS, LEIS, RESOLUÇÕES, INSTITUIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS:

NBR12267 DE 10/2013

Normas para elaboração de Plano Diretor

LEI Complementar nº 26, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1998 - Estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás.

Resolução CEE/PLENO Nº 03/2016 - Regula, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, a delegação do Serviço Público Educacional, exclusivamente para a oferta de Educação na modalidade de Educação a Distância – EAD Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos – EJA- Ensino Fundamental e Ensino Médio e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e dá outras providências.

New Visions for Higher Education towards 2030 A stepping stone for the GUNi International Call for Action (2022–2025): “Rethinking HEIs for Sustainable and Inclusive Societies” - GUNi World Report Special Issue.

Relatório anual da UNESCO no Brasil, 2022, BR/2023/PI/H/1, 55 pages: illustrations, Publicado em 2023 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 7, Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France, e pela Representação da UNESCO no Brasil.

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2021. Ministério da Educação (MEC), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Inep - BrAsII. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior, 2022.

A contribuição das instituições de ensino superior para a aprendizagem ao longo da vida: relatório de pesquisa global apresentado à Conferência Mundial de Educação Superior da UNESCO (WHEC2022).

UNESCO [66618], UNESCO. Assistant Director-General for Education, 2010-2018 (Qian Tang) [writer of foreword] [20] - RELATÓRIO ANUAL DA UNESCO NO BRASIL DE 2019, SBN : 978-85-7652-245-4, 47 pages : illustrations; Language :Portuguese, 2019.

TIC DOMICÍLIOS 2021 LANÇAMENTO DOS RESULTADOS, CETIC.BR , São Paulo, 21 de junho de 2022.

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

OIT Brasília - Organização Internacional do Trabalho: Escritório no Brasil

BRASIL. **Sistema e-MEC**: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>, acesso em 21 de março de 2022.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Atlas da Violência 2016.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL-Constituição Federal de 1988.

Lei 9394, de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional - de 20 de dezembro de 1996.

Art. 42 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996:

“As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)”.

Lei Complementar 26, a LDB Estadual de Goiás, de 28 de dezembro de 1998.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2016. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA VISÃO ABRANGENTE. In: **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira** / organizadores: Tom Dwyer ... [et al.]. – Brasília : Ipea; Pequim : SSAP, 2016.

(ProUni) - Programa Universidade Para Todos – PORTARIA Nº 94, de 26 de janeiro de 2023.

(Proext) - Programa de Apoio à Extensão Universitária - Decreto nº 6.495, de 30/06/2008 - Institui o Proext Lei nº 12.155, de 23/12/2009 - Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT e dá outras providências.

(Pnaes) - Programa Nacional de Assistência Estudantil - PROJETO DE LEI N.º 8.739, DE 2017.

(Fies) - Fundo de Financiamento Estudantil - Lei nº 10.260, de 12/07/01 - Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências; Portaria nº 1.725, de 03/08/01 - estabelece as diretrizes para o FIES; Portaria nº 2.184, de 22/07/2004 - que altera e consolida dispositivos da Portaria MEC nº 1.725, de 3 de agosto de 2001.

Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás - Lei Estadual nº 21.615 (originalmente projeto de lei nº 10717/22). Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016).

Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

ANEXO 1

NOTAS SOBRE O CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: BRASIL, CENTRO OESTE E GOIÁS

TABELA 01 - Perfil do Docente de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa (Pública e Privada) no Brasil, Centro-Oeste e Goiás, 2021

Atributos do Vínculo Docente	Total	Categoria administrativa nas IES			
		Pública		Privada	
		Total	%	Total	%
BRASIL					
Sexo					
Feminino	168.708	78.425	46,5%	90.283	53,5%
Masculino	190.117	97.545	51,3%	92.572	48,7%
Faixa Etária					
até 29 anos	11.688	3.938	33,7%	7.750	66,3%
de 30 a 34 anos	43.208	16.662	38,6%	26.546	61,4%
de 35 a 39 anos	62.146	29.439	47,4%	32.707	52,6%
de 40 a 44 anos	65.786	32.467	49,4%	33.319	50,6%
de 45 a 49 anos	53.004	26.454	49,9%	26.550	50,1%
de 50 a 54 anos	42.121	22.173	52,6%	19.948	47,4%
de 55 a 59 anos	37.484	20.846	55,6%	16.638	44,4%
de 60 anos ou mais	43.388	23.991	55,3%	19.397	44,7%
Cor/Raça					
Branca	194.135	81.482	42,0%	112.653	58,0%
Preta	8.196	4.731	57,7%	3.465	42,3%
Parda	55.702	24.984	44,9%	30.718	55,1%
Amarela	3.557	2.053	57,7%	1.504	42,3%
Indígena	464	289	62,3%	175	37,7%
Escolaridade					
Sem graduação	114	104	91,2%	10	8,8%
Graduação	4.227	3.854	91,2%	373	8,8%

Especialização	49.463	11.091	22,4%	38.372	77,6%
Mestrado	123.412	38.702	31,4%	84.710	68,6%
Doutorado	181.609	122.219	67,3%	59.390	32,7%
Regime de trabalho					
Integral	201.162	151.438	75,3%	49.724	24,7%
Parcial	96.055	17.872	18,6%	78.183	81,4%
Horista	61.608	6.660	10,8%	54.948	89,2%
CENTRO-OESTE					
Sexo					
Feminino	16.441	8.375	50,9%	8.066	49,1%
Masculino	17.794	9.627	54,1%	8.167	45,9%
Faixa Etária					
até 29 anos	1.601	620	38,7%	981	61,3%
de 30 a 34 anos	5.004	2.291	45,8%	2.713	54,2%
de 35 a 39 anos	6.377	3.413	53,5%	2.964	46,5%
de 40 a 44 anos	6.440	3.536	54,9%	2.904	45,1%
de 45 a 49 anos	5.087	2.755	54,2%	2.332	45,8%
de 50 a 54 anos	3.695	2.096	56,7%	1.599	43,3%
de 55 a 59 anos	3.008	1.777	59,1%	1.231	40,9%
de 60 anos ou mais	3.023	1.514	50,1%	1.509	49,9%
Cor/Raça					
Branca	16.981	8.712	51,3%	8.269	48,7%
Preta	987	595	60,3%	392	39,7%
Parda	6.489	2.845	43,8%	3.644	56,2%
Amarela	447	262	58,6%	185	41,4%
Indígena	48	34	70,8%	14	29,2%
Escolaridade					
Sem graduação	3	2	66,7%	1	33,3%
Graduação	626	604	96,5%	22	3,5%
Especialização	6.106	1.769	29,0%	4.337	71,0%

Mestrado	11.339	4.027	35,5%	7.312	64,5%
Doutorado	16.161	11.600	71,8%	4.561	28,2%
Regime de trabalho					
Integral	19.099	15.123	79,2%	3.976	20,8%
Parcial	10.263	2.552	24,9%	7.711	75,1%
Horista	4.873	327	6,7%	4.546	93,3%
GOIÁS					
Sexo					
Feminino	6.515	3.282	50,4%	3.233	49,6%
Masculino	6.871	3.689	53,7%	3.182	46,3%
Faixa Etária					
até 29 anos	623	193	31,0%	430	69,0%
de 30 a 34 anos	1.942	850	43,8%	1.092	56,2%
de 35 a 39 anos	2.543	1.358	53,4%	1.185	46,6%
de 40 a 44 anos	2.559	1.475	57,6%	1.084	42,4%
de 45 a 49 anos	1.987	1.101	55,4%	886	44,6%
de 50 a 54 anos	1.450	849	58,6%	601	41,4%
de 55 a 59 anos	1.216	709	58,3%	507	41,7%
de 60 anos ou mais	1.066	436	40,9%	630	59,1%
Cor/Raça					
Branca	5.449	2.820	51,8%	2.629	48,2%
Preta	390	215	55,1%	175	44,9%
Parda	2.268	1.001	44,1%	1.267	55,9%
Amarela	125	68	54,4%	57	45,6%
Indígena	11	6	54,5%	5	45,5%
Escolaridade					
Sem graduação	-	-	-	-	-
Graduação	237	233	98,3%	4	1,7%
Especialização	2.243	486	21,7%	1.757	78,3%
Mestrado	4.840	1.833	37,9%	3.007	62,1%

Doutorado	6.066	4.419	72,8%	1.647	27,2%
Regime de trabalho					
Integral	7.624	6.048	79,3%	1.576	20,7%
Parcial	3.784	898	23,7%	2.886	76,3%
Horista	1.978	25	1,3%	1.953	98,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2021)

TABELA 02 - Perfil do Vínculo Discente de Graduação, por Modalidade de Ensino (Presencial e a Distância) no Brasil, Centro-oeste e Goiás, 2021

Atributos do Vínculo Discente de Graduação	Total	Modalidade de ensino nas IES			
		Presencial		A Distância	
		Total	%	Total	%
BRASIL					
Sexo					
Feminino	5.248.891	3.006.691	57,3%	2.242.200	42,7%
Masculino	3.737.663	2.263.493	60,6%	1.474.170	39,4%
Cor/Raça					
Branca	1.593.357	650.875	40,8%	942.482	59,2%
Preta	248.174	101.935	41,1%	146.239	58,9%
Parda	1.016.332	429.763	42,3%	586.569	57,7%
Amarela	52.448	22.005	42,0%	30.443	58,0%
Indígena	14.603	6.288	43,1%	8.315	56,9%
Categoria Administrativa					
Pública	17.149	10.524	61,4%	6.625	38,6%
Privada	427.620	25.209	5,9%	402.411	94,1%
Grau Acadêmico					
Bacharelado	141.841	23.388	16,5%	118.453	83,5%
Licenciatura	98.184	6.018	6,1%	92.166	93,9%
Tecnológico	204.452	6.059	3,0%	198.393	97,0%
Turno					
Diurno	2.397.444	2.397.444	100,0%	-	-

Noturno	2.872.740	2.872.740	100,0%	-	-
Idade (ingressante)					
até 17 anos	12.517	8.590	68,6%	3.927	31,4%
de 18 a 24 anos	1.682.920	958.771	57,0%	724.149	43,0%
de 25 a 29 anos	682.245	191.938	28,1%	490.307	71,9%
de 30 a 34 anos	532.083	113.689	21,4%	418.394	78,6%
de 35 a 39 anos	435.159	82.949	19,1%	352.210	80,9%
de 40 a 49 anos	460.319	85.053	18,5%	375.266	81,5%
de 50 a 59 anos	119.843	22.334	18,6%	97.509	81,4%
de 60 ou mais anos	19.811	4.199	21,2%	15.612	78,8%
Idade (matrícula)					
até 17 anos	10.967	7.601	69,3%	3.366	30,7%
de 18 a 24 anos	4.089.479	3.187.091	77,9%	902.388	22,1%
de 25 a 29 anos	1.726.583	993.796	57,6%	732.787	42,4%
de 30 a 34 anos	1.096.002	433.398	39,5%	662.604	60,5%
de 35 a 39 anos	857.595	278.878	32,5%	578.717	67,5%
de 40 a 49 anos	912.636	274.473	30,1%	638.163	69,9%
de 50 a 59 anos	249.575	78.299	31,4%	171.276	68,6%
de 60 ou mais anos	43.717	16.648	38,1%	27.069	61,9%
Idade (concluente)					
até 17 anos	4	2	50,0%	2	50,0%
de 18 a 24 anos	461.582	390.523	84,6%	71.059	15,4%
de 25 a 29 anos	334.822	240.106	71,7%	94.716	28,3%
de 30 a 34 anos	184.313	89.540	48,6%	94.773	51,4%
de 35 a 39 anos	140.996	53.653	38,1%	87.343	61,9%
de 40 a 49 anos	153.189	51.051	33,3%	102.138	66,7%
de 50 a 59 anos	44.602	14.270	32,0%	30.332	68,0%
de 60 ou mais anos	7.680	2.902	37,8%	4.778	62,2%

CENTRO-OESTE

Sexo

Feminino	484.642	277.699	57,3%	206.943	42,7%
Masculino	335.496	200.734	59,8%	134.762	40,2%
Cor/Raça					
Branca	124.557	48.728	39,1%	75.829	60,9%
Preta	24.916	10.801	43,3%	14.115	56,7%
Parda	119.344	51.771	43,4%	67.573	56,6%
Amarela	8.098	3.425	42,3%	4.673	57,7%
Indígena	1.899	919	48,4%	980	51,6%
Categoria Administrativa					
Pública	1.496	1.185	79,2%	311	20,8%
Privada	39.141	2.223	5,7%	36.918	94,3%
Grau Acadêmico					
Bacharelado	12.815	2.209	17,2%	10.606	82,8%
Licenciatura	8.712	626	7,2%	8.086	92,8%
Tecnológico	19.081	544	2,9%	18.537	97,1%
Turno					
Diurno	225.708	225.708	100,0%	0	0,0%
Noturno	252.725	252.725	100,0%	0	0,0%
Idade (ingressante)					
até 17 anos	1.278	850	66,5%	428	33,5%
de 18 a 24 anos	166.200	89.816	54,0%	76.384	46,0%
de 25 a 29 anos	66.707	17.942	26,9%	48.765	73,1%
de 30 a 34 anos	51.077	10.917	21,4%	40.160	78,6%
de 35 a 39 anos	40.135	7.865	19,6%	32.270	80,4%
de 40 a 49 anos	42.066	8.337	19,8%	33.729	80,2%
de 50 a 59 anos	10.412	2.176	20,9%	8.236	79,1%
de 60 ou mais anos	1.744	388	22,2%	1.356	77,8%
Idade (matrícula)					
até 17 anos	1.129	758	67,1%	371	32,9%
de 18 a 24 anos	387.424	297.947	76,9%	89.477	23,1%

de 25 a 29 anos	151.999	83.665	55,0%	68.334	45,0%
de 30 a 34 anos	98.002	37.423	38,2%	60.579	61,8%
de 35 a 39 anos	75.986	24.744	32,6%	51.242	67,4%
de 40 a 49 anos	81.057	25.517	31,5%	55.540	68,5%
de 50 a 59 anos	21.166	7.071	33,4%	14.095	66,6%
de 60 ou mais anos	3.375	1.308	38,8%	2.067	61,2%

Idade (concluinte)

até 17 anos	1	0	0,0%	1	100,0%
de 18 a 24 anos	45.177	37.911	83,9%	7.266	16,1%
de 25 a 29 anos	29.627	20.784	70,2%	8.843	29,8%
de 30 a 34 anos	16.724	8.068	48,2%	8.656	51,8%
de 35 a 39 anos	13.180	5.150	39,1%	8.030	60,9%
de 40 a 49 anos	14.621	5.115	35,0%	9.506	65,0%
de 50 a 59 anos	3.973	1.389	35,0%	2.584	65,0%
de 60 ou mais anos	630	256	40,6%	374	59,4%

GOIÁS

Sexo

Feminino	169.769	100.531	59,2%	69.238	40,8%
Masculino	111.205	68.800	61,9%	42.405	38,1%

Cor/Raça

Branca	42.157	17.937	42,5%	24.220	57,5%
Preta	7.504	3.324	44,3%	4.180	55,7%
Parda	42.608	19.634	46,1%	22.974	53,9%
Amarela	3.077	1.186	38,5%	1.891	61,5%
Indígena	337	183	54,3%	154	45,7%

Categoria Administrativa

Pública	584	501	85,8%	83	14,2%
Privada	15.827	837	5,3%	14.990	94,7%

Grau Acadêmico

Bacharelado	5.241	884	16,9%	4.357	83,1%
-------------	-------	-----	-------	-------	-------

Licenciatura	3.448	253	7,3%	3.195	92,7%
Tecnológico	7.713	192	2,5%	7.521	97,5%
Turno					
Diurno	72.776	72.776	100,0%	0	0,0%
Noturno	96.555	96.555	100,0%	0	0,0%
Idade (ingressante)					
até 17 anos	663	491	74,1%	172	25,9%
de 18 a 24 anos	60.725	34.305	56,5%	26.420	43,5%
de 25 a 29 anos	23.225	6.653	28,6%	16.572	71,4%
de 30 a 34 anos	17.413	3.844	22,1%	13.569	77,9%
de 35 a 39 anos	13.521	2.641	19,5%	10.880	80,5%
de 40 a 49 anos	13.554	2.611	19,3%	10.943	80,7%
de 50 a 59 anos	3.161	578	18,3%	2.583	81,7%
de 60 ou mais anos	512	91	17,8%	421	82,2%
Idade (matrícula)					
até 17 anos	581	433	74,5%	148	25,5%
de 18 a 24 anos	137.326	107.934	78,6%	29.392	21,4%
de 25 a 29 anos	51.894	29.618	57,1%	22.276	42,9%
de 30 a 34 anos	32.919	12.981	39,4%	19.938	60,6%
de 35 a 39 anos	25.247	8.194	32,5%	17.053	67,5%
de 40 a 49 anos	25.741	7.851	30,5%	17.890	69,5%
de 50 a 59 anos	6.331	1.994	31,5%	4.337	68,5%
de 60 ou mais anos	935	326	34,9%	609	65,1%
Idade (concluinte)					
até 17 anos	1	0	0,0%	1	100,0%
de 18 a 24 anos	16.039	13.861	86,4%	2.178	13,6%
de 25 a 29 anos	10.090	7.431	73,6%	2.659	26,4%
de 30 a 34 anos	5.418	2.833	52,3%	2.585	47,7%
de 35 a 39 anos	4.133	1.666	40,3%	2.467	59,7%
de 40 a 49 anos	4.546	1.569	34,5%	2.977	65,5%

de 50 a 59 anos	1.142	392	34,3%	750	65,7%
de 60 ou mais anos	161	69	42,9%	92	57,1%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 03 - Ingressos Em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2011 – 2021)

Regiões selecionadas por ano	Total de Ingressos	Ingressos por modalidade de ensino das IES			
		Presencial	%	A distância	%
BRASIL					
2011	2346695	1915098	81,6%	431597	18,4%
2012	2747089	2204456	80,2%	542633	19,8%
2013	2742950	2227545	81,2%	515405	18,8%
2014	3110848	2383110	76,6%	727738	23,4%
2015	2920222	2225663	76,2%	694559	23,8%
2016	2985644	2142463	71,8%	843181	28,2%
2017	3226249	2152752	66,7%	1073497	33,3%
2018	3445935	2072614	60,1%	1373321	39,9%
2019	3633320	2041136	56,2%	1592184	43,8%
2020	3765475	1756496	46,6%	2008979	53,4%
2021	3944897	1467523	37,2%	2477374	62,8%
CENTRO-OESTE					
2011	227477	179161	78,8%	48316	21,2%
2012	271599	211728	78,0%	59871	22,0%
2013	280240	226280	80,7%	53960	19,3%
2014	313527	235252	75,0%	78275	25,0%
2015	277974	215310	77,5%	62664	22,5%
2016	298791	211907	70,9%	86884	29,1%
2017	319162	210724	66,0%	108438	34,0%
2018	331134	200735	60,6%	130399	39,4%
2019	355345	202970	57,1%	152375	42,9%

2020	344967	157899	45,8%	187068	54,2%
2021	379619	138291	36,4%	241328	63,6%
GOIÁS					
2011	77758	63981	82,3%	13777	17,7%
2012	87795	71445	81,4%	16350	18,6%
2013	89273	73892	82,8%	15381	17,2%
2014	98135	74408	75,8%	23727	24,2%
2015	89841	72363	80,5%	17478	19,5%
2016	91084	69154	75,9%	21930	24,1%
2017	100006	70543	70,5%	29463	29,5%
2018	106080	68234	64,3%	37846	35,7%
2019	120128	71118	59,2%	49010	40,8%
2020	112729	54622	48,5%	58107	51,5%
2021	132774	51214	38,6%	81560	61,4%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 04 - Percentual de Ingressos Em Cursos de Graduação por Categoria Administrativa no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2011 – 2021)

Ano por selecionadas regiões	Total de Ingressos	Categoria administrativa nas IES			
		Pública	%	Privada	%
BRASIL					
2011	2346695	490680	20,9%	1856015	79,1%
2012	2747089	547897	19,9%	2199192	80,1%
2013	2742950	531846	19,4%	2211104	80,6%
2014	3110848	548542	17,6%	2562306	82,4%
2015	2920222	534361	18,3%	2385861	81,7%
2016	2985644	529492	17,7%	2456152	82,3%
2017	3226249	589586	18,3%	2636663	81,7%
2018	3445935	580936	16,9%	2864999	83,1%
2019	3633320	559293	15,4%	3074027	84,6%
2020	3765475	527006	14,0%	3238469	86,0%

2021	3944897	492141	12,5%	3452756	87,5%
CENTRO-OESTE					
2011	227477	45834	20,1%	181643	79,9%
2012	271599	51387	18,9%	220212	81,1%
2013	280240	50547	18,0%	229693	82,0%
2014	313527	52995	16,9%	260532	83,1%
2015	277974	54869	19,7%	223105	80,3%
2016	298791	54093	18,1%	244698	81,9%
2017	319162	60418	18,9%	258744	81,1%
2018	331134	58006	17,5%	273128	82,5%
2019	355345	60780	17,1%	294565	82,9%
2020	344967	46025	13,3%	298942	86,7%
2021	379619	46552	12,3%	333067	87,7%
GOIÁS					
2011	77758	17300	22,2%	60458	77,8%
2012	87795	18471	21,0%	69324	79,0%
2013	89273	18447	20,7%	70826	79,3%
2014	98135	19468	19,8%	78667	80,2%
2015	89841	20308	22,6%	69533	77,4%
2016	91084	19957	21,9%	71127	78,1%
2017	100006	22514	22,5%	77492	77,5%
2018	106080	20841	19,6%	85239	80,4%
2019	120128	24424	20,3%	95704	79,7%
2020	112729	16885	15,0%	95844	85,0%
2021	132774	17214	13,0%	115560	87,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 05 - Ingressos Em Cursos de Graduação por Grau Acadêmico no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2011 – 2021)

		Grau acadêmico nas IES
--	--	------------------------

Ano por regiões selecionadas	Total de Ingressos	Bacharelado	%	Licenciatura	%	Tecnológico	%
BRASIL							
2011	2.336.946	1.438.981	61,6%	454.712	19,5%	443.253	19,0%
2012	2.736.641	1.703.704	62,3%	491.087	17,9%	541.850	19,8%
2013	2.729.275	1.738.272	63,7%	469.237	17,2%	521.766	19,1%
2014	3.090.723	1.952.325	63,2%	568.425	18,4%	569.973	18,4%
2015	2.898.695	1.853.223	63,9%	528.507	18,2%	516.965	17,8%
2016	2.964.686	1.837.367	62,0%	595.895	20,1%	531.424	17,9%
2017	3.206.513	1.940.059	60,5%	649.137	20,2%	617.317	19,3%
2018	3.426.711	2.000.094	58,4%	707.048	20,6%	719.569	21,0%
2019	3.614.548	2.062.155	57,1%	731.682	20,2%	820.711	22,7%
2020	3.749.473	2.073.519	55,3%	695.790	18,6%	980.164	26,1%
2021	3.927.824	2.152.519	54,8%	606.529	15,4%	1.168.776	29,8%
CENTRO-OESTE							
2011	227.011	138.892	61,2%	46.869	20,6%	41.250	18,2%
2012	270.814	169.340	62,5%	46.795	17,3%	54.679	20,2%
2013	278.666	179.884	64,6%	46.562	16,7%	52.220	18,7%
2014	310.904	196.817	63,3%	56.071	18,0%	58.016	18,7%
2015	275.044	180.259	65,5%	46.993	17,1%	47.792	17,4%
2016	296.279	184.386	62,2%	58.368	19,7%	53.525	18,1%
2017	316.615	191.066	60,3%	61.463	19,4%	64.086	20,2%
2018	328.893	191.044	58,1%	67.613	20,6%	70.236	21,4%
2019	353.097	201.815	57,2%	69.994	19,8%	81.288	23,0%
2020	343.761	189.264	55,1%	62.717	18,2%	91.780	26,7%
2021	378.507	208.696	55,1%	55.470	14,7%	114.341	30,2%
GOIÁS							
2011	77.758	49.729	64,0%	16.232	20,9%	11.797	15,2%
2012	87.522	57.846	66,1%	14.612	16,7%	15.064	17,2%
2013	88.746	60.299	67,9%	15.184	17,1%	13.263	14,9%

2014	97.589	63.782	65,4%	18.459	18,9%	15.348	15,7%
2015	89.268	61.954	69,4%	15.080	16,9%	12.234	13,7%
2016	90.645	60.331	66,6%	17.450	19,3%	12.864	14,2%
2017	99.566	64.352	64,6%	19.816	19,9%	15.398	15,5%
2018	105.710	65.672	62,1%	21.680	20,5%	18.358	17,4%
2019	119.716	71.523	59,7%	24.800	20,7%	23.393	19,5%
2020	112.351	65.011	57,9%	20.330	18,1%	27.010	24,0%
2021	132.457	77.559	58,6%	19.201	14,5%	35.697	26,9%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 06 - Matrículas Em Cursos de Graduação por Categoria Administrativa no Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2011 – 2021)

Ano por selecionadas	regiões	Total Matrículas	de	Categoria administrativa nas IES			
				Pública	%	Privada	%
BRASIL							
2011		6.739.689		1.773.315	26,3%	4.966.374	73,7%
2012		7.037.688		1.897.376	27,0%	5.140.312	73,0%
2013		7.305.977		1.932.527	26,5%	5.373.450	73,5%
2014		7.828.013		1.961.002	25,1%	5.867.011	74,9%
2015		8.027.297		1.952.145	24,3%	6.075.152	75,7%
2016		8.048.701		1.990.078	24,7%	6.058.623	75,3%
2017		8.286.663		2.045.356	24,7%	6.241.307	75,3%
2018		8.450.755		2.077.481	24,6%	6.373.274	75,4%
2019		8.603.824		2.080.146	24,2%	6.523.678	75,8%
2020		8.680.354		1.956.352	22,5%	6.724.002	77,5%
2021		8.986.554		2.078.661	23,1%	6.907.893	76,9%
CENTRO-OESTE							
2011		637.543		150.527	23,6%	487.016	76,4%
2012		666.441		156.163	23,4%	510.278	76,6%
2013		696.275		163.069	23,4%	533.206	76,6%

2014	751.439	168.239	22,4%	583.200	77,6%
2015	755.096	173.526	23,0%	581.570	77,0%
2016	751.601	178.954	23,8%	572.647	76,2%
2017	772.300	189.321	24,5%	582.979	75,5%
2018	774.211	192.118	24,8%	582.093	75,2%
2019	787.614	198.424	25,2%	589.190	74,8%
2020	769.641	182.798	23,8%	586.843	76,2%
2021	820.138	197.418	24,1%	622.720	75,9%

GOIÁS

2011	221.768	58.581	26,4%	163.187	73,6%
2012	224.922	58.300	25,9%	166.622	74,1%
2013	235.604	59.996	25,5%	175.608	74,5%
2014	252.397	61.305	24,3%	191.092	75,7%
2015	249.419	61.685	24,7%	187.734	75,3%
2016	243.744	62.721	25,7%	181.023	74,3%
2017	251.423	66.533	26,5%	184.890	73,5%
2018	255.809	67.611	26,4%	188.198	73,6%
2019	265.520	71.852	27,1%	193.668	72,9%
2020	261.262	65.752	25,2%	195.510	74,8%
2021	280.974	64.945	23,1%	216.029	76,9%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 07 - Percentual de Matrículas Em Cursos de Graduação da Rede Pública por Categoria Administrativa no Brasil, no Centro-Oeste e Goiás (2011-2021)

Ano por regiões selecionadas	Total de Matrículas	Categoria administrativa das IES							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Especial	%
BRASIL									
2011	1.773.315	1.032.936	58,2%	619.354	34,9%	121.025	6,8%		0,0%
2012	1.897.376	1.087.413	57,3%	625.283	33,0%	62.221	3,3%	122.459	6,5%
2013	1.932.527	1.137.851	58,9%	604.517	31,3%	58.677	3,0%	131.482	6,8%
2014	1.961.002	1.180.068	60,2%	615.849	31,4%	51.576	2,6%	113.509	5,8%
2015	1.952.145	1.214.635	62,2%	618.633	31,7%	46.933	2,4%	71.944	3,7%
2016	1.990.078	1.249.324	62,8%	623.446	31,3%	47.018	2,4%	70.290	3,5%
2017	2.045.356	1.306.351	63,9%	641.865	31,4%	83.912	4,1%	13.228	0,6%
2018	2.077.481	1.324.984	63,8%	660.854	31,8%	66.593	3,2%	25.050	1,2%
2019	2.080.146	1.335.254	64,2%	656.585	31,6%	64.349	3,1%	23.958	1,2%
2020	1.956.352	1.254.080	64,1%	623.729	31,9%	51.932	2,7%	26.611	1,4%
2021	2.078.661	1.371.128	66,0%	633.785	30,5%	50.039	2,4%	23.709	1,1%
CENTRO-OESTE									
2011	150.527	99.448	66,1%	41.384	27,5%	9.695	6,4%		0,0%
2012	156.163	102.337	65,5%	41.130	26,3%	5.196	3,3%	7.500	4,8%
2013	163.069	108.577	66,6%	40.901	25,1%	5.901	3,6%	7.690	4,7%
2014	168.239	114.825	68,3%	40.030	23,8%	4.688	2,8%	8.696	5,2%
2015	173.526	118.787	68,5%	41.448	23,9%	1.042	0,6%	12.249	7,1%

2016	178.954	121.956	68,1 %	43.819	24,5%	880	0,5%	12.299	6,9%
2017	189.321	131.738	69,6 %	44.393	23,4%	13.190	7,0%		0,0%
2018	192.118	133.413	69,4 %	46.059	24,0%	12.646	6,6%		0,0%
2019	198.424	136.848	69,0 %	49.414	24,9%	12.162	6,1%		0,0%
2020	182.798	131.081	71,7 %	40.494	22,2%	11.223	6,1%		0,0%
2021	197.418	139.305	70,6 %	46.101	23,4%	12.012	6,1%		0,0%
GOIÁS									
2011	58.581	29.201	49,8 %	19.685	33,6%	9.695	16,5%		0,0%
2012	52.191	29.266	56,1 %	18.412	35,3%	4.513	8,6%	6.109	11,7%
2013	53.681	30.361	56,6 %	18.093	33,7%	5.227	9,7%	6.315	11,8%
2014	52.609	31.087	59,1 %	17.591	33,4%	3.931	7,5%	8.696	16,5%
2015	49.436	31.907	64,5 %	16.487	33,4%	1.042	2,1%	12.249	24,8%
2016	50.422	33.194	65,8 %	16.348	32,4%	880	1,7%	12.299	24,4%
2017	66.533	35.334	53,1 %	18.009	27,1%	13.190	19,8%		0,0%
2018	67.611	35.919	53,1 %	19.046	28,2%	12.646	18,7%		0,0%
2019	71.852	37.698	52,5 %	21.992	30,6%	12.162	16,9%		0,0%
2020	65.752	36.145	55,0 %	18.405	28,0%	11.202	17,0%		0,0%
2021	64.945	36.307	55,9 %	16.637	25,6%	12.001	18,5%		0,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 08 - Matrículas Em Cursos de Graduação por Tipo de Organização Acadêmica no Brasil, no Centro-Oeste e Goiás (2011 – 2021)

Ano por regiões selecionadas	Total de Matrículas	IES por tipo de organização acadêmica							
		Universidade	%	Centro Universitário	%	Faculdade	%	IF e Cefet	%
BRASIL									
2011	6.739.689	3.632.373	53,9 %	921.019	13,7 %	2.084.671	30,9 %	101.626	1,5 %
2012	7.037.688	3.812.491	54,2 %	1.085.576	15,4 %	2.027.982	28,8 %	111.639	1,6 %
2013	7.305.977	3.898.880	53,4 %	1.154.863	15,8 %	2.131.827	29,2 %	120.407	1,6 %
2014	7.828.013	4.167.059	53,2 %	1.293.795	16,5 %	2.235.197	28,6 %	131.962	1,7 %
2015	8.027.297	4.273.155	53,2 %	1.357.802	16,9 %	2.251.464	28,0 %	144.876	1,8 %
2016	8.048.701	4.322.092	53,7 %	1.415.147	17,6 %	2.146.870	26,7 %	164.592	2,0 %
2017	8.286.663	4.439.917	53,6 %	1.594.364	19,2 %	2.070.197	25,0 %	182.185	2,2 %
2018	8.450.755	4.467.694	52,9 %	1.906.327	22,6 %	1.879.228	22,2 %	197.506	2,3 %
2019	8.603.824	4.487.849	52,2 %	2.263.304	26,3 %	1.636.828	19,0 %	215.843	2,5 %
2020	8.680.354	4.714.434	54,3 %	2.345.444	27,0 %	1.402.786	16,2 %	217.690	2,5 %
2021	8.986.554	4.948.461	55,1 %	2.599.610	28,9 %	1.203.112	13,4 %	235.371	2,6 %
CENTRO-OESTE									
2011	637.543	315.433	49,5 %	103.861	16,3 %	208.324	32,7 %	9.925	1,6 %
2012	666.441	336.478	50,5 %	112.181	16,8 %	205.548	30,8 %	12.234	1,8 %
2013	696.275	342.229	49,2 %	126.738	18,2 %	213.272	30,6 %	14.036	2,0 %
2014	751.439	372.038	49,5 %	142.370	18,9 %	221.122	29,4 %	15.909	2,1 %
2015	755.096	372.828	49,4 %	149.039	19,7 %	214.768	28,4 %	18.461	2,4 %

2016	751.601	372.198	49,5 %	150.286	20,0 %	209.087	27,8 %	20.030	2,7 %
2017	772.300	379.195	49,1 %	163.801	21,2 %	206.413	26,7 %	22.891	3,0 %
2018	774.211	369.252	47,7 %	179.781	23,2 %	200.831	25,9 %	24.347	3,1 %
2019	787.614	367.803	46,7 %	212.412	27,0 %	180.306	22,9 %	27.093	3,4 %
2020	769.641	370.819	48,2 %	230.770	30,0 %	140.628	18,3 %	27.424	3,6 %
2021	820.138	412.934	50,3 %	263.606	32,1 %	115.252	14,1 %	28.346	3,5 %
GOIÁS									
2011	215.083	110.185	51,2 %	19.447	9,0 %	85.451	39,7 %	6.685	3,1 %
2012	217.447	112.636	51,8 %	21.327	9,8 %	83.484	38,4 %	7.475	3,4 %
2013	227.735	117.230	51,5 %	23.148	10,2 %	87.357	38,4 %	7.869	3,5 %
2014	244.712	128.834	52,6 %	25.868	10,6 %	90.010	36,8 %	7.685	3,1 %
2015	240.526	126.660	52,7 %	25.002	10,4 %	88.864	36,9 %	8.893	3,7 %
2016	234.271	123.769	52,8 %	23.965	10,2 %	86.537	36,9 %	9.473	4,0 %
2017	241.184	125.208	51,9 %	31.704	13,1 %	84.272	34,9 %	10.239	4,2 %
2018	245.097	123.548	50,4 %	35.125	14,3 %	86.424	35,3 %	10.712	4,4 %
2019	253.758	127.370	50,2 %	45.553	18,0 %	80.835	31,9 %	11.762	4,6 %
2020	249.861	128.573	51,5 %	61.196	24,5 %	60.092	24,1 %	11.401	4,6 %
2021	269.282	146.683	54,5 %	73.778	27,4 %	48.821	18,1 %	11.692	4,3 %

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

Nota: IF sigla do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Cefet é a sigla do Centro federal de educação tecnológica

TABELA 09 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO POR MODALIDADE DE ENSINO NO BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS, 2011 –

2021

Ano por regiões selecionadas	Total de matrículas	Matrículas por modalidade de ensino das IES			
		Presencial	%	A distância	%
BRASIL					
2011	6739689	5746762	85,3%	992927	14,7%
2012	7037688	5923838	84,2%	1113850	15,8%
2013	7305977	6152405	84,2%	1153572	15,8%
2014	7828013	6486171	82,9%	1341842	17,1%
2015	8027297	6633545	82,6%	1393752	17,4%
2016	8048701	6554283	81,4%	1494418	18,6%
2017	8286663	6529681	78,8%	1756982	21,2%
2018	8450755	6394244	75,7%	2056511	24,3%
2019	8603824	6153560	71,5%	2450264	28,5%
2020	8680354	5574551	64,2%	3105803	35,8%
2021	8986554	5270184	58,6%	3716370	41,4%
CENTRO-OESTE					
2011	637543	537006	84,2%	100537	15,8%
2012	666441	547768	82,2%	118673	17,8%
2013	696275	575515	82,7%	120760	17,3%
2014	751439	611927	81,4%	139512	18,6%
2015	755096	617317	81,8%	137779	18,2%
2016	751601	606523	80,7%	145078	19,3%
2017	772300	607357	78,6%	164943	21,4%
2018	774211	590773	76,3%	183438	23,7%
2019	787614	570145	72,4%	217469	27,6%
2020	769641	494386	64,2%	275255	35,8%
2021	820138	478433	58,3%	341705	41,7%
GOIÁS					
2011	221768	194616	87,8%	27152	12,2%
2012	224922	192098	85,4%	32824	14,6%
2013	235604	201515	85,5%	34089	14,5%
2014	252397	210018	83,2%	42379	16,8%
2015	249419	209158	83,9%	40261	16,1%
2016	243744	204345	83,8%	39399	16,2%
2017	251423	206794	82,2%	44629	17,8%
2018	255809	204834	80,1%	50975	19,9%
2019	265520	200410	75,5%	65110	24,5%
2020	261262	177391	67,9%	83871	32,1%
2021	280974	169331	60,3%	111643	39,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA DAS IES NO BRASIL, NO CENTRO-OESTE E GOIÁS, 2011 – 2021

Ano por regiões selecionadas	Total de Matrículas	Categoria administrativa nas IES			
		Pública	%	Privada	%
BRASIL					
2011	992.927	177.924	17,9%	815.003	82,1%
2012	1.113.850	181.624	16,3%	932.226	83,7%

2013	1.153.572	154.553	13,4%	999.019	86,6%
2014	1.341.842	139.373	10,4%	1.202.469	89,6%
2015	1.393.752	128.393	9,2%	1.265.359	90,8%
2016	1.494.418	122.601	8,2%	1.371.817	91,8%
2017	1.756.982	165.572	9,4%	1.591.410	90,6%
2018	2.056.511	172.927	8,4%	1.883.584	91,6%
2019	2.450.264	157.657	6,4%	2.292.607	93,6%
2020	3.105.803	157.372	5,1%	2.948.431	94,9%
2021	3.716.370	172.221	4,6%	3.544.149	95,4%
CENTRO-OESTE					
2011	100.537	5.723	5,7%	94.814	94,3%
2012	118.673	7.049	5,9%	111.624	94,1%
2013	120.760	8.883	7,4%	111.877	92,6%
2014	139.512	8.117	5,8%	131.395	94,2%
2015	137.779	7.141	5,2%	130.638	94,8%
2016	145.078	8.201	5,7%	136.877	94,3%
2017	164.943	9.625	5,8%	155.318	94,2%
2018	183.438	8.686	4,7%	174.752	95,3%
2019	217.469	9.654	4,4%	207.815	95,6%
2020	275.255	10.080	3,7%	265.175	96,3%
2021	341.705	10.551	3,1%	331.154	96,9%
GOIÁS					
2011	27.152	2.171	8,0%	24.981	92,0%
2012	32.824	1.782	5,4%	31.042	94,6%
2013	34.089	1.764	5,2%	32.325	94,8%
2014	42.379	1.536	3,6%	40.843	96,4%
2015	40.261	1.040	2,6%	39.221	97,4%
2016	39.399	609	1,5%	38.790	98,5%
2017	44.629	2.079	4,7%	42.550	95,3%
2018	50.975	2.056	4,0%	48.919	96,0%
2019	65.110	4.626	7,1%	60.484	92,9%
2020	83.871	4.346	5,2%	79.525	94,8%
2021	111.643	4.191	3,8%	107.452	96,2%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 11 - NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO POR GRAU ACADÊMICO NO BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS, 2011-2021

Ano por regiões selecionadas	Total de Matrículas	Categoria administrativa nas IES					
		Bacharelado	%	Licenciatura	%	Tecnológico	%
BRASIL							
2011	6.722.694	4.495.831	66,9%	1.356.329	20,2%	870.534	12,9%
2012	7.015.156	4.703.693	67,1%	1.366.559	19,5%	944.904	13,5%
2013	7.282.230	4.912.310	67,5%	1.374.174	18,9%	995.746	13,7%
2014	7.805.727	5.309.412	68,0%	1.466.548	18,8%	1.029.767	13,2%
2015	7.998.223	5.516.151	69,0%	1.471.930	18,4%	1.010.142	12,6%
2016	8.016.459	5.549.736	69,2%	1.520.494	19,0%	946.229	11,8%
2017	8.251.080	5.662.351	68,6%	1.589.440	19,3%	999.289	12,1%
2018	8.416.077	5.689.335	67,6%	1.628.676	19,4%	1.098.066	13,0%
2019	8.574.157	5.662.939	66,0%	1.687.367	19,7%	1.223.851	14,3%
2020	8.658.565	5.559.687	64,2%	1.663.681	19,2%	1.435.197	16,6%
2021	8.958.647	5.691.473	63,5%	1.648.328	18,4%	1.618.846	18,1%

CENTRO-OESTE							
2011	637.022	424.250	66,6%	130.429	20,5%	82.343	12,9%
2012	665.595	444.243	66,7%	126.574	19,0%	94.778	14,2%
2013	694.471	467.729	67,4%	127.010	18,3%	99.732	14,4%
2014	748.544	511.660	68,4%	133.419	17,8%	103.465	13,8%
2015	752.379	525.033	69,8%	130.099	17,3%	97.247	12,9%
2016	749.129	525.547	70,2%	134.960	18,0%	88.622	11,8%
2017	769.767	535.122	69,5%	139.856	18,2%	94.789	12,3%
2018	771.920	529.493	68,6%	142.970	18,5%	99.457	12,9%
2019	785.345	524.701	66,8%	148.006	18,8%	112.638	14,3%
2020	768.662	494.212	64,3%	144.109	18,7%	130.341	17,0%
2021	818.760	520.651	63,6%	144.839	17,7%	153.270	18,7%
GOIÁS							
2011	221.768	149.837	67,6%	46.525	21,0%	25.406	11,5%
2012	224.678	152.730	68,0%	43.303	19,3%	28.645	12,7%
2013	235.164	163.277	69,4%	43.873	18,7%	28.014	11,9%
2014	251.895	176.906	70,2%	45.921	18,2%	29.068	11,5%
2015	249.140	179.410	72,0%	43.794	17,6%	25.936	10,4%
2016	243.470	177.446	72,9%	43.755	18,0%	22.269	9,1%
2017	251.179	182.188	72,5%	45.861	18,3%	23.130	9,2%
2018	255.452	183.271	71,7%	46.835	18,3%	25.346	9,9%
2019	265.157	183.695	69,3%	50.981	19,2%	30.481	11,5%
2020	260.927	174.909	67,0%	49.343	18,9%	36.675	14,1%
2021	280.667	186.631	66,5%	49.192	17,5%	44.844	16,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 12 - PERCENTUAL DO NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICOS POR MODALIDADE DE ENSINO DAS IES NO BRASIL, 2011 – 2021

Ano por regiões selecionadas	Total de matrículas	Matrículas por modalidade de ensino das IES			
		Presencial	%	A distância	%
BRASIL					
2011	870534	606564	69,7%	263970	30,3%
2012	944904	640683	67,8%	304221	32,2%
2013	995746	654569	65,7%	341177	34,3%
2014	1029767	645125	62,6%	384642	37,4%
2015	1010142	617468	61,1%	392674	38,9%
2016	946229	557928	59,0%	388301	41,0%
2017	999289	534935	53,5%	464354	46,5%
2018	1098066	529193	48,2%	568873	51,8%
2019	1223851	513024	41,9%	710827	58,1%
2020	1435197	439834	30,6%	995363	69,4%
2021	1618846	363760	22,5%	1255086	77,5%
CENTRO-OESTE					
2011	82343	49251	59,8%	33092	40,2%
2012	94778	54903	57,9%	39875	42,1%
2013	99732	56911	57,1%	42821	42,9%
2014	103465	54573	52,7%	48892	47,3%
2015	97247	50014	51,4%	47233	48,6%
2016	88622	43487	49,1%	45135	50,9%
2017	94789	42313	44,6%	52476	55,4%
2018	99457	41068	41,3%	58389	58,7%

2019	112638	41857	37,2%	70781	62,8%
2020	130341	33966	26,1%	96375	73,9%
2021	153270	28007	18,3%	125263	81,7%
GOIÁS					
2011	25406	18992	74,8%	6414	25,2%
2012	28645	20097	70,2%	8548	29,8%
2013	28014	18443	65,8%	9571	34,2%
2014	29068	16972	58,4%	12096	41,6%
2015	25936	14721	56,8%	11215	43,2%
2016	22269	12458	55,9%	9811	44,1%
2017	23130	12131	52,4%	10999	47,6%
2018	25346	12254	48,3%	13092	51,7%
2019	30481	12901	42,3%	17580	57,7%
2020	36675	10532	28,7%	26143	71,3%
2021	44844	7969	17,8%	36875	82,2%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 13 - PERCENTUAL DO NÚMERO DE CONCLUINTE EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA NO BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS, 2011 – 2021

Ano por regiões selecionadas	Total concluintes	Concluintes por categorias administrativas			
		Pública	%	Privada	%
BRASIL					
2011	1.016.713	218.365	21,5%	798.348	78,5%
2012	1.050.413	237.546	22,6%	812.867	77,4%
2013	991.010	229.278	23,1%	761.732	76,9%
2014	1.027.092	241.765	23,5%	785.327	76,5%
2015	1.150.067	239.896	20,9%	910.171	79,1%
2016	1.169.449	246.875	21,1%	922.574	78,9%
2017	1.199.769	251.793	21,0%	947.976	79,0%
2018	1.264.288	259.302	20,5%	1.004.986	79,5%
2019	1.250.076	251.374	20,1%	998.702	79,9%
2020	1.278.622	204.174	16,0%	1.074.448	84,0%
2021	1.327.188	219.342	16,5%	1.107.846	83,5%
CENTRO-OESTE					
2011	95.218	20.718	21,8%	74.500	78,2%
2012	99.833	19.582	19,6%	80.251	80,4%
2013	95.364	19.916	20,9%	75.448	79,1%
2014	100.026	20.471	20,5%	79.555	79,5%
2015	117.958	21.578	18,3%	96.380	81,7%
2016	111.261	22.893	20,6%	88.368	79,4%
2017	115.650	23.395	20,2%	92.255	79,8%
2018	119.308	24.082	20,2%	95.226	79,8%
2019	115.223	23.134	20,1%	92.089	79,9%
2020	118.000	20.836	17,7%	97.164	82,3%
2021	123.933	22.467	18,1%	101.466	81,9%
GOIÁS					
2011	34.155	8.743	25,6%	25.412	74,4%
2012	32.393	7.824	24,2%	24.569	75,8%
2013	32.622	8.703	26,7%	23.919	73,3%
2014	34.125	7.761	22,7%	26.364	77,3%
2015	39.009	8.651	22,2%	30.358	77,8%
2016	36.403	8.152	22,4%	28.251	77,6%

2017	37.559	9.269	24,7%	28.290	75,3%
2018	38.532	8.966	23,3%	29.566	76,7%
2019	36.456	8.246	22,6%	28.210	77,4%
2020	39.561	8.551	21,6%	31.010	78,4%
2021	41.530	8.411	20,3%	33.119	79,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 14 - PERCENTUAL DO NÚMERO DE CONCLUINTES EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, POR TIPO DE MODALIDADE DE ENSINO NO BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS, 2011 – 2021

Ano por regiões selecionadas	Total de concluintes	Concluintes por tipo de modalidade de ensino			
		Presencial	%	A distância	%
BRASIL					
2011	1.016.713	865.161	85,1%	151.552	14,9%
2012	1.050.413	876.091	83,4%	174.322	16,6%
2013	991.010	829.938	83,7%	161.072	16,3%
2014	1.027.092	837.304	81,5%	189.788	18,5%
2015	1.150.067	916.363	79,7%	233.704	20,3%
2016	1.169.449	938.732	80,3%	230.717	19,7%
2017	1.199.769	947.606	79,0%	252.163	21,0%
2018	1.264.288	990.415	78,3%	273.873	21,7%
2019	1.250.076	934.037	74,7%	316.039	25,3%
2020	1.278.622	878.229	68,7%	400.393	31,3%
2021	1.327.188	842.047	63,4%	485.141	36,6%
CENTRO-OESTE					
2011	95.218	81.242	85,3%	13.976	14,7%
2012	99.833	83.971	84,1%	15.862	15,9%
2013	95.364	77.539	81,3%	17.825	18,7%
2014	100.026	79.274	79,3%	20.752	20,7%
2015	117.958	89.968	76,3%	27.990	23,7%
2016	111.261	85.890	77,2%	25.371	22,8%
2017	115.650	89.956	77,8%	25.694	22,2%
2018	119.308	93.212	78,1%	26.096	21,9%
2019	115.223	87.182	75,7%	28.041	24,3%
2020	118.000	81.267	68,9%	36.733	31,1%
2021	123.933	78.673	63,5%	45.260	36,5%
GOIÁS					
2011	34.155	30.948	90,6%	3.207	9,4%
2012	32.393	28.023	86,5%	4.370	13,5%
2013	32.622	28.096	86,1%	4.526	13,9%
2014	34.125	28.245	82,8%	5.880	17,2%
2015	39.009	31.111	79,8%	7.898	20,2%
2016	36.403	29.296	80,5%	7.107	19,5%
2017	37.559	30.067	80,1%	7.492	19,9%
2018	38.532	31.666	82,2%	6.866	17,8%
2019	36.456	29.006	79,6%	7.450	20,4%
2020	39.561	29.824	75,4%	9.737	24,6%
2021	41.530	27.821	67,0%	13.709	33,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 15 - PERCENTUAL DO NÚMERO DE CONCLUINTEs EM CURSOS DE GRADUAÇÃO POR GRAU ACADÊMICO NO BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS, 2011 – 2021

Ano por regiões selecionadas	Total de concluintes	Concluintes por grau acadêmico					
		Bacharelado	%	Licenciatura	%	Tecnológico	%
BRASIL							
2011	1.016.713	607.971	59,8%	238.107	23,4%	170.635	16,8%
2012	1.050.413	637.486	60,7%	223.892	21,3%	189.035	18,0%
2013	991.010	594.695	60,0%	201.353	20,3%	194.962	19,7%
2014	1.027.072	603.903	58,8%	217.040	21,1%	206.129	20,1%
2015	1.150.067	680.665	59,2%	237.818	20,7%	231.584	20,1%
2016	1.169.449	715.487	61,2%	238.919	20,4%	215.043	18,4%
2017	1.199.769	749.714	62,5%	253.056	21,1%	196.999	16,4%
2018	1.264.288	801.798	63,4%	250.453	19,8%	212.037	16,8%
2019	1.250.076	772.590	61,8%	254.007	20,3%	223.479	17,9%
2020	1.278.622	765.483	59,9%	243.279	19,0%	269.860	21,1%
2021	1.327.188	762.180	57,4%	283.561	21,4%	281.447	21,2%
CENTRO-OESTE							
2011	95.218	57.311	60,2%	22.471	23,6%	15.436	16,2%
2012	99.833	61.224	61,3%	21.247	21,3%	17.362	17,4%
2013	95.364	56.171	58,9%	19.966	20,9%	19.227	20,2%
2014	100.007	57.972	58,0%	19.947	19,9%	22.088	22,1%
2015	117.958	69.951	59,3%	22.678	19,2%	25.329	21,5%
2016	111.261	67.995	61,1%	22.379	20,1%	20.887	18,8%
2017	115.650	72.430	62,6%	23.761	20,5%	19.459	16,8%
2018	119.308	77.132	64,6%	22.754	19,1%	19.422	16,3%
2019	115.223	72.835	63,2%	22.484	19,5%	19.904	17,3%
2020	118.000	71.614	60,7%	22.407	19,0%	23.979	20,3%
2021	123.933	70.899	57,2%	26.939	21,7%	26.095	21,1%
GOIÁS							
2011	34.155	21.423	62,7%	8.286	24,3%	4.446	13,0%
2012	32.393	20.550	63,4%	7.143	22,1%	4.700	14,5%
2013	32.622	20.000	61,3%	7.243	22,2%	5.379	16,5%
2014	34.125	20.722	60,7%	7.225	21,2%	6.178	18,1%
2015	39.009	24.297	62,3%	7.732	19,8%	6.980	17,9%
2016	36.403	23.627	64,9%	7.293	20,0%	5.483	15,1%
2017	37.559	24.502	65,2%	8.251	22,0%	4.806	12,8%
2018	38.532	26.245	68,1%	7.308	19,0%	4.979	12,9%
2019	36.456	24.200	66,4%	7.031	19,3%	5.225	14,3%
2020	39.561	25.344	64,1%	7.998	20,2%	6.219	15,7%
2021	41.530	24.488	59,0%	9.455	22,8%	7.587	18,3%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 16 - PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO O REGIME DE TRABALHO NO BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS, 2011-2021

Ano por regiões selecionadas	Pública							Privada						
	Total de docentes	Tempo Integral	%	Tempo parcial	%	Horista	%	Total de docentes	Tempo Integral	%	Tempo parcial	%	Horista	%
BRASIL														

2011	139.584	113.22	81,1	17.41	12,5	8.941	6,4	217.834	54.489	25,0	67.87	31,2	95.468	43,8
		5	%	8	%		%			%	7	%		%
2012	150.338	120.44	80,1	19.50	13,0	10.394	6,9	212.394	51.372	24,2	72.51	34,1	88.510	41,7
		3	%	1	%		%			%	2	%		%
2013	155.219	126.59	81,6	18.48	11,9	10.142	6,5	212.063	52.818	24,9	74.68	35,2	84.557	39,9
		2	%	5	%		%			%	8	%		%
2014	163.113	135.21	82,9	18.64	11,4	9.251	5,7	220.273	53.650	24,4	88.98	40,4	77.641	35,2
		3	%	9	%		%			%	2	%		%
2015	165.722	138.92	83,8	19.27	11,6	7.524	4,5	222.282	55.337	24,9	84.88	38,2	82.060	36,9
		5	%	3	%		%			%	5	%		%
2016	169.544	144.16	85,0	19.45	11,5	5.927	3,5	214.550	55.124	25,7	85.34	39,8	74.082	34,5
		6	%	1	%		%			%	4	%		%
2017	171.231	146.55	85,6	19.02	11,1	5.660	3,3	209.442	54.886	26,2	84.74	40,5	69.808	33,3
		1	%	0	%		%			%	8	%		%
2018	173.868	150.07	86,3	18.70	10,8	5.092	2,9	210.606	57.882	27,5	89.33	42,4	63.385	30,1
		1	%	5	%		%			%	9	%		%
2019	176.403	152.02	86,2	18.91	10,7	5.466	3,1	209.670	61.177	29,2	85.76	40,9	62.725	29,9
		7	%	0	%		%			%	8	%		%
2020	171.330	147.77	86,2	17.81	10,4	5.740	3,4	194.959	50.588	25,9	80.74	41,4	63.627	32,6
		1	%	9	%		%			%	4	%		%
2021	175.970	151.43	86,1	17.87	10,2	6.660	3,8	182.855	49.724	27,2	78.18	42,8	54.948	30,1
		8	%	2	%		%			%	3	%		%
CENTRO-OESTE														
2011	14.072	10.385	73,8	3.106	22,1	581	4,1	17.914	4.119	23,0	6.233	34,8	7.562	42,2
			%		%		%			%		%		%
2012	15.018	11.230	74,8	3.290	21,9	498	3,3	17.469	3.812	21,8	6.432	36,8	7.225	41,4
			%		%		%			%		%		%
2013	15.662	11.866	75,8	3.212	20,5	584	3,7	17.056	3.823	22,4	6.536	38,3	6.697	39,3
			%		%		%			%		%		%
2014	16.144	11.985	74,2	3.546	22,0	613	3,8	18.668	4.010	21,5	9.040	48,4	5.618	30,1
			%		%		%			%		%		%
2015	16.739	12.674	75,7	3.510	21,0	555	3,3	18.202	4.080	22,4	7.523	41,3	6.599	36,3
			%		%		%			%		%		%
2016	17.304	13.434	77,6	3.350	19,4	520	3,0	18.480	4.132	22,4	8.173	44,2	6.175	33,4
			%		%		%			%		%		%
2017	18.158	14.368	79,1	3.306	18,2	484	2,7	17.712	3.973	22,4	7.980	45,1	5.759	32,5
			%		%		%			%		%		%
2018	18.021	14.437	80,1	3.253	18,1	331	1,8	18.209	4.586	25,2	8.749	48,0	4.874	26,8
			%		%		%			%		%		%
2019	18.571	14.986	80,7	3.250	17,5	335	1,8	19.198	5.389	28,1	9.083	47,3	4.726	24,6
			%		%		%			%		%		%
2020	17.298	14.642	84,6	2.303	13,3	353	2,0	17.063	4.139	24,3	8.171	47,9	4.753	27,9
			%		%		%			%		%		%
2021	18.002	15.123	84,0	2.552	14,2	327	1,8	16.233	3.976	24,5	7.711	47,5	4.546	28,0
			%		%		%			%		%		%
GOIÁS														
2011	6.252	3.742	59,9	2.286	36,6	224	3,6	6.287	1.414	22,5	1.521	24,2	3.352	53,3
			%		%		%			%		%		%
2012	6.381	4.050	63,5	2.233	35,0	98	1,5	6.304	1.419	22,5	1.768	28,0	3.117	49,4
			%		%		%			%		%		%
2013	6.703	4.407	65,7	2.192	32,7	104	1,6	6.233	1.384	22,2	1.861	29,9	2.988	47,9
			%		%		%			%		%		%
2014	6.563	4.013	61,1	2.497	38,0	53	0,8	6.459	1.524	23,6	2.270	35,1	2.665	41,3
			%		%		%			%		%		%
2015	6.500	4.265	65,6	2.212	34,0	23	0,4	6.598	1.589	24,1	2.304	34,9	2.705	41,0
			%		%		%			%		%		%
2016	6.615	4.584	69,3	2.003	30,3	28	0,4	6.483	1.712	26,4	2.351	36,3	2.420	37,3
			%		%		%			%		%		%
2017	6.960	5.046	72,5	1.913	27,5	1	0,0	6.085	1.559	25,6	2.727	44,8	1.799	29,6
			%		%		%			%		%		%
2018	6.841	4.971	72,7	1.864	27,2	6	0,1	6.483	1.694	26,1	3.120	48,1	1.669	25,7
			%		%		%			%		%		%
2019	6.847	5.052	73,8	1.782	26,0	13	0,2	6.980	1.881	26,9	3.402	48,7	1.697	24,3
			%		%		%			%		%		%
2020	6.461	5.589	86,5	861	13,3	11	0,2	6.657	1.731	26,0	3.061	46,0	1.865	28,0
			%		%		%			%		%		%
2021	6.971	6.048	86,8	898	12,9	25	0,4	6.415	1.576	24,6	2.886	45,0	1.953	30,4
			%		%		%			%		%		%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

TABELA 17 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO O GRAU DE FORMAÇÃO EM GOIÁS, 2011 – 2021

Ano por regiões selecionadas	Pública							Privada						
	Total de docentes	Até Especialização	%	Mestrado	%	Doutorado	%	Total de docentes	Até Especialização	%	Mestrado	%	Doutorado	%
BRASIL														
2011	139.584	27.458	19,7%	41.136	29,5%	70.990	50,9%	217.834	85.857	39,4%	95.954	44,0%	36.023	16,5%
2012	150.338	28.504	19,0%	44.536	29,6%	77.298	51,4%	212.394	77.923	36,7%	96.682	45,5%	37.789	17,8%
2013	155.219	26.721	17,2%	45.975	29,6%	82.523	53,2%	212.063	73.540	34,7%	99.856	47,1%	38.667	18,2%
2014	163.113	25.187	15,4%	46.963	28,8%	90.963	55,8%	220.273	73.172	33,2%	103.570	47,0%	43.531	19,8%
2015	165.722	23.058	13,9%	46.787	28,2%	95.877	57,9%	222.282	68.856	31,0%	107.225	48,2%	46.201	20,8%
2016	169.544	22.034	13,0%	45.941	27,1%	101.569	59,9%	214.550	61.693	28,8%	104.589	48,7%	48.268	22,5%
2017	171.231	19.430	11,3%	45.053	26,3%	106.748	62,3%	209.442	55.417	26,5%	103.374	49,4%	50.651	24,2%
2018	173.868	17.765	10,2%	44.319	25,5%	111.784	64,3%	210.606	50.571	24,0%	105.456	50,1%	54.579	25,9%
2019	176.403	16.399	9,3%	43.660	24,8%	116.344	66,0%	209.670	47.783	22,8%	101.214	48,3%	60.673	28,9%
2020	171.330	14.432	8,4%	38.545	22,5%	118.353	69,1%	194.959	42.383	21,7%	93.000	47,7%	59.576	30,6%
2021	175.970	15.049	8,6%	38.702	22,0%	122.219	69,5%	182.855	38.755	21,2%	84.710	46,3%	59.390	32,5%
CENTRO-OESTE														
2011	14.072	3.992	28,4%	4.126	29,3%	5.954	42,3%	17.914	8.366	46,7%	7.446	41,6%	2.102	11,7%
2012	15.018	4.087	27,2%	4.464	29,7%	6.467	43,1%	17.469	7.720	44,2%	7.447	42,6%	2.302	13,2%
2013	15.662	3.831	24,5%	4.828	30,8%	7.003	44,7%	17.056	7.037	41,3%	7.678	45,0%	2.341	13,7%
2014	16.144	3.496	21,7%	4.776	29,6%	7.872	48,8%	18.668	7.577	40,6%	8.067	43,2%	3.024	16,2%
2015	16.739	3.276	19,6%	4.931	29,5%	8.532	51,0%	18.202	6.826	37,5%	8.376	46,0%	3.000	16,5%
2016	17.304	3.010	17,4%	5.180	29,9%	9.114	52,7%	18.480	6.709	36,3%	8.518	46,1%	3.253	17,6%
2017	18.158	3.002	16,5%	5.343	29,4%	9.813	54,0%	17.712	5.969	33,7%	8.331	47,0%	3.412	19,3%
2018	18.021	2.381	13,2%	5.162	28,6%	10.478	58,1%	18.209	5.512	30,3%	8.952	49,2%	3.745	20,6%
2019	18.571	2.389	12,9%	5.128	27,6%	11.054	59,5%	19.198	5.629	29,3%	8.583	44,7%	4.986	26,0%
2020	17.298	2.662	15,4%	3.775	21,8%	10.861	62,8%	17.063	4.791	28,1%	7.626	44,7%	4.646	27,2%
2021	18.002	2.375	13,2%	4.027	22,4%	11.600	64,4%	16.233	4.360	26,9%	7.312	45,0%	4.561	28,1%
GOIÁS														
2011	6.252	2.527	40,4%	1.907	30,5%	1.818	29,1%	6.287	3.080	49,0%	2.612	41,5%	595	9,5%
2012	6.381	2.371	37,2%	1.996	31,3%	2.014	31,6%	6.304	2.860	45,4%	2.726	43,2%	718	11,4%
2013	6.703	2.281	34,0%	2.154	32,1%	2.268	33,8%	6.233	2.691	43,2%	2.791	44,8%	751	12,0%
2014	6.563	2.135	32,5%	1.933	29,5%	2.495	38,0%	6.459	2.587	40,1%	2.985	46,2%	887	13,7%
2015	6.500	1.794	27,6%	2.018	31,0%	2.688	41,4%	6.598	2.418	36,6%	3.197	48,5%	983	14,9%
2016	6.615	1.616	24,4%	2.127	32,2%	2.872	43,4%	6.483	2.233	34,4%	3.183	49,1%	1.067	16,5%
2017	6.960	1.444	20,7%	2.308	33,2%	3.208	46,1%	6.085	1.896	31,2%	3.088	50,7%	1.101	18,1%
2018	6.841	1.140	16,7%	2.258	33,0%	3.443	50,3%	6.483	1.915	29,5%	3.338	51,5%	1.230	19,0%
2019	6.847	1.027	15,0%	2.212	32,3%	3.608	52,7%	6.980	2.045	29,3%	3.347	48,0%	1.588	22,8%
2020	6.461	669	10,4%	1.922	29,7%	3.870	59,9%	6.657	1.925	28,9%	3.124	46,9%	1.608	24,2%
2021	6.971	719	10,3%	1.833	26,3%	4.419	63,4%	6.415	1.761	27,5%	3.007	46,9%	1.647	25,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023) com base em dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2011 - 2021)

ANEXO 2
DADOS PRIMÁRIOS COLETADOS POR MEIO DE SURVEY

TABELA 01 – Descrição dos Aspectos Relativos à Coordenação de Curso na Educação Superior Em Relação às Medidas Que os Coordenadores Consideram Válidos Tendo Em Conta a Natureza do Seu Trabalho Em Goiás, 2023

Descrição dos aspectos relativos à coordenação de curso na Educação Superior	Total	%
Total	7	100%
A coordenação de cursos ou gestão de IES perpassa pelo aspecto ideológico, querer ver o sucesso social através do ato de forjar as pessoas para atingir o propósito em ter uma sociedade equilibrada e bem sucedida.	1	14,3%
Contribuir com a Educação para uma formação Omnilateral	1	14,3%
Coordenador de um PPG	1	14,3%
Estimular os jovens a perseguir uma carreira	1	14,3%
Gestão de conflitos; Gerenciamento de equipes.	1	14,3%
O meu trabalho permite mudar pessoas, as quais poderão transformar a sociedade	1	14,3%
Trabalho sem remuneração compatível pois sempre ultrapasso 40 horas semanais.	1	14,3%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 02 – Descrição dos Aspectos Relativos à Docência de Curso na Educação Superior Em Relação às Medidas Que os Coordenadores Consideram Válidos Tendo Em Conta a Natureza do Seu Trabalho Em Goiás, 2023

Descrição dos aspectos relativos à docência na Educação Superior	Total	%
Total	24	100%
A docência me traz felicidade	1	4,2%
A docência na Educação Superior é uma atividade cada vez mais complexa.	1	4,2%
A docência superior exige muito do profissional, tal como uma qualificação permanente, esse aspecto deveria ser considerado para uma melhor qualidade no trabalho, melhores salários, mais oportunidades e mais investimentos.	1	4,2%
A evidente burocratização do trabalho docente	1	4,2%
A necessidade de estudar muito, se manter atualizado e em permanente aprendizado	1	4,2%
a preocupação com a formação humana para além da formação técnica.	1	4,2%
A questão da precarização do trabalho e as mudanças impostas pelo Estado na UEG.	1	4,2%
A relação com os estudantes, buscando entender particularidades de quem tem dificuldades de aprendizado, é um dos eixos principais da minha atuação docente	1	4,2%
Adaptação às novas tecnologias e desafios das profissões neste mundo cada vez mais conectado e tecnológico.	1	4,2%
Autonomia para criar conteúdos e métodos de ensino.	1	4,2%

Descrição dos aspectos relativos à docência na Educação Superior	Total	%
Condições para o desenvolvimento do meu trabalho na sua totalidade, respeito, reconhecimento profissional e financeiro	1	4,2%
Dedicação às atividades de ensino para além da carga horária atribuída, considerando cada vez maior exigência de preparação docente focada em novas tecnologia e metodologias ativas.	1	4,2%
Uso de recursos próprios para ministrar aula (notebook, projetor, celular com acesso à internet. Meu trabalho demanda, estudo e pesquisa constantemente. Meu trabalho demanda tempo e dedicação para preparar as aulas	1	4,2%
meu trabalho impacta a comunidade que resido	1	4,2%
Meu trabalho indica transformação de mentalidades e a faz crítica às metodologias que desenvolvem pessoas apenas para serem força produtiva explorada	1	4,2%
Meu trabalho tem relevância social e científicas	1	4,2%
O meu trabalho contribui para o desenvolvimento da sociedade e do ser humano no âmbito ensino, pesquisa e extensão na busca por novas informações e tecnologias para o bem coletivo e ciência.	1	4,2%
O meu trabalho é essencial para a sociedade e contribui para reduzir as desigualdades sociais e amplia o acesso à educação superior.	1	4,2%
O meu trabalho implica em acreditar na mudança de um sistema educacional que promova mudança social	1	4,2%
O meu trabalho tem implicações emocionais e desdobramentos psicológicos e psiquiátricos para todas as partes envolvidas.	1	4,2%
Poder atuar como referência em termo profissional e até pessoal	1	4,2%
Reconhecimento pessoal e compensação financeira	1	4,2%
Sou facilitador de buscas com vista à construção de conhecimento.	1	4,2%
Valorização financeira	1	4,2%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 03 – Medidas Que os Coordenadores Consideram Válidas no Contexto do Curso Que Atuam nas IES Em Goiás, 2023

Medidas que os coordenadores consideram válidas no contexto do curso que atuam nas IES	Total	%
Total	3	100%
Minha IES não discute assuntos referentes a atuação do docente e tempo para tal. No meu regime de trabalho, horista, sinto-me em segundo plano e uma engrenagem descartável. Não há inclusões de horas de atividades no meu contrato de trabalho e horas destinadas para preparo se resumem em adicional de 1h para cada 10hs ensino completas na IES. Infelizmente, em um cenário de IES comunitária, a precariedade do contrato horista, é lamentável para o tamanho que essa IES possui. Adicionalmente, meu contrato de trabalho é horista assistente 1, ou seja, contrato de nível de Mestre. Contudo eu sou Doutor de formação e atuante como pesquisador e coordenador de um curso de pós-graduação Stricto sensu. Vejo isso como lamentável e caracteriza a forma de apoio institucional para o tema proposto (CO_06A).	1	33,3%

Medidas que os coordenadores consideram válidas no contexto do curso que atuam nas IES	Total	%
Na minha IES, trabalhamos por objetivos iguais e sinérgico com a Direção.	1	33,3%
Pouco tempo para pesquisa, pois na UEG temos que cumprir muita carga horária relativa ao ensino	1	33,3%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 04 – Medidas Que os Docentes Consideram Válidas no Contexto do Curso Que Atuam nas IES Em Goiás, 2023

Medidas que os docentes consideram válidas no contexto do curso que atuam nas IES	Total	%
Total	13	100%
A autonomia Universitária existe; Os colegiados de curso existem de forma efetiva	1	7,7%
A gestão, que não frequenta sala de aula, interfere, frequentemente, de forma prejudicial na rotina do docente.	1	7,7%
A rotina da IES tem afastado os docentes dos grupos de estudo e de diálogo sobre questões pedagógicas.	1	7,7%
A sobrecarga de trabalho e necessidade financeira de trabalhar em mais de uma instituição prejudica a interação, comunicação, discussão e planejamento de novas práticas pelos professores.	1	7,7%
A sobrecarga de trabalho é recorrente no Ensino Superior, é isso preciso ser pensado com mais atenção e cuidado.	1	7,7%
As mudanças impostas via legislação do Estado sem discussão na base dos docentes, discentes e sociedade.	1	7,7%
Aulas práticas que preparem os estudantes para o mercado de trabalho são as mais desafiadoras.	1	7,7%
Comunicação de forma clara e documentada - não concordo e tampouco discordo	1	7,7%
Foi descrito totalmente nas perguntas acima.	1	7,7%
Não concordo com a prática gerencialista que minha instituição assumiu, levando-se em conta apenas a produtividade, sem levar em conta a qualidade de vida e valorização do conhecimento do profissional a frente da pesquisa-ensino-extensão. Não concordo com INDICADORES DE QUALIDADE, METAS E PRODUTOS considerando a universidade como uma fábrica de Educação	1	7,7%
Planejamento pedagógico entre IFES	1	7,7%
Por sermos uma supernova, as nossas condições de trabalho são precárias, pois precisamos assumir muito da gestão, a falta de TAE impacta no trabalho docente.	1	7,7%
Sem contribuições	1	7,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 05 – Medidas Que Se Relacionam Com as Oportunidades de Aprendizagem e Desenvolvimento Profissional do Coordenador nas IES Que Atuam Em Goiás, 2023

Medidas que se relacionam com as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento profissional do coordenador no seu local de trabalho	Total	%
Total	4	100%
A formação contínua deve atender as necessidades a curto, médio e longo prazo. Não há um tempo específico para essa formação o que há é uma necessidade permanente em acompanhar o desenvolvimento humano e as necessidades do campo de formação e do mercado de trabalho	1	25,0%
Habilidades de um docente não se constroem apenas no contexto de sala de aula. Os docentes devem ter competência para a prática de ensino, antes mesmo de praticarem a regência de aulas, uma vez que estes são selecionados por concurso. Contudo, é evidente que essa dinâmica deve ser construída em um cenário de constante evolução (de todos os envolvidos, mas, discutir ações que envolvam o aumento de atividades a serem desempenhadas pelo docente, que vão além da sala de aula devem ser pauta para ações de curto-prazo.	1	25,0%
O que teria a dizer é exatamente esta oportunidade em, nos profissionais do ensino superior participarmos de uma construção que busque a melhoria e desenvolvimento do Estado através da formação e qualificação das pessoas.	1	25,0%
Pouco incentivo financeiro e de tempo para a pesquisa	1	25,0%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 06 – Medidas Que Se Relacionam Com as Oportunidades de Aprendizagem e Desenvolvimento Profissional do Docente nas IES Que Atuam Em Goiás, 2023

Medidas que se relacionam com as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento profissional do docente no seu local de trabalho	Total	%
Total	6	100%
A qualificação profissional tem que ser valorizada institucionalmente	1	16,7%
Fomento a capacitação gratuita dos docentes.	1	16,7%
Não há tempo disponível para investimento em educação continuada de forma eficaz, sendo necessário para isso utilizar de finais de semana, férias e feriados.	1	16,7%
O enfoque da formação na minha instituição dever ser a formação contínua.	1	16,7%
Plano de cargo e salário não foi analisado em nenhum momento.	1	16,7%
Qualificar docentes deve ser direito d professor e nao dever	1	16,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 07 – Projeto (s) E/ou Programa(s) de Ensino E/ou Pesquisa Que os Coordenadores Desenvolvem nas IES Que Atuam Em Goiás, 2023

Projeto (s) e/ou programa(s) de ensino e/ou pesquisa	Total	%
Total	18	100%
A construção de cartilhas geopedagógicas: práticas escolares no ensino de geografia.	1	5,6%
Análise Cienciométrica De Fungos Associados Aos Solos Do Cerrado: Importância E Tendência Dos Últimos 40 Anos e Microrganismos Totais Em Solo De Cerrado Sob Influência Das Alterações Sazonais	1	5,6%
Centro de ensino de matemática	1	5,6%
Comparação da composição corporal entre estudantes indígenas da etnia Xacriabá e não-indígenas, Desfechos da contaminação por covid-19 em universitários: Há associação com a composição corporal? Aptidão física em alunos indígenas e não-indígenas, BEM-ESTAR, QUALIDADE DE VIDA, HÁBITOS DE VIDA E ESTADOS DE HUMOR EM ESTUDANTES INDÍGENAS Jogos, brincadeiras e atividades lúdicas indígenas: Elaboração de um e-book para professores Estudo de prospecção sobre interesses em serviços de promoção da saúde e hábitos de vida na comunidade de influência do IF Goiano - Campus Urutaí. Passos iniciais para a extensão universitária Fazenda Cultura: Receitas tradicionais de famílias da região da estrada de ferro	1	5,6%
Escola de iniciação esportiva e Espaço Saúde	1	5,6%
Existem um programa institucional onde todos os cursos participam.	1	5,6%
IFGoiano Campus Rio Verde na OBI	1	5,6%
Laboratório de História dedicado ao ensino e pesquisa da História Global na Antiguidade.	1	5,6%
Observatório de saúde mental	1	5,6%
PIBIC e Residência Pedagógica	1	5,6%
Pós-graduação	1	5,6%
Programa de CiberEducação Cisco Brasil; Grupo de pesquisa GEDAIA(Grupo de excelência em Dados, Automação e Inteligência Artificial); Projeto Action Talensts Tempest.	1	5,6%
Programa Guardiões do Bem (extensão)	1	5,6%
Projetos de pesquisa: "Método expedito de identificação de patologias em pavimentos asfálticos", "Índice de acessibilidade ao transporte público", "Sistemas de compartilhamento de bicicletas em campus universitário", "Comportamento de pedestres em travessias semaforizadas", "Características geométricas e a relação com a ocorrência de acidentes de trânsito". Projeto de extensão: "Movimento Empresa Júnior no Campus Rio Verde" e "Permanência e Êxito no curso de Engenharia Civil".	1	5,6%
Síntese e caracterização de polímeros contutores; Síntese de fotocatalizadores para aplicação ambiental; Formação de filmes biocompatíveis para liberação controlada de fármacos; Escola de Química (extensão); Semana da Química (extensão);	1	5,6%

Projeto (s) e/ou programa(s) de ensino e/ou pesquisa	Total	%
Sou docente permanente e coordenador de um PPG na minha IES. Integro 13 projetos de pesquisa que atualmente estão vigentes na minha IES e Sou responsável por orientar 18 IC, 4 Mestrandos e 2 Doutorandos.	1	5,6%
Sou professora de disciplinas na área financeira do curso de Administração; Coordeno um curso de pós-graduação lato sensu; Tenho projeto de pesquisa na área de Gestão Financeira e Controladoria, além de presidir os NDE (Núcleo Docente Estruturante) dos cursos de Bacharelado em Administração e Administração Pública.	1	5,6%
UP_Fisio Atualizações em Fisioterapia	1	5,6%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 08 – Projeto (s) E/ou Programa(s) de Extensão E/ou de Inovação Que os Coordenadores Desenvolvem nas IES Que Atuam Em Goiás, 2023

Programa(s) de extensão e/ou de inovação	Total	%
Total	18	100%
A construção de cartilhas geopedagógicas: práticas escolares no ensino de geografia.	1	5,6%
Análise Cienciométrica De Fungos Associados Aos Solos Do Cerrado: Importância E Tendência Dos Últimos 40 Anos e Microrganismos Totais Em Solo De Cerrado Sob Influência Das Alterações Sazonais	1	5,6%
Centro de ensino de matemática	1	5,6%
Comparação da composição corporal entre estudantes indígenas da etnia Xacriabá e não-indígenas, Desfechos da contaminação por covid-19 em universitários: Há associação com a composição corporal? Aptidão física em alunos indígenas e não-indígenas, BEM-ESTAR, QUALIDADE DE VIDA, HÁBITOS DE VIDA E ESTADOS DE HUMOR EM ESTUDANTES INDÍGENAS Jogos, brincadeiras e atividades lúdicas indígenas: Elaboração de um e-book para professores Estudo de prospecção sobre interesses em serviços de promoção da saúde e hábitos de vida na comunidade de influência do IF Goiano - Campus Urutaí. Passos iniciais para a extensão universitária Fazendo Cultura: Receitas tradicionais de famílias da região da estrada de ferro	1	5,6%
Escola de iniciação esportiva e Espaço Saúde	1	5,6%
Existem um programa institucional onde todos os cursos participam.	1	5,6%
IFGoiano Campus Rio Verde na OBI	1	5,6%
Laboratório de História dedicado ao ensino e pesquisa da História Global na Antiguidade.	1	5,6%
Observatório de saúde mental	1	5,6%
PIBIC e Residência Pedagógica	1	5,6%
Pós-graduação	1	5,6%
Programa de CiberEducação Cisco Brasil; Grupo de pesquisa GEDAIA(Grupo de excelência em Dados, Automação e Inteligência Artificial); Projeto Action Talensts Tempest.	1	5,6%
Programa Guardiões do Bem (extensão)	1	5,6%

Programa(s) de extensão e/ou de inovação	Total	%
Projetos de pesquisa: "Método expedito de identificação de patologias em pavimentos asfálticos", "Índice de acessibilidade ao transporte público", "Sistemas de compartilhamento de bicicletas em campus universitário", "Comportamento de pedestres em travessias semaforizadas", "Características geométricas e a relação com a ocorrência de acidentes de trânsito". Projeto de extensão: "Movimento Empresa Júnior no Campus Rio Verde" e "Permanência e Êxito no curso de Engenharia Civil".	1	5,6%
Síntese e caracterização de polímeros contutores; Síntese de fotocatalizadores para aplicação ambiental; Formação de filmes biocompatíveis para liberação controlada de fármacos; Escola de Química (extensão); Semana da Química (extensão);	1	5,6%
Sou docente permanente e coordenador de um PPG na minha IES. Integro 13 projetos de pesquisa que atualmente estão vigentes na minha IES e Sou responsável por orientar 18 IC, 4 Mestrandos e 2 Doutorandos.	4	5,6%
Sou professora de disciplinas na área financeira do curso de Administração; Coordeno um curso de pós-graduação lato sensu; Tenho projeto de pesquisa na área de Gestão Financeira e Controladoria, além de presidir os NDE (Núcleo Docente Estruturante) dos cursos de Bacharelado em Administração e Administração Pública.	1	5,6%
UP_Fisio Atualizações em Fisioterapia	1	5,6%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 09 – Projetos e Programas Relacionados às Atividades de Ensino E/ou Pesquisa Realizadas Pelos Docentes nas IES Em Goiás, 2023

Projetos e/ou programas relacionados às atividades de ensino e/ou pesquisa realizadas pelos docentes nas IES	Total	%
Total	72	100%
Aulas na graduação e pós-graduação, orientação de iniciação científica e mestrado, projetos de pesquisa e extensão	1	1,4%
3 projetos de pesquisa, 6 de extensão e 1 de ensino, ora como Coordenadora ora como Participante	1	1,4%
Ação com alunos fora da sala de aula, para atender a comunidade	1	1,4%
Atuo em projetos de extensão em diferentes linhas de ação	1	1,4%
Avaliação Fisioterapêutica	1	1,4%
Capitais cultural, social e econômico e o desempenho de estudantes em ciências; Rede goiana de pesquisa em educação especial / inclusiva	1	1,4%
Comparação e avaliação de alimentos destinados aos animais através de análises bromatológicas na região de São Luis de Montes Belos- GO.	1	1,4%
Comparação de diferentes fontes de alimentos e a composição nutricional da farinha da larva do besouro tenebrio.	1	1,4%
Curso livre de oratória	1	1,4%
Desenvolvimento de discentes na Incubadora PUC Goiás	1	1,4%

Projetos e/ou programas relacionados às atividades de ensino e/ou pesquisa realizadas pelos docentes nas IES	Total	%
Desenvolvimento de materiais fotocatalíticos para remediação ambiental	1	1,4%
Desenvolvimento de uma revista para os alunos do curso de Jornalismo da disciplina Revista, para que compreendam a produção de matérias para um veículo de cunho informativo sobre assuntos gerais.	1	1,4%
Desnutrição hospitalar	1	1,4%
Economia Regional	1	1,4%
Educação ambiental	1	1,4%
Extensão na PUC Goiás	1	1,4%
GRUPO DE PESQUISA EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	1	1,4%
Iniciação científica com alunos do ensino médio e superior, além de projeto de Núcleo tecnológico e formação empreendedora	1	1,4%
Iniciação científica, monitoria, trabalho de conclusão e pós-graduação	1	1,4%
Inteligência Artificial Humanística	1	1,4%
Levantamento de enfermidades diagnosticadas em cães e gatos no hospital veterinário da UFJ entre os anos de 2010 a 2019	1	1,4%
M&A de EPT do governo do estado de Goiás/ eg, telecomunicações e políticas públicas; monitoramento e avaliação de políticas públicas; comportamento político	1	1,4%
Minhocultura	1	1,4%
Monitoramento de animais atropelados no centro goiano com o uso de VANT entre outros	1	1,4%
No momento não estou com projetos ativos, mas já coordenei vários projetos de ensino, entre eles: Reforço Escolar de Matemática; Preparação para o ENEM; Projeto Integrador ODS-ONU. Quanto à pesquisa, tive atuação com PIBIC-EM	1	1,4%
OBI no campus	1	1,4%
Orientação de TCC	1	1,4%
Oriento em Programa de Mestrado por isso tenho vários projetos que já foram ou estão sendo desenvolvidos	1	1,4%
Pesquisa de Iniciação Científica e Pós-doutorado	1	1,4%
Pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos	1	1,4%
Pesquisa, Extensão e Ensino, Estágio	1	1,4%
PET-Saúde Gestão e Assistência; Programa Segundo Tempo (PST); PIBID; PROLICEN; Projeto de Extensão Comunidade Aquática; Pesquisa sobre Educação Física e Políticas Étnico-Racial; Ambulatório de PICS.	1	1,4%
PIBIC, PIBEX e Projetos de ensino, dentre outros	1	1,4%
PIBID	1	1,4%
PIVIC - Orientação de estudante.	1	1,4%
PONTO CEGO NA HISTÓRIA DA ARQUITETURA MODERNA: OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZISTAS; OS IMPACTOS DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA NO TERRITÓRIO	1	1,4%
PPGENEB	1	1,4%

Projetos e/ou programas relacionados às atividades de ensino e/ou pesquisa realizadas pelos docentes nas IES	Total	%
PRATICA JURIDICA INOVADORA	1	1,4%
programa de ensino em empreendedorismo no agronegócio	1	1,4%
Programa e pós graduação em Tecnologia de Alimentos	1	1,4%
projeto de aprendizagem digital, contribuindo na formação integral dos sujeitos em formação ao uso e compreensão das tecnologias de informação e comunicação	1	1,4%
Projeto de conclusão de curso, Projetos Integradores, Projetos de ENEM	1	1,4%
Projeto de ensino - aulas de revisão de Química para o ensino médio; projetos de acolhimento para estudantes ingressantes; projetos de pesquisa na área de cristalografia	1	1,4%
Projeto de iniciação científicas	1	1,4%
Projeto de nivelamento	1	1,4%
Projeto de pesquisa com assentamentos rurais	1	1,4%
Projeto de Pesquisa em Comunicação, Sociedade e Consumo	1	1,4%
Projeto de Pesquisa interno; projetos juntos à Pós-Graduação, participação em conselhos comunitários, entre outros.	1	1,4%
Projeto de Pesquisa Literatura Indígena na Escola e no Cerrado	1	1,4%
Projeto de pesquisa na área de zoologia, orientação de alunos de iniciação científicas	1	1,4%
Projeto de pesquisa, orientação tcc...	1	1,4%
Projeto de Pesquisa: "Ciclo, crise e a economia brasileira: do problema da reprodução à primazia pela acomodação".	1	1,4%
Projeto de Ensino: "Diálogos Econômicos".		
Projeto de pesquisa: Geoquímica da paisagem da bacia do rio Bonito - GO. Projeto de extensão: III encontro Luso-Afro-Americano de Geografia Física e Ambiente	1	1,4%
Projeto de pesquisa: Planos Municipais de Educação: contextos de elaboração e a participação social no estado de Goiás; extensão: GRUPO DE ESTUDOS - FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS - NUFOPE e GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIEDADE, CULTURA E FORMAÇÃO HUMANA	1	1,4%
Projeto Energia das Mulheres Rurais	1	1,4%
Projetos	1	1,4%
Projetos de ensino e orientação de monitoria de ensino.	1	1,4%
Projetos de ensino voltado para o nivelamento/estudos dos conteúdos ministrados por mim durante o período letivo.	1	1,4%
Projetos de iniciação científica e tecnológica, projetos de mestrado e projetos de inovação com parceria privada.	1	1,4%
Projetos de pesquisa (nível de mestrado e iniciação científica - energias renováveis); Projetos de Extensão (diversos)	1	1,4%
Projetos de pesquisa, ensino e extensão	1	1,4%
Projetos de pesquisa/estágios supervisionados	1	1,4%
Projetos de Pesquisa: Levantamento bibliográfico do uso de celular na escola; Uso de celular na sala de aula e sua influência nos resultados das avaliações.	1	1,4%

Projetos e/ou programas relacionados às atividades de ensino e/ou pesquisa realizadas pelos docentes nas IES	Total	%
Projetos de valoração em meio ambiente	1	1,4%
Projetos relativos a minha unidade de atuação	1	1,4%
Projetos visando ampliar a formação profissional docente	1	1,4%
Projetos voltados ao mapeamento de serviços ambientais no Cerrado, além de outros voltados ao emprego de geotecnologias para o monitoramento ambiental.	1	1,4%
representação de etnias ciganas no audiovisual	1	1,4%
Supervisor de estágio	1	1,4%
TCCs	1	1,4%
TRABALHO COM TCC DOS ALUNOS DO CURSO DE FARMÁCIA TEÓRICO E PRÁTICO.	1	1,4%
Violência Policial	1	1,4%
Voltados para ILPI	1	1,4%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 10 – Projetos E/ou Programas Relacionados as Atividades de Extensão E/ou de Inovação Realizadas Pelos Docentes nas IES Em Goiás, 2023

Projetos e/ou programas relacionados as atividades de extensão e/ou de inovação realizadas pelos docentes nas IES	Total	%
Total	48	100%
6 projetos e 1 programa	1	2,1%
ANÁLISE BROMATOLOGIA DE RAÇÕES EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS EM SÃO LUÍS DOS MONTES BELOS	1	2,1%
Aplicação de questionários a populações ribeirinhas	1	2,1%
Atendimento a instituições públicas, empresas e ONGs em prol de uma maior eficiência no mapeamento agrícola e conservação ambiental.	1	2,1%
Atendimento em Fisioterapia para idosos ILPI	1	2,1%
Ciclo de palestras do PPGE/UFJ	1	2,1%
Cippal Empresa Júnior da Escola de Agronomia	1	2,1%
Coordenação de eventos	1	2,1%
Criança consciência	1	2,1%
Curso de extensão (educação financeira e marketing digital)	1	2,1%
Cursos EAD mooc e patentes	1	2,1%
Desenvolvimento de novos produtos tecnológicos	1	2,1%
Educação ambiental	1	2,1%
Empreendedorismo Cultural, por meio da Empresa Júnior	1	2,1%
Estão dois projetos para análise e aprovação: um sobre formação de rede de pesquisa e partilha de conhecimento e outro sobre formação de conselho escolar	1	2,1%
Estudo de modelos didáticos	1	2,1%

Projetos e/ou programas relacionados as atividades de extensão e/ou de inovação realizadas pelos docentes nas IES	Total	%
Formação de Professores da Rede Municipal de Posse; Projeto Educação Financeira e Empreendedorismo.	1	2,1%
Gerência da Unidade de Extensão do Campus; Projetos de Extensão: Progressos, Horta Solidária, Viveiro Comunitário, Núcleo de Apoio Técnico ao Empreendedor - NATE, Busca Ativa: o que o IF Goiano pode fazer por você, Empresas Juniores: primeiros passos para empreendedores, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia etc.	1	2,1%
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIEDADE, CULTURA E FORMAÇÃO HUMANA e GRUPO DE ESTUDOS - FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS – NUFOPE	1	2,1%
IF Mais Empreendedor	1	2,1%
Inclusão de mulheres na tecnologia	1	2,1%
Incubadora e empresa júnior	1	2,1%
Iniciação científica (pesquisa relacionada a atividades didáticas) e projeto de extensão voltada para prática de artes marciais.	1	2,1%
Minhocultura	1	2,1%
Múltiplos olhares - a universidade vai a comunidade	1	2,1%
NiNa Tutor	1	2,1%
O mesmo citado anteriormente	1	2,1%
PET-Saúde Gestão e Assistência; Programa Segundo Tempo (PST); PIBID; PROLICEN; Projeto de Extensão Comunidade Aquática; Pesquisa sobre Educação Física e Políticas Étnico-Racial; Ambulatório de PICS.	1	2,1%
PIBEX, PIBIC e Projetos de ensino.	1	2,1%
Programa de Direitos Humanos	1	2,1%
Projeto de cursinho do ENEM focado pra Química	1	2,1%
Projeto de empreendedorismo	1	2,1%
Projeto de extensão ligado a arte e cultura	1	2,1%
Projeto de Extensão ligado à Educação de Jovens e Adultos	1	2,1%
Projeto de extensão: Aves, a ciência e a beleza ao alcance dos olhos	1	2,1%
Projeto de Pesquisa interno, graduação e mestrado; membro, como representante das IES, nos conselhos ComCidade e Meio Ambiente.	1	2,1%
Projeto Energia das Mulheres Rurais	1	2,1%
Projeto Espaço das Profissões e Encontro de Licenciaturas e Educação Básica	1	2,1%
Projeto que simula uma eleição em parceria com o TRE/GO. Neles, os alunos desenvolvem um plano de governo e apresentam à comunidade acadêmica e civil.	1	2,1%
Projeto: "Índice de Acomodação da Economia Brasileira", vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas da Instituição.	1	2,1%
Projetos de Extensão (diversos), Apoio as Empresas Juniores e Apoio a Incubadora de Empresas	1	2,1%
Projetos de inovação tecnológica e ações relativas à propriedade intelectual.	1	2,1%
Projetos nas áreas da Saúde e Ambiente	1	2,1%

Projetos e/ou programas relacionados as atividades de extensão e/ou de inovação realizadas pelos docentes nas IES	Total	%
Promoção de eventos, aulas abertas	1	2,1%
Sou coordenador da Incubadora PUC Goiás	1	2,1%
Treinamento funcional no tiro esportivo	1	2,1%
Várias ações nas áreas de inovação, empreendedorismo, produção, arranjo produtivo	1	2,1%
Visitas técnicas	1	2,1%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 11 – Formas de Estimular os Docentes a Fazerem Uso das Metodologias Ativas Ensino nas IES Em Goiás, 2023

Formas de estimular as metodologias ativas	Total	%
Total	61	100%
A partir de curso de formação dos docentes	1	1,6%
A partir de formação continuada para compreensão e uso das metodologias ativas.	1	1,6%
Acolhendo os projetos e iniciativas propostas	1	1,6%
Além de ter computadores e data show em todas as salas de aula, a instituição está instalando telões de led, que permitem diversas formas de interação por meio das metodologias ativas.	1	1,6%
APERFEIÇOAMENTO E APOIO	1	1,6%
Através de bolsas de insensibilidade estudantil (permanência, monitoria, PIBID, Pibic, etc)	1	1,6%
Através de Oficinas e workshops a docentes.	1	1,6%
Através de palestras	1	1,6%
Através de Programas de capacitação em novas metodologias de ensino	1	1,6%
Através de troca de experiências e formação continuada	1	1,6%
Através de um encontro semanal no início do semestre letivo.	1	1,6%
AULAS COM A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS, AULAS PRÁTICAS, LEITURAS DE ARTIGOS E ESTUDO, ESTUDO DE CASOS CLÍNICOS.	1	1,6%
autonomia funcional e ausência de obstáculos institucionais para novas práticas	1	1,6%
Bolsas	1	1,6%
Cursos	2	3,3%
Cursos de capacitação	1	1,6%
Cursos de formação	2	3,3%
Cursos de formação continuada	4	6,6%
Cursos e palestras; discurso da direção	1	1,6%
cursos permanentes de estimulação para uso de novas metodologias.	1	1,6%
cursos, qualificações.	1	1,6%
Disponibilização de recursos audiovisuais e capacitações	1	1,6%
Diversos tipos de bolsas	1	1,6%
Editais e formação continuada	1	1,6%
Encontros pedagógicos	1	1,6%

Formas de estimular as metodologias ativas	Total	%
Ensino a distância como complementação do ensino presencial - utilização de uma plataforma própria (Moodle).	1	1,6%
Estimulando a criação de projetos de ensino que envolvam os estudantes.	1	1,6%
Estimulando a prática	1	1,6%
Estímulo ao uso de recursos tecnológicos e participação em projetos integradores.	1	1,6%
Formação continuada durante as semanas pedagógicas	1	1,6%
Formação de professores	1	1,6%
Informal por meio de conversas com colegas de profissão	1	1,6%
Integração de atividades de pesquisa com práticas de ensino, quando o docente participa da pós-graduação.	1	1,6%
Interação contínua entre Direção da Unidade, cursos, docentes e discentes	1	1,6%
Interesse em conhecer novas áreas da fitopatologia	1	1,6%
Liberdade de cátedra	1	1,6%
Liberdade e incentivo ao docente para experimentar novas abordagens	1	1,6%
Liberdade para atuação dos professores	1	1,6%
Nas reuniões de planejamento pedagógico	1	1,6%
Necessidade de diminuir os números de evasão	1	1,6%
Oferecimento de oficinas temáticas. Palestras	1	1,6%
Oferta semestral de oficinas.	1	1,6%
Oficinas, planejamento e avaliação para promover a adoção.	1	1,6%
Palestras e Capacitação	1	1,6%
PLANO DE ENSINO	1	1,6%
Por meio de oportunidades de projetos e divulgação científica	1	1,6%
Por meio de organização de eventos sobre a temática.	1	1,6%
Por meio de orientações e regulamentos de avaliações que, de alguma forma, força o docente utilizar maneiras diferentes de abordagem dos conteúdos.	1	1,6%
Por meio de orientações técnicas e incentivo de comissões específicas	1	1,6%
Por meio de palestras e webinars	1	1,6%
Por meio de trocas entre os docentes e do estímulo da coordenação	1	1,6%
Projetos integradores	1	1,6%
Promoção de cursos e eventos	1	1,6%
Proporciona curso de formação para os docentes	1	1,6%
Semana de planejamento, simpósios, congressos, formação continuada de professores	1	1,6%
Simpósios, congressos	1	1,6%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 12 – Nível de Importância do Tema Internacionalização para Formação dos Alunos/as de Seu Curso, por Declaração dos Docentes das IES Em Goiás, 2023

Nível de importância do tema internacionalização	Total	%
--	-------	---

Total	94	100,00%
Sem importância	-	-
Pouco importante	8	8,5%
Razoavelmente importante	19	20,2%
Importante	31	33,0%
Muito importante	36	38,3%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 13 – Programas ou Política de Acompanhamento Estudantil Ligadas Aos Temas das Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade Praticada nas IES Que os Coordenadores Atuam Em Goiás, 2023

Programas ou política de acompanhamento estudantil ligadas aos temas das Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade	Total	%
Total	19	100%
A IES possui o Núcleo de Direito Humanos, Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NUDHEABI	1	5,3%
Acessibilidade	1	5,3%
Bolsa permanência e Bolsa desenvolvimento institucional.	1	5,3%
Bolsa permanência, bolsa PIBID, bolsa monitoria dentre outros.	1	5,3%
Instalação do NEPEEDS	1	5,3%
Integra UniRV, Programa Mente Aberta, Atendimento Psicológico Emergencial, Tutoria	1	5,3%
Mentoring, Elas por Elas, Prática de Yoga, UniRV Diversidade, UniRV Esportes		
Não conheço	1	5,3%
Naslu que acompanha alunos com necessidades especiais	1	5,3%
Núcleo de atendimento ao estudante (NAE)	1	5,3%
Núcleo específico para isso, o NEABI	1	5,3%
O programa de intercâmbio é um dos que promove a amplitude perceptiva aos nossos alunos.	1	5,3%
PEPE	1	5,3%
Políticas de assistência estudantil e inclusão da pro-reitoria de assuntos estudantes	1	5,3%
Pro reitoria de assuntos estudantis/ UniRv Diversidade/ Elas por elas	1	5,3%
PROJETOS DE EXTENSÃO	1	5,3%
Residência para alunos; bolsas de iniciação científica/extensão/ensino; bolsa de auxílio	1	5,3%
transporte; auxílio conexão com Internet.		
Restaurante universitário, Moradia estudantil, bolsas de permanência, bolsas de alimentação etc.	1	5,3%
RODA DE CONVERSA	1	5,3%
Sim, por meio da Pro Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE	1	5,3%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

**TABELA 14 – Programas ou Política de Acompanhamento Estudantil Ligadas Aos
Temas das Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade Praticada nas IES Que os
Docentes Atuam Em Goiás, 2023**

Programas ou política de acompanhamento estudantil ligadas aos temas das ações afirmativas, diversidade e equidade praticada nas IES	Total	%
Total	75	100%
50% das vagas para grupos para ações afirmativas.	1	1,3%
Acessibilidade	2	2,7%
Ações afirmativas vinculados à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil	1	1,3%
Ações da Secretaria de Inclusão	1	1,3%
Acompanhamento dos alunos pela nucleo de apoio pedagogico em relação as demandas	1	1,3%
Acompanhamento individual	1	1,3%
Acompanhamento pelo setor de Assistência Estudantil.	1	1,3%
Apoio a estudante carente, bolsas, ações afirmativas, datas e eventos comemorativos	1	1,3%
Assistência estudantil	1	1,3%
Atendimento individualizado a alunos com déficit de aprendizagem ou portadores de necessidades especiais.	1	1,3%
ATIVIDADE DA PROGRAD	1	1,3%
Auxilio permanência, auxilio moradia, auxilio alimentação	1	1,3%
Auxilio permanencia, pibic AF.	1	1,3%
Auxílios alimentação, transporte, moradia.	1	1,3%
Bolsa para estudantes em vulnerabilidade ou grupos prioritários. Como bolsa permanência, quilombola	1	1,3%
Bolsa permanência	1	1,3%
Bolsas	1	1,3%
Bolsas de projetos	1	1,3%
Bolsas específicas de iniciação científica	1	1,3%
Bolsas permanência	1	1,3%
Busca ativa, AEE e Núcleos Específicos: gênero, raça...	1	1,3%
Coordenação de Extensão	1	1,3%
Cotas	1	1,3%
Cotas, Bolsas de Assistência, Assistência psicológica, etc.	1	1,3%
Dentre outros, programas de bolsas	1	1,3%
Encontro de Egressos, Projetos de Extensão, Programa Mulheres Mil, Cursos FIC.	1	1,3%
Existe uma comissão relacionada ao tema	1	1,3%
Há o Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE)	1	1,3%
Há programas instituídos com editais que contemplam bolsas	1	1,3%
Há uma Secretaria de Inclusão que avocou para si demandas de inclusão e acessibilidade, dentre outras.	1	1,3%
Moradia Estudantil, Iniciação científica.	1	1,3%

Programas ou política de acompanhamento estudantil ligadas aos temas das ações afirmativas, diversidade e equidade praticada nas IES	Total	%
Multiculturalidade e círculo do conhecimento, além dos eventos de cada área do conhecimento	1	1,3%
Não há política em duas das ies, na outra, há uma política de mapeamento dos alunos e propostas constantes para que os Cursos promovam ações e eventos sobre os temas.	1	1,3%
Não sei informar	6	4,0%
NAP, NAPENE	1	1,3%
NAPNE	1	1,3%
Nenhum	1	1,3%
Núcleo de apoio a estudantes com necessidades especiais.	1	1,3%
Núcleo de inclusão de pessoas com deficiência	1	1,3%
Núcleos de estudo e pesquisa sobre esta temática elaboram e executam ações neste sentido	1	1,3%
Núcleos diversos para tratar sobre temas relevantes (diversidade cultural, raça, arte, cultura, etc)	1	1,3%
Núcleos específicos	1	1,3%
PNAES	1	1,3%
Política de acessibilidade, Bolsas de estudos, financiamentos	1	1,3%
Política de Cotas para negros, escola pública, indígenas e outros na Graduação; mas ainda precisa estabelecer estas políticas na pós-graduação	1	1,3%
Política de cotas raciais e sociais, acompanhamento psicológico, apoio com tecnologias de ensino, políticas de gênero etc.	1	1,3%
Políticas de cotas, formação de refugiados	1	1,3%
Políticas de inclusão na Universidade	1	1,3%
Pró-afro	1	1,3%
Professor auxiliar, Tutoria, Tradutor de sinais.	1	1,3%
Programa de ação afirmativa	1	1,3%
Programa de acessibilidade	2	1,3%
Programa de bolsa permanência; atendimento psicológico e acompanhamento pedagógico de coordenação específica.	1	1,3%
Programa de bolsas de iniciação científica para ações afirmativas	1	1,3%
Programa de egressos	1	1,3%
Programa de permanência e êxito	1	1,3%
Programas de acesso e permanência que provém bolsas e acompanhamento pedagógico	1	1,3%
Programas de Bolsa Permanência, para Estrangeiros e de Desenvolvimento Institucional.		
Processo Seletivo/Vestibular para Refugiados/Migrantes. Além das Bolsas de Iniciação Científica Ações Afirmativas e a Política Afirmativa de Cotas para ingresso à Universidade.	1	1,3%
Programas em relação ao direito das mulheres e das minorias.	1	1,3%
Secretaria de inclusão – SIN	1	1,3%
secretaria de inclusão da ufg	1	1,3%
Serviço de atenção ao estudante	1	1,3%
Simpósios	1	1,3%
Sisu; "UFJInclui", Núcleo de Acessibilidade, Bolsas de assistência.	1	1,3%

Programas ou política de acompanhamento estudantil ligadas aos temas das ações afirmativas, diversidade e equidade praticada nas IES	Total	%
Suporte bolsa estudantil	1	1,3%
tem a PRAE que se encarrega disso	1	1,3%
Vários programas desenvolvidos pela Pro Reitoria de Extensão	1	1,3%
Desconhecido	19	19

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 15 – Projetos/Programas Especiais para Garantia de Rendimento Acadêmico, Desempenho e Enfrentamento de Reprovação ou Evasão, Dirigidos Aos Estudantes de Maior Vulnerabilidade Socioeconômica nas IES Que os Coordenadores Atuam Em Goiás, 2023

Projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica	Total	%
Total	12	100%
Acompanhamento de discentes com necessidades especiais. O Programa existe no regimento geral	1	8,3%
Aulas diferenciadas, momentos de tirar dúvidas, provas de recuperação etc.	1	8,3%
Bolsa permanência	2	16,7%
Bolsas com disponibilidade para trabalhos na IES aos alunos em maior vulnerabilidade	1	8,3%
Bolsas de estudo.	1	8,3%
Bolsas e financiamentos estudantis, bem como programas de iniciação Científica, acompanhamento discente através do Núcleo de Apoio ao Docente e Discente e Atendimento Psicopedagógico.	1	8,3%
Horário para atendimento aos alunos pelos professores, fora do momento das aulas.	1	8,3%
O NAE oferta o nivelamento	1	8,3%
Plano de Permanência e Êxito.	1	8,3%
Programa de Orientação Acadêmico – PROA	1	8,3%
Programas de monitoria; disciplinas de nivelamento.	1	8,3%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 16 – Projetos/programas Especiais para Garantia de Rendimento Acadêmico, Desempenho e Enfrentamento de Reprovação ou Evasão, Dirigidos Aos Estudantes de Maior Vulnerabilidade Socioeconômica nas Ies Que os Docentes Atuam Em Goiás, 2023

Projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica	Total	%
Total	59	%
Acessibilidade e apoio	1	1,7%
Acompanhamento do napne	1	1,7%
Alunos especiais, bolsas de incentivo para pesquisa, atividades culturais e monitores	1	1,7%
Apoio do Núcleo de Apoio a Estudantes com Necessidades Especiais e do Grêmio Estudantil, livre acesso à biblioteca e espaço Web, Programa de Monitoria de Ensino.	1	1,7%
Apoio psicológico, Atendimentos individualizados com tutores, Monitorias	1	1,7%
Bolsa de Auxílio Estudantil	1	1,7%
Bolsa de auxílio permanência	1	1,7%
Bolsa permanência	3	5,0%
Bolsa permanência (pouca e precária)	1	1,7%
Bolsa permanência e de Iniciação científica, por exemplo	1	1,7%
Bolsa permanência, Bolsa monitoria, Bolsa extensão, Bolsa Desenvolvimento Institucional.	1	1,7%
Bolsa permanência, monitoria, etc.	1	1,7%
Bolsas	1	1,7%
Bolsas de estudo	1	1,7%
Bolsas e participações em programas.	1	1,7%
Bolsas Estudantis	1	1,7%
Bolsas, auxílio moradia, dentre outros	1	1,7%
Bolsas/ alojamento	1	1,7%
Bolsas; Monitorias; Acompanhamento psicológico; Restaurante universitário.	1	1,7%
busca ativa	1	1,7%
Comissão de Acesso, permanência e êxito define procedimentos e os aplica em conjunto com comissões locais nas unidades	1	1,7%
Comissões para acompanhamento da evasão nos cursos de graduação; políticas de bolsas, alimentação e transporte estudantil.	1	1,7%
DZG	1	1,7%
Enem, bolsas	1	1,7%
Existe uma assistência estudantil no campus	1	1,7%
Há editais e acompanhamento de equipe pedagógica nos Campi	1	1,7%
Há uma Coordenação para a promoção do sucesso estudantil, vinculada à Pró-reitoria de Graduação.	1	1,7%
MONITORIA das disciplinas.	1	1,7%
Monitoria e atendimento individualizado aos alunos com dificuldades	1	1,7%
Não sei informar	4	1,7%

Projetos/programas especiais para garantia de rendimento acadêmico, desempenho e enfrentamento de reprovação ou evasão, dirigidos aos estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica	Total	%
Nivelamento e tutorias, porém, com pouca adesão dos discentes.	1	1,7%
Núcleos específicos e bolsas	1	1,7%
Pode PUC	1	1,7%
Política de acompanhamento	1	1,7%
Proa	1	1,7%
Programa de acessibilidade	3	5,0%
Programa de acessibilidade e bolsas estudantis	1	1,7%
Programa de Bolsa Permanência, Acompanhamento pedagógico.	1	1,7%
Programa de inserção e permanência por meio da parceria com o Governo Federal para obtenção de bolsas estudantis.	1	1,7%
Programa de Monitoria; Monitoria de pares.	1	1,7%
Programa institucional de monitoria, por exemplo	1	1,7%
programas de nivelamento de língua portuguesa e matemática	1	1,7%
Projeto permanência	1	1,7%
Projetos Pibid, Residência Pedagógica, monitoria	1	1,7%
Recuperação de conteúdo	1	1,7%
Residência pedagógica, pibid, prolicen, bolsas de assistência estudantil.	1	1,7%
secretaria de inclusão da ufg	1	1,7%
Sei que tem, mas não sei nomear os programas	1	1,7%
Temos assistência social que atende os alunos vulneráveis por meio de bolsas, auxílios e acompanhamento do desenvolvimento acadêmico.	1	1,7%
tradutor para surdos e mudos, acessibilidade motora	1	1,7%
Vários programas são desenvolvidos pela Pró Reitoria de Graduação	1	1,7%
Vestibular social	1	1,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 17 – Políticas Estruturadas para Acessibilidade e Mobilidade de Estudante Com Deficiência nas IES Que os Coordenadores Atuam Em Goiás, 2023

Políticas estruturadas para acessibilidade e mobilidade de estudante com deficiência nas IES	Total	%
Total	14	100%
Acompanhamento de discentes com necessidades especiais	1	7,1%
Além do que já é estabelecido pelo MEC em se tratando de acessibilidade a IES acolhe estas pessoas e oferece bolsas, com intuito de prepará-los para o mercado de trabalho, ou não.	1	7,1%
Estrutura física adaptada (70%)	1	7,1%
Existe o Núcleo de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência	1	7,1%
Existe um núcleo de acessibilidade	1	7,1%
Existe uma comissão multidisciplinar que orienta e cuida das políticas de inclusão na IES.	1	7,1%

Políticas estruturadas para acessibilidade e mobilidade de estudante com deficiência nas IES	Total	%
Há um núcleo de acessibilidade com verbas para implantação de facilidades aos alunos (libras, leitores, rampas, elevadores, pisos táteis).	1	7,1%
Não sei	1	7,1%
Naslu	1	7,1%
Núcleo de atenção à diversidade	1	7,1%
Núcleos de apoio; ambientes com acesso para pessoas com necessidades específicas.	1	7,1%
Programa de Acessibilidade	1	7,1%
Programas institucionais	1	7,1%
PROJETOS DE EXTENSÃO PARA DIVERSIDADE	1	7,1%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)

TABELA 18 – Políticas Estruturadas para Acessibilidade e Mobilidade de Estudante Com Deficiência nas IES Que os Docentes Atuam Em Goiás, 2023

Políticas estruturadas para acessibilidade e mobilidade de estudante com deficiência nas IES	Total	%
Total	58	100%
Há o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)	1	1,7%
A IES É ADAPTADA COM ELEVADOR E RAMPAS PARA DEFICIENTES.	1	1,7%
A IES possui um núcleo de acessibilidade.	1	1,7%
ACESSIBILIDADE	1	1,7%
Acessibilidade com monitores e intérpretes.	1	1,7%
Adequação dos espaços físicos e acompanhamento dos resultados dos estudantes pela equipe de assistência ao estudante	1	1,7%
ajustes de infraestrutura física que contemple ações de acessibilidade	1	1,7%
Aulas em braile	1	1,7%
Bolsas	1	1,7%
Departamento exclusivo para isso	1	1,7%
Desconheço o nome	1	1,7%
Elevadores, rampas, e adaptação do material pedagógico	1	1,7%
Equipamentos, rampa, entre outros	1	1,7%
Específicos	1	1,7%
Existência de núcleo específico para este caso.	1	1,7%
Foi criada uma Secretaria de Inclusão, que avocou para si matérias de inclusão e de acessibilidade.	1	1,7%
Há rampas em todas as unidades	1	1,7%
Há regulamentação e as normativas da IFES prevê as políticas	1	1,7%
Intérpretes de Libras, rampas e passarelas com guias para pessoas com baixa mobilidade ou portadores de cegueira.	1	1,7%
Mobilidade; Acompanhamento psicológico; Intérprete de libras.	1	1,7%
Na minha IES, há calçadas especiais para mobilidade de estudantes com deficiência, bem como apoio em sala de aula para portadores de necessidades especiais. Tais políticas podem melhorar bastante, mas há uma preocupação instalada.	1	1,7%

Políticas estruturadas para acessibilidade e mobilidade de estudante com deficiência nas IES	Total	%
Não sei informar.	5	1,7%
NAPENE, adaptação arquitetônica das instalações	1	1,7%
NAPEPT	1	1,7%
NAPNE	1	1,7%
NAPNE - apoio aos estudantes com deficiência.	1	1,7%
Núcleo de acessibilidade	2	3,4%
Núcleos específicos e construções acessíveis	1	1,7%
Os programas desenvolvidos pela Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.	1	1,7%
Programa de Acessibilidade	13	19,0%
Programa de acompanhamento de alunos cegos, impressora em braile, intérpretes de libras, dentre outros	1	1,7%
Programa de permanência e êxito	1	1,7%
Projeto Acessibiliza	1	1,7%
Projetos de Extensão, bolsa permanência, bolsa transporte e outras.	1	1,7%
Rampas, elevadores, reuniões com os PCDs	1	1,7%
secretaria de inclusão da UFG	1	1,7%
Sei que existe mas desconheço o nome do programa	1	1,7%
Suporte bolsa estudantil	1	1,7%
Temos um núcleo específico para isso	1	1,7%
Temos um núcleo estruturado que acompanha os alunos com necessidades especiais, bem como são desenvolvidos estudos para melhorias no espaço físico da instituição para promover mais acessibilidade aos discentes.	1	1,7%
Toda a infraestrutura física possui acessibilidade. Além de profissionais de Libras e traduções em eventos	1	1,7%

Fonte: Elaborada pela SECTI (2023)